

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Francisco Malta de Oliveira

“Mulheres de guerra e de paz”: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero

Montes Claros - MG

2020

Francisco Malta de Oliveira

“Mulheres de guerra e de paz”: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira.

Montes Claros - MG

2020

Oliveira, Francisco Malta de.

O48m “Mulheres de guerra e de paz” [manuscrito] : a constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero / Francisco Malta de Oliveira. – Montes Claros, 2020.

216 f. : il.

Bibliografia: f. 198-216.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira.

1. Discurso. 2. Gênero. 3. Poder. 4. Mulheres policiais. 5. Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG. I. Ferreira, Maria da Luz Alves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero.

FRANCISCO MALTA DE OLIVEIRA

“Mulheres de guerra e de paz”: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros - MG, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social.

Aprovado em 16 de Junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria da Luz Alves Ferreira (Orientadora)
PPGDS / Unimontes

Pesquisadora Dr.^a Maria Janine Dalpiaz Reschke
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Professor Gilson Cássio Oliveira Santos
Unimontes

Prof. Dr. Ricardo Santos Silva
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso
PPGDS / Unimontes

Este trabalho é dedicado às laboriosas mulheres policiais que compõem e que compuseram as fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS

Essa tese fora pensada, lavrada e gestada ao longo de alguns anos. Esse período de amadurecimento pessoal, intelectual e profissional, foi naturalmente, um processo denso, intenso, trabalhoso, mas igualmente gratificante e transformador. Assim como os grandes empreendimentos que realizamos na vida, será igualmente memorável para mim. Assim, a extensão dos agradecimentos que aqui discorro faz jus a cada uma das pessoas que cruzaram meu caminho durante esse período contribuindo com meu objetivo que foi ao encontro a uma certa forma de “iluminação” que somente o saber é capaz de representar. Essa tese, portanto, significa um aprendizado que de outra maneira não me seria possível obter. É o amor à pesquisa que me estimula. É a possibilidade de poder passar adiante aquilo que temos a oportunidade de aprender que me seduz. Ademais, essa tese instigou o exercício de compreensão de uma realidade que acompanhou meu cotidiano muito antes desse período que ora se finda.

Agradeço à “minha orientadora querida”, que é a forma como me refiro a ela, Maria da Luz Alves Ferreira, que é uma das almas mais nobres, generosas e evoluídas que conheci. De coração, meu muito obrigado por cada aula, cada diálogo, cada momento de orientação, que mais do que um momento de aprendizado, era um “masterclass”. Ter sido seu orientando foi uma grande honra.

Agradeço aos membros que compuseram a banca de qualificação desta tese, ainda em seu estágio inicial: Professora Dra. Rosana Santos (IFNMG) e Professor Dr. Gilson Cássio Oliveira Santos (FASA – UNIMONTES). Seus apontamentos foram determinantes para a construção conceitual teórica e para a construção conceitual empírica deste trabalho.

Agradeço ao professor da área da Administração, e amigo, Felipe Fróes Couto, pelo conhecimento que me foi possível através dos encontros do Grupo de Estudos Organizacionais Sociedade & Feminismo e nas aulas da Pós-Graduação em Gestão Pública. Esta tese é muito fruto das discussões suscitadas durante aqueles encontros tão profícuos e de suas brilhantes sugestões para esta pesquisa. De coração, muito obrigado.

Agradeço ao colega de Corporação, Ertz Ramon Teixeira Campos, pela amizade, pelo apoio desmedido e pelo estímulo permanente quando o cansaço já começava a se sobrepôr à motivação. De coração, muito obrigado.

Agradeço ao colega e amigo Guélmer Júnior Almeida de Faria, pessoa com quem desde o mestrado sempre pude contar e sempre esteve disposto a ajudar a quem lhe recorresse.

Agradeço à Caroline Marci Fagundes Coutinho, outra amizade de mestrado que é uma de minhas referências sociológicas. Carol, um beijo e muito obrigado.

Agradeço aos colegas da minha turma do Doutorado em Desenvolvimento Social pela amizade, pelo companheirismo e pela presteza que nos acompanhou durante todo o curso: Ana Maria Lacerda Freitas, Danniell Ferreira Coelho, Lílian Maria Santos, Máximo Alessandro Mendes Ottoni, Rodrigo Arlindo dos Santos Silva e Sérgio Leandro Sousa Neves. Essa caminhada foi muito melhor na companhia de vocês.

Agradeço ao Coronel PM César Ricardo de Oliveira Guimarães pelo reconhecimento e pelo estímulo aos seus subordinados que lutam por uma Corporação e uma sociedade melhores através da qualificação *stricto sensu*. Realmente um exemplo ainda minoritário de como ser Comandante e ao mesmo tempo um entusiasta do conhecimento. Foi uma grande honra tê-lo como Comandante.

Agradeço ao Coronel PM Alex Augusto Chinelato de Souza pela deferência à minha pessoa em todos os momentos em que nos encontramos. Outro exemplo de Comandante e ao mesmo tempo um entusiasta do conhecimento.

Agradeço ao Tenente-Coronel PM Jarson Hansen Sebastian Ferreira. Tê-lo tido como Chefe foi uma grande honra.

Agradeço ao Capitão PM Evaldo Fernandes de Oliveira, a quem eu sempre me refiro como “meu chefe querido!” quando o encontro. Nossa amizade começou em função do Doutorado, e de todas as pessoas que a PM que me possibilitou conhecer, essa é uma daquelas pessoas raras que não hesitam em ouvir e auxiliar o próximo em qualquer momento do dia ou da noite. Tê-lo em meu círculo é uma honra inestimável e uma verdadeira benção do Cosmos.

Agradeço à Cadete PM Carolinne Leite Lima Marques pela interseção nas situações em que precisei de informações para subsidiar o presente estudo.

Agradeço ao colega e amigo Cabo PM Paulo Tiego Gomes de Oliveira pelo inestimável apoio.

Agradeço ao Tenente PM Daniel Lucas Lyra Ramos, meu primeiro entrevistado para esse trabalho de tese, cujas respostas me orientaram durante o desenvolvimento empírico da pesquisa.

Agradeço ao inestimável apoio colegas com quem pude trabalhar no CINDS (Centro Integrado de Informações de Defesa Social): Sargento PM Elton Soares Caldeira, Sargento BM Renato Mota Rodrigues, Sargento PM Jaime Gomes da Silva Neto, Cabo PM Pedro Ivo Jorge Gomes, Cabo PM Alex Gonçalves Barreto, Cabo PM Diego Vinícius Ribeiro Veloso, e

aos colegas da Polícia Civil, José Américo Coutinho Júnior e Marcelo Ferreira Alves. Sem o apoio de vocês realmente isso tudo não teria sido possível.

Agradeço ao Sargento Pablo Diego Fernandes Ribeiro pelo apoio durante os momentos mais caóticos do processo de redação.

Agradeço a cada uma das policiais militares que se prontificou a me auxiliar sobre minha necessidade de compreender suas percepções subjetivas sobre o que é ser mulher, o que é ser mulher policial-militar, e sobretudo, o que é ser mulher nas fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais. Espero que minha compreensão de suas realidades corresponda ao que de fato cada uma de vocês tentou me apresentar.

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe, Maria Malta, minhas irmãs, Silésiah Malta e Thaís Malta, e ao meu sobrinho Otávio Malta.

Agradeço à FAPEMIG que, em convênio junto à Polícia Militar de Minas Gerais, financiou parcialmente a presente obra.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (SCHOPENHAUER, 2010, p.156)

RESUMO

A participação feminina nas organizações militares brasileiras é relativamente recente e tem suscitado estudos relevantes à compreensão das relações sociais de gênero em ambientes reconhecidos como cultural e historicamente masculinos e a presença feminina ainda não foi pacificada, a exemplo da Polícia Militar de Minas Gerais, passadas quase quatro décadas de seu ingresso naquela Corporação. É justamente a compreensão subjetiva dessa realidade laboral e social que, conforme os discursos das policiais militares apresentam, suscitou o presente estudo de tese. Centrada em refletir sobre de que modo os discursos das policiais militares apresentam os aspectos subjetivos e simbólicos de sua representação social em um espaço eminentemente masculino, esta tese analisa as representações sociais femininas em função dos aspectos objetivos e subjetivos presentes em seus discursos. Este estudo busca, portanto, refletir a partir da realização de entrevistas em profundidade com policiais militares femininos de círculos hierárquicos diversos, bem como através de pesquisa qualitativa e análise do discurso, sobre os sentidos do trabalho policial feminino na corporação mineira, a mais antiga organização militar de natureza policial brasileira. Passadas quase quatro décadas do ingresso feminino na Polícia Militar de Minas Gerais, o estudo revela que a despeito dos avanços observados na trajetória feminina, como a presença feminina em todos os níveis hierárquicos da Corporação, incluindo a promoção de mulheres ao último posto da carreira, paradigmas informais, sobretudo de natureza cultural, representam barreiras sobre as quais as mulheres precisam enfrentar cotidianamente. Neste sentido, é possível observar a existência de uma segregação sexual e informal presente na instituição, onde o efetivo feminino representa cerca de 10% do efetivo total, e mesmo encontrando-se alocado na atividade-fim de policiamento, atua sob a desconfiança e o descrédito masculino acerca de sua competência. Tal prática, justificada sob o argumento protecionista de uma cultura policial machista, e que por isso teria o dever de proteger as mulheres que compõem suas fileiras, tem como reflexo dessa prática o subjulgamento de sua competência profissional e de seu mérito enquanto uma minoria que compõem as fileiras de uma organização policial-militar. Esse esforço teria assim, o objetivo de zelar pela imagem de poder, que sendo masculino, não pode ser maculado pela presença feminina no trabalho ostensivo, o que representaria um enfraquecimento da autoridade policial, comprometendo sua história e sua reputação de força física e disposição imediata para o enfrentamento à violência. Se por um lado a presença feminina na PMMG é constantemente utilizada para sinalizar um compasso entre a democracia e a modernidade que clamam pela ocupação feminina nos mais diversos espaços, por outro lado, o aproveitamento de sua capacidade e a percepção de suas aspirações laborais tendem a ser invisibilizados, como se as mulheres não fizessem jus àquele espaço social. Desse modo, este trabalho reflete não somente acerca das autorrepresentações sociais de gênero na Polícia Militar, mas também sobre as suas possíveis implicações para a experiência subjetiva e simbólica das mulheres na polícia, assim como para os sentidos e expectativas alusivos à função das mulheres na área da Segurança Pública atualmente.

Palavras-chaves: Discurso; Gênero; Poder; Mulheres Policiais; Polícia Militar de Minas Gerais.

ABSTRACT

Female participation in Brazilian military organizations is relatively recent and has given rise to studies relevant to the understanding of social gender relations in environments recognized as culturally and historically male, and the female presence has not yet been pacified, like the Minas Gerais Military Police, almost after four decades of joining the Corporation. It is precisely the subjective understanding of this work and social reality that, as the discourses of the military police present, raised this thesis study. Centered on reflecting on how the speeches of the military police present the subjective and symbolic aspects of their social representation in an eminently male space, this thesis analyzes the female social representations according to the objective and subjective aspects present in their discourses. This study seeks, therefore, to reflect on the basis of conducting in-depth interviews with female military police officers from different hierarchical circles, as well as through qualitative research and discourse analysis, about the meanings of female police work in the mining corporation, the oldest organization military force of Brazilian police nature. Almost four decades after the entry of women in the Minas Gerais Military Police, the study reveals that despite the advances observed in the female trajectory, such as the female presence in all hierarchical levels of the Corporation, including the promotion of women to the last post of the career, informal paradigms, especially of a cultural nature, represent barriers that women need to face daily. In this sense, it is possible to observe the existence of sexual and informal segregation present in the institution, where the female staff represents about 10% of the total staff, and even though they are allocated to the end policing activity, they act under suspicion and male discredit about his competence. Such a practice, justified under the protectionist argument of a macho police culture, and which would therefore have a duty to protect the women who make up its ranks, has as a reflection of this practice the subjugation of its professional competence and its merit as a minority that make up the ranks of a police-military organization. This effort would thus have the objective of caring for the image of power, which, being masculine, cannot be tainted by the female presence in the ostensive work, which would represent a weakening of the police authority, compromising its history and its reputation for physical strength and immediate disposition to confront violence. If, on the one hand, the female presence in the Minas Gerais Military Police is often used to signal a measure between democracy and modernity that call for female occupation in the most diverse spaces, on the other hand, the use of their capacity and the perception of their work aspirations tend to be made invisible, as if women did not live up to that social space. In this way, this work reflects not only on the social self-representations of gender in the Military Police, but also on its possible implications for the subjective and symbolic experience of women in the police, as well as for the senses and expectations related to the role of women in the Public Security area nowadays.

Keywords: Discourse. Gender. Power. Police Women. Polícia Militar de Minas Gerais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico – 2019.....	81
Tabela 2 – Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico sobre o efetivo total – 2019.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
B1	Fardamento utilizado para o policiamento ostensivo
CFO	Curso de Formação de Oficiais
GuPM	Guarnição Policial-Militar
IMEs	Instituições Militares Estaduais
PFem	Policial do sexo feminino
PM	Polícia Militar ou policial militar
PMacho	Policial do sexo masculino
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
QOS	Quadro de Oficiais da Saúde
ROTAM	Rodas Táticas Metropolitanas
TAF	Teste de Aptidão Física
UEOp	Unidade de Execução Operacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 GÊNERO E FEMINISMO: EXPLORAÇÕES TEÓRICAS	21
1.1 O “gênero” situado no tempo e no espaço: uma digressão teórica.....	22
2 PÓS-ESTRUTURALISMO: O ESTEIO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO	43
2.1 O Estruturalismo.....	43
2.1 O Pós-Estruturalismo.....	49
2.3 A Polícia Militar de Minas Gerais.....	68
2.4 O trabalho feminino na Polícia Militar de Minas Gerais.....	76
2.5 A dominação segundo Pierre Bourdieu: aspectos da violência simbólica e do poder simbólico.....	103
3 METODOLOGIA	115
3.1 O método fenomenológico e a pesquisa qualitativa.....	116
3.2 A pesquisa qualitativa como elemento interpretativo de uma realidade social construída através da prática discursiva.....	120
3.3 O discurso.....	126
3.4 Entrevista em profundidade.....	133
3.5 A técnica de análise de dados: Análise do discurso francesa.....	142
4 RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DAS MULHERES POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	156
4.1 Assédio, lugar social feminino e a imposição do feminino: entre a indiferença e o sentimento de pertença.....	167
4.2 Atuação das PFems.....	179
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194

INTRODUÇÃO

A realidade vivida pelas mulheres policiais militares me instiga desde quando ingressei na Polícia Militar de Minas Gerais. Embora tivesse tido uma oportunidade anterior de me debruçar sobre o tema quando da minha dissertação de mestrado, os achados daquele primeiro contato empírico com tal realidade me trouxeram ainda mais dúvidas do que certezas.

Evidentemente, o cenário daquela realidade social mudou rapidamente e apesar de as circunstâncias nas quais a força de trabalho feminina se faz presente na PMMG não sejam mais as mesmas, sobretudo pela dinâmica própria de atualização das organizações frente a suas necessidades internas e das demandas inerentes ao aparato político-organizacional (por essa razão, faço aqui uma alusão ao famoso paradoxo do navio de Teseu proposto por Plutarco: se o navio de Teseu trocar de peças ao longo de uma viagem, ainda será o mesmo?).

Considerando-se que a força de trabalho feminina na PMMG assenta-se sobre duas condicionantes (a presença feminina em suas fileiras enquanto minoria e enquanto “novidade”, embora passando-se quase quatro décadas de seu ingresso), os velhos paradigmas não parecem mais adequados e o desafio de compreender porque eles são anacrônicos quando os imperativos sociais de gênero exortam a igualdade simultaneamente ao reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens, se faz necessário.

É nesse contexto de anacronismos, polêmicas, compreensão e apuração de sentimentos de pertença, além de contestações das mais diversas ordens, que os estudos de gênero adquirem maior relevância porque são capazes de contribuir para esclarecer os nascedouros e a *práxis* da construção social e cultural da diferenciação hierárquica entre as mulheres policiais militares e os homens policiais militares, no presente caso, sob a ótica feminina.

Sobre o intuito do presente estudo se buscou a construção de explicações sobre a interação social sob a qual as mulheres policiais atuam e ao mesmo tempo estão sujeitas, configurando-se como assujeitadas e considerando-se o peso que a cultura organizacional exerce sobre elas em um ambiente de essência historicamente masculina e performativamente masculinizado.

As reflexões que este estudo tem por objetivo suscitar, abrangem sobretudo, a compreensão do ser mulher enquanto se é também policial-militar. O esmiuçamento dessa realidade permite, através do discurso das entrevistadas, compreender a constituição subjetiva

que elas têm de si, da Instituição e das relações sociais que envolvem o processo de interação social entre os sexos feminino e masculino, objeto do presente estudo.

Pode-se assim supor que o que representa ser mulher e ser homem na PMMG seja tão somente a mera obediência a um *habitus* e a simples reprodução de uma *doxa*, ou seja, a reprodução dos costumes sociais e a devoção aos dogmas culturais (incluindo-se os de natureza organizacional, no presente caso).

Como o objeto deste estudo se configura acerca do trabalho das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais, aviltam-se as construções teóricas e analíticas que possibilitam analisar o “ser mulher” em um contexto no qual a atuação feminina é recente e seu quantitativo representa uma fração do contingente masculino. Some-se a isso o fato de a problemática de “gênero”, embora se constitua como uma categoria de análise de extrema complexidade e relevância por comportar realidades e análises das mais diversas, é relativamente recente no meio acadêmico.

O termo foi elaborado com o intuito de apresentar proposições sobre as quais comportamentos sociais foram forjados e comportamentos individuais foram doutrinados de tal forma que o aceitável, o condenável e o desejável se compuseram como complexas partes de um todo.

A pergunta de partida da presente pesquisa baseia-se na opinião das policiais militares que atuam no estado de Minas Gerais – MG/Brasil acerca de como elas se percebem e como elas acreditam que são percebidas, tanto pela Instituição, através dos homens e mulheres que a compõem, quanto pela sociedade, conseqüentemente.

Dentre as leituras que embasam esse questionamento, destacam-se os achados que debruçam-se não somente, mas também em maior ou menor profundidade, sobre questões que circundam as discussões de gênero instrumentalizadas pelo discurso, como por exemplo, gênero, relações de poder e dominação, papéis sociais, interacionismo simbólico, poder simbólico, dominação masculina, status, prestígio, hierarquia, e segregação sexual do trabalho.

A problemática de pesquisa fora pautada, sobretudo, pelo sentimento de que haveria a necessidade de se realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, hermenêutico e analítico, que pudesse aprofundar de maneira mais apropriada os achados de outros estudos que contemplassem a realidade feminina sob circunstâncias similares (mulheres em organizações armadas e/ou militares), tais como: Bell (1998), Duffin (2007), Halford & Leonard (2001), Jackson (2006), Martin & Jurik (2007), Moreira (2009), Oliveira (2014), Puppini (2001), Soares e Musumeci (2005), Tannen (1994), Lunneborg (2004), dentre outros.

Para tanto, buscou-se tal objetivo através das questões de pesquisa pautadas em aspectos que pudessem conferir uma dimensão explicativa da realidade observada e expressa pelo seguinte problema de pesquisa: Discurso e poder nas relações de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais – Análise discursiva das mulheres policiais militares. No entanto, a pesquisa fora desenhada dentro de um modelo qualitativo-exploratório, cujo conceito pauta-se no viés explicativo, fundamentando-se nas teorias de gênero e poder.

Assim, as questões de pesquisa que contemplam a elucidação do problema tiveram sua origem nos relatos apresentados e nas possibilidades que a convivência deste pesquisador com o meio em análise lhe possibilitou, além da proximidade cotidiana com os sujeitos da pesquisa, que recrudescer percepções das mais variadas sobre as assimetrias de gênero tão presentes e peculiares em um ambiente como a Polícia Militar de Minas Gerais.

Percebem-se no cotidiano policial-militar vivenciado por este autor relatos que expõem desafios com os quais as mulheres policiais-militares se deparam em ambiente de trabalho, como por exemplo, sobreviver dignamente à hierarquia e à disciplina da PMMG, a perda da motivação para trabalhar com o passar do tempo, por que a cultura organizacional militar avilta seu viés punitivo, a jornada de trabalho desgastante, desrespeito aos direitos individuais e excesso de cobranças, parcialidade e descaso dos gestores organizacionais para com as demandas das mulheres, uso das prerrogativas organizacionais para o atendimento de convicções pessoais de interesse dos gestores, dentre outros (OLIVEIRA, 2014).

Preliminarmente, pode-se aduzir que opiniões nesse sentido expressas pelas mulheres policiais-militares aludem aos elementos simbólicos caracterizadores de um viés de gênero presente na essência daqueles discursos, transparecendo temas bastante controversos e presentes tanto na realidade feminina quanto na presença feminina em organizações armadas: assédio, poder, dominação, estigma, preconceito, discriminação, segregação sexual do trabalho, etc.

As mulheres policiais enfrentam a situação de serem sujeitos de uma realidade que “reconheceu e legitimou a necessidade” de sua presença em seus quadros institucionais, e no entanto elas tendem a se perceber como assujeitadas pela arquitetura de uma estrutura alicerçada na força da hierarquia como balizador (embora não hegemônico) das relações sociais naquele contexto.

Vislumbra-se uma sugestão que para o sexo masculino, dominante, as relações sociais entre mulheres e homens na Polícia Militar de Minas Gerais encontram guarida hierárquica. Já para as mulheres a lógica não seria necessariamente a mesma, já que a mesma hierarquia sob a qual mulheres e homens estão sujeitos não trata mulheres e homens de igual

forma, quando deveria. Tal pensamento constitui uma das problemáticas que o presente pesquisa vislumbrou explicitar e explicar como e porquê ocorre.

Outra problemática que orienta o direcionamento da pesquisa remete aos papéis sociais relegados a mulheres e homens: afinal, enquanto produto de uma sociedade que apresenta tal característica em sua constituição e em sua realidade atual, a organização policial também tende a reproduzir essa característica, de certa forma, talvez de forma mais acentuada pela própria característica de sua constituição e estrutura: ode à masculinidade, à força e à coragem, elementos não remetidos imediatamente à imagem feminina. Assim, o sexo feminino tenderia à necessidade de maior esforço para ter seu trabalho e o produto de sua atuação reconhecidos, quando relacionados aos mesmos aspectos do trabalho masculino, que estaria mais “naturalizado”, por ter se cristalizado na cultura e na própria história da Corporação. Obviamente, tal constatação não necessariamente influiria na questão de identificação ou não com a atividade policial.

Buscou-se ainda depreender dos relatos apresentados pelas entrevistadas, suas autopercepções acerca da atuação feminina e de que modo as ideologias atinentes à cultura organizacional da PMMG, Corporação que representa o “braço armado do Estado”, principal aparato repressor da sociedade mineira.

Para que os objetivos propostos pelo presente estudo fossem atendidos, optou-se pela realização de uma pesquisa de cunho eminentemente qualitativo, afinal, o intuito que ensejou a análise dessa realidade social se baseou na profundidade de uma análise discursiva e subjetiva que somente o método qualitativo poderia prover.

Para amparar um estudo qualitativo nas subjetividades constitutivas da condição de assujeitamento das mulheres policiais-militares, optou-se pela abordagem fenomenológica. A Fenomenologia torna capaz a captação dos efeitos de sentidos produzidos pela linguagem que se instrumentaliza pelo discurso das falantes e questiona a liberdade através de uma crítica da realidade.

Consequentemente, as possibilidades críticas da realidade social às quais o presente estudo propõe aventar somente são possíveis quando uma corrente epistemológica condizente com o objetivo assinalado pode assentar seus pressupostos sobre ele. Para tanto, optou-se pela abordagem epistemológica pós-moderna, já que a pós-modernidade é compreendida como um conceito transitório e por isso, perene, inerente a uma época de incertezas onde os referenciais são desconstruídos e as narrativas são substituídas pelos jogos de linguagem como elemento possibilitador de compreensão da realidade, além de enaltecer a liberdade individual em

detrimento da manutenção das estruturas de poder e de coerção social captadas em sua essência pelo método difundido por Husserl (1990) ao dar voz às subjetividades individuais.

Por sua vez, para atender à problemática proposta e possibilitar o subsídio do material a ser analisado discursivamente, optou-se pela entrevista em profundidade por ser capaz, dentre outros aspectos, de captar as sutilezas presentes no discurso dos sujeitos inquiridos.

As manifestações, ainda que superficiais, fazem uma menção incipiente à um reflexo da estereotipia de gênero associada às seguintes possibilidades de análise:

1. As mulheres policiais são vítimas de preconceito (ou seja, atitudes hostis, opiniões ou ideias preconcebidas, caracterizadas pela ausência de conhecimento ou reflexão e, principalmente, oriundas da sociedade, pessoas que não fazem parte da Polícia Militar);

2. As mulheres policiais são vítimas de discriminação (isto é, ocorre no seio da Instituição como um componente próprio de sua cultura e de sua dinâmica organizacional, motivada pelo estabelecimento da diferença, separação e/ou distinção, característica de um tratamento desigual dado aos sujeitos pelo fato de serem mulheres);

3. As mulheres sofrem violência simbólica por ambos os aspectos, tanto os externos ao meio policial, como os institucionais;

4. As mulheres policiais-militares ainda não têm seu lugar social definido dentro da PMMG;

5. As mulheres policiais-militares, ao mesmo tempo em que são vítimas, se valem de instrumentos simbólicos como estratégia de atuação na PMMG.

Portanto, a realização do presente estudo, para além da quantidade ainda incipiente de estudos sobre essa dada realidade, buscou a compreensão subjetiva que o discurso das policiais militares expressa: possibilidades de representações sociais, exercício do poder em função da hierarquia que caracteriza a própria organização, discriminações pelas mais variadas razões, e principalmente, por serem mulheres em uma organização essencialmente masculina, que no atributo de suas missões tenderia a superlativar as dimensões conceituais de poder, sujeição das mulheres em detrimento da cultura organizacional, e a violência simbólica proveniente do processo de discriminação vinculado ao ideário de ode à masculinidade e à imposição da força, que tenderia a excluir tudo o que não o corresponda e o que não o reproduza. Uma análise inicial possibilitaria compreender o porquê de a diferença (de gênero, no caso) ser institucionalmente encarada como elemento depreciador de uma cultura organizacional.

A presente tese estrutura-se da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta uma digressão teórica acerca de gênero e feminismo;

O segundo capítulo aborda o pós-estruturalismo enquanto esteio para as discussões de gênero na seara do presente estudo, contextualiza a Polícia Militar de Minas Gerais, o trabalho feminino naquela Corporação, além de aspectos teóricos sobre dominação, violência simbólica e poder simbólico, na perspectiva de Pierre Bourdieu.

O terceiro capítulo apresenta o arranjo metodológico que orientou o presente estudo, a exploração da abordagem fenomenológica, a constituição do discurso e a prática discursiva, além da adoção de entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados e a técnica de análise de dados pautada sob a análise do discurso francesa.

O quarto capítulo analisa os resultados apresentados diante da realização do estudo empírico: uma hermenêutica acerca do discurso produzido pelas mulheres policiais-militares e de que modo esse discurso lhes constitui subjetivamente.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais.

1. GÊNERO E FEMINISMO: EXPLORAÇÕES TEÓRICAS

Para a apresentação das discussões teóricas que permitam a contextualização do sujeito e do objeto da pesquisa, localizando temporal e espacialmente as dimensões que compõem o panorama teórico do estudo, faz-se necessário discorrer acerca das principais abordagens teóricas que compõem as discussões de gênero e como o feminismo se constituiu e se constitui como uma demanda social articulada sob o manto dos estudos de gênero.

Essa prática de exposição conceitual das temáticas-chaves que perfazem qualquer produção de cunho científico compõe o referencial teórico deste estudo. A análise do objeto de pesquisa por intermédio de conceitos é, portanto, uma exigência do método científico. A exposição destes conceitos estrutura, desta forma, o referencial desta pesquisa de tese. Assim sendo, ao se eleger o objeto de pesquisa, há a necessidade de se situar no tempo e no espaço das produções empíricas, os achados que se sobrepõem ao referido objeto. Esses achados representam possibilidades de percepção do real, das realidades e das possibilidades analíticas passíveis de compreensão.

Todas as observações do mundo empírico (científicas ou não) são impregnadas – em diferentes graus – de “teorias” (mais, ou menos válidas, conforme o caso). A orientação teórica dada à descrição de um conjunto de fatos objetivos numa pesquisa é sempre, portanto, uma forma de construção da realidade, mas isso não impede que haja construções mais válidas (tanto de um ponto de vista empírico quanto sob o ângulo dos valores), do que outras. O que significa dizer que a pesquisa comporta sempre uma seleção de aspectos da realidade e deformações (aceitáveis, ou não) da mesma, em virtude da finalidade da pesquisa. De igual modo, tais pesquisas trazem nelas um “projeto de sociedade”, que faz parte da discussão. Contudo, o projeto científico de construção do objeto não é necessariamente incompatível com a busca de uma determinada forma e de um certo grau de objetivação ou de precisão na descrição do real. Ele deve “dar conta” do real (PIRES, 2008, p. 58).

Esta seção traz em seu bojo os principais veios teóricos que conduzem a tese, destacando os pontos com maior relevância acerca do sujeito observado. Dentre os principais autores, citam-se: Beauvoir (1991); Bourdieu (1994); Castro e Lavinias (1992); Engels (2010); Fischer e Marques (2001); Guidaldelli (2013); Heilborn e Sorj (1999); Hirata e Kergoat (2008); Kandel (2006); Macêdo (2003); Muniz (1999); Pautassi (2007); Piscitelli (2002); Saffioti (1976), (2004), (1990); Scott (1996); Segnini e Hirata (2007); Soares e Musumeci (2005).

1.1 O “gênero” situado no tempo e no espaço: uma digressão teórica

A problemática de “gênero”, embora se constitua como uma categoria de análise de extrema complexidade e relevância por comportar realidades e análises das mais diversas, é relativamente recente no meio acadêmico.

O termo foi elaborado com o intuito de apresentar proposições sobre as quais comportamentos sociais foram forjados e os comportamentos individuais foram doutrinados de tal forma que o aceitável, o condenável e o desejável se compuseram como complexas partes de todo que, tal qual o tecido social composto pela solidariedade orgânica sobre a qual se estruturam as sociedades complexas, tem o poder de sublimar, acentuar, enaltecer ou solapar.

A dimensão plural e multivariada que ensejou a constituição epistemológica do termo que se constituiu possibilitou que um vasto campo de estudos se estruturasse de forma a deslegitimar, questionar e criticar as construções sócio-históricas responsáveis por consolidar a doutrinação das sociedades através de variadas perspectivas de análise, que surgiram, sobretudo, em função do movimento feminista.

Assim sendo, a dimensão mais ampla do gênero fundamenta-se nos aspectos relacionais que historicamente compõem as lógicas sociais e culturais dos indivíduos e como se identificam e são identificados conforme os papéis sociais que o padrão social lhes impõe.

Na concepção de Aguiar (1997), através da exploração das possibilidades teóricas que a categoria “gênero”, possibilita, se busca uma aproximação das possibilidades de compreensão e análise do outro a partir do próprio ponto de vista, ou seja, a percepção individual é o ponto de partida para que as relações analíticas universais se estabeleçam, considerando-se que os elementos que compõem a imagem, a percepção e os princípios do que caracteriza tanto o masculino quanto o feminino e são elementos fundantes e explicativos de como a organização social ocorre, numa construção cotidiana e em permanente transitoriedade.

O filósofo Ponlain de La Barre (1984), já no século XVII, especificamente na década de 1670, rebelou-se contra a visão essencialista que impôs a superioridade masculina às mulheres com o argumento pautado nas diferenças anatômicas como elementos absolutizantes e determinantes da inferioridade feminina. Já naquela época, antes mesmo do Movimento Iluminista, o autor sintetizou seu ideário no argumento de que as desigualdades entre homens e mulheres eram resultado das desigualdades sociais e políticas impostas a elas em seu tempo, e não consequência de desigualdades biológicas.

Para Saffioti (1976), os primórdios do conceito de gênero foram elaborados por Stiller, em 1968, porém difundido por em 1975, por Rubin (1975), no artigo denominado “The Traffic in Women”, trazendo uma abordagem mais ampla do termo, para além daquelas outras abordagens que se situam no período que vai do final do século XVIII ao início do século XIX. Essa abordagem mais ampla tornou reivindicatória a centralidade da construção do feminino enquanto produto de uma sociedade patriarcal, a exemplo de Mill (2006), Engels (2010) e Wollstonecraft (2016).

O gênero, na concepção de Louro (2007), fora gestado em função das demandas trazidas no bojo de um movimento feminista ainda incipiente, que dava seus primeiros passos em direção às contestações da realidade social em fins do século XIX. Aquele momento fora especialmente marcado pelas novas condições sociais, laborais e culturais que compuseram uma realidade na qual a Revolução Industrial e o Movimento Iluminista redefiniriam a história da humanidade. E assim, as mudanças ocorridas na sociedade foram responsáveis por trazerem consigo demandas para as quais as sociedades se deparariam, como por exemplo, os anseios de organizações sociais e seus respectivos movimentos contestatórios, que ainda incipientes, teriam o poder de questionar e criticar as práticas daquelas sociedades.

Assim sendo, a autora afirma que o gênero, enquanto elemento explicativo das dinâmicas sociais históricas e contemporâneas, encontra-se diretamente vinculado à história do movimento feminista contemporâneo. É justamente por estar intrinsecamente ligada a esse movimento, a concepção de gênero está linguística e politicamente atrelada às suas lutas e é preciso que se recupere um pouco de todo o processo para melhor compreensão tanto do momento histórico quanto do significado de sua incorporação ao movimento feminista. Ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da História e, atualmente, publicações, filmes, campanhas publicitárias, os grandes difusores das artes de modo geral, vêm se preocupando em reconhecer essas ações. Desse modo, a referência ao feminismo enquanto movimento social organizado é geralmente remetido, no Ocidente, ao século XIX (LOURO, 1997).

Pode-se depreender da abordagem de Louro (idem) que a presença das práticas de contestação social se caracteriza também pelo aprendizado e pelo manejo hábil da linguagem, cuja expressão se dá através dos códigos e cuja interpretação é caracteristicamente eivada de possibilidades que transitam conforme as vivências, resistências, experiências e interesses dos sujeitos, além de seus gestos e hábitos que permitem aos sujeitos se movimentarem nos espaços sociais como um todo.

Ademais, as diversas condições de cultura e sociedade, produto das mudanças sociais, possibilitaram o surgimento de questões sobre as quais as sociedades têm se deparado. Essa prática crítica da realidade foi necessária para que se colocassem em xeque as percepções das diferenças e o dilema entre a assunção da diferença como contraposição à uma lógica na qual há um imperativo social balizador de condutas e o elemento – tanto simbólico quanto social – contestador de uma ordem. Assim, a assunção da diferença assumiu-se como elemento sintetizador de um sentimento de pertença, ainda que socialmente dissonante e incipiente, atrelado, sobretudo, às demandas trazidas pelo movimento feminista.

É justamente nessa dinâmica que se contrapõe ao coletivamente compreendido como um “caráter de normalidade social”, no qual reside a contestação de uma normalidade das coisas, e onde esse conflituoso movimento flui para que as interações sociais sejam capazes de produzir novos significados e, por conseguinte, trazerem em seu bojo suas respectivas assimetrias que se tornarão objeto de militância de grupos sociais dos mais diversos matizes, sejam elas endógenas ou exógenas a esses mesmos grupos, isto é, as assimetrias sociais, sobretudo as de gênero, objeto desta reflexão, encontram-se fundadas tanto a nível estrutural da sociedade, tanto em nível dos sistemas sociais que fazem com que a sociedade opere em uma lógica orgânica, ou ainda no nível dos indivíduos, enquanto sujeitos que interagem simbólica e cotidianamente entre si.

A análise de Strey (1998) coaduna com a opinião de Saffioti (1976) acerca dos primeiros contornos nos quais a concepção de gênero começou a se delinear. Para a autora, a composição das demandas sociais que possibilitaram a construção social do gênero teve suas origens em vários acontecimentos, dentre os quais se citam: 1) a Revolução Norte-americana, cujo momento histórico serviu para Mill (2006) reivindicar as promessas da Declaração de Independência para as mulheres; 2) a Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã redigida por Olímpia de Gouges em 1791 (inspirada na Declaração dos Direitos do Homem) e; 3) “A Reinvidicação dos Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft de 1792, um dos seus documentos fundacionais, que, sem outorgar direitos às mulheres, proporcionou as bases conceituais e teóricas que permitiram a luta pela igualdade de direitos políticos e educativos. Abriu-se dessa forma um espaço público para que as mulheres pudessem se manifestar, ainda que o discurso e as práticas feministas se mantivessem calados durante um longo tempo (STREY, 1998).

Embora a composição lexical e a exploração acadêmica do termo “gênero” tenha se dado nos anos de 1970 (Rubin, 1975; Scott, 1986), sobretudo quando as teóricas feministas

americanas encamparam a segunda onda do movimento, sua compreensão se deu somente a partir da percepção de que o gênero contemplaria todo um arcabouço simbólico dos elementos sociais, culturais e históricos que se constituiu a partir da fugidia realidade que se baseou no determinismo biológico como axioma explicativo dos papéis sociais de homens e mulheres na sociedade.

No final dos anos 1960, ao publicar a obra *Sex and Gender*, Stoller (1968) advoga uma óbvia e controversa separação entre gênero e sexo biológico, apontando tensões inerentes ao sexo e aos traços fisiológicos e biológicos de se ser homem e se ser mulher, através da construção social das diferenças sexuais. Assim como Scott (1990) e Rubin (1975), o autor defende que o sexo é herdado e o gênero é adquirido por meio do aprendizado cultural. Essa diferenciação abre uma lacuna e um novo caminho para reflexões sobre a constituição das identidades de homens e mulheres. Para o autor, o feminismo se consolida então como um movimento intelectual que está encarregado de captar os desenvolvimentos filosóficos e políticos em torno desta querela. Assim, o conceito de gênero se estabelece enquanto diferença entre os sexos, referindo-se a ambos os seres humanos como um todo e sua divisão em duas categorias sexuadas.

A relevância dos estudos de gênero tem se tornado um dos temas mais explorados e difundidos nos estudos sociológicos contemporâneos. Tal destaque se deve, entre outros fatores, aos estudos dos papéis de gênero que se constituem como elementos estruturantes e estruturadores dos lugares sociais que homens e mulheres ocupam nas sociedades, embora, evidentemente, a construção e a ocupação de um lugar social capaz de abrigar os conflitos que compõem as relações de poder que envolvem as questões de gênero possam ser analisadas em função de diversos aspectos, que no presente caso baseia-se na composição de uma natureza ambígua, que busca explicar dois movimentos controversos que caracterizam a eufemização da diferença inerente ao gênero quando atrelado à análise do trabalho feminino: a afirmação e a negação.

Como forças antagônicas e complementares que interagem entre si, e em função dos sujeitos e do ambiente culturalmente criado, ocupado e modificado por esses mesmos sujeitos, as ações e resistências que confluem para uma lógica conflitiva que opera entre a pacificidade de um ideário coletivo-hierárquico-institucional e o devir inerente às demandas do feminino-minoria-oprimida, muitas e sutis nuances podem ser descortinadas.

Para se que possa compreender como essas nuances ocupam seu lugar na composição das dinâmicas sociais atreladas às “epifanias generificadas”¹, faz-se necessário analisar como determinados conceitos ligados a elementos formadores das realidades sociais de gênero interagem entre si, e conseqüentemente, possibilitam uma contextualização mais acurada de como se estabelecem a ocupação dos espaços públicos e privados pelas mulheres.

Embora as demandas provenientes do movimento feminista e a percepção de que a análise de gênero se complementa e se compõe numa relação simbiótica na qual se retroalimentam refratariamente, as discussões feministas originam um espectro mais amplo de análise que deu origem aos estudos de gênero, desvinculando o caráter biológico dos imperativos sociais.

A realidade encampada pelo movimento feminista é aquela na qual as teorias surgem na visão dos sujeitos desprivilegiados, sobretudo, para explicar, questionar e contestar as desigualdades, podendo ao mesmo tempo reivindicar o reconhecimento das diferenças, quer seja pela mitigação das desigualdades, quer seja pelo estímulo ao sentimento de pertença onde determinado grupo se encontra em situação de desfavorecimento social em um dado contexto.

Desde seu surgimento em fins do século XIX, como um expoente do Iluminismo e na esteira da Revolução Industrial, o movimento feminista em sua primeira onda buscava a igualdade entre homens e mulheres (direito ao sufrágio universal e à propriedade privada), e se caracterizava pelo intenso ativismo que questionava de maneira mais evidente o poder político e a condução das estruturas de poder nos espaços público e privado.

Nesse interstício, para Nielsen (1990), o feminismo, os estudos de gênero e suas respectivas construções teóricas se consolidaram como um corpo coerente de conhecimento que produziu um arcabouço literário capaz de apontar a extensão, a onipresença e o profundo enraizamento da ratificação do sexo nas sociedades, de forma que, atualmente se nota a natureza de gênero em diversos fenômenos culturais como a linguagem, a literatura, a religião e o sistema de crenças como um todo, como bem como a natureza de gênero presente nos processos sociais, como a divisão sexual do trabalho, a segregação ocupacional, a estereotipização e a socialização.

Pode-se inferir então, que o gênero é a organização social da diferença sexual (SCOTT, 1989). Para Foucault (1988), o gênero se perfaz enquanto um saber que circunda a construção das relações de poder, dominação e subordinação, que não são fixas nem naturais,

¹ Termo elaborado pelo autor que sinaliza para a composição e/ou manifestação simbólica dos atributos socialmente desejáveis, inerentes ou naturalizados para a atuação de um ou outro sexo em determinado meio social.

e que estabelecem significados diversos em diferentes culturas, períodos históricos e grupos sociais, incluindo-se nessa análise, a condição física da diferença sexual.

Na década de 1980, cientistas sociais reescreveram a elaboração teórica de gênero feita na década anterior. Tal reconstrução se deu por causa do foco nas mulheres e provocou considerável reintegração e reanálise teórica dos conceitos e dos métodos (Nielsen, 1990). Alguns temas amplos e reconhecíveis nessa literatura incluem a centralidade da estratificação sexual e da segregação sexual no trabalho, a sequência histórica de aumento da estratificação sexual pelo menos até a industrialização do século XIX, e a percepção de que o gênero não pode ser estudado sem que se considere raça, etnia, classe social, idade e orientação sexual, embora esteja claro que essas variáveis se inter-relacionam com o gênero, e há ainda muito que se avançar sobre as formas de como isso ocorre. Também se nota pouca ou nenhuma evidência empírica para o que comumente se pensa como diferenças de sexo ao nível individual ou psicológico, por exemplo, se masculinidade e feminilidade da personalidade são características ou habilidades cognitivas, e conseqüentemente, se são características interacionais ou individuais.

Enquanto para Perry *et al* (1992) a construção de gênero ocorre de várias maneiras e essa deve ser uma preocupação essencial porque é a construção dessa definição que compõe o pano de fundo para o estudo de pessoas e comportamentos nas mais diversas circunstâncias.

Lindsey (2014) ressalta a relevância dos estudos de gênero para a compreensão das interações sociais e como o gênero se tornou um dos maiores expoentes do conhecimento no âmbito da Sociologia. Para a autora, esse entendimento sobre gênero e interações sociais auxilia na compreensão da influência de gênero na moldagem de nossas vidas, nossas atitudes e nosso comportamento. Esse entendimento é aprimorado por investigar os vínculos entre a Sociologia e outras disciplinas e integrar conceitos-chave como classe e raça para esclarecer as relações de gênero, afinal, a Sociologia se interessa pelo que se constitui como humano e pelo que se constitui como social, já que o comportamento é moldado pela vida grupal. Embora toda a vida grupal seja organizada de diversas maneiras, o gênero é um elemento-chave dela. Para a autora, a pesquisa sobre gênero agora sugere que todas as interações, e as instituições nas quais as interações ocorrem, têm a construção social do gênero como fundamento teórico e empírico da Sociologia como um importante contributo para seu estudo teórico.

Já no que tange ao caráter político como elemento de análise para os estudos de gênero, Jones e Jonasdottir (1988) ponderam que o plano conceitual no qual se dá a abordagem de gênero é insuficiente para explicá-lo e, apesar das divergências entre as

feministas, são o amplo espectro que envolve os conceitos básicos da teoria política, havendo um livre entendimento de que as obras teóricas foram notoriamente silenciosas sobre as mulheres. As autoras destacam que apesar da manifestação aristotélica de que as mulheres são naturalmente inadequadas para governar, elas ao menos se sentiram obrigadas a falar sobre as diferenças entre os sexos. Tanto metafórica quanto empiricamente, Aristóteles e outros argumentaram que as atividades e os atributos das mulheres as tornaram competentes para se envolverem em atividades políticas, o que tornou a política uma empreitada definitivamente masculina.

Como parte de um progresso que se desenvolve em direção a um estabelecimento de um (ainda crescente) corpo de conhecimento, Lindsey (2014) assevera que o campo dos estudos de gênero e feminismo ainda está em fluxo dinâmico com questões e problemas, e as primeiras sociedades humanas são geralmente descritas como igualitárias, autônomas, patriarcais, ou mesmo matriarcais. Há um debate entre posições teóricas: marxistas *versus* feministas, marxistas *versus* não marxistas, funcionalistas *versus* teóricos do conflito, abordagens biológicas *versus* abordagens não-biológicas, feministas liberais *versus* feministas radicais, abordagens psicológicas *versus* abordagens sociológicas e ainda muitas posições teóricas que desafiam a categorização e delineiam a complexidade e a dimensão que os estudos de gênero e feministas podem alcançar.

A autora (idem) argumenta que embora tenha havido um desenvolvimento conceitual considerável, a importância do resultado do sexismo individual também se reflete na estratificação e nas profundas mudanças de toda a sociedade na perspectiva de que esse resultado é necessário e projetado para promover a igualdade, trazendo à baila “perguntas impertinentes”, produto dos achados mais recentes sobre sexo e gênero.

Já o feminismo, segundo Franzoni (2009), é compreendido como uma vertente filosófica de pensamento, de construção e compreensão social, uma ideologia, além de ser um movimento social dinâmico e mutável, já que sempre se configurou como um espaço de contestação e resistência capaz de provocar o *status quo*.

Após seu surgimento pleiteando igualdade entre homens e mulheres no final do século XIX, o movimento feminista ganha novo fôlego entre as décadas de 1960 e 1970. No esteio da segunda onda do movimento feminista, que militava por um debate mais amplo que os pleitos iniciais, nesse momento vieram à tona questões como: sexualidade feminina, direitos reprodutivos (com o advento da pílula anticoncepcional), família, mercado de trabalho, violência doméstica, estupro conjugal, além de direito ao divórcio e à propriedade privada.

As responsabilidades morais e educativas sobre as quais as mulheres estava vinculadas passaram a ser objeto de questionamento, pondo em xeque a reprodução das obrigações de gênero impostas pelo patriarcado. Lindsey (2014) afirma que a família patriarcal foi um importante elemento para a opressão da estabilidade que dificultava a vida das mulheres. A família passa então a ser considerada benéfica para o movimento feminista ao reivindicar papéis igualitários entre homens e mulheres. Ademais, há o crescente consenso acadêmico de que as mulheres podem ser duas ou três vezes vítimas indefesas, ao se considerar raça, classe, sexualidade, etc., e até certo ponto as mulheres possuem *agency*, que é a capacidade de se adaptar, e às vezes prosperar, em situações difíceis.

No que tange ao gênero propriamente dito, a construção social dos gêneros obedece aos imperativos inerentes ao poder doutrinador (poder patriarcal) exercido e amplamente difundido pelas instituições sociais tais como a família, a escola e a igreja.

Como o poder doutrinador é socialmente legitimado e se configura como um fato social, ele impele o indivíduo a agir conforme o que se espera dele, coagido a atuar coletivamente e a obedecer a determinados preceitos em virtude da coação social da coletividade envolvida naquela instituição. Afinal, vivemos em uma sociedade caracterizada pela forte coesão social, característica da solidariedade orgânica, e elemento diferenciador entre as sociedades economicamente complexas e as sociedades economicamente simples, conforme os conceitos propostos por Durkheim (2008), já que os indivíduos se percebem de maneira autônoma e diferente dos demais, embora sejam dependentes uns dos outros. Entre outras diferenças, o autor ainda aponta que as sociedades simples se caracterizam pela semelhança entre as funções sociais dos indivíduos, pela significativa ausência de divisão social do trabalho, e pela predominância de mecanismos de coerção imediata, onde impera a dominação, a violência, e o direito punitivo é predominante.

Lado outro, as sociedades complexas se baseiam na especialização e na interdependência das funções sociais dos indivíduos, além de complexa divisão social do trabalho. Os mecanismos de coerção formal são predominantes e seu exercício ocorre de forma mediada, e o campo jurídico é caracterizado pelo direito restitutivo, ou seja, prioriza-se a restituição da ordem. Logo, compreende-se que de modo geral, a diferença entre as sociedades simples e complexas se resume em sobrevivência e convivência, respectivamente.

Destarte, após a compreensão dos elementos formadores dos diferentes modelos de sociedade, pode-se então inferir que as relações de coação e coerção às quais os indivíduos são submetidos em sociedade correspondem a um imperativo de nível macro, cuja base é a estrutura da própria sociedade.

Neste sentido, o estabelecimento de um conceito que fosse ao mesmo tempo homogeneizador de indivíduos e diferenciador de sujeitos, considerando-se elementos diferenciadores, tanto de variáveis biológicas como sócio-relacionais, ganhou uma dimensão amplificada pelos discursos que tinham a intenção de legitimar demandas de grupos historicamente ignorados, despercebidos ou vistos como inexistentes. O conceito em questão fora então chamado de “gênero”.

O gênero então é a divisão dos indivíduos em duas categorias: “mulheres” e “homens”. Por meio da interação com os cuidadores, a socialização na infância, a coerção dos pares na adolescência, a formação de gênero e a imposição dos papéis familiares, mulheres e homens são socialmente construídos para que sejam diferentes em comportamentos, atitudes e emoções. A ordem social definida pelo gênero mantém essas diferenças. Na Sociologia, os principais princípios de ordenação da vida social são chamados de instituições. O gênero é uma instituição social abrangente como as quatro principais instituições da Sociologia tradicional: família, economia, religião e linguagem simbólica. Como essas instituições, o gênero estrutura a vida social, os padrões de papéis sociais e produz indivíduos com identidades e valores. E assim como as instituições de família, economia, religião e linguagem, estão interligadas e se afetam reciprocamente. Como uma instituição social, o gênero permeia o parentesco e a vida familiar, os papéis e organizações do trabalho, as regras da maioria das religiões, o simbolismo e os significados de linguagem dentre outras representações culturais da vida humana. O resultado é uma ordem social de gênero (Borgatta e Montgomery, 2000).

Temporalmente, somente no último meio século, no bojo da segunda onda do movimento feminista, o debate sobre os papéis sociais, o reconhecimento das diferenças, a legitimação das esferas pública e privada e o seu respectivo questionamento ganharam destaque nos estudos acadêmicos permitindo que uma reflexão de caráter crítico se ampliasse e envolvesse mais intensamente os coletivos que os tinham como objeto de pesquisa, conferindo-lhes um protagonismo no âmbito acadêmico que na esfera cotidiana, historicamente, nunca obtiveram.

Sobre isso, Hess e Ferree (1987) afirmam que o estudo de mulheres e homens fora enfatizado pelos papéis sexuais, conferindo centralidade aos estudos de gênero. Para as autoras, os papéis sexuais que homens e mulheres desempenham estão diretamente relacionados às implicações sociais atribuídas às funções biológicas no comportamento social entre os sexos, isto é, tanto a masculinidade como a feminilidade são definidos biologicamente e, deste modo, a visão igualitária pouco importa porque as diferenças sexuais

apresentam muito pouca variação intrassexos, como por exemplo, sociedades em que se configura a superioridade feminina em detrimento da masculina são muito raras, logo, não há razão de se estabelecer críticas a este modelo amplamente difundido.

Historicamente, a visão desigualitária sobressaiu. Existem diferenças habituais para explicar como a diferença sexual se assumiu social, significativa e consistentemente a favor dos homens. Em ambos os casos, a fonte das diferenças sexuais é a procura por algumas características biologicamente diferentes ou presumidamente conhecidas, e não é necessária uma explicação sociocientífica. Dentro dessa perspectiva, os igualitários sempre se encontram na defensiva, tentando demonstrar que as diferenças intrínsecas entre os homens e mulheres não são grandes ou suficientemente significativas para explicar a dimensão e a onipresença da dominação masculina observada na sociedade.

Hess e Ferre (ibidem) afirmam que a mudança para o modelo de socialização do papel sexual foi de grande avanço, tanto política quanto conceitualmente. A partir dessa perspectiva, os determinantes biológicos de masculinidade e feminilidade puderam ser combinados com determinação social através da educação sem proporção de natureza biológica. As diferenças sexuais não eram mais intrinsecamente importantes, desde que ambas, pequenas e grandes diferenças, pudessem ser explicadas pela socialização.

Assim, Beauvoir (1980) defende que a construção imagética masculina já se dá pronta, não há porque haver uma construção de afirmação individual para que o sentimento de pertença à sociedade ou ao grupo social, e sua consequente aceitação, ocorra. Há, para a autora, um comum, natural e intrínseco acordo, no qual o homem enquanto se percebe como tal, sabe o que se espera dele, e de igual modo, a sociedade sabe o que esperar daquele homem, sujeito constituído sobre sólidas bases sociais, nas quais a história e a cultura exercem papéis fundamentais. Diferentemente da mulher, que conflituosamente tem que se construir e reconstruir enquanto sujeito e membro da sociedade, está condicionada a perfazer-se como um ente inferior, suscetível às mazelas que a sociedade e o protagonismo masculino lhe impõe, num esforço cotidiano de estabelecer relações e atuações, que a represente como um sujeito de fato e de direito.

É somente dentro de uma perspectiva humana que se podem comparar o macho e a fêmea dentro da espécie humana. Mas a definição do homem é que ele é um ser que não é dado, que se faz ser o que é. Como o disse muito justamente Merleau-Ponty, o homem não é uma espécie natural: é uma ideia histórica. A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas possibilidades. O que falseia tantas discussões é querer reduzi-la ao que ela foi, ao que é hoje, quando se aventa a questão de suas capacidades; o fato é que as capacidades só se

manifestam com evidência quando realizadas; mas o fato é também que, quando se considera um ser que é transcendência e superação, não se pode nunca encerrar as contas. (BEAUVOIR, 1980, p. 54)

Notadamente, os reflexos das esferas que segregam socialmente os sexos, e cuja origem é sexobiológica, legitimada pelo caráter dos discursos retóricos, se perpetuam pelas sociedades, seja moldando o comportamento individual, seja delimitando as práticas coletivas. Sobre esse aspecto da vida social, Andermahr *et al* (1997) afirmam que esse alto nível de separação entre os sexos na vida social tem o poder de produzir fortemente o mundo de homens e mulheres, e esse fenômeno foi discutido por historiadores feministas em relação à emergência das novas classes intermediárias, classe média, ou burguesia, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

Num esforço de repudiar o determinismo biológico, que apregoa a homens e mulheres atribuições sociais inerentes exclusivamente à sua condição biológica, Oakley (1991) traçou uma lógica em que o binômio macho *versus* fêmea está para a natureza, assim como o binômio masculino *versus* feminino está para a cultura. O repúdio às explicações biológicas passou a ser questionado como insuficiente para conseguir explicar as diferenças sexuais e de gênero inerentes a homens e mulheres. Numa perspectiva histórico-materialista, passa-se a considerar que em vez da biologia, as condições e construções sociais como (mais) relevantes e determinantes para o processo de socialização, e o estabelecimento de relações sociais, laborais, sexuais, dentre outras, compõe um quadro de nuances pelas quais as relações entre os indivíduos são constituídas.

Uma dessas nuances pode ser compreendida como “status”. Para Lindsey (2014), dentro de um sistema social que se apresenta como vulnerável ao estigma social, o preconceito é um dado consistente e não se conhece ainda alguma sociedade em que o status da mulher é classificado como superior ao masculino e o comportamento esperado é associado a um status. Por essa ótica, os papéis são desempenhados e reproduzidos de acordo com as normas sociais e as regras são compartilhadas para orientar o comportamento das pessoas nas situações de convívio em sociedade, nas quais as interações entre os sujeitos determinam os privilégios e responsabilidades de status. Para a autora:

Um status é simplesmente uma posição dentro de um sistema social e não deve ser confundido com classificação ou prestígio. Existem altos status de prestígio como bem como estatutos de baixo prestígio. Nos Estados Unidos, por exemplo, o médico se ocupa de um status classificado de prestígio mais elevado do que uma secretária. Todas as sociedades categorizam o status e classificam esses status de certa forma, criando assim um sistema de estratificação social. Pessoas cujos conjuntos de status são constituídos por status de baixa atribuição, mais do que os

estatutos alcançados de alto nível, estão mais perto do extremo da discriminação (LINDSAY, 2014, p.2, trad. nossa).

Na base dos processos que se compõem como critérios capazes de estabelecer as categorizações sociais em seus mais diversos aspectos, encontra-se o conceito de “diferença”. A diferença, no contexto dos estudos de gênero, e, conseqüentemente, dos estudos feministas, acaba por ganhar uma dimensão analítica que está além da armadilha maniqueísta que a representa como um antônimo de igualdade, expressando e abarcando categorias históricas e sociais que se sobrepõem aos meros desígnios sexuais que compõem os corpos masculino e feminino.

A diferença que é exercida pelo feminismo é aquela entre os sexos, e uma estratégia comum adotada para minimizar aquelas diferenças forjadas pela natureza/biologia, e atribui, na medida do possível, diferenças físicas para cultura e gênero. As diferenças entre os sexos são socialmente construídas e as agendas políticas feministas tinham duas demandas: por um lado visavam à eliminação do sexo, onde o sexo não teria importância, por exemplo, a mão de obra rejeitada pelo mercado de trabalho. Por outro lado, buscavam o reconhecimento das diferenças onde elas eram pertinentes, embora ignoradas, por exemplo, as responsabilidades atribuídas às mulheres no que se refere às funções domésticas como empecilho a uma disputa em iguais condições aos homens (Andermahr *et al*, 1997).

A composição das construções históricas que compõem uma leitura antropológica de como ocorreu a construção das diferenças de gênero através dos tempos se faz de extrema importância, afinal, tal compreensão se apresenta como um constructo explicativo de uma analítica na qual as diferenças sexuais são reificadas de diversas formas, nas dimensões de tempo e espaço da humanidade.

Para tanto, Bem (1984) argumenta que três crenças prevalecem sobre homens e mulheres na história do mundo ocidental: 1) Ambos possuem fundamentalmente diferenças de natureza tanto sexual quanto psicológicas; 2) A dominância a superioridade sexual são inerentes ao sexo masculino; e 3) Ambas as diferenças entre homens e mulheres são naturais, embora a dominação masculina seja natural. Tais crenças prevaleceram então até meados do século XIX, quando do advento do Iluminismo e sua inerente difusão da corrente antropocentrismo, e o conseqüente avanço científico e seu caráter subversivo de contestar a naturalidade das crenças na criação divina, tiveram papel decisivo ao se reconhecer que em termos científicos, a biologia e a evolução também se perfaziam como criações grandiosas.

No entanto, continua a autora, as sociedades, sobretudo as dos países centrais (Estados Unidos e Europa) não notavam a situação na qual as mulheres se encontravam, no que se refere aos aspectos de diferenças entre o comprometimento e ausência de direitos políticos até o surgimento do movimento pelos direitos femininos em meados do século XIX, cujo momento fora caracterizado como a primeira onda do movimento feminista.

Diante desse breve retrospecto pode-se assim depreender que as discrepâncias de gênero podem ser circunscritas a uma hierarquia que orienta culturalmente as relações sociais entre homens e mulheres, já que é essa noção e essa apreensão de dominância que se configura nas percepções individuais de como as atuações em relação ao sexo pautam e estabelecem relações de poder porque em um sistema social, a hierarquia prenuncia a superioridade de um grupo ou indivíduo sobre os demais.

Uma hierarquia sempre envolve mais de uma pessoa ou coisa, ou primata ou outro animal, que deve estar relacionada uns aos outros sistemicamente, um acima do outro. O conceito de hierarquia, somado aos estudos sobre sexo e gênero, é importante. Isso nos induz a pensar em termos relacionais e a considerar os vínculos entre indivíduos e grupos, examinando a natureza desses vínculos e relacionamentos. Eles são abertos ou fechados, fortes ou fracos, dinâmicos ou estáticos? Implícita na frase “um sobre o outro” é uma noção de domínio e controle do partido superior sobre o partido inferior. Um exemplo de hierarquia entre os humanos é a organização da Igreja Católica: no topo está o papa, no comando supremo, sob o papa estão os arcebispos que estão acima dos bispos que estão acima dos padres que estão acima dos leigos. A pessoa no topo controla a pessoa abaixo. Mas essa é uma visão ideal e estática da realidade. Nas hierarquias sociais, os indivíduos em posições inferiores podem procurar influenciar os níveis superiores através de vários meios, ou podem tentar derrubar o sistema. A luta entre ocupantes de diferentes nichos pode trazer um reposicionamento, ou a simples passagem de tempo pode trazer uma promoção. Estudar hierarquias envolve aprender sobre estruturas ideais e dinâmicas reais. Uma dificuldade adicional surge no estudo de sociedades humanas complexas, porque as hierarquias homem-mulher variam dependendo de qual esfera de atividade está sendo considerada (MILLER, 1993).

Assim, aduz-se que o espaço social é composto por duas esferas: o espaço público, aquele de natureza cultural, no qual se ostentam as tradições culturalmente construídas, e opera numa lógica na qual o padrão de convivência social deve claramente obedecer aos costumes, e há a outra esfera, que corresponde ao espaço privado, caracterizado pela

naturalização das relações de dominância, hierarquia e poder, tidas como a natural reprodução das mesmas no seio familiar.

Diante disso, depreende-se que o viés histórico é elemento fundante para a análise dos papéis sociais de gênero nos espaços sociais: é a tradição das práticas hierárquicas, do consequente exercício do poder e a da servidão que define o caráter de normalidade das relações entre os sujeitos. É a força das tradições que é responsável por legitimar a dominação masculina nos ambientes nos quais o exercício do poder é amplamente reconhecido e valorizado e, de igual modo, é a tradição do poder patriarcal que reivindica às mulheres sua responsabilização pelos aspectos morais de manutenção da ordem do lar, que lhes delega as atividades domésticas, e que lhes responsabiliza pela educação e formação moral da prole.

Para Engels (1992), a grande derrota histórica das mulheres em todo o mundo se deu devido à derrocada do direito materno. Enquanto os homens viram no compartilhamento das rédeas domésticas uma ampliação de seus poderes matrimoniais, a condição feminina se degradara ainda mais, se convertendo na servidora, na escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução. Quando isso ocorreu, houve como reflexo o enfraquecimento da condição feminina frente ao domínio do próprio espaço ao qual fora relegada: o espaço privado. O progresso social torna-se produto do excedente trabalhista sobre o custo de se manter o trabalho como base “de todo progresso social, político e intelectual”. Essa constatação alude ao processo que instrumentalizou as relações de gênero como relações de produção e, dessa forma, leva ao reconhecimento da aplicação das relações de gênero no mesmo patamar do conjunto total do fundamento de acumulação capitalista (ENGELS, 1992).

Os espaços públicos e privados tornam-se, assim, fortalezas inexpugnáveis das realidades nas quais os gêneros foram gestados e ambientes nos quais as realidades de gerações foram socialmente construídas, sob o peso das tradições forjadas pela história que trespassou as sociedades ocidentais e as resistências cotidianas sucumbem, perfazendo-se assim um conflituoso movimento no qual as dissidências compõem as resistências, que reiteradas pressionam o *status quo*, constituindo-se como mudança social.

A realidade brasileira, assim como a realidade ocidental, é centrada no modelo patriarcal de representação social. O modelo patriarcal legitima o pertencimento do espaço social (em sentido literal) à figura masculina, centralizadora do poder familiar, que lhe confere as honrarias inerentes à liberdade que o espaço público é capaz de proporcionar. Lado outro, o domínio no espaço privado cabe à figura feminina, entre diversas razões, por conduzir o gerenciamento do lar.

Tal domínio, no Brasil, foi marcado pela economia colonial, cujas características favoreceram a organização de uma sociedade que, via de regras, sofria grande influência das figuras de poder locais, centradas no homem, latifundiário, dono de escravo e chefe de família. Embora a família brasileira estivesse inserida em um vasto arcabouço de organizações familiares, a partir da ação e poder dos grandes proprietários rurais do período colonial, a família patriarcal se fez como importante referência na organização da estrutura familiar brasileira, sendo a estrutura na qual se apoia os motes da organização social do Brasil. Centrada na pessoa do patriarca, de onde emanava a autoridade, e na carência da proteção não recebida pelas instituições legais de poder, a família patriarcal fazia-se valer com foco irradiador das decisões ligadas aos indivíduos sob sua influência (CRUZ, 2014, p. 41).

Por essa ótica, cabe estabelecer que a compreensão de Bourdieu (1994), na qual os indivíduos atuam no campo social, cenário no qual eles agem mediante um *habitus*, isto é, conforme uma interpretação do sujeito que faz parte de uma estrutura estruturante que atua sobre ele, e concomitantemente, ele atua sobre ela, configurando um movimento sistêmico e mútuo, no qual as forças (não necessariamente antagônicas) que atuam sobre os níveis individuais e estruturais se envolvem continuamente. O campo, para o autor (*idem*), é o espaço onde se dão as lutas e trocas simbólicas, cenário no qual ocorrem as ações oriundas dos sujeitos enquanto elementos pertencentes e orientados por um *habitus*, cuja reiteração consolida uma *doxa*, que se constitui enquanto uma unidade elementarmente significadora. Ou seja, é a forma como o indivíduo interpreta como suas ações reverberarão no plano coletivo.

Para o autor, o *habitus* em questão consiste em uma orientação social que a própria sociedade nos oferece, uma inclinação social incorporada nas práticas coletivas que direciona as ações dos indivíduos, que se perpetua no tempo, sujeita a mudanças, contudo.

Sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro os hábitos não se diversificam a não ser que mude o tipo de ação, de fato, todas as ações da mesma espécie pertencem ao mesmo hábito. Sendo que a espécie da ação deriva do objeto segundo sua razão formal, é necessário que a ação seja da mesma espécie que se liga à razão do objeto, e que se ligue ao objeto sob tal razão, como é da mesma espécie a vista pela qual se vê a luz e pela qual se vê a cor dependendo da razão da luz. (BOURDIEU, 1994, p. 61)

Minayo (1995) tem uma interpretação do autor que compreende o exercício do *habitus* como inerente às práticas cotidianas, tal qual um fato, sem que no entanto haja uma distância maniqueísta entre os termos cunhados por Bourdieu e por Durkheim, respectivamente, já que

para o primeiro o conceito vem carregado das representações simbólicas alusivas às posições e situações inerentes à classe a qual o sujeito pertence. Assim, a autora afirma:

Interpretando Bourdieu, dir-se-ia que o “habitus” é como uma lei “imaneente” depositada em cada ator social, desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social. São marcas das posições e situações de classe. Segundo Bourdieu, o “habitus” é a mediação universalizante que proporciona às práticas sem razões explícitas e sem intenção significante, de um agente singular, seu sentido, sua razão e sua organicidade. (MINAYO, 1995, p.89-111)

No entanto, e retornando à discussão sobre como se a atuação de homens e mulheres se dá em sociedade, e para que se compreenda com relativa clareza a distinção entre os espaços ocupados com maior propriedade e aceitação social por homens e mulheres, é indispensável a abordagem de como o poder exerce entre os sexos, de modo a garantir ou negar legitimidade a um ou a outro sexo.

Nesse sentido, Puppín (2001) esclarece que nossa tradição cultural ocidental, desde suas fontes cosmogônicas e cosmológicas clássicas, gregas e judaico-cristãs, organiza sua matriz simbólico-axiológica pelo entremeio de um duplo e contraditório movimento: a afirmação e a negação (ou sublimação) da diferença instituidora do gênero. A afirmação corresponde à visibilidade da distinção de poder, e se manifesta nas crenças e posturas que consagram a superioridade ou a centralidade do masculino, com maior ou menor pudor e discrição. Já a negação funciona como recurso amplificador, enaltecendo e perpetuando o domínio, e se realiza de múltiplas formas, através de incontáveis estratégias de dissimulação, entre elas a linguagem moderna da teoria política, de Hobbes a Kant. Herdamos assim, a despeito de suas distinções, o entendimento de que o universalismo da razão é condição de possibilidade do princípio de justiça como equidade. A construção da razão como instituição de um entendimento alheio à história e à cultura, às paixões e às particularidades que se pormenorizam, capaz, portanto, de subsumir o múltiplo dos sentidos à unidade do conceito -, equivale à gestação do núcleo talvez mais rígido e resistente, mais indevassável e impermeável às críticas, de nossa mitologia ilustrada, por cujo artifício evitamos, com elegância intelectualmente sofisticada, o tema desagradável, desconfortável, desestabilizador que é o gênero, entendido como diferença matricial e, nesse sentido preciso, como a matriz mesma do poder.

Endossando os pontos de vista de Bem (1984), Miller (1993) e Puppín (ibidem), Friedl (1967) ressalta que embora haja claramente a separação do espaço social entre os espaços público e privado, o status feminino é baixo na maioria das sociedades, e o mesmo

pode ser claramente elevado às mulheres na esfera doméstica, em relação aos homens. Assim, o autor pondera a dificuldade de se validar legitimações que operam em estatutos sociais diferentes.

Os espaços sociais têm se configurado como um ambiente capaz de solidificar o *habitus*, ou seja, o ideário coletivo, afinal, legitimam a dominação masculina. Portanto, o controle dos mecanismos fixadores dos padrões comportamentais da sociedade reverbera na coesão e na constante orientação para que haja a manutenção do *status quo* a fim de que a dominação masculina se perpetue *ad eternum*, conforme o modelo patriarcal, cuja cultura nacional nos impôs. Por essa razão, a atuação masculina se dera em função desse modelo para que sua situação de preponderância lhe fizesse jus (Elias & Scotson, 2000).

Na época atual, raros são os espaços exclusivamente masculinos. As mulheres têm atuado junto aos homens, embora quase nunca em paralelo, consideradas como companheiras e iguais em diversos segmentos sociais. As mulheres têm violado as categorizações estigmatizantes tidas como inerentes ao sexo feminino, embora algumas barreiras impeditivas de plena condição de igualdade ainda tenham permanecido.

Há que se ressaltar que as nuances da relação de causa e efeito vinculadas aos comportamentos socialmente desejáveis e estabelecidos para mulheres e homens apresentam aspectos conflituosos, assim como a oposição entre as esferas privada e pública, entre razão e emoção; não se satisfaz as querelas de gênero sem o reconhecimento do que é subestimado ou relativizado em desfavor do grupo em situação desvantajosa ou desigual.

A percepção sobre a ausência de políticas públicas incentivadoras da incorporação de mulheres nas instituições policiais brasileiras (sobretudo as polícias militares, que apesar de assegurar o ingresso feminino, o restringem) bem como circunstâncias laborais que garantam o harmonioso convívio de gênero, deve ser destacada.

No entanto, a mudança do perfil dessas instituições também deve ser considerada, já que devido às novas demandas de segurança pública elas são obrigadas a se modernizarem e atualizarem certos valores antes tidos como absolutos e inerentes à hegemonia masculina (SOUZA, 2014).

Nesse contexto, a orientação epistemológica do presente estudo coaduna com uma abordagem ancorada no pós-estruturalismo (ou pós-modernismo), que tem entre seus maiores expoentes Pierre Bourdieu e Michel Foucault, e parte de uma abordagem pautada na intimidação das ações dos sujeitos e no cerceamento de seus atos devido às constrictões impostas pela estrutura. Ou seja, a estrutura atua sobre o plano individual de uma maneira opressora que faz com as atitudes individuais sejam objeto de contínua avaliação e

reavaliação das significações simbólicas que se dão às coisas em um dado campo, em um exercício permanentemente reflexivo. A tônica dessa ótica é a busca analítica dos conflitos decorrentes do plano estrutural, no campo das dominações e das alteridades que estimulam as forças coletivas atuantes no processo de criação de um novo campo. Esses movimentos conflitivos, também compreendidos como resistências, são capazes de configurarem, em um determinado tempo e espaço, um novo campo no qual novas lutas simbólicas se dão conforme as pressões que as atitudes individuais são capazes de exercer.

A apreensão dos conflitos e dos movimentos simbólicos opera em uma lógica na qual os fatos ocorrem no plano subjetivo, ou seja, é um enfrentamento subconsciente que se torna elemento componente de uma constituição subjetiva do sujeito. Aduz-se então que, no reduzido espaço de seu espectro de ação individual, os indivíduos, subjetiva e subconscientemente, sejam capazes de organizar suas *doxas* para escapar aos *habitus* nos quais o *campo* se dá, simbolicamente compreendido através dos sentimentos de vivências individuais.

Dentro dessa lógica de análise, foi justamente nesse sentido que os estudos de gênero surgiram, quando em um momento apropriado (o Iluminismo) ideias contrárias às unidades de sentido até então vigentes passaram a contestar (ainda que muito íntima e veladamente e mesmo que somente no plano teórico) os costumes, ou seja, os significados que até então eram dados às coisas, constituindo-se então em um esforço de desnaturalização de práticas, sobretudo àquelas que passaram então a ser compreendidas como de cunho histórico-patriarcal e delimitadoras do campo social. O produto de todo esse complexo exercício de embate que se dá entre o prévia e normalmente conhecido e atribuído como de cunho de coletivo, e a necessidade de atendimento coletivo às novas demandas que surgem em função da evolução das sociedades é uma superação paradigmática, capaz de romper com princípios e ressignificar as práticas cotidianas, já que a consciência da dominação pressupõe que uma atitude consciente seja capaz de superar o inconsciente, em uma relação que ao mesmo tempo é estruturante e estruturadora.

A ideia de feminino construída pelo imaginário mítico coletivo fora analisada por Beauvoir (1980) ao refletir sobre como e sob quais condições deu-se a histórica sujeição feminina nas sociedades patriarcais ocidentais, de tal forma que sua elaboração teórica perfaz um sólido e atemporal manifesto em prol do questionamento da realidade social, da liberdade, da autonomia, da independência e do empoderamento femininos, ao afirmar que o “ser feminino” é socialmente construído e produto de um intenso processo cujas engrenagens de sua dinâmica se comunicam de forma imanentemente conflitiva.

...”não se nasce, se torna mulher”. Exatamente a palavra "tornar" que, no primeiro momento de formação do pensamento feminista, representou um marco, com a construção do conceito de gênero, passou a ser esse o ponto crítico do pensamento de Beauvoir. A palavra "tornar", na forma como a trata essa autora, significa, de fato, uma mudança do corpo biológico ao corpo cultural, isto é: do sexo ao gênero, de uma existência a outra. Para Beauvoir, as estruturas simbólicas definem o masculino e o feminino dentro de padrões universais, dialeticamente opostos, não detectando assim, o caráter de relação de gênero (COSTA, 1998, p.42-43).

No esteio da construção e da reificação social daquilo que se atribui aos papéis sociais de gênero em nossa sociedade, Nielsen (2010) argumenta que praticamente não há evidência empírica para o que normalmente se pensa ao largo das diferenças de sexo ao nível individual ou psicológico, a exemplo da “masculinidade” e da “feminilidade” da personalidade, que são características e habilidades cognitivas, produto da convivência e da doutrinação que se dá no âmbito dos processos socializadores, configurando-se assim entidades de composição interacional e não individual, justificando que provavelmente a maioria dos avanços e das explicações para sua origem encontra respaldo em teorias de estratificação sexual, sobretudo as macrossociológicas, sociológicas, psicanalíticas, e as de base biológica.

Nesse íterim, faz-se necessário pontuar que um dos elementos de maior força legitimadora da perpetuação das tradições² de gênero em sociedade é teorizado por Di Mare (1992) como “retórica”, isto é, a tradição retórica (de base patriarcal) contribuiu para que a ideologização social que produz às diversas conceituações sobre as mulheres, e, conseqüentemente, lhes relegou um status secundário na sociedade contemporânea; além de abarcar a tradição retórica que pode ser utilizada e alterada para valorizar as experiências e os processos de pensamento, tanto de mulheres como de homens.

É perceptível que a tradição retórica, como historicamente operada dentro da esfera pública, realiza grandes implicações para a sociedade global. Infelizmente, no entanto, essa tradição foi usada, pela cultura dominante, como um mecanismo para promover o conceito de que as mulheres eram capazes apenas de funções biológicas e, portanto, apenas um papel de cuidadora e zeladora. Essa função era o papel necessário para a permanência das mulheres no lar, ou seja, na esfera privada, não lhes oportunizando adquirir as habilidades retóricas aceitáveis, ou pior ainda, desenvolver habilidades retóricas representativas das abordagens das mulheres ao discurso em público (DI MARE, 1992).

² Embora se ressalte que o conceito de gênero, assim como a sociedade, é dinâmico, de tal forma que as transformações sociais impactam diretamente nos elementos que definem e caracterizam o termo, sobretudo como um produto social, cultural e histórico.

Ou seja, a tradição retórica foi o nome dado pela autora para o movimento responsável por reproduzir discursos capazes de consolidar e construir determinados comportamentos sociais desejáveis, obedecendo a uma lógica que limita os padrões daquilo que se considera como coletivamente aceito, isto é, reconhece-se o poder que a retórica tem de limitar, definir e cercear o trânsito das mulheres entre os espaços público e privado, relegando-lhes como ambiente de domínio natural, o lar.

Di Mare (op. cit.) prossegue seu raciocínio afirmando que, de fato, a tradição retórica tem atuado como uma ferramenta da posição culturalmente dominante para promover a noção de que as mulheres são capazes apenas da função biológica. Tal concepção sobre as mulheres tem levado a sociedade a acreditar que elas não podem atuar eficazmente na esfera pública. Desta forma, as mulheres têm sido proibidas de contribuir para a evolução da estrutura política da sociedade ocidental como um todo. Consequentemente, as mulheres contemporâneas são apanhadas num círculo vicioso em que a história cria o destino delas. Historicamente, as mulheres eram vistas como capazes de realizar apenas funções biológicas e, portanto, foram proibidas de fazer qualquer coisa que extrapolasse ao sexismo biológico (atualmente, na esfera pública, as mulheres são percebidas como detentoras de habilidades retóricas limitadas, notadas como sendo ineficazes ao atuarem externamente ao ambiente doméstico, e consequentemente, dificuldade de êxito na esfera pública). Em última análise, essa situação contribui para a disparidade econômica e política entre os sexos e a perpetuação do status secundário da mulher na sociedade. Para a autora, a tradição retórica age como uma ferramenta da posição cultural dominante responsável por promover a ideia de que as mulheres são capazes de uma mera função biológica. A autora complementa seu raciocínio afirmando que tal construção do imaginário coletivo induz a sociedade a acreditar que as mulheres não podem participar igualmente aos homens na esfera pública e essa limitação de razão retórica impede que as mulheres contribuam para evolução tanto estrutural quanto política da sociedade ocidental.

Consequentemente, ainda conforme a autora, as mulheres contemporâneas são tragadas por uma realidade na qual estão presas a um círculo vicioso no qual o destino é determinado pela história. Assim, as mulheres, historicamente, eram vistas como capazes de realizar somente funções biológicas³ e, portanto, impedidas de obter qualquer tipo de protagonismo ou destaque fora do que se reconheça como a esfera privada ou doméstica. Em

³ Entende-se por funções biológicas aquelas alusivas à reprodução da espécie, amamentação, alimentação e educação da prole, contribuindo assim para que os filhos componham mão de obra auxiliar à produção familiar.

última instancia, tal concepção contribui para a ausência de paridade política e econômica entre os sexos e a perpetuação do status secundário da mulher torna-se o desejável dentro de determinados padrões instituídos como socialmente aceitáveis.

2. PÓS-ESTRUTURALISMO: O ESTEIO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO

2.1 O Estruturalismo

Para que se compreenda o que é o pós-estruturalismo, há que se abordar primeiramente o que foi o estruturalismo. O termo “estruturalismo” fora cunhado por Saussure em 1916 e fora descrito na obra *Cours de Linguistique Générale* (em português, *Curso de Linguística Geral*). O autor se propunha à abordagem de quaisquer línguas como um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações (seja de equivalência, seja de oposição) que estabelece com os demais elementos, e cada um desses elementos se transforma em conjuntos que entre si estabelecem relações formadoras de uma estrutura (SAUSSURE, 2006).

Difundindo-se em meados do século XX como uma abordagem amplamente utilizada para se analisar a língua, a cultura e o comportamento dos sujeitos em sociedade, o “estruturalismo” não se refere a uma “escola” claramente definida de autores, embora o trabalho de Ferdinand de Saussure seja geralmente considerado um ponto de partida. O estruturalismo é compreendido mais amplamente como uma abordagem geral e com muitas variações. Como em qualquer movimento cultural, as influências e os desenvolvimentos são complexos.

Em linhas gerais, o estruturalismo propõe-se à exploração das estruturas, compreendidas por Saussure (*idem*) como as inter-relações entre os sujeitos, através das quais o significado é produzido no seio de determinada cultura à qual aqueles sujeitos pertencem. Outra adoção do estruturalismo, embora menos frequente, tem sido notada atualmente na filosofia da matemática. Conforme a teoria estrutural, os significados são produzidos e reproduzidos dentro de uma cultura por meio de várias práticas, fenômenos e atividades que funcionam como sistemas de significação (VIET, 1973). Para tanto, um estruturalista estuda atividades das mais diversas, como rituais de preparação e servir alimentos, rituais de cunho religioso, jogos, textos (literários e não-literários) e outras formas de entretenimento e interação social, para desvendar as entranháveis estruturas pelas quais o significado é produzido e reproduzido em uma cultura, tal qual constatara o antropólogo e etnógrafo Claude Lévi-Strauss (1958), um antigo e proeminente praticante do estruturalismo, ao analisar fenômenos culturais incluindo mitologia, relações de família e preparação de alimentos.

Em suas conceituações mais sintéticas, o estruturalismo é apenas uma corrente de pensamento proveniente das ciências humanas que, baseada no estudo linguístico, explica a

realidade social oriunda de um conjunto considerado formal (ou elementar) de relações, sejam elas a linguagem, a sociedade, ou as produções artísticas e literárias. Nos campos sociológico, antropológico e linguístico, o estruturalismo se define como uma metodologia de pesquisa através da qual os elementos que caracterizam a cultura humana devem ser compreendidos em função da sua relação com um sistema ou estrutura maior, mais abrangente.

Já de modo mais detalhado, o estruturalismo é definido pelo substantivo alemão *weltanschauung*, traduzido em termos sociológicos como “cosmovisão”, uma visão de mundo global que fornece um caráter de organicidade às relações sociais, em oposição à narrativa atomística, de realidades e conhecimentos (PALMER, 2007). Desta forma, a visão atomista interpreta a realidade como um composto discreto, formado por unidades irreduzíveis, também conhecido por “individualismo metodológico”. O panorama estruturalista se caracteriza, portanto, na compreensão moderna de redução do sujeito, que conseqüentemente o transforma no produto de sistemas pautados pela impessoalidade. Como por essa ótica os sujeitos não têm a prerrogativa de controlar e originar elementos simbólicos capazes de regular a vida social, mental ou a prática linguística, o estruturalismo é visto como anti-humanista. Já a visão orgânica encara a realidade como um organismo em sua totalidade, de modo que os organismos componentes de um ordenamento social que abrange os demais interagem entre si, cada qual dentro de sua respectiva função.

O estruturalismo (também nominado por “modernismo” ou “modernidade”) é, de maneira geral, a mentalidade coletiva que veio a predominar na civilização ocidental por volta do século XVII. Essa mentalidade foi caracterizada por uma crescente valorização e predominância da racionalidade em todas as esferas da vida. Cada vez mais, as pessoas começaram a usar a racionalidade e a se interessar em conhecer a natureza e como ela funciona. É assim que o método científico surgiu. A ciência começou a oferecer resultados significativos e, a partir do conhecimento cultivado pelo método científico, a civilização ocidental aumentou suas invenções e o uso da tecnologia. Da mesma forma, graças à ciência e tecnologia, o homem foi capaz de exercer mais e mais controle sobre a natureza, e as condições sanitárias melhoraram, aumentando significativamente o padrão de vida. Esse movimento foi acompanhado por outras transformações. As cidades começaram a crescer e os Estados se tornaram muito mais complexos. A burocracia nasceu como um meio de aperfeiçoar a organização e a tomada de decisões. As redes comerciais expandiram-se significativamente. A produção econômica tornou-se muito mais eficiente, e isso trouxe consigo o nascimento do capitalismo. Além disso, o trabalho começou a se especializar e, se

especializando para ser mais eficiente e produtivo, a sociedade começou a ser segmentada em classes (ANDRADE, 2012).

Os historiadores costumam chamar esse período de “modernidade”. Embora se possa estimar que seu início na Europa ocorrera no século XVII, demorou um pouco mais para chegar a outras regiões do mundo. Habitualmente são chamadas de “tradicionais” aquelas sociedades nas quais as grandes transformações da modernidade ainda não chegaram. O estruturalismo é geralmente entendido como a doutrina ou movimento que defende essas transformações. Por exemplo, um habitante da moderna Londres é claramente estruturalista, mas não necessariamente um estruturalista. Talvez o londrino deseje viver nas condições da Inglaterra feudal, embora trabalhe em uma fábrica, se beneficie da ciência e use muita tecnologia avançada (idem).

Diante disso, uma compreensão mais radical do estruturalismo organicista não compreende a realidade somente através de uma leitura puramente factual, que considere os fatos sociais como coisas em si, tal qual o método científico positivista defende. O estruturalismo organicista tem como elemento de análise os relacionamentos que os sujeitos sociais estabelecem entre si, considerando de que modo as relações sociais são capazes de moldar os comportamentos, as atitudes e as atuações individuais dentro de determinado contexto social.

Então, quando tanto estruturalistas quanto pós-estruturalistas reivindicam destacar que cada objeto de análise em si nunca está de fato “lá”, eles divergem quanto à noção do eu que se apresenta como presença e essência. Este é o ponto em que o estruturalismo flui para uma abordagem menos pragmática e mais perceptiva das subjetividades que abarcam o objeto. Ou seja: o objeto em si pode ser tanto existência, quanto essência, a depender do viés ideológico sob o espectro do avaliador. Caso a abordagem se dê considerando as possibilidades de ação do sujeito dentro de um espectro puramente perceptível sob a ótica objetiva, configura-se um quadro de análise estrutural. Caso contrário, se a abordagem de análise considerar as possibilidades que pairam além do que é perceptível de modo mais factual, permitindo-se a consideração de elementos subjetivos que, mesmo ausentes, podem explicar realidades, configura-se um quadro de análise conceitual do pós-estruturalismo.

Nesse sentido, cada “objeto”, mesmo quando em situação de invisibilidade, reflete o total do sistema, e o total do sistema está presente em cada uma de suas partes porque o estruturalismo reivindica para si o desvelamento das estruturas permanentes que se perfazem ocultas na realidade social, seja atrás, seja por baixo, seja de modo velado, capazes de serem

reveladas diante das sutilezas de um método que empregue um olhar extremamente acurado, revelador e explicativo para que a compreensão dessa realidade seja possível.

Foucault (2005) destaca que o estruturalismo é um tipo formal de pensamento e que, fora dos domínios da linguística ou da mitologia comparada, poucos autores saberiam dizer exatamente o que significa.

O que me surpreende no que se chamou de movimento estruturalista na França e na Europa Ocidental por volta dos anos 60 é que ele era efetivamente um eco do esforço realizado em certos países do leste, e em particular na Tchecoslováquia, para se libertar do dogmatismo marxista. E, por volta dos anos 55 ou 60, enquanto em um país como a Tchecoslováquia a velha tradição do formalismo europeu do pré-guerra estava renascendo, viu-se surgir quase ao mesmo tempo na Europa Ocidental o que se chamou de estruturalismo – ou seja, do meu ponto de vista, uma nova forma, uma nova modalidade desse pensamento dessa pesquisa formalista. Eis como eu situaria o fenômeno estruturalista, relocalizando-o nessa grande corrente do pensamento formal (FOUCAULT, 2005, p. 308).

Para Coutinho (1972), quando o estruturalismo esteve em voga em meados do século XX, tornou-se à época um dos temas dominantes da cultura moderna. Impondo-se como um método piamente “científico” e capaz de superar o irracionalismo existencialista e a abstratividade difusa de um “humanismo” pseudomarxista, aquela “nova” filosofia rapidamente conquistou adeptos entusiastas por todo o mundo ocidental, penetrando e influenciando círculos bastante heterogêneos. Deste modo, o estruturalismo, em suas várias versões, tomou, sobretudo a partir de 1968 no Brasil, não somente setores substanciais da nova geração intelectual que surgia, mas inclusive alguns significativos representantes da geração anterior. E por isso admite-se que o estruturalismo se transformou em uma corrente viva, atuante e significativa da cultura ocidental de nossos dias.

Peters (2000) afirma que o método estruturalista fora aquele iniciado pelos linguistas e depois teria se estabelecido paradigmaticamente nas ciências humanas, porque ele é um método que se propõe a estudar as funções estruturais, portanto, se ocupa de investigar vínculos internos e sincrônicos entre seus elementos vinculados. Ao partir da linguagem e dos estudos de parentesco, do inconsciente à psicanálise, o esforço do método estrutural, conforme o autor argumenta, se difundiu multidisciplinarmente. No entanto, o autor adverte que como o sujeito individual é secundário à estrutura a qual pertence, a crítica do estruturalismo ao sujeito produz uma defasagem deste sujeito em relação à História.

No entanto, continua o autor, quase simultaneamente às suas formulações iniciais, o estruturalismo encontrou opositores renomados. Ainda assim, a verdadeira natureza histórica e sistemática dessa corrente nem sempre é avaliada da forma mais assertiva, mesmo por

aqueles que intuíram com sagacidade o seu caráter altamente problemático. Em grande medida, tais opositores (inclusive brasileiros) faziam parte precisamente das duas correntes denunciadas - com relativa conveniência - pelo estruturalismo, isto é, ao irracionalismo e ao pseudo-humanismo marxistizante. A polêmica, assim, convertia-se frequentemente num debate estéril: contrapunham-se certezas unilaterais estruturalistas às unilateralidades similares, apesar do sinal contrário. Por essa razão, o debate terminava por destacar as posições adversárias, já que - na medida em que cada um dos opositores delatavam as unilateralidades alheias - justificava dessa maneira suas próprias unilateralidades. Em vez da “cientificidade” estruturalista, aventava-se um humanismo ideológico, subjetivista e retórico; versus um “racionalismo” formalista, limitado e objetivamente agnóstico, advogava-se uma “imaginação” intuitiva, irracionalista e anticientífica; à negação da história como dimensão objetiva do real, divergia-se a um historicismo abstrato, igualmente irracionalista e subjetivista (COUTINHO, 1972).

O estruturalismo, dessa forma, como escola de pensamento, é idealizado através da criação de categorias nas quais o pesquisador tem a possibilidade e a autonomia de inserir seu objeto de pesquisa de forma imparcial, do modo como já se fazia habitualmente nas “ciências duras” e nas ciências biológicas pré-concebidas, onde o objeto de pesquisa seria exclusivamente categorizado e descrito (SALES, 2003).

Para Palmer (2007), a compreensão da abordagem estruturalista está condicionada à apreensão da relação existente entre axiomas epistemológicos que estão intrinsecamente vinculados entre si (a noção de estrutura e o discurso subjetivo presente nos sujeitos que convivem sob tal estrutura). Primeiramente, há que considerar que há uma visão de que o conteúdo é redutível a uma forma, onde a palavra “forma” designa uma (usualmente oculta) estrutura que se apresenta além do que é aparente, encontrando-se envolta pela cultura, pelos costumes e pelo devir comportamental dos sujeitos. Em segundo lugar, há que se considerar que se aplica a teoria da realidade humana e os respectivos princípios da linguística de Saussure a todos os fenômenos sociais, sendo assim, o estruturalismo seria capaz de explicá-los. A consequência da relação expressa entre os dois axiomas epistemológicos é que não existem formas completamente autônomas para explicar as realidades provenientes da cognição humana, quer sejam divindades, formas platônicas essenciais, átomos, ou quaisquer outras formas reducionistas ou generalizantes. Em vez disso, há os relacionamentos sociais como possibilidades explicativas das ações sociais.

O estruturalismo, no entanto, é sujeito às mudanças de percepção à medida que o cenário da realidade observado se altera. Consequentemente, o conhecimento estruturalista é

aberto à mudança quando as estruturas observadas mudam. Entretanto, a despeito desta abertura à mudança, ao notar um padrão repetitivo de signos, o cientista estruturalista espera alcançar alguma compreensão segura. Por exemplo, ao percorrer os padrões repetitivos da vida cotidiana (acordar, trabalhar, comer, dormir) podemos começar a compreender as relações entre cada elemento (sua ordem e lugar). Podem haver limites a tais padrões (dormir, fazer dormir, trabalhar), mas esses seriam desvios excepcionais do padrão normal. A ideia é que o conhecimento deve começar pela norma e só então considerar a exceção. A norma implica um desvio na definição da exceção. Se há um lado ético e político nesta distinção, é que a verdade e o bem estão na norma, embora muitas discordâncias sejam possíveis tanto quanto o que diz a norma (WILLIAMS, 2005).

O termo fora formalmente utilizado pela primeira vez em 1929 pelo linguista russo Roman Jakobson que desejava esclarecer o uso dessa estrutura-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa precípua consistiria em desvelar as leis internas de um determinado sistema (PETERS, 2000). Observa o autor que se tivéssemos que escolher um termo que sintetizasse a ideia central da ciência atual, em suas mais variadas manifestações, dificilmente poderemos encontrar uma designação mais apropriada que a de estruturalismo. Isso porque qualquer conjunto de fenômenos analisados pela ciência contemporânea é tratado como um todo estrutural, e não como um aglomerado mecânico, e sua função básica consiste na revelação das leis internas – sejam elas estáticas, sejam elas dinâmicas – desse sistema. O que parece ser o alvo das questões científicas não é mais o estímulo exterior, mas as premissas internas do desenvolvimento: a concepção mecânica dos processos cede lugar, agora, à pergunta sobre suas funções.

O estruturalismo fora, no entanto, rejeitado por Foucault (2005), até então um estruturalista, e que viria a se tornar um dos principais expoentes do pós-estruturalismo, apesar de sua recusa em aceitar quaisquer rótulos e de suas suspeitas sobre as teorias globais de totalização (em que tudo é explicado em termos de um modelo que tudo abrange). Foi esse raciocínio que o levou a rejeitar tanto a psicanálise quanto o marxismo e, eventualmente, rejeitar o próprio estruturalismo, enquanto teórico já imerso naquele nebuloso modelo epistemológico de análise chamado “pós-estruturalismo” (ibdem).

Então, foi necessário o casamento com o marxismo, simbolizado pela proximidade da vanguarda inovadora à figura de Althusser, para que o “pós-estruturalismo” pudesse por a questão estruturalista a partir do problema do capitalismo, como se neste ato injetasse a História na análise estrutural, e virasse o estruturalismo contra si próprio. Desse modo, segundo Peters (2000), a história conceitual do “pós-estruturalismo” estaria contada, fechando o primeiro eixo de sua definição, como

algo que “vem depois e que tenta ampliar o estruturalismo, colocando-o na direção certa” a fim de se construir uma crítica interna. E devemos entender por tal “redirecionamento” a inserção de uma dimensão vivida da própria história, dimensão que era ausente, segundo este ponto de vista, nas reflexões estruturalistas de até então (RODRIGUES, s/d).

No entanto, alguns acadêmicos, que mesmo sendo expoentes do estruturalismo, passaram a questioná-lo, como um método não mais tão capaz assim de responder às demandas ontológicas, metodológicas e epistemológicas como até então se pensava. Pode-se creditar tal crítica ao fato de que, sobretudo por volta dos anos de 1960, tanto os estruturalistas quanto os pós-estruturalistas trouxeram muitas e importantes contribuições ao conhecimento humano.

2.2 O Pós-Estruturalismo

É justamente esse caráter crítico ao estruturalismo que deu origem ao pós-estruturalismo. Para Williams (2005), “pós-estruturalismo” fora a nomenclatura dada ao movimento filosófico que se iniciou nos anos de 1960 e que permanece sendo uma influência não apenas filosófica, mas também para uma gama bastante ampla de campos temáticos, dentre os quais, a literatura, a política, as artes, as críticas culturais, a história e a Sociologia. Essa influência é controversa pelo fato de que o pós-estruturalismo é compreendido como uma posição reacionária, a despeito, por exemplo, das ciências e dos valores morais estabelecidos.

Assim, surge o pós-estruturalismo: uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas, instrumentalizada pela desconstrução de alguns conceitos considerados até então tidos como verdades absolutas e generalizantes, já que se considerava seu fator objetivante e pragmaticamente mensurável.

Para Peters (2000), o termo “pós-estruturalismo” tem sua origem nos Estados Unidos e teria se manifestado para nominar uma prática típica daquele país, que se baseava na assimilação do trabalho de um conjunto diversificado de teóricos. O pós-estruturalismo também é conhecido por “neoestruturalismo”, como alguns autores preferem, para dar a ideia de continuidade do estruturalismo; ou ainda “superestruturalismo”, para enfatizar uma dimensão mais abrangente, como uma espécie de expressão “guarda-chuva”, mantendo-se inalterados seus pressupostos comuns. Todas essas expressões mantêm sua centralidade na proximidade histórica, institucional e teórica do movimento junto ao estruturalismo (idem). O autor, no entanto, observa que não se trata de uma escola de pensamento definida, já que

contempla práticas críticas e conhecimentos dos mais diversificados, caracterizando-se pela predominância da análise das formas simbólicas, especificamente as alusivas à linguagem, como formadoras da subjetividade – e não como formadas por esta. Isto é, tanto estruturalistas como pós-estruturalistas assimilam a cultura e a linguagem como sistemas simbólicos e avultam estratégias de análise que consideram a realidade como uma construção social subjetiva. Para outros teóricos, como Jacques Derrida, por exemplo, o prefixo “pós”, não define a total negação ou oposição dos enunciados estruturalistas (MENDES, 2015).

O prefixo “pré” que antecede o termo é por vezes incompreendido. Sobre isso, Almeida (1999) assevera uma possibilidade explicativa:

Confesso desconhecer a razão do prefixo “pós” na designação desta vertente do pensamento contemporâneo. Talvez se deva à tendência hoje generalizada de prestigiar a pretensa superação dos paradigmas teóricos passados. De qualquer forma, essa versão mais recente do pós-modernismo vem se impondo como modismo de prestígio em certos meios culturais e acadêmicos, constituindo novo desafio aos defensores da racionalidade objetiva. Se pensarmos que modalidades do estruturalismo, especialmente as ligadas à antropologia de Lévi Strauss, continham em germe uma filosofia explosivamente anti-humanista e potencialmente antirracionalista, podemos considerar que seu sucedâneo ampliou ou radicalizou a démarche já em elaboração (ALMEIDA, 1999, p. 87).

Desde então, Lévi-Strauss, Lacan, Derrida, Foucault, Deleuze, Lyotard, Barthes, dentre outros, produziram um vasto e consistente arcabouço teórico e é notório que as abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas são muito diferentes. Sobre isso, Sarup (1993) pontua que a última teoria, por exemplo, não opera com a estrutura linguística. Obviamente existem muitas semelhanças, mas ambas as abordagens fazem críticas.

Para Jameson (1991), o estruturalismo é sinônimo de modernidade, e o pós-estruturalismo é a “pós-modernidade”, que constituindo uma concepção tardia do capitalismo, onde elementos simbólicos se fundem, e os comportamentos, crenças e atitudes apresentam padrões transitórios em virtude de múltiplas influências.

[...] A modernidade consistiu do que Luhmann descrito como uma diversificada, às vezes gradual, diferenciação das coisas, campos, atividades, experiências, etc. substituindo a identificação simbólica de níveis com os outros que vieram do pensamento tradicional ou religioso, então a pós-modernidade pode muito bem ser visto como um colapso (*rebattement*) de todos os níveis com o outro, em uma igualmente intensa desdiferenciação. [...] Pós-modernismo então é essa desdiferenciação, esta implosão que reúne aspectos que modernidade tinham sido separados como disciplina, de modo que a superestrutura é dobrada para trás sobre a base e, ao mesmo tempo, a base torna-se superestrutural. Isso exige, claramente, uma nova maneira de trabalhar a crítica cultural e a descrição histórica [...] (JAMESON, 1991, p. 22).

Existem muitas proximidades entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, bem como inovações teóricas distintas. Mas não se pode negar que o pós-estruturalismo é claramente interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes (AGUILAR; GONÇALVES, 2017). Embora tenha se iniciado no seio das artes, o movimento extrapolou as dimensões artísticas ao amplificar sua característica propriamente questionadora e relativizadora a outras áreas, como a Filosofia, a Arquitetura e as ciências curativas⁴.

Dessa forma, no começo, o pós-modernismo se apresentou como um movimento dentro das artes. Mas hoje o pós-modernismo é mais um movimento ligado à Filosofia e à ciência. Embora o termo “pós-modernismo” tenha um significado muito difuso, podemos defini-lo amplamente como a tendência a rejeitar os valores defendidos pelo modernismo, especialmente o predomínio da racionalidade em todas as esferas de nossas vidas. E, como corolário, a “pós-modernidade” seria o estágio histórico no qual o pós-modernismo se tornaria cada vez mais proeminente (ANDRADE, 2009). Na concepção de Cezar (1995), o pós-estruturalismo perdura com diferentes formas de apreensão conceitual: ora é visto como um ciclo subsequente ao desgaste estruturalista, ora como um corpo teórico autônomo e paralelo (neoestruturalismo), ou ainda como negação do estruturalismo (anti-estruturalismo).

Consequentemente, não se pode negligenciar que o pós-estruturalismo prosperou por meio múltiplas correntes e por uma labiríntica rede de pensamentos interdisciplinares, compondo-se a partir das significativas divergências entre os pensadores que construíram teorias questionadoras dos princípios estruturalistas. Dentre esses pensadores, destacam-se: Martin Heidegger, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault, entre outros, que se inspiraram nas obras de Friedrich Nietzsche (PETERS, 2000). Portanto, a perspectiva pós-estruturalista é mais bem representada através desses pensadores que o compõem.

Diante dessa estrutura,

O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as “estruturas”, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista (PETERS, 2000, p. 10).

Uma característica importante que diferencia as perspectivas estruturalista e pós-estruturalista, conforme Hall (1998), diz respeito à posição central que o sujeito ocupa na

⁴ Optou-se pelo termo em substituição a outras categorias de difusão pós-modernista a exemplo da homeopatia, do método de decoração baseado no feng-shui, dentre outras.

realidade social, havendo cinco principais estágios de representam na teoria social e nas ciências humanas, concorrendo para o descentramento do sujeito:

1. O primeiro estágio do descentramento humano se refere às tradições do pensamento marxista, ao direcionar a centralidade das ações para e no ser social, posicionando o sujeito dentro das grandes estruturas que amparam a sociedade moderna;
2. O segundo estágio desse descentramento surge quando da descoberta do inconsciente em função da teoria psicanalítica freudiana, que viola o conceito de sujeito racional cartesiano;
3. O terceiro estágio de descentramento se refere à teoria linguística de Ferdinand de Saussure que argumenta: “[...] nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua [...]. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 1998, p. 40-41);
4. O quarto momento de descentramentos de identidade e do sujeito situa-se no o conceito de “poder disciplinar”, surgido na sociedade do século XIX e aprimorado por Michel Foucault, segundo o qual este dito “poder” tem o intuito de adestrar tanto o corpo quanto o comportamento dos sujeitos através das instituições que regem e limitam as populações modernas;
5. O quinto estágio se refere aos efeitos causados pelo movimento feminista, seja como o surgimento daquele movimento social, seja como o surgimento de uma crítica teórica através de um constructo acadêmico, que traz à baila questionamentos políticos e sociais inéditos e dos mais diversos matizes acerca do modo sobre o qual os sujeitos masculinos e femininos são constituídos, abrangendo questões que destacam as subjetividades, a formação das identidades sexuais e de gênero, dentre outras.

Notadamente, percebe-se que embora tenha sido cunhado para dar conta de vasto campo que abrangia tanto os estruturalistas, os semióticos, os althusserianos, os marxistas, os foucaultianos, os pós-estruturalistas, dentre outros, o estruturalismo por si só não foi capaz de fazê-lo por ter se tornado bastante estreito, incapaz de abranger tão vastos e recentes campos do saber social, tanto que é Foucault se negava veementemente em ser classificado como estruturalista, ou como Derrida, que explicitamente se opunha aos estruturalistas. Por essa razão o estruturalismo é mais adequado a teóricos como Saussure, Jakobson, Lévi-Strauss, Greimas e Barth, que compartilham a mesma forma de pensar acerca das estruturas (HARLAND, 1987).

Giddens (1999) destaca algumas características que julga pertinentes para a interseção do estruturalismo e do pós-estruturalismo:

- a) a relevância da linguística;
- b) a ênfase na natureza relacional para a leitura das totalidades;
- c) o caráter controverso do signo;
- d) a prevalência do significante sobre o significado;
- e) o descentramento do sujeito;
- f) uma especial preocupação com a natureza da escrita – ou seja, com o material textual;
- g) a atenção no aspecto temporal como algo constitutivo e integrante da natureza dos eventos, e;
- h) a indagação da noção de sujeito do pensamento humanista renascentista que considera o sujeito como um ser provido de autonomia, liberdade e autoconsciência, origem de todo conhecimento e da ação moral e política.

Aduz-se então que o pós-estruturalismo ressalta a relevância da estrutura não na constituição do sujeito, mas sim na determinação das diferentes posições de sujeito que emergem nos momentos de tomada de decisão (PEREIRA, 2010), porque o descentramento do sujeito que o pós-estruturalismo encampa transgride o ideário de um ser humano universalizado e essencializado (que é defendido pelos estruturalistas nos permitindo adentrar nas mais variadas formas de experiências vivenciadas em contextos diversos e por diferentes indivíduos). Consequentemente, aquele sujeito histórico, e formador da práxis que possibilita a transformação da realidade através das ações sociais que ele até então não tinha consciência de que poderia provocar, padece de um processo de esmiuçamento, de diluição, cedendo espaço para o poder universal advindo tanto das linguagens quanto de suas práticas discursivas formadoras do sujeito.

O conceito que permeia essa perspectiva fora explicitada por Lepargneur (1972) ao afirmar que a cultura é responsável por produzir a consciência, de alguma forma, essa consciência não necessariamente representa a verdade, porque a verdade do sujeito encontra-se no seu inconsciente. Dessa forma, não seria “o todo”, “o sistema”, ou “a estrutura” capaz de revelar a verdade ocultada em suas entranhas pela “maquiagem cultural”. É necessário um processo de esclarecimento para que se percebam as subjetividades ocultadas como relevadoras da verdade que é subjetiva e inconsciente.

Mariano (2005) destaca, no entanto, a relevância da classe social enquanto elemento descentrador do sujeito, quando evidentemente, diante de uma abordagem marxista. No que tange à análise do pensamento marxista como ambiente acolhedor de um movimento filosófico que fosse capaz de suportar a análise de uma práxis descentradora do sujeito, há a concepção de que a classe social se instala como o seu fundamento. Esse raciocínio propicia o contributo à construção teórico-metodológica do sujeito material e histórico. Contudo, desfrutando das contribuições marxistas e indo além delas, pensadoras feministas apontaram que enquanto categoria de análise, a classe social se baseia em um essencialismo do sujeito, que lhe universaliza no interior de cada uma dessas classes, e essa ‘universalidade é também masculina. Ademais, conforme essa crítica, o sujeito se constitui por posições múltiplas, que são plurais, contraditórias e contingentes, capazes de retirar desse modo a centralidade da classe social e descentrar o sujeito.

Embora tenha se destacado em meados do século XX, o estruturalismo (embrião do pós-estruturalismo, ou superestruturalismo) remonta ao período renascentista, pressupondo que o homem é livre, agente intelectual de sua vontade, e que os processos de pensamento não são coagidos por circunstâncias históricas ou sociais, e é justamente nisso que está a crítica que paira sobre os pós-estruturalistas ou estruturalistas (SARUP, 1993). A assertiva que fora eternizada por Descartes (2001) ao afirmar “penso, logo existo” assume-se de um sentimento de que o indivíduo é plenamente consciente e autoconhecível. Não é apenas autônomo, mas coerente; a noção de outro território psíquico, em contradição com a consciência, é inimaginável. Em seu trabalho, Descartes nos oferece um interlocutor que imagina falar sem ser reciprocamente falado.

Assim, o pós-estruturalismo se caracteriza pelo intermitente questionamento das práticas sociais; práticas essas que se baseiam nas relações ou relacionamentos que os indivíduos estabelecem entre si em função de uma estrutura que os abriga, possibilitando seu convívio em grupos ou sociedades. Por isso Silva (2005) observa que se trata de uma conjuntura questionadora do *status quo* produzido sobre uma análise crítica à qual esse mesmo panorama fora objeto de questionamento anterior, porque a crítica anteriormente elaborada indicava servir-se de algum aparato sobre a qual se circunscreveu. É então essa leitura anteriormente dada como “certa e verdadeira” que é o objeto do questionamento pós-estruturalista, que valoriza as nuances construídas sobre elementos subjetivos, que se outrora eram ignorados, agora são valorizados, compreendidos como elementos reveladores da realidade social, justamente por serem eivados de significados muito intrínsecos à condição humana, sob a égide da história, da cultura e da linguagem.

O pós-estruturalismo é inerente à tradição estruturalista da linguística de Ferdinand de Saussure. Contudo, diferentemente à compreensão dos estruturalistas, os pós-estruturalistas compreendem significado (conceito) e significante (imagem acústica) como uma relação, partindo do pressuposto que o significante é superior ao significado. Por essa razão decorrem as análises dos discursos. O conceito de discurso em Saussure provém da distinção que o mesmo faz entre língua e fala, afinal, a língua representa o aspecto estrutural da linguagem e a fala representa o modo particular como a fala se articula em relação à língua. Dessa forma, o discurso seria a apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua.

Foucault (2005), ao observar tal relação entre significante e significado, afirmou:

O problema da linguagem veio à tona, e pareceu que a Fenomenologia não era capaz de dar conta, tão bem quanto uma análise estrutural, dos efeitos de sentido que podiam ser produzidos por uma estrutura de tipo linguístico, escritura em que o sujeito no sentido da Fenomenologia não intervinha como aquele que confere o sentido. E, muito naturalmente, estando a esposa fenomenológica desqualificada por sua incapacidade de falar da linguagem, o estruturalismo tornou-se a nova noiva (FOUCAULT, 2005, p. 311).

Para Poster (1989), a teoria pós-estruturalista tem muito a oferecer para a reconstrução da teoria crítica⁵ no contexto dos desenvolvimentos ocorridos no final do século XX, incluindo-se aqui o pós-estruturalismo e seus consequentes efeitos na querela da analítica social. O autor assim explica essa perspectiva de outra forma:

Deixe-me nesse ponto caracterizar meu uso do termo pós-estruturalista. Escritores pós-estruturalistas, especialmente Michel Foucault, reavaliam a natureza da temática da teoria e do sujeito teórico baseando-se em grande parte na reavaliação das novas formas de conceituar a linguagem. A questão pós-estruturalistas assume facilmente que o sujeito teórico pode gerar um discurso que representa o real, desmascara a dominação da realidade, sem que ele mesmo ou ela mesma introduzam novas formas de dominação. Pós-estruturalistas criticam a assunção excessiva do pensamento moderno que teoriza o discurso como a expressão direta de uma verdade que se encontra na mente do teórico, e por vezes, essa verdade

⁵ Para o autor, a teoria crítica, no entanto, contém o melhor do que permanece entre a desordem dos marxistas e as posições teóricas neo-marxistas, ou seja, o melhor do que resta da esquerda. [A teoria crítica] apresenta uma atitude de antagonismo e a crítica é a face da formação social contemporânea profundamente problemática, já que sustenta um esforço para teorizar o presente como um momento entre o passado e o futuro, segurando um espelho historicizante para a sociedade que obriga a um reconhecimento da transição e da natureza falível dessa própria sociedade, que insiste em no que pode ser desmontado e aperfeiçoado consideravelmente. A teoria crítica vai contra a corrente de um processo legitimador endêmico das formações de poder, consistindo em um mecanismo discursivo através do qual a finitude das instituições é naturalizada e universalizada. A teoria crítica é uma contrapartida disruptiva para a investigação sobre a face de práticas sociais que dizem: “Não me mexam, porque sou bom, justo e eterno”. Ao contrário de algumas tendências pós-estruturalistas, a teoria crítica nasce do pressuposto de que vivemos em meio a mundo da dor, que muito pode ser feito para aliviar essa dor, e que a teoria tem um papel crucial para atuar nesse processo. Além disso, assume que qualquer teorização que oculte o sentido de imersão em um mundo imperfeito é cúmplice desse mundo. (Poster, 1989).

capta a realidade histórica e os agentes da ação subsequente a atualizam. Os pós-estruturalistas apontam para varias caminhos nos quais a materialidade da linguagem afeta a relação do teórico para o discurso dele ou dela e as formas nas quais o campo social é composto por fenômenos linguísticos [...]. O termo pós-estruturalista, local para círculos intelectuais no nos Estados Unidos, aproxima uma linha de afinidade em relação a alguns teóricos franceses que raramente estão reunidos na França e os quais em alguns casos rejeitariam essa designação. Eu me refiro a pensadores como Lacan, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, e Jean-François Lyotard. A validade do uso do termo pós-estruturalista deriva de certas vicissitudes da história intelectual intercontinental nas duas últimas décadas. Esses pensadores nos encurralaram e reagiram contra o formalismo de estruturalista e contra a figura do sujeito epistemológico implicado ou explicitado defendido por esses teóricos. Eles também em algum momento anterior em suas vidas aderiram de um modo ou outro à teoria marxista, mais tarde desenvolveram dúvidas sobre ela, e, por conseguinte, se opuseram à farra do comunismo francês e ao seu uso teórico. Contudo, muitas diferenças sérias e substanciais entre os pós-estruturalistas não foram suficientes para que as ignorasse (POSTER, 1989, 81, trad. nossa).

Apesar de sua constituição e a colaboração de seus representantes teóricos ter ocorrido gradualmente ao longo de cerca de uma década, os críticos da perspectiva pós-estruturalista, conforme citado por Williams (2005) apontam duas principais limitações: a primeira, que a compreensão do pós-estruturalismo é clara e deliberadamente difícil; e, a segunda, que o pós-estruturalismo adota posições que são marginais, inconsistentes e insustentáveis.

Controvérsias à parte, a hermenêutica que circunda esse *status quo* sempre esteve, historicamente, apontada para relações de dominação existentes entre as classes sociais e no campo das relações econômicas oriundas do sistema capitalista, que se justificaria pela crença de que se o problema da divisão de classes sociais fosse mitigado, a sociedade seria mais justa e igualitária (AGUILAR; GONÇALVES, 2017). Porém, “[...] as teorias pós-críticas não limitam a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo. Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, etnia, no gênero e na sexualidade” (SILVA, 2005, p. 149).

Como de fato as relações de dominação extrapolam os limites econômicos do capitalismo, ultrapassam as dimensões analíticas que definem o explorador e o explorado, miseráveis e abastados, os proletários e os donos dos meios de produção, já que englobam diversas outras formas de dominação, a dominação masculina, a dominação étnica, a heterossexualidade compulsória, a repressão sexual, a supremacia ortodoxo-religiosa, dentre outras formas dos mais diversos matizes (AGUILAR; GONÇALVES, 2017). Para os autores, o grande mérito do pós-estruturalismo se perfaz assim com o exercício analítico relativizador que, baseando-se nas premissas proferidas pelos sujeitos que compõem o objeto de análise, indagam o panorama analítico para a desconstrução da praxe culturalmente produzida e que

redunda na exclusão das minorias. Essa exclusão geralmente se dá pela perpetração de poder através das classes sociais, que se valem das práticas discursivas para reproduzi-las.

Tem-se, a título ilustrativo desse panorama teórico, a contribuição de Simone de Beauvoir. Uma das pioneiras dentre as autoras que influenciaram o movimento feminista, a autora (1967) teve sua obra mais famosa publicada em 1949. Sua concepção epistemológica de sujeito fora configurada naquele momento histórico no qual a obediência inquestionável às práticas sociais passa a ceder espaço ao enaltecimento das possibilidades questionadoras, produto da conjunção de fatores alusivos ao amadurecimento científico possibilitado pelo Iluminismo, pela incapacidade de o estruturalismo responder aos questionamentos apresentados pela quebra de paradigmas reproduzidos culturalmente e, por fim, pela indagação de determinados grupos sociais aos dogmas religiosos. Tanto que na obra “O Segundo Sexo” Beauvoir apresenta primorosa e definitivamente a relevância das demandas femininas e de gênero para o ambiente acadêmico. Sua assertiva segundo a qual “não se nasce mulher: torna-se mulher” representa a luz lançada pelo pós-estruturalismo à condição feminina, que por ser historicamente definida, está para além do que os costumes sociais meramente representam como o modelo ideal. Isto é, “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 361).

Outra renomada teórica feminista que também contribui para a difusão da corrente pós-estruturalista foi Joan Scott, que em “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista”, advoga a causa de que o pós-estruturalismo é o modelo teórico mais adequado ao feminismo porque possibilita o rompimento do velho esquema conceitual do qual as tradições filosóficas ocidentais historicamente se valem e contribuíram para a construção hierárquica do mundo, organizando-o em termos de universos masculinos e especificidades femininas (SCOTT, 1999). Outro argumento defendido pela autora aponta para a necessidade de haver teorias que possibilitem a articulação de pensamentos alternativos sobre gênero e que não busquem simplesmente a reversão ou a confirmação daquelas velhas hierarquias. Scott (*idem*) ressalta ainda que, embora não seja a única, o pós-estruturalismo é a corrente epistemológica que possui instrumental mais satisfatório e adequado para a análise das construções de significados e das relações de poder, bem como para amparar o questionamento de categorias unitárias e universais que forjaram a universalidade e a naturalização histórica de determinados conceitos. Por essa razão, o pós-estruturalismo e o feminismo se complementam como plataforma e sujeito no qual a razão do sujeito encontra

respaldo para ser legitimado, suplantando as *práxis* sociais consolidadas. Assim, a autora classifica as abordagens linguísticas e filosóficas baseadas nas ideias de Derrida e Foucault como pós-estruturalistas. Isso se deve ao fato de que as teorias da linguagem aprimoradas ou teorizadas pelos pós-estruturalistas fornecem elementos epistemológicos e ontológicos para que se reflita “como as pessoas constroem significados”, “como a diferença (e, portanto, a diferença sexual) opera na construção do significado” e “como as complexidades dos usos contextuais abrem caminho para mudanças no significado” (SCOTT, 1999).

A partir do pós-estruturalismo, a ênfase não é no como sugere um estudo de processos, não de origens; de causas múltiplas, ao invés de causas únicas; não se abandona a atenção às estruturas e instituições, mas se busca entender o que elas significam para poder então entender como elas funcionam. Os significados dessas organizações não são fixos, mas sim dinâmicos no léxico de uma cultura, por isso interessa à História analisar: os processos conflitivos através dos quais os significados se estabelecem, as maneiras através das quais conceitos como gênero adquirem a aparência de fixidez, as contestações que ocorrem às definições sociais normativas e ainda as respostas a essas contestações. Em suma, interessa saber como se dá o jogo de forças presentes na construção e implementação de significados em qualquer sociedade (SIQUEIRA, 2008).

O anti-dogmatismo encampado criticamente pela perspectiva pós-estruturalista acerca de tudo que é socialmente compreendido como “certo e verdadeiro” implica nessa nova forma de se pensar de que modo o conhecimento científico é construído e solidificado, assim como seus métodos, técnicas, e eficácia em sociedade. Pressupõe o questionamento do lugar que a ciência ocupa ao passo em que se manifesta como enunciação da verdade absoluta. O que está em xeque na análise da perspectiva pós-estruturalista é o próprio discurso da ciência (AGUILAR; GONÇALVES, 2017).

No bojo das dimensões analíticas que o pós-estruturalismo reivindica para si, esse método pode ainda ser encarado como um grande guarda-chuva sob o qual contempla outras teorias e perspectivas, apresentando por vezes sinais dúbios que podem induzir o analista social a aduzir que o pós-estruturalismo é caótico e instável. No entanto, tal inferência nada mais é do que a impressão de como muitas vezes o pós-estruturalismo pode ser mal compreendido. Sob o manto de suas possibilidades subjetivas pautadas no conceito de descentramento do sujeito e desconstrução da (pseudo) ordem social, outras teorias foram produzidas, tais como a Teoria do Discurso, a Teoria dos Estudos Culturais e da Teoria *Queer*.

Para Palmer (2007), o pós-estruturalismo surge como uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas instaurando uma desconstrução de alguns conceitos

considerados como verdades absolutas e centrais. Tem-se então uma questão que envolve duas naturezas com a noção de sujeito: primeiro a crítica ao sujeito masculino como universal, revelando as operações hierárquicas das diferenças sexuais; depois a crítica à essencialização do sujeito (sexo ou classe social) postulando um descentramento da constituição dos sujeitos e das identidades. Nos dois casos, a rejeição à oposição binária masculino/feminino faz-se presente (MARIANO, 2005).

Beauvoir (1980) foi uma das precursoras da abordagem crítica ao sujeito, que ao desafiar a presumida universalidade, neutralidade e unidade masculina, argumenta que no mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica, sem marcações de nenhuma espécie, e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua “diferença”, sempre vinculados e aprisionados em suas especificidades, designando o outro, portanto, uma parte inquestionavelmente absoluta (o homem) e outra parte fragilmente relativa (a mulher).

No âmbito da linguística, ramo da ciência que se ocupa de estudar as características da comunicação humana e cuja percepção da vertente pós-estruturalista é uma das mais evidentes, a hermenêutica das sutilezas e subjetividades pode se dar de duas formas: pela análise sincrônica ou pela análise diacrônica. Para Saussure (2006), a sincronia se refere a uma análise situada temporalmente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso quer dizer que a compreensão que se faz do fato social é inerente ao momento em que ele ocorre, sem outros reflexos para além do tempo e do espaço, ou seja, não há a observação da influência histórica naquela realidade. Diferentemente da diacronia, o caráter histórico é essencial à análise social, de forma que a realidade apreendida é influenciada, determinada e reproduzida historicamente pelos sujeitos. Assim, o caráter sincrônico resvala àquilo que ocorre ao mesmo tempo, isto é, a ocorrência do fato e sua interpretação se dão simultaneamente. Já o caráter diacrônico alude àquelas ocorrências que somente são possíveis de interpretação através do tempo, isto é, sua interpretação somente é possível em detrimento das condições históricas nas quais o discurso ocorreu. Passando isso para o estudo da língua, sincronia é estudar os fenômenos da língua através de um recorte, ou seja, numa determinada fase/época e diacronia é o estudo da língua que engloba as mudanças ocorridas através do tempo.

Ambas as leituras discursivas, sincrônica e diacrônica, contribuem para a construção de uma leitura atomística do mundo social, encarando a realidade como uma totalidade tão passível de descrição quanto irredutível como um organismo, cuja composição se dá partes que se complementam mutuamente, tal como “átomos”, que se apresentam de modo real apenas na medida em que são mais reais do que o todo e estão relacionados a cada outro e também para o todo.

Atualmente, muitos pensadores de esquerda, variando de críticos literários a teóricos políticos, parecem estar lidando com um dilema basicamente similar. Esse dilema gira em torno das implicações do pensamento pós-estruturalista - e sua mais recente mutação em teorias do pós-moderno para políticas emancipatórias. O engajamento entre o pós-estruturalismo e outros tipos de críticas radicais vem acontecendo há vários anos. O ataque pós-estruturalista às formas tradicionais de pensamento e, em particular, às noções ortodoxas de racionalidade e ao tema unificado teve efeitos profundos sobre muitos tipos de crítica cultural e social. Embora sempre tenha havido alguns críticos da esquerda que rejeitaram de imediato as ideias do pensamento pós-estruturalista, a convergência foi, no todo, positiva e estimulante. No entanto, o que distingue o dilema mais recente é que muitos pensadores radicais anteriormente simpáticos começaram a retirar-se criticamente de vários dos princípios pós-estruturalistas que costumavam defender. As perguntas que estão sendo feitas agora tendem a girar em torno de dois temas centrais e inter-relacionados. Em primeiro lugar, onde é que a desconstrução pós-estruturalista da subjetividade unificada em posições de sujeito fragmentadas leva à compreensão dos indivíduos como agentes ativos capazes de intervir e transformar o seu ambiente social? Em segundo lugar, quais são as implicações da suspensão pós-moderna de todas as formas de julgamento de valor, de conceitos como verdade, liberdade e racionalidade, para projetos políticos emancipatórios que necessariamente se baseiam em certas “suposições” metafísicas sobre o que constitui opressão e liberdade?

A teoria pós-estruturalista, cuja lógica “relativista” tende a levar a um recuo da política, sempre foi marcada por tensões e as exigências normativas de formas de crítica mais engajadas politicamente chegaram ao ponto de ruptura em alguns casos (FRASER; NICHOLSON, 1989). No entanto, as teóricas feministas também não foram isentas desse imbróglio. De fato, talvez mais do que qualquer outro grupo de teóricos, as feministas estão particularmente envolvidas porque o cruzamento entre a teoria feminista e o pós-estruturalismo tem sido especialmente vibrante e produtivo. A crítica filosófica pós-estruturalista do sujeito racional ressoou fortemente com a crítica feminista da racionalidade a um viés essencialmente masculino. Ademais, as feministas se basearam extensivamente no argumento pós-estruturalista de que ao invés de ter um núcleo fixo ou essência, a subjetividade é construída através da linguagem e é, portanto, um amálgama aberto, contraditório e culturalmente específico de diferentes posições de sujeito (SAUSSURE, 2006; FOUCAULT, 2009). Esse argumento tem sido usado de várias maneiras pelas feministas, particularmente as feministas socialistas - para criticar a tendência entre certas feministas

radicais de construir as mulheres como uma irmandade global ligada por características femininas invariantes e universais. Apesar dessas importantes convergências teóricas, no entanto, as feministas estão começando a questionar novamente o quanto elas podem recorrer ao pensamento pós-estruturalista. Mais uma vez, o problema fundamental se configura na medida em que uma forma filosófica de crítica que rejeita qualquer tipo de certeza ou juízo de valor entra em conflito com a política feminista cujo objetivo principal de superar a subordinação das mulheres repousa necessariamente em certos juízos de valor básicos: alegações de verdade.

Como um cânone pós-estruturalista, é quase um consenso de que qualquer consideração do trabalho de Foucault tem que considerar as questões levantadas no debate atual. Ainda mais, porque, talvez em maior medida do que qualquer outro pensador pós-estruturalista, as feministas se basearam no trabalho de Foucault (2005). O autor apresenta em que dimensão o poder e sua relação com o corpo são suficientes para explicar aspectos da opressão das mulheres.

O fato de a sexualidade não ser uma qualidade natural ou inata do efeito de feministas historicamente específicas com as relações de pensamento de Foucault forneceu uma sólida estrutura analítica para explicar como a pobreza é empobrecida e controlada em certas imagens determinadas da sexualidade feminina. Mais ainda. Uma entidade cultural, e não natural, fez uma contribuição significativa para a crítica feminista da menção ao essencialismo. Entretanto, apesar do fato de que as ideias de Foucault sobre a teoria feminista, feministas também estão conscientes de suas limitações críticas. Pois a ênfase dada ao corpo dos efeitos resulta em uma redução dos agentes sociais para descobrir como os indivíduos podem agir de uma determinada maneira. Essa falta de uma teoria arredondada do sujeito entra em conflito com o objetivo fundamental da epistemologia feminista. O desenvolvimento, em parte, de um conceito reconhecível para a agência e a autodeterminação por parte de Foucault também leva a termos negativos como uma compreensão proativa das concepções de poder e de dominação portanto (NARVAZ; NARDI, 2007).

Em princípio, Foucault contesta que tal poder seja produtivo e positivista, embora tenha aprimorado sua análise anterior da tecnologia do *self* em função de técnicas através das quais a prevalece a subjetivação individual. Foucault produz teoricamente na formação de suas próprias identidades. Essa noção seria suficiente para explicar como os indivíduos podem escapar dos indivíduos que atuam sob a ótica de poder de Foucault na sociedade moderna. Ao mesmo tempo, porém, Foucault define a autonomia em termos essencializados como, por exemplo, a potencialização pré-reflexiva ou inata de um indivíduo, porque, em última

instância, essas práticas são sempre determinadas pelo contexto social. Os indivíduos não são mais concebidos como corpos dóceis nas garras de um poder disciplinar inexorável, mas como agentes autodeterminantes que são capazes de desafiar e resistir às estruturas de dominação na sociedade moderna. Tal mudança de ênfase também exige uma exploração renovada das implicações de sua ideia do “eu” para a teoria feminista. Embora o trabalho de Foucault sobre o *self* tenha sido amplamente disponível na tradução inglesa há algum tempo, obteve pouca repercussão.

A preocupação pós-moderna com a diferença sexual (ou de gênero) ou com a invisibilidade sexual (ou de gênero), como Braidotti (1988) aponta, fez da diferença sexual uma metáfora de uma diferença mais ampla, transformando-a em um eixo geral - em que uma perspectiva filosófica feminista tem pouca relação com o concreto, com a questão das sexualidades, ou da presença histórica da vida real das mulheres. Faz-se relevante dizer que dentro do debate feminista sobre o pós-modernismo não há consenso de opinião. Algumas feministas estão otimistas sobre a possibilidade de formulação de um pós-feminismo, como Fraser e Nicholson (1989), por exemplo, são inteiramente contrárias à possibilidade de um diálogo que convirja entre duas vertentes de pensamento, argumentando que o pós-moderno se encarrega de desconstruir categorias, tais como a subjetividade e a capacidade de agência, que nega às mulheres a oportunidade de articular e analisar suas experiências, assim como elas são propensas a notar as possibilidades de superar a marginalização (BENHABIB, 1986). Muitas feministas adotam um meio-termo entre essas duas posições e uma necessidade para que elas desenvolvam ferramentas teóricas capazes de lidar com a diferença de uma maneira não-essencializada, mas, ao mesmo tempo, elas permanecem céticas sobre as implicações relativistas de uma postura política feminista pós-moderna.

É nesta área de um potencial de cruzamento entre o feminismo e teorias do pós-moderno que a autora tenta demonstrar o que uma reconsideração entre o trabalho de Foucault e de outras teóricas feministas pode oferecer.

Nicholson (1990), no entanto é crítica quando à confluência da teoria de Foucault, feminismo e pós-modernismo ou a construção teórica de um pós-modernismo feminista. A autora é cética quanto à possibilidade de um pós-modernismo feminista não apenas por perceber algumas incompatibilidades entre as categorias da diferença e da diferença sexual, mas também por perceber a falsa polarização que o debate sobre a modernidade e a pós-modernidade estabelece entre a teoria e a prática e sobre o geral e o particular. Por um lado, a ideia de práticas de autonomia é informada por um forte compromisso político e Foucault claramente pretende que se vejam como autônomas as práticas dos indivíduos para alimentar

algum processo mais amplo de transformação social, no entanto essa representa uma importante contribuição para a teoria social.

Giddens (1996) aponta, dentro da teoria social, a existência de inclinação acentuada para a dualidade entre estrutura e agência. Contra essas noções invariantes de identidade, Foucault realça a variedade de formas nas quais as identidades são constituídas. De um lado Foucault enfatiza a existência de um conflito com o projeto feminista de redescobrir e revalorizar as experiências das mulheres e apresenta o desafio de pensar a diferença dentro da diferença sexual. Uma complexa e contraditória imagem ao entrar no século XXI, aqueles de nós interessados no mundo do trabalho estão conscientes de que somos confrontados com uma complexa e contraditória imagem de homens, mulheres e organizações. Por um lado, muitas partes da imagem são otimistas, contendo evidências de que as divisões entre mulheres e homens no local de trabalho estão diminuindo e o verdadeiro progresso está sendo feito em prol da igualdade de gênero. Vemos que mais e mais mulheres estão entrando e atuando em organizações, e que muitas mulheres são a principal fonte de rendimento para a unidade familiar. Além disso, uma vez em suas organizações, muitas parecem enfrentar os “tetos de vidro”⁶ e fazendo muito mais que os homens fazem para que alcancem postos elevados nas mais diversas organizações.

Bom, essa diferenciação, ela é institucional. Quando ela [a instituição Polícia Militar de Minas Gerais] determina um TAF⁷ para homens e mulheres de forma diferente e eu considero totalmente legítima. Eu já vi militares do sexo masculino protestando com relação a isso, considerando que tinha que ser igual o TAF, o que é absolutamente ridículo. Por isso que eu te falo da questão do CFO⁸, da competitividade... Eu ouvi isso dos meus colegas de turma. Então, a polícia, quando ela estabelece tabelas diferentes [para o TAF] ela oferece um tratamento diferenciado... O caso dos coletes também, né? Que vieram coletes destinados especificamente às militares do sexo feminino. O B1⁹... O lado que abotoa é diferente do fardamento para os militares do sexo masculino. Eu não sei, de forma prática porque fizeram isso não, mas é diferente. Até mesmo a modelagem do uniforme feminino é diferente da modelagem do masculino. Às vezes eu percebo que alguns colegas, alguns militares, eles têm deferência de “ah, deixa a PFem¹⁰ passar na frente”, essa questão do cavalheirismo, que é algo mais pro lado social, eu acho interessante também que não se perca na Instituição... E outras vezes nos tratam diferente mesmo. Eu conheço uma militar que o sonho dela é servir no

⁶ Barreiras invisíveis que impedem a ascensão das mulheres a posições de poder.

⁷ Teste de Aptidão Física: requisito para ingresso, para admissão nos certames internos, para avaliação e para promoção na Polícia Militar de Minas Gerais.

⁸ Curso de Formação de Oficiais.

⁹ Um dos vários tipos de fardamento adotados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Especificamente o fardamento usado habitualmente nas atividades operacionais rotineiras do policiamento ostensivo.

¹⁰ Corruptela para se referir à mulher policial militar. Pode também ser usada em sentido pejorativo

batalhão ROTAM¹¹ e aí eu falo pra ela: “Tira o cavalo da chuva! Nunca vão deixar você servir no ROTAM. ROTAM não é pra Fem.” “Ah, por quê?”. E aí ela fica revoltada! “Ainda mais quem tem forma de frango!” Ainda mais ela que é magrinha... “Você não vai mesmo! Nunca vão deixar!” Isso eu acho que é uma coisa que nunca vai mudar. E isso é legal? Não. Eu acho que isso é ruim. Qual é o problema que tem uma mulher servir no ROTAM? E aí a gente vê o preconceito bem latente, né? Bem evidente. Qual é o problema de uma Fem [ser do] ROTAM Comando? Essa menina, hoje ela é capitã, mas na época ela era tenente. Aí a gente percebe sim a diferenciação. O último Comando [Comando-Geral] que teve mesmo... não havia nenhuma Oficial no último posto [ou seja, uma mulher no posto de Coronel]. Consideraram que nenhuma mulher era boa o suficiente para tal... Não promoveram. Por muito custo no finalzinho promoveram uma QOS¹² que foi pra mostrar que as de fileira realmente não capacidade para ser Coronel e aí não promoveram nenhuma. A gente vê tudo isso. A gente percebe claramente que existe sim o preconceito com uma forma diferenciada de tratar [as mulheres da e na PMMG] (Capitã Hipárquia¹³, 21 anos de serviço).

O relato apresentado expõe assimetrias de gênero que a Corporação reproduz, e que, perpetuadas pelo tempo e pela cultura organizacional, tendem a ser neutralizadas pela percepção organizacional de que sua neutralização compõe um quadro de normalidade, de que é um fato social inquebrantável e estão aquém das prioridades que poderiam desencadear um quadro de mudança significativa. Outra análise suscita uma possibilidade de que a presença feminina em um grupo masculino solidamente coeso poderia aventar o receio, por parte dos homens, que a presença feminina poderia significar um risco caso haja uma eventualidade que requiera o uso da força física de maneira mais enfática.

A fala, carregada de uma percepção da entrevistada que encontra guarida na sua experiência e vivência de quem foi soldado antes de ser Oficial, pode experimentar diferenças circunstanciais entre fazer parte de um grupo majoritário, e, portanto, detentor da prerrogativa do poder da obediência, e fazer parte do grupo minoritário, embora detentor da prerrogativa do poder de mando. O primeiro grupo corresponde, dessa maneira, à classe das Praças, e o segundo grupo, a classe dos Oficiais.

¹¹ Diz-se do Batalhão, ou do portfólio de serviços policiais, denominado Rondas Táticas Metropolitanas, atuante na capital do Estado e região metropolitana. Assim como os demais tipos de policiamento especializado, é fortemente reconhecido como um reduto, dentro da Polícia Militar de Minas Gerais, como essencialmente (quase que exclusivamente) masculino. Seus integrantes são amplamente reconhecidos por ostentarem atributos físicos e comportamentais masculinos, como porte físico, imposição do vigor físico pela voz e pela forma de se comportar dentro de toda a composição simbólica que remete à ode à natureza masculina da atividade policial.

¹² Quadro de Oficiais da Saúde. O quadro de efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais onde os profissionais da área de saúde são alocados: medicina, enfermagem, farmácia, fisioterapia, odontologia, psicologia e medicina veterinária.

¹³ Todas as entrevistas constam referenciadas com pseudônimos que aludem a mulheres que se destacaram na história do Brasil e do mundo, tais a primeira filósofa grega que se tem notícia (Hipárquia), Chica da Silva, Isabel (em referência à princesa Isabel), Anita (em alusão à amazona gaúcha Anita Garibaldi), e a amazona Maria Quitéria.

A segregação que se dá no âmbito das concepções hegemônicas de gênero - a concentração de homens e mulheres em ocupações dominadas por pessoas de seu próprio sexo - é composta por dois elementos, tanto vertical, como horizontalmente. Segregação horizontal é entendida como a sobre-representação nominal de mulheres e homens em setores, profissões e empregos de forma que não estão diretamente ligados à desigualdade (BROWNE, 2006). Por exemplo, a profissão de assistente social é fortemente dominada por mulheres, enquanto a grande proporção de físicos é do sexo masculino. Já a segregação vertical é entendida como uma sobre-representação ordinal dos sexos nos empregos, ocupações ou atividades em que as mulheres são geralmente concentradas nos domínios que oferecem salários inferiores, os benefícios vinculados ao trabalho mais pobres e apresentam menos oportunidades de promoção e progressão (CHARLES; GRUSKY, 2004). As produções teóricas frequentemente se referem à existência de segregação vertical como o teto de vidro, pois destaca as barreiras invisíveis, mas sempre presentes, que impedem a ascensão das mulheres a posições de poder, como o relato espontâneo da entrevistada ilustra.

Em contrapartida, Belle (1993) aduz que os espaços reservados, os papéis atribuídos definitivamente, as separações estritas ou muros intransponíveis entre o feminino e o masculino não existem mais, embora seja notável a segregação velada que alveja as mulheres no ambiente de trabalho. Esse é o chamado “teto de vidro”, fenômeno estudado por Steil (1997) que se perfaz como uma barreira sutil, embora suficientemente forte, capaz de impedir a ascensão das mulheres aos níveis hierárquicos mais altos. Para a autora, esse é o entrave que limita em função do gênero, e não pela qualificação da mulher, e opera como um instrumento de manutenção das desigualdades como forma de opressão, se fazendo presente em quase todos os aspectos organizacionais, como escárnios, metáforas, jargões, políticas gerenciais, linguagem utilizadas, dentre outras manifestações presentes na cultura da instituição e reproduzidas por seus membros. A distinção velada de gênero, característica do teto de vidro é de difícil detecção, percepção e estudo. Salientam Davidson e Cooper (1992) que sendo o “teto de vidro” um fenômeno suficientemente forte capaz de impossibilitar a ascensão feminina aos postos mais altos da hierarquia organizacional, ele é a representação claramente simbólica de um entrave sutil e transparente.

O último Comando que teve mesmo, não havia nenhuma Oficial no último posto¹⁴. Consideraram que nenhuma mulher era suficiente para tal e ao não proveram. Com muito custo no finalzinho promoveram uma QOS, que eu

¹⁴ Dentro da hierarquia das polícias militares brasileiras, diz-se o posto de Coronel.

acho que foi pra mostrar que as de fileira não tinha capacidade para ser coronel e ai não promoveram nenhuma. A gente vê tudo isso, percebe um preconceito na forma diferenciada de tratar (Capitã Hipárquia, 19 anos de serviço).

A metáfora do teto de vidro, muito utilizada para designar as desigualdades no mercado trabalho, sobretudo nos cargos de gestão, constituiu-se como produto de algumas razões, que para Plassard (1987), se configura como uma discriminação flagrante. Sob essa análise, a promoção de uma mulher aos postos mais elevados ressoaria como uma situação de “prejuízo” ou “desapontamento” organizacional para o Comando da Corporação, porque um frustramento da predileção masculina. Para Schein (1973), há outro fenômeno que descreve as características, os valores e os comportamentos masculinos que se tornam uma espécie de exigência necessária para a gestão das instituições e organizações: é o “*think manager-think male*”, que conforme seu postulado continua atuando globalmente e persiste até os presentes dias. Esse outro fenômeno explicativo das assimetrias de gênero no contexto corporativo pode ser verificado quando a percepção social aponta que os traços que geralmente associados aos líderes (vigor físico e de comportamento, poder de dominância, força física e psicológica, competência no desenvolvimento das atividades laborais, ou mesmo predisposição ao heroísmo) são associados estereotipicamente aos homens. Lado outro, há menos atributos estereotipicamente vinculados às mulheres, como liderança ou boa capacidade de oratória. Pode-se até constatar que muitos dos atributos vinculados à feminilidade são totalmente desvinculados da competência de liderar. Um exemplo pode ser verificado no trecho abaixo:

[...] ainda vejo que estamos como coadjuvantes, pois muitas não exercem efetivamente o papel de policial militar, algumas ainda estão escondidas atrás de mesas e em salas de operações, como se por algum motivo não estivessem prontas para a rotina policial como os demais colegas (Sargento Maria Quitéria, 11 anos de serviço).

O fenômeno do “*think manager-think male*” difere do “teto de vidro” no que se refere à sua amplitude de ação: enquanto o primeiro é um pensamento social amplamente difundido em todos os ambientes onde há uma liderança, sobretudo nos ambientes corporativos, o segundo é um pensamento que embora coletivo, está mais vinculado à cultura organizacional e não à uma amplitude social de modo generalizado. Contudo, os dois fenômenos não são excludentes, podendo ocorrer simultaneamente, como é o caso da Polícia Militar de Minas Gerais.

O “*think manager-think male*”, assim como o “teto de vidro”, é um grande empecilho para as mulheres que aspiram a posições de liderança, porque, de modo geral, as pessoas

possuem expectativas pré-existentes para os postos de liderança. Isso quer dizer que nas situações em que há que se fazer uma avaliação do potencial de liderança alheio, o interlocutor, subconscientemente, compara o aspirante ao cargo com suas expectativas mais íntimas. Quando essas expectativas são atendidas, forma-se uma projeção, de modo que se atribui características de liderança àquela determinada pessoa, mesmo que ela nunca tenha demonstrado isso, ou ter tido a oportunidade de demonstrá-las. Isso ocorre porque as expectativas de liderança são fundamentalmente masculinas, por isso, quando se avalia o potencial masculino, há uma tendência em vê-lo como mais adequado. Como as mulheres não atendem às expectativas sociais, que tendem à masculinidade, a projeção feminina de liderança é incomum. Essa perspectiva dogmática que vincula a liderança à figura masculina é bastante tradicional porque ignora o potencial de liderança das mulheres. Em levantamentos realizados por Halford e Leonard (2001), embora mulheres e homens se comportem de modo muito semelhante em cargos seniores, as pontuações mais altas nos cargos de liderança são masculinas.

Há assim, uma questão de duas naturezas acerca da noção de sujeito: primeiro há uma crítica quanto à universalidade masculina, porque se revelam as operações hierárquicas das diferenças sexuais; e há também uma crítica à essencialização do sujeito, sugerindo um descentramento da constituição que perfaz tanto os sujeitos quanto às identidades. A rejeição à oposição binária masculino/feminino se faz presente nas duas situações.

Nas mais variadas esferas, há a impressão de que as mulheres estão transformando as rotinas organizacionais, sugerindo que os ideais das transformações trazidas pelo advento do movimento feminista cumpriram seu papel. No entanto, pelo trecho da entrevista descrito, conhecidos padrões de diferença e discriminação ainda se fazem presentes. Analisando-se o contexto da fala da entrevistada, há que se ponderar sobre a configuração de coadjuvante que a força de trabalho feminina ainda é relegada. Essa sublimação organizacional da classe feminina expõe como as vidas de mulheres e homens são caracterizadas no âmago das corporações mais tradicionais que compõem o Estado brasileiro. Mesmo após quase quatro décadas de ingresso feminino, e que muito embora parecessem representar uma mudança de padrões, não fora suficiente para tal e a realidade da Polícia Militar de Minas Gerais ainda é fortemente caracterizada por assimetrias de gênero. O exemplo citado ilustra como as mulheres ainda estão sub-representadas nos escalões superiores, e conseqüentemente, sobrerrepresentadas nos escalões inferiores. Como estão em vantagem numérica, os homens dominam a Corporação em todos os sentidos. De fato, a compreensão tradicional dos exercícios sociais de mulheres e homens deve ser alterada, e essa é uma das maiores

possibilidades aventadas pelo pós-estruturalismo, sobretudo em um momento histórico em que as sociedades ocidentais têm se apresentado mais sexualmente ambígua e complexa do que nunca. Como a cultura presente nas organizações mais tradicionais ainda é bastante ortodoxa, as questões de gênero e suas respectivas demandas são tidas como irrelevantes, e por isso reforçam os atributos de vantagem aos homens e os atributos de desvantagem às mulheres. Para que esse paradigma seja revisto, é necessária uma ampla desconstrução capaz de redefinir sua reprodução, dentro e fora das carreiras de trabalho e organizações tradicionais porque tanto as realizações quanto as insatisfações dentro das organizações são complexas e múltiplas.

Infelizmente, a organização tradicional do trabalho sustentou a incompatibilidade entre ser líder e ser mulher. Estruturas hierárquicas de cima para baixo tendem a reforçar as culturas de liderança masculina existentes. Quando as pessoas relatam que o compartilhamento informal de conselhos em sua equipe tende a girar em torno de um ou alguns indivíduos importantes de alto status, as pessoas tendem a avaliar as líderes do sexo feminino de maneira menos favorável do que os colegas do sexo masculino.

2.3 A Polícia Militar de Minas Gerais

A constituição dos corpos ou forças policiais surge em função da concepção dos estados nacionais modernos. As referências históricas que abordam a origem da Polícia Militar de Minas Gerais são bastante escassas, mas convergem sempre no mesmo propósito: a salvaguarda das riquezas a serem enviadas à Coroa portuguesa.

Conforme é de conhecimento de todos e pelos testemunhos históricos que chegaram até os nossos dias, sabe-se que no alvorecer do Século XVIII, impulsionados pela cobiça do ouro e pedras preciosas encontrados nas Minas Gerais, afluíram para a promissora Província expedições oriundas de outros lugares mais desenvolvidos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e até mesmo Portugal.

No seio dessa heterogênea “massa” humana, a única lei vigente e que prevalecia era a lei do mais forte, fundamentada na força bruta e na violência. Contudo, somente a questão da fraude fiscal preocupava os dirigentes d'além mar. (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2013)

A origem da Corporação remete à primeira década do século XVIII, quando a Carta Régia de 09 de novembro de 1709 instituiu a criação da Capitania de Minas Gerais e São Paulo. Naquela época, a organização militar brasileira era bastante incipiente. Em virtude da exploração aurífera, vários levantes ocorreram no território mineiro, e para garantir que o

recolhimento do “quinto” de todo o ouro extraído fosse enviado com segurança à Coroa portuguesa, D. João V, então rei de Portugal, enviou ao Brasil um Contingente de Dragões (MARCO FILHO, 2005).

Contudo, por motivos diversos, tal organização militar não estava mais atendendo aos anseios dos dirigentes da Coroa e fora dissolvido e substituída pelo Regimento Regular de Cavalaria. E deste modo, no século XVIII, estrutura-se na Capitania das Minas Gerais o Regimento Regular de Cavalaria, a mais notória organização de “força pública” militarmente organizada, em 09 de junho de 1775, conforme historiado por Silva Neto (1995).

Assim, com a finalidade de impedir a sonegação de impostos e a institucionalização da violência, bem como erradicar o clima de agitação ora instalado na Capitania, o Governador Pedro Miguel de Almeida - o Conde de Assumar - recorre ao Rei de Portugal, que envia a Minas Gerais duas Companhias de Dragões, constituídas somente de portugueses, que tão logo aqui chegaram foram contaminados pelo sonho da riqueza fácil, trocando suas armas pelas bateias e almocafre.

Diante do enfraquecimento das Companhias de Dragões e de seu desempenho insatisfatório, o Governador de Minas Gerais - Dom Antônio de Noronha - extinguiu-a, criando, no dia 09 de junho de 1775, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, em cujas fileiras foram alistados somente mineiros, que receberiam seus vencimentos dos cofres da Capitania. (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2013)

O Regimento Regular de Cavalaria responsabilizava-se por atividades de cunho policial, impedindo o contrabando aurífero realizando a escolta desse minério ao Rio de Janeiro, e militar, mobilizando o Regimento para o Rio de Janeiro e outros estados do País, por diversas vezes (MARCO FILHO, *idem*).

A base histórica da PMMG foi constituída pelas Companhias dos Dragões e os Regimentos de Cavalaria, que nada mais seriam que tropas pagas nos séculos XVII e XVIII. Tais Unidades modificaram-se, política e estrategicamente, em organizações militares que serviam para sustentar a pátria em função da proclamação da independência do Brasil, quando, por sua vez, deu origem a duas vertentes: o embrionário Exército Brasileiro e os Corpos de Guardas Municipais Permanentes, que tinha dentre suas atribuições a defesa individual e coletiva. A militarização das Forças Públicas estaduais por completo, é oriunda do surgimento da Federação, já que, “assim, os estados-membros passaram a contar com forças militares que, na condição de exércitos estaduais, davam suporte aos então Presidentes dos Estados Federados” (SILVA NETO, 1995, p. 41).

No bojo das transformações ocorridas em consequência do desenvolvimento capitalista, destacando-se nesse cenário, Inglaterra e França, conforme pontuado por Cotta

(2006), que caracteriza a polícia moderna por um corpo profissional “uniformizado, armado, equipado e com a responsabilidade de patrulhar as cidades, prevenindo e reprimindo os atos considerados antissociais”, que independe do Exército e é separado das instituições judiciárias.

Ela [a polícia] resultaria dos esforços de construção de uma concepção de Estado orientada pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz através de meios pacíficos e civilizados. A ideia de polícia como força pública seria uma concepção resultante das mudanças ocorridas na França a partir de 1789. (COTTA, 2006, p.29)

Ademais, a história da Polícia Militar de Minas Gerais é reforçada pela ideia e pela presença mítica do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em suas fileiras, cuja imagem é associada ao Regimento de Dragões por atrelar-se diretamente à Inconfidência Mineira.

À Força recém-criada, a qual pertenceu Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes: Protomártir da Independência e Patrono Cívico da Nação e das Polícias Brasileiras -, caberia cumprir missões de natureza militar, através de ações e operações de enfrentamento dos tumultos, insurreições e defesa do território da Capitania e da Pátria, e, de natureza policial, na prevenção e repressão de crimes, mantendo em ordem a população, para que o ouro pudesse ser extraído, transportado e exportado em favor do Reino Português. (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2013)

A configuração de uma polícia militar é explicitada por Mainardi (2009) como uma instituição pautada basicamente pela hierarquia e disciplina, numa esfera da administração pública, legitimada pelo governo para a manutenção da segurança e da ordem.

A questão da identidade da Corporação, desde seu surgimento, até os períodos mais recentes, é analisada por Cotta (2006) como um misto de diferenças que constituem uma unidade de fato, trespassada por uma estrutura de poder capaz de aglutinar tantas disparidades internas. Durante sua trajetória histórica, através de um dispositivo discursivo que representou a diferença como unidade ou identidade, a Polícia Militar de Minas Gerais procurou costurar as diferenças em uma única identidade. Ressalta-se que a construção dessas identidades é entremeada por uma estrutura de poder e em seu interior existem diferentes classes sociais, gêneros, divisões, contradições, lealdades e diferenças sobrepostas. Então, se até o final da década de 1980 os discursos que ressaltavam as características e os feitos militares forneciam um sentimento de pertencimento aos policiais-militares, a década seguinte representaria o complexo de processos e forças de mudança. Uma transformação que colocaria cara a cara as

“identidades policiais” e a cidadania, uma junção que resultaria numa profunda crise institucional e a redefinição de sua trajetória. E é por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos que a representam que essas identidades povoadoras da cultura organizacional policial militar ganham sentido. O exercício das identidades se dá através da representação, e dentre os tipos de representatividade pode-se citar o performatismo, que atua simbolicamente para realizar a classificação tanto do mundo, como das relações entre os indivíduos, no interior da estrutura de dominação (HALL, 1997).

Em um primeiro olhar pode parecer fácil definir o que seja “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “brasileiro”, “negro”, “heterossexual”, “jovem”, “homem”, etc. A identidade assim concebida se afirma como uma positividade (“sou isso”, “sou aquilo”, “sou isso e aquilo”), um fato autônomo, e uma característica independente. Por essa ótica, a identidade só tem a si própria como referência: ela é autossuficiente e autocontida. Ainda sob essa ótica, assim como a identidade, a diferença também é figurada como um instituto independente. E somente nesse caso, e contrariamente à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é boa de serviço”, “ela é ruim de serviço”, “ela não tem competência para ser PM”. Assim como a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, compreendida como auto-referenciada, ou seja, como algo que remete a si mesma. Assim como a identidade, a diferença simplesmente existe e ambas estão envolvidas em uma relação de íntima dependência e a forma afirmativa como difundimos a identidade tende a ocultar essa relação. Quando se diz, “sou isso” parece que o sujeito falante faz menção à uma identidade que se finda em si mesma. “Sou policial militar” e fim. Portanto, quando um membro de uma organização policial militar afirma isso, isso quer dizer que aquela pessoa precisa fazer essa afirmação exclusivamente porque há outros sujeitos que não fazem parte daquela realidade. Assim, diante de uma realidade imaginária amplamente diversificada, se todos os sujeitos compartilhassem da mesma identidade, as afirmações identitárias seriam totalmente desnecessárias (SILVA, 2000).

A afirmação “sou policial militar”, na verdade, é parte de um extenso rastro de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou policial militar” deve-ser ler: “não sou policial civil”, “não sou agente penitenciária”, “não sou guarda municipal” e assim por diante, num lastro, neste caso, quase inesgotável.

Por isso, a identidade é uma das principais categorias recentemente incorporadas ao léxico conceitual das ciências sociais. A ampla aceitação deste conceito deve-se, em primeiro lugar, à sua natureza estratégica e ao seu poder de condensação, mas também à crescente percepção de sua necessidade teórica. De fato, o conceito de identidade é um daqueles

conceitos de encruzilhada para onde grande parte das categorias centrais da Sociologia converge, tais como gênero, cultura, normas, valores, status, socialização, papéis sociais, etc. Ademais, esse é um conceito-chave nas ciências sociais pela simples razão de que a identidade é um elemento essencial para a vida social, a ponto de que sem ela a interação social seria inviável - o que presume a percepção da identidade dos indivíduos e o significado de sua ação. Consequentemente, sem a percepção da identidade simplesmente não haveria sociedade (JENKINS, 1996).

Os conceitos de cultura e identidade são inseparáveis porque as identidades só se formam através das diferentes culturas e subculturas às quais o indivíduo é membro. Para que as identidades individuais sejam desenvolvidas, as pessoas utilizam recursos culturalmente disponíveis em suas redes sociais imediatas e na sociedade como um todo. Portanto, as contradições e disposições do meio sociocultural têm um profundo impacto no processo de construção identitária (FROSH, 1999). E, além disso, o enunciado discursivo é revelador porque as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. As afirmações sobre diferença também dependem de um lastro, geralmente oculto, de declarações negativas (no estrito sentido de negar e não difamar) sobre (outras) identidades. Por isso, a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade.

Tanto a diferença quanto o sentimento de pertença seriam, assim, performatizados naqueles ensejos nos quais os sujeitos pautam suas ações em função dos ditames de outrem com os quais se relacionam. E como produtos desses contextos, esses relacionamentos são indicativos, na perspectiva de Goffman (2008), dos processos identitários provenientes de relações de poder porque consentem para a percepção das condições nas quais o processo interacional se dá tanto no que diz respeito à liberdade e autonomia dos participantes quanto de aspectos que vão além de suas próprias vontades.

Permanentemente então, o sujeito se vê como refém de uma avaliação alheia, capaz de limitar e determinar suas ações, pelas prerrogativas em detrimento daquilo que o julgamento alheio compreende como desejável de sê-lo. Assim, as exigências que compõem o crivo alheio são chamadas mais adequadamente de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que é imputado ao indivíduo poderia ser entendido mais como um achaque feito por um retrospecto em potencial – caracterização ‘efetiva’, uma identidade social latente. A categoria e os atributos que o sujeito, na realidade, prova deter serão chamados de sua identidade social real (GOFFMAN, 2008).

Fatalmente, identidade e diferença são inseparáveis. Geralmente, considera-se a diferença como um produto oriundo da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por essa perspectiva, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas (GIMÉNEZ, 2007).

Na origem do estabelecimento da diferença está a compreensão do ato ou do processo de diferenciação. É justamente essa noção que está no centro da conceituação linguística da diferença (SILVA, 2000).

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais (SILVA, 2000, p. 76-77).

Por essa seara, várias teóricas feministas aduzem que ao se trazer a ideia de um sujeito universal – seja o cidadão, para as teorias liberais, seja o proletário, para as teorias críticas, como o marxismo –, o pensamento moderno foi imensamente útil ao feminismo por transigir a noção de “uma experiência comum das mulheres, generalizável a partir da vivência de gênero e coletivamente compartilhada através das culturas e da história” (SORJ, 1992, p. 16). Ademais, essa noção de “experiência comum” – objeto posterior de polêmicos debates e questionamentos acerca das categorias teóricas e estruturas políticas do feminismo – torna-se fundamental para a (auto) percepção das mulheres enquanto ator coletivo/sujeito histórico,

sendo assim, como agentes portadoras de interesses e identidades próprias (Bonneti *et al*, 2014).

No que tange ao exercício da atividade policial, Pereira (1993) afirma que a atividade policial, exercida diuturnamente em todos os municípios e comunidades mineiras, é o policiamento ostensivo de fato, ação de polícia ostensiva, e em toda ação policial, é de fundamental importância à maneira como se dá a interação entre policial e cidadão. Ademais, o objetivo geral da atuação militar é o inimigo, geralmente representado por um conjunto de pessoas e objetos. Já o objetivo da ação policial é a comunidade (polícia preventiva) e, circunstancialmente, algum cidadão que, mesmo infringindo a lei (polícia repressiva), tem que ser resguardado com seus direitos e garantias individuais. A eliminação do inimigo é a regra e até constitui honra. A eliminação do delinquente é a exceção e, quase sempre, um crime sem nenhuma excludente de criminalidade.

A Polícia Militar de Minas Gerais teve importante participação na história política recente do Brasil. Em virtude dos conflitos ocorridos à época do Estado Novo, as forças policiais foram classificadas como forças suplementares do Exército.

Entrando em vigência o regime ditatorial do Estado Novo (1937), as Forças Públicas passaram a ser órgãos dependentes de controle único do poder executivo e subordinado ao governo federal nos assuntos relativos à defesa interna. A lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936, definiu a posição das polícias estaduais perante a União, discriminando-lhes os deveres e direitos e considerando-as reservas de primeira linha do Exército Nacional. Como tal, eram elas inspecionadas semestralmente pelos comandos das Regiões Militares, que tinham como atribuição instruir-lhes militarmente.

Em dezembro de 1939, a Força Pública passou a denominar-se Força Policial. Seu efetivo era distribuído em 10 batalhões de Caçadores, um Regimento de Cavalaria e quatro serviços. Somente em 1946, a Força Policial recebe a sua designação atual: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (COTTA, 2006, p. 116)

Com a promulgação da Constituição de 1988, o papel das instituições policiais foi formalmente delimitado, restringindo a atuação da polícia aos limites determinados pelas garantias constitucionais do cidadão. Foi então estabelecido um Sistema de Segurança Pública, formado por órgãos policiais, com estruturas próprias e independentes, e de acordo com o Art. 144 da Constituição da República, com atribuições distintas, funcionalmente interligadas, corporificando o esforço do Poder Público para garantir os direitos do cidadão e da sociedade, atuando na prevenção e no combate à violência e à criminalidade (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2013).

A Polícia Militar de Minas Gerais se faz presente em cada um dos municípios do estado, incluindo uma grande quantidade de seus distritos, cuja atividade baseia-se na

execução da ação preventiva de criminalidade. Ao menor indício de violação da ordem pública, compete à Polícia Militar, a primeira ação (sobretudo por sua distribuição geográfica): a intervenção na ocorrência, “cujos procedimentos constituem preparação para o passo seguinte, a ser realizado pelo órgão público ou particular que detiver a competência e responsabilidade para tal” (HAMADA, 2008, p. 27).

A Corporação, como toda organização militar, baseia sua conduta em dois pilares básicos: hierarquia e disciplina e seu efetivo¹⁵ atual na ativa é de aproximadamente 50.000 membros. A distribuição hierárquica ocorre da seguinte forma:

A Polícia Militar de Minas Gerais estrutura sua carreira hierárquica, de forma similar à do Exército Brasileiro, em postos e graduações: coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º e 2º tenente – participantes do quadro de oficiais de polícia; aspirante-a-oficial e alunos da escola de formação de oficiais – configurados como praças especiais; subtenente, 1º, 2º e 3º sargento, cabo e soldado – fazendo parte do quadro de praças de polícia. (HAMADA, 2008, p.27)

Ao analisar-se a Lei Estadual 5.301, de 16 de Outubro de 1969, nota-se claramente que a conduta e a execução do trabalho policial-militar são pautadas por prescrições que enfatizam o senso de pronta obediência a rígidas normas, quer seja estando em trabalho ou não.

Art. 8º - Hierarquia militar são a ordem e subordinação dos diversos postos e graduações que constituem carreira militar.

§ 1º - Posto¹⁶ é o grau hierárquico dos oficiais, conferido por ato do Chefe do Governo do Estado.

§ 2º - Graduação¹⁷ é o grau hierárquico das praças, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

§ 3º - A disciplina militar é a exteriorização da ética profissional dos militares do Estado e manifesta-se pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e em todos os graus da hierarquia, quanto aos seguintes aspectos:

I – pronta obediência às ordens legais;

II – observância às prescrições regulamentares;

III – emprego de toda a capacidade em benefício do serviço;

IV – correção de atitudes;

V – colaboração espontânea com a disciplina coletiva e com a efetividade dos resultados pretendidos pelas IMEs¹⁸.

Deste modo faz-se uma contextualização história da polícia militar mineira, uma das maiores forças policiais brasileiras, tanto em área de abrangência como em número de efetivo,

¹⁵ Levantamento realizado em fevereiro de 2019. Fonte: PMMG.

¹⁶ Para fins didáticos deste trabalho, a nomenclatura foi substituída por classe/nível hierárquico.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Instituições Militares Estaduais.

cuja missão é a promoção da segurança pública através da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais.

2.4 O trabalho feminino na Polícia Militar de Minas Gerais

Mesmo com a inclusão, participação e atuação feminina no mercado de trabalho, o trabalho executado por mulheres em ambientes militares ainda foi pouco estudado. Não somente a questão feminina, como também a questão de gênero como um todo sejam uma realidade cotidiana em todas as esferas sociais, ainda não se obteve a relevância que sua análise merece. Pode-se constatar tal fato pela escassez de publicações sobre o tema. Essa assertiva é corroborada por outros pesquisadores, dentre os quais Soares e Musumeci (2005) e Souza (2014):

Desde a chegada em maior número do público feminino às fileiras policiais, as discussões sobre a presença feminina nessas corporações têm emergido como um tema de estudo em expansão no Brasil, particularmente no campo das ciências humanas e sociais, preocupado em revelar tanto os aspectos institucionais quanto simbólicos que assinalam o trabalho feminino nesses espaços tradicionalmente masculinos. Quando observada a produção acadêmica sobre a Segurança Pública e, de modo específico, sobre instituições policiais, é possível afirmar, contudo, que são poucos os trabalhos que tenham se voltado para a análise sobre as relações de gênero nessa seara. De modo geral, as pesquisas sobre gênero e instituições policiais, militares ou não, constituem ainda um campo marcado por produção acadêmica reduzida no Brasil, diferente da experiência de países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros, onde a discussão de gênero encontra-se em posição mais avançada com um número muito maior de estudos e de núcleos de pesquisa (SOUZA, 2014, p. 98).

Das produções internacionais sobre essa temática, é possível destacar o artigo de Carol Archbold e Dorothy Schulz (2012), que historia sobre as mulheres policiais nos Estados Unidos, enfatizando assim de que forma ocorreu a participação e a ampliação da presença feminina nas polícias no âmbito norte-americano, bem como as principais características dessa presença, apresentando um panorama atual e as perspectivas da profissão para as mulheres, cujas primeiras experiências na atividade policial remontam ao final do século XIX. O histórico das mulheres norte-americanas na atividade de policiamento remonta aos anos 1870 na região oeste do país. Naquela época, era comum que as esposas auxiliassem seus maridos que foram eleitos como xerifes nos condados locais. Na década seguinte as mulheres já ingressaram nos departamentos de polícias para que atuassem em funções essencialmente assistenciais alusivas ao estereótipo feminino: o cuidado de mulheres presas e menores apreendidos, que se encontravam sob a tutela policial. Esse caráter assistencial é bastante

recorrente nas fontes que tratam dos primeiros registros da atuação feminina nas polícias. Essa é a mesma constatação a que chegaram Frances Heidensohn e Jennifer Brown (1999). A pesquisa dos autores concluiu que o ingresso das mulheres nas organizações armadas fora pautada para a atuação em três áreas bastante específicas: a) condução, escolta e guarda de mulheres no sistema penitenciário; b) orientação de mulheres que se encontravam em situação de risco social¹⁹; c) instrução moral às mulheres envolvidas em crimes e menores infratores, no que se refere aos princípios religiosos e de caridade.

Outra obra que avalia o policiamento feminino no contexto de uma das maiores metrópoles do mundo, Duffin (2010) analisa historicamente o emprego da mão de obra feminina enquanto aplicadoras da lei na cidade de Nova York, cujo ingresso faz quase 200 anos. O autor exorta as inúmeras barreiras, tanto discriminatórias quanto preconceituosas, que as mulheres enfrentam na dura realidade de serem umas das pioneiras em âmbito global, na atuação de policiamento ostensivo e fardado de fato, seja como xerifes, seja como detetives, seja como membros de tropa. As mulheres começaram a trabalhar na aplicação da lei nos Estados Unidos já em 1840, quando seis matronas prisionais²⁰ foram nomeadas para assistir as mulheres presas da cidade de Nova York.

No entanto, durante mais de um século a participação feminina não era obrigatória, prevista em lei, quando somente em 1970 isso ocorreu. Desta forma, se não havia a obrigatoriedade legal para a inclusão feminina na atividade de policiamento, sua atuação era assim relegada ao limbo ocupacional, afinal, baixa representatividade está diretamente vinculada à pouca valorização e pouco reconhecimento daquela função. A história da atuação e do ingresso feminino nas fileiras das instituições policiais é bastante rica: as mulheres que ousaram ingressar em um universo simbólico e, até então, exclusivamente masculino, se depararam com situações impensáveis para os dias de hoje. Desde o policiamento ostensivo realizado a pé nas áreas nas quais o jazz surgia e se tornava popular atraindo multidões aos bares e guetos, até as mulheres conseguirem ingressar no curso de capacitação policial denominado SWAT²¹, foram conquistas duramente alcançadas. As mulheres policiais norte-americanas, sobretudo aquelas que atuavam na região metropolitana da grande Nova York, passaram então a atuar não somente em funções meramente assistenciais ou de salvaguarda de

¹⁹ Situação de pobreza extrema, viciadas em drogas ou bebidas alcoólicas, ou profissionais do sexo, com ou sem filhos menores de idade.

²⁰ Senhoras nomeadas para zelarem pela integridade das mulheres sob custódia policial ou prisional.

²¹ SWAT é um acrônimo em inglês para o treinamento policial denominado *Special Weapons And Tactics*. No contexto norte-americano a SWAT é também o nome dado a uma unidade de polícia altamente especializada nos departamentos das grandes cidades e que atua em ações e operações policiais de alta complexidade.

outras mulheres. Elas passaram a trabalhar em grandes operações policiais envolvendo grande quantidade de viaturas, operações de combate às drogas e às grandes quadrilhas especializadas no tráfico e cometimento de outros crimes, na abordagem a violentos criminosos, e também em situações que necessitassem de desarmar ou detonar explosivos mortais (DUFFIN, 2010).

O autor aborda ainda situações bastante polêmicas, como o assédio sexual no trabalho, a remuneração desigual entre homens e mulheres do mesmo posto ou graduação e ainda as atividades tidas como proibidas para que mulheres as realizassem. Todas essas questões foram então minuciosamente pesquisadas pelo autor como componentes de uma incessante luta pela igualdade de gênero na profissão.

Ainda no âmbito norte-americano, Martin e Jurik (2007) analisam a atuação feminina na atividade de policiamento, que é tradicionalmente dominada pelos homens, além de considerarem as mudanças organizacionais nas instituições armadas ocorridas nas últimas décadas e seus reflexos papéis sociais para o trabalho das mulheres.

Outra obra relevante é de autoria de Jackson (2006). A autora examina o gênero na história britânica, através dos papéis profissionais, identidades, atividades e experiências cotidianas das mulheres empregadas no serviço policial do Reino Unido desde a Primeira Guerra Mundial contra um pano de fundo social e de mudança cultural. Enfocando o período anterior à integração formal das mulheres com os oficiais do sexo masculino nos anos 1970, a autora se vale de veia rica de fontes, incluindo história oral, autobiografia e coleções de arquivos, bem como a imprensa popular, literatura e imagens visuais. Realizando um pioneiro estudo histórico do envolvimento das mulheres em policiamento ostensivo, a autora mapeia a relação entre gênero, vigilância e estratégias de segurança pública. Durante grande parte do século XX, as mulheres policiais desempenharam em papel especializado na constatação e prevenção de abuso infantil e negligência. No Reino Unido, as mulheres também atuavam na investigação de violência sexual e na regulação da prostituição. Assim como no Brasil, as mulheres oficiais britânicas criaram distintamente sua própria cultura ocupacional e de estilo de trabalho feminino em relação aos colegas do sexo masculino e outros grupos profissionais, além das mulheres e crianças com quem se encontravam diariamente, constatando então que diferentes conceitos de “igualdade” têm moldado o envolvimento das mulheres no serviço policial ao longo do tempo.

Diante de uma inclusão ocorrida em detrimento da adequação do serviço policial aos ares democráticos que estariam por vir²², o processo fora bastante caótico para as mulheres. Na década de 1950, a cidade de São Paulo foi a primeira a incluir a mão de obra feminina na atividade de policiamento. Paulatinamente, até os anos 1990, todos os estados brasileiros já contavam com a presença feminina em suas forças de segurança pública.

As transformações mais perceptíveis ocorridas nessa fase estavam centradas nas consequências da retomada da democracia, no crescimento industrial que se intensificava, incentivando a produção industrial nacional, principalmente cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que já se constituíam como as grandes metrópoles brasileiras. Consequentemente, com o desenvolvimento trazido pelo forte ritmo da industrialização e da globalização, grandes empreendimentos imobiliários e residenciais surgiram, alterando tanto os costumes como as paisagens urbanas. O progresso desses grandes centros fez com que fortes movimentos migratórios ocorressem. Trabalhadores vindos de todo o país, mormente das regiões norte e nordeste, se estabeleciam nas periferias das maiores cidades brasileiras almejando melhores condições de vida, fugindo principalmente da miséria e da seca nordestina. Para dar vazão ao desenvolvimento que o país se encontrava, houve a necessidade de construção de obras públicas, o trânsito de veículos sofreu forte impacto, a construção civil se intensificou e o êxodo rural modificou os limites das áreas urbanas. Todas essas consequências se deveram ao projeto de desenvolvimento brasileiro que se iniciara nos anos de 1950, responsável também pelo surgimento de novas contradições constatadas pelo aumento da concentração de renda, na perda do poder aquisitivo salarial e ainda na internacionalização da economia, que contribuíram para o surgimento de tensões sociais e políticas que se refletiram nas décadas seguintes (MENDONÇA, 1990).

O progresso trazido pela industrialização, o aumento repentino da população nos grandes centros, e o fluxo migratório intensificado pela expectativa de melhoria nas condições de vida, impactaram diretamente na violência urbana a partir dos anos 1970 (CERQUEIRA; MOURA, 2014). A criminalidade como um todo, acidentes de trânsito ou delinquência

²² Desde o fim da Segunda Guerra Mundial as mulheres, de modo geral, foram paulatinamente ocupando espaços antes ocupados exclusivamente por homens, já que até então a identidade feminina era pautada pelo domínio de tudo que se referia à esfera privada. O estigma do “ser mulher” era fortemente ancorado em ser criada “para casar”, estar à disposição do marido, ter filhos, educar e criar a prole, reproduzindo essa realidade aos filhos e filhas (Beauvoir, 1980). Ademais, com a promulgação de Constituição de 1988, mulheres e homens passaram a ter igualdade de direitos na atmosfera democrática que passara a vigorar após mais de duas décadas de regime militar. Embora nem sempre a aquisição de direito se constitui o direito de fato, a igualdade na legislação teve um grande efeito simbólico para a luta das mulheres em prol da igualdade entre os sexos (Soares e Musumeci, 2005).

juvenil são problemas sociais, mas como esses problemas sociais se tornam problemas públicos? Isso é algo que envolve uma atuação moralmente mais efetiva por parte do Estado, além do envolvimento de diversas instituições às quais cabe a responsabilidade de apresentar múltiplas possibilidades de resolução. Assim, responder à questão do crime como um problema público remete-nos à discussão acerca das dimensões culturais e estruturais envolvidas. Isto implica necessariamente atribuímos responsabilidade a quem cabe resolvê-lo: significa decidir quem é seu “proprietário”. Quem exerce autoridade no encaminhamento de soluções? Governantes, legisladores, policiais, sociólogos, o Poder Judiciário? São questões a respeito do consenso existente sobre o crime como um problema público e sobre as causas e “terapêuticas” adequadas, e a existência de diferentes instituições e pessoas encarregadas da resolução do problema. Como o problema deve ser atacado? Preventivamente ou em seus sintomas? Quais as variáveis relevantes a serem arroladas para a resolução do problema? Quais, enfim, os fatores determinantes tomados em consideração? Temos aqui uma série de alternativas que buscam “resolver” o problema do crime. O aspecto moral, aliado à identificação de causas do fenômeno, entretanto, é que torna a erradicação do problema algo desejável: “sem uma crença cognitiva na possibilidade de mudança e um julgamento moral de seu caráter, um fenômeno não está em questão, não é um problema” (GUSFIELD, 1981, p. 10).

Coube então às forças policiais estaduais ampliarem suas fileiras e se reorganizarem para fazerem frente ao aumento da criminalidade e da violência, que a partir da década de 1970 passou a se generalizar em todo o território nacional, sobretudo para as mulheres.

O ambiente policial-militar, por ser historicamente dominado pelo sexo masculino, tende a privilegiá-lo. As relações de dominação e poder apresentam maior relevo e a figura feminina é relegada a um plano inferior. Young (1991 *apud* HAGEN, 2006, p.3) caracteriza tal fato como “marginalidade estrutural”, já que o ambiente policial sempre imprimiu aos símbolos masculinos respeito e propriedade, tendo dificuldade em abordar as dificuldades inerentes a gênero, somente porque a masculinidade se encontra, historicamente, como detentora da posição principal. Assim, ocorre um “culto da masculinidade”, tendo a função de conferir prestígio à estrutura, fazendo com que as mulheres sejam difamadas, relegadas a um nível inferior, tratadas condescendentemente e tenham seu valor social negado, quando são poupadas do trabalho efetivo de polícia, ou seja, seu emprego nas atividades diretamente ligadas ao policiamento ostensivo que visa à preservação da ordem pública e manutenção da paz social.

A mesma opinião é compartilhada por Soares e Musumeci (2005), ao afirmarem que a legitimidade da função policial repousa sob o manto do lema “servir e proteger”, e assim, acaba por ressaltar o viés guerreiro e másculo da identidade de polícia. Afinal, em tese, as mulheres estariam desprovidas de disposição para o risco, força física, bravura, heroísmo, dentre outros atributos diretamente associados à figura masculina. O verdadeiro trabalho policial resume-se assim, ao enfrentamento direto contra o inimigo. Ao mesmo tempo, a mulher depara-se com o dilema entre a afirmação e a negação da condição de igual. Ao mesmo tempo em que precisa usar a seu favor as características femininas, é submetida a condições segregadoras por estar inserida em um ambiente e em uma cultura historicamente masculinos. Para que se tenha noção do panorama no qual as mulheres policiais militares de Minas Gerais encontram-se inseridas, a TAB.1 a seguir aponta que a presença feminina atualmente ocorre em todos os postos e graduações da Corporação:

TABELA 1
Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico – 2019

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Total
	Frequência absoluta	Frequência acumulada (%)	Frequência absoluta	Frequência acumulada (%)	
Coronel	45	97,8	1	2,2	46
Tenente-Coronel	175	78,1	49	21,9	224
Major	419	84,1	79	15,9	498
Capitão	551	88	75	12	626
1º Tenente	826	81,5	188	18,5	1014
2º Tenente	1086	82,2	235	17,8	1321
Aspirante a Oficial	5	71,4	2	28,6	7
Cadete	254	89,4	30	10,6	284
Subtenente	589	88,2	79	11,8	668
1º Sargento	884	89,7	101	10,3	985
2º Sargento	3690	91,3	350	8,7	4040
3º Sargento	8238	90,9	828	9,1	9066
Cabo	14041	93,5	972	6,5	15013
Soldado de 1ª Classe	6873	85,9	1124	14,1	7997
Soldado de 2ª Classe	165	85,9	27	14,1	192
Total	37841	90,1	4140	9,9	41981

Fonte: PMMG, 14/02/2019.

As mulheres perfazem atualmente 9,9% de todo o contingente policial-militar do Estado de Minas Gerais. Considerando-se os níveis que representam o baixo escalão da hierarquia policial²³, o nível onde há maior presença feminina é o de Soldado, onde se igualam os percentuais de 14,1 para cada classe. Já o nível onde há menor presença feminina é o de Cabo, com 6,5% de mulheres. Considerando-se os níveis que representam o alto-escalão da Corporação²⁴, o posto onde há maior participação feminina é o de Aspirante a Oficial, com o percentual de 28,6. O posto onde há menor participação feminina é o de Coronel, onde somente uma mulher ascendeu a esse nível, representando 2,2% de todos os Coronéis do Estado de Minas Gerais.

TABELA 2
Efetivo total em atividade da PMMG por sexo e nível hierárquico sobre o efetivo total – 2019

Nível hierárquico	Efetivo masculino		Efetivo feminino		Total
	Frequência absoluta	Frequência acumulada (%)	Frequência absoluta	Frequência acumulada (%)	
Coronel	45	0,12	1	0,02	46
Tenente-Coronel	175	0,46	49	1,18	224
Major	419	1,11	79	1,91	498
Capitão	551	1,46	75	1,84	626
1º Tenente	826	2,18	188	4,54	1014
2º Tenente	1086	2,87	235	5,68	1321
Aspirante a Oficial	5	0,01	2	0,05	7
Cadete	254	0,67	30	0,72	284
Subtenente	589	1,56	79	1,91	668
1º Sargento	884	2,34	101	2,44	985
2º Sargento	3690	9,75	350	8,45	4040
3º Sargento	8238	21,77	828	20,00	9066
Cabo	14041	37,11	972	23,48	15013
Soldado de 1ª Classe	6873	18,16	1124	27,15	7997
Soldado de 2ª Classe	165	0,44	27	0,65	192
Total	37841		4140		41981

Fonte: PMMG, 14/02/2019.

²³ A classe das Praças abrange os níveis que vão desde Subtenente até Soldado de 2ª Classe.

²⁴ A classe dos Oficiais abrange os níveis que vão desde Cadetes até Coronel.

Quando se analisa a presença feminina em função do efetivo total, a situação de discrepância numérica fica ainda mais evidente. A única mulher que ocupa o posto de Coronel representa 0,02% de todo o efetivo policial-militar do Estado de Minas Gerais. Por outro lado, a maior presença feminina se dá ao nível de Soldado de 1ª Classe, perfazendo 27,15% de todo o efetivo. No entanto, ao somarem-se os três níveis da classe de sargento, há o percentual de 30,89% de todo o efetivo, ou seja, praticamente um terço das mulheres que compõem as fileiras da PMMG são sargentos. Além disso, nota-se que 84,08% das mulheres policiais militares do Estado de Minas Gerais encontram-se distribuídas nas categorias de Praças.

Destarte, a apreensão de uma análise que traga à baila a simbologia que o sujeito feminino representa a partir de uma determinada cultura (ou subcultura ou à própria cultura organizacional de fato), reforça as concepções inerentes ao senso comum de que as atitudes femininas operam numa lógica funcional que alimenta polaridades ambíguas entre natureza e cultura, e assim, o sujeito feminino é relegado a um protagonismo reverso (ora antagonista, ora coadjuvante numa realidade social) numa posição de intercessor de relações em nível inferior ao do sujeito masculino, viabilizando um sistema hegemônico subordinador das mulheres. Mesmo havendo a legitimação legal e administrativa, afinal, o ingresso feminino ainda ocorre em um contexto essencialmente masculino, não se pode afirmar que a atuação feminina encontra legitimidade organizacional enquanto a presença feminina ocorrer em quantitativo drasticamente inferior ao quantitativo masculino. Como reflexo dessa distorção numérica, os relatos coletados demonstram que as mulheres policiais militares ainda são vítimas de atos de violência simbólica em seu cotidiano. Embora muitas vezes não façam essa leitura em função da natureza da atividade policial e da própria cultura organizacional.

Para Souza (2014), dois elementos básicos contribuem significativamente para a formação de uma cultura organizacional militarista e militarizada, pautada no machismo, e conseqüentemente, subestimadora da mão de obra feminina e muito pouco receptiva à diversidade laboral: a noção de perigo e a autoridade.

A noção de perigo é inerente à atividade policial, seja de caráter militar ou não, pelo fato de que a natureza da atividade é de lidar permanentemente sob o risco do enfrentamento, caracterizado pela constante possibilidade de se ceifar vidas em prol da coletividade ou para se prevenir danos mais graves em defesa da vida própria ou alheia. A própria noção de “servir e proteger” encontra-se engendrada numa lógica instrumentalizada pela arma de fogo, que em último estágio, será utilizada para tal fim, compondo um escudo psicológico dissuadido culturalmente, e assumido pelo profissional operador de segurança pública, que como tal, é perito para o seu fiel cumprimento regimental e legal. E para lidar com o perigo, é necessária

a predisposição à força física, controle mental e coragem. Esses três elementos são caracterizadores da atividade policial.

Já a noção de autoridade, faz menção aos pilares das organizações militares, hierarquia e disciplina, sob os quais o militarismo se assenta. Tal como elementos simbióticos, a hierarquia e a disciplina são, nesse contexto, complementares e interdependentes, impondo a cada indivíduo pertencente à alguma instituição militar o pronto atendimento às normas e a sujeição irrestrita ao poder superior, caracterizando a cadeia de comando altamente hierarquizada e de poder inquestionável. É dentro desse contexto que a apreensão do “ser mulher” e “ser policial militar” são expostas aos conflitos individuais frente ao peso de uma estrutura organizacional sólida e absoluta.

É perceptível que os argumentos organizacionais usados para justificar a discriminação feminina nas atividades de policiamento baseiam-se na “capacidade física que depõe contra elas” e na “incapacidade de pré-disposição para o uso da força”. Embora se trate de um poder legitimado pelo Estado, ainda há práticas institucionais que - intencionalmente ou não - são assimiladas pelas mulheres policiais como constrangedoras ou discriminatórias, mesmo atualmente, considerando-se que há mais de três décadas houve a inclusão feminina nas fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais. “Mas é preciso estar atento às sutilezas que trazem em si uma carga de violência simbólica reafirmando a dominação masculina” (SOUZA, 2014, p. 13).

Neste contexto, faz-se necessário recorrer a dois conceitos que estão, nesse caso, intrinsecamente relacionados e que indissociavelmente se envolvem numa relação de simbiose: dominação e violência simbólica. Por essa perspectiva de análise, pode-se verificar uma relação de causa efeito e efeito, na medida em que ao se exercer a dominação, consolida-se a prática de sujeição do dominado, e esta sujeição representa uma assimetria entre poder de dominação exercida pelo dominador e situação de sujeição à qual o dominado é submetido.

Como inegavelmente o indivíduo é produto de uma construção social, incluindo a organização policial, estabelecida sobre valores androcêntricos que se fazem presentes em todos os campos da vida humana, que em uma organização policial se cristalizam sob a forma de dogmas.

A dominação, para Apfelbaum (2009), se traduz como uma situação de limitação, sujeição e servidão que é o fruto da relação entre dominador e dominado. Consequentemente, a dominação produz uma desproporção estrutural, que é ao mesmo tempo, a base e o efeito da dominação. Ou seja, um representa a totalidade, é o detentor de regras e valores impostos

como universais, já que os do outro são claramente considerados particulares. O grupo dominante, então, exerce sobre o dominado todo o poder contratual que o estatuto lhe retira.

O conceito de violência simbólica, descrito por Bourdieu (1995, 2002) perfaz-se como um ato sutil, responsável por ocultar as relações de poder que alcançam não somente as relações entre os gêneros, mas toda a estrutura social.

Sendo o produto da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do *habitus* são o princípio de atos de conhecimento e reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominados, isto é, sua identidade social, inteiramente contida nessa relação. Esse conhecimento através do corpo é o que leva os dominados a contribuir para sua própria dominação ao aceitar tacitamente, fora de qualquer manifestação da vontade, os limites que lhe são impostos, ou mesmo produzir ou reproduzir por sua prática, limites abolidos na esfera do direito. (BOURDIEU, 1995, p.146)

Bourdieu (2002) expõe que a dominação masculina se faz presente em todas as sociedades e se legitima no fato de que todas essas sociedades se constituem de uma perspectiva androcentrista²⁵, já que pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Assim, a dominação masculina é uma dominação simbólica que caracteriza a banalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Assim, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma “violência doce e quase sempre invisível”, um ato sutil, responsável por ocultar as relações de poder que alcançam não somente as relações entre os gêneros, mas toda a estrutura social.

Para Calazans (2003), o ingresso feminino no ambiente laboral policial-militar encontra sustentação ao ser ilustrado pela pretensão do discurso de que atualmente se buscam outros valores mais favoráveis com o contexto social atual, como inteligência, a capacidade para intermédio na resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Desta forma, conflitam novas situações em que a força física não é fundamental. Um exemplo é a mediação em situações potencialmente violentas e conflitivas, atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado (minorias e grupos vulneráveis em situação de vitimização) e demandas não-criminais.

²⁵ “Termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, que está intimamente ligado à noção de patriarcado, porém não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também da forma como as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina. A tendência quase universal de se reduzir a raça humana ao termo "o homem" é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico. Vale ressaltar que o androcentrismo não deve ser compreendido como misoginia, a qual Darlene M. Juschka faz uma distinção em seu livro *Feminism in the Study of Religion: A Reader*, de 2001”.

Contudo, há uma associação entre a profissionalização do trabalho policial e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar, uma polícia menos voltada para o uso da força, direcionada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho. Talvez o importante seja reconhecermos que as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida. (CALAZANS, 2005, p.33)

Por essa ótica, mudanças sociais são lentas e gradativas, e conseqüentemente, elas têm trazido para o debate social e colocado em xeque algumas representações simbólicas que até outrora estavam institucionalmente solidificadas, atestando a hegemonia masculina – já que a predisposição ao embate físico e aptidão ao enfrentamento da violência são elementos tidos como essenciais para que se seja uma boa ou um bom policial – aponta-se então a necessidade de se buscar “novos arranjos organizacionais”. Para a autora, os novos valores desejáveis à satisfação dessas novas demandas policiais, surgidas em função do processo de mudança social, baseiam-se na inteligência, a inteligência policial, a capacidade de mediação e resolução de conflitos, a capacidade de trabalho em grupo, etc. Assim, à medida que esses fatos ganham percepção acadêmica, e conseqüentemente, relevância social, são capazes de instigar pesquisadoras e pesquisadores a conhecer e explicar esses elementos simbólicos de distinção organizacional e social, e a partir daí, propõe-se soluções mitigadoras de desigualdades. Logo, nota-se que ao mesmo tempo em que se davam as transformações no mundo do trabalho, o mesmo ocorria na atividade policial (BRAGA, 2011).

Para que se atendesse às novas demandas da Segurança Pública, que já começavam a serem direcionadas para o seu aspecto preventivo ao invés do coercitivo, o trabalho feminino veio a viabilizar aos aspectos necessários para instauração desse novo modelo. Desse modo, a mulher foi inserida no contexto da atividade militar de polícia com o fito de executar serviços burocráticos e, quando muito, de cunho social. “Logo, a ideologia de ser naturalmente inferior aos homens ainda a mantinha longe do trabalho ostensivo.” Por conseguinte,

As mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida (CALAZANS, 2007, p.146).

Outro aspecto ligado à questão de gênero é a disputa em torno da definição do que seja o ‘verdadeiro’ trabalho policial, ou seja, o trabalho que deve ser valorizado e considerado

como o mais importante da instituição. Os homens que se encaixam no perfil de masculinidade caracterizado por força física, disposição para a atividade física intensa e para o confronto armado e uma certa aversão às tarefas que envolvam o trabalho com documentos, costumam afirmar que o ‘verdadeiro’ trabalho da polícia se dá nas ruas, e não ‘atrás de uma escrivaninha’ (YOUNG, 1991 *apud* HAGEN, 2006, p. 13).

No âmbito de uma polícia militarizada, os elementos visuais devem sempre ser destacados e são reconhecidos como poderosos elementos identitários, tal como a “missão social” difundida pelo dizer “servir e proteger (o cidadão)”. É o reconhecimento da ostensividade que confere às organizações armadas de caráter militar a chancela social e legal de “braço armado do Estado”. Assim, a atuação das mulheres nas forças policiais foi submetida a esse processo de aculturação organizacional. A partir de então as mulheres seriam reconhecidas como genuínas representantes do Estado às quais foi delegado o poder de uso da força até as últimas consequências, para a defesa do cidadão, da sociedade e do Estado. Diante de uma missão abrangente, técnica e complexa, tanto para homens quanto para mulheres, a atuação feminina ainda encontra vieses a serem superados:

[...] quando eu visto a farda e saio para trabalhar, eu deixo a cidadã Joana D’Arc de lado. Visto a farda, que sei que torna a mulher praticamente irreconhecível (em relação aos trajes civis), torna a mulher masculinizada, mas quem me vê sabe que estou pronta para atender da melhor forma possível e o que quer que seja. A gente deve estar sempre preparada para o pior. Tem que sair de casa com esse pensamento. Tem que aprender isso desde quando entra (na Corporação). Pode ser fraca, mas não demonstra. Não pode “dar munição” para o estigma que recai sobre a classe (feminina). A mulher é e tem que ser forte. Tanto ou mais que o homem. (Major Joana D’Arc, 24 anos de serviço).

Nas instituições policiais, o imaginário coletivo aduz à concepção sobre o corpo feminino como vinculados ao processo interno de socialização e o uso da farda legitima simbolicamente o que é necessário para que se delimite um desempenho desejado do gênero feminino na Polícia Militar (SOUZA, 2014). Pode-se então depreender do trecho acima que a entrevistada, involuntariamente, faz uma alusão ao fardamento policial enquanto um elemento simbólico que lhe imputa a responsabilidade de se insensibilizar, compreendendo assim que a insensibilidade está para a incontestação da capacidade feminina, assim como a sensibilidade está para o indesejável na profissão policial. O fardamento então poderia se aproximar de um elemento simbólico que se vincula à heroicização do indivíduo, sendo sua ostentação vista como um símbolo que remete à força, ao sentimento de pertença a um grupo e ao espírito abnegado de salvaguarda alheia.

O discurso e as ações institucionais focados na presença das mulheres na polícia regulam a conduta feminina, definindo e instrumentalizando uma imagem ideal reservada ao público feminino que se associa a um padrão profissional típico de classe média, aos espaços internos da instituição, assim como à valorização da maternidade e dos cuidados com a família, a partir de um projeto claro de poder que passa pela dominação dos corpos e da subjetividade (SOUZA, 2014, p. 46).

A composição produto de “disposição ao heroísmo” (que conforme o relato é inerente à atividade policial), o sentimento de pertença e a cobrança interna para corresponder aos imperativos sociais e de gênero que acompanham a atuação feminina podem ser entendidos então como uma condicionante de aceitação. E mais do isso: é o reconhecimento em consequência de uma tentativa constante de acompanhar um saber fazer masculino tão entranhado nos grupos militares. Essa é a exposição de uma face do serviço policial que é associada ao poder repressivo.

O domínio do poder repressivo, que é a predisposição para o combate, para o ataque e para o enfrentamento físico é descrito por Joseph Campbell (1949) como os elementos constituintes do herói e da heroína míticos:

O herói, por conseguinte, é o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas. As visões, ideias e inspirações dessas pessoas vêm diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humanos. Eis por que falam com eloquência, não da sociedade e da psique atuais, em estado de desintegração, mas da fonte inesgotável por intermédio da qual a sociedade renasce. O herói morreu como homem moderno; mas, como homem eterno –aperfeiçoado, não específico e universal –, renasceu. Sua segunda e solene tarefa e façanha é, por conseguinte (como o declara Toynbee e como o indicam todas as mitologias da humanidade), retornar ao nosso meio, transfigurado, e ensinar a lição de vida renovada que aprendeu (CAMPBELL, 1949, p. 13).

Pode-se notar ainda, que por ocupar uma posição hierárquica mais privilegiada dentro do escalão policial militar, a fala daquela policial é permeada de elementos que remetem ao caráter identitário da profissão. A identidade pode ser definida então como uma fonte de experiência e significado de um grupo social, baseado em atributos culturais que se sobressaem em relação a outras fontes. A identidade não pode ainda ser confundida com papéis, já que os papéis determinam funções e a identidade organiza significados (CASTELLS, 2000). O autor argumenta que a identidade pode ser de três tipos: a) legitimadora: corresponde àquela identidade introduzida por dominantes, ou detentores de poder, com o objetivo de difundir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; b) de resistência: é a identidade de caráter reacionário, construída como uma contra-força de

resistência contra a dominação atual, isto é, resistências que surgem com valores de oposição à sociedade; e por fim, c) de projeto: se configura quando os atores sociais, através da comunicação, consolidam uma nova identidade capaz de redefinir sua situação na sociedade.

Diante do discurso oriundo de uma mulher que ocupa um alto posto no escalão hierárquico policial militar, pode-se inferir que entre o gênero e a hierarquia, a hierarquia é ressaltada, ou seja, o poder da identidade legitimadora é realçado, dentre outras razões, provavelmente porque os detentores de poder nessas circunstâncias, aliado ao fato de ser exercido por uma mulher, conflita a situação de que as mulheres são minoria, sobretudo em escalões elevados, e tem que, além de reproduzir os padrões de poder e dominação que compete ao posto, encontrar meandros que as façam por onde “honrar” o fato de serem mulheres e estarem em uma posição de desvantagem histórica e numérica. Isso se deve pelo fato de que, pelo discurso analisado, o “ser mulher policial militar” é mais que uma mera constatação de que a mulher é capaz de ali estar, ocupando aquele espaço social. Mas mais que isso: ser mulher na Polícia Militar de Minas Gerais é um ato de resistência contra um sistema solidamente instituído. As mulheres precisam a todo instante provar que são capazes (e dignas) de ali estarem. Isso pode ser compreendido como uma forma de resistência. A resistência contra uma idiosincrasia institucional que não seria capaz de garantir às mulheres uma legitimidade institucional.

Sabe que eu me sinto assim? Como que o tempo todo tenho que demonstrar que sou capaz. E não somente: que eu sou tão capaz quanto os homens. Isso tem um peso muito grande. É uma cobrança interna [no sentido de autocobrança] muito grande. É cansativo. Muito cansativo. Mas a gente tem que ir em frente. Não pode esmorecer. (Major Joana D’Arc, 24 anos de serviço).

Diante dessa análise, Wallerstein (2004) ressalta a relevância do movimento feminista ao lançar luz sobre a situação feminina nas mais diversas atividades laborais e sua condição de sujeição à dominação masculina. A autora advoga que a pluralidade de perspectivas, posicionamentos, práticas e posturas são inerentes à própria dinâmica do feminismo, que acaba por disseminar, multiplicar, pluralizar e diferenciar cada uma das mulheres enquanto sujeito. A autora observa ainda que sua compreensão do verbo “diferenciar” indica que o feminismo em sua essência comporta, acolhe e abriga em si a diferença, articulando a diferença de maneira positiva, ou seja, “a diferença em ser diferença” e não somente “a diferença pela diferença em si”. No caso de uma organização policial militar, o “ser mulher” perpassa as sutilezas caracterizadoras de uma mulher que ocupa a base da pirâmide

organizacional e outra que ocupa uma posição superior, o que pode significar que seus dramas laborais cotidianos não sejam tão diversos assim.

Nesse sentido, e num esforço combativo de resposta à invisibilidade (institucional, sobretudo) que lhes é relegada, as mulheres policiais acabam por construir coletivamente “espaços de resistência”, ainda que não seja esse um objetivo explícito, a democratização do cotidiano e sua difusão pública possibilitada pela tecnologia da internet busca, de certa forma, obter um reconhecimento externo, isto é, da “sociedade civil”²⁶ em resposta à ausência de reconhecimento interno.

Percebe-se que para além da ostentação de poder, afinal, por serem policiais militares estão aptas a exercerem a repressão de seus iguais, e isso é um elemento de diferenciação social, a divulgação pelas mulheres policiais militares da atividade que realizam expõe para a sociedade que elas, embora sejam invisibilizadas por serem minoria (numérica), querem expor a relevância de seu cotidiano na Corporação. Essa exposição através de imagens na internet representaria assim um esforço de resistência que remete, numa análise mais acurada, a um jogo de poder, onde a parte oprimida encontra guarida na sociedade extramuros, que de certa maneira, salvaguarda o trabalho feminino a cada novo *like* ou comentário.

Eu posto fotos fardada para obter reconhecimento pelo trabalho que a agente presta e pelo profissionalismo com o qual fazemos nosso serviço. É uma forma de exercer o empoderamento feminino e mostrar à sociedade que a mulher policial também é capaz [de executar a atividade de policiamento assim como os homens]. E a sociedade reconhece nosso trabalho [coisa que a Corporação não faz]. Já o grupo de mensagens no *Whatsapp*²⁷ funciona mais como um grupo de apoio mesmo, sabe? Um espaço nosso [das mulheres] onde podemos compartilhar coletivamente do nosso sentimento de descaso da Corporação para conosco e para com nosso trabalho. Ele é administrado por oficiais e uma cabo. É um grupo de ajuda mútua, onde uma se compadece da frustração da outra e se identifica com isso por alguma razão. Eu, particularmente, não posto, tanto pelo receio de me expor e isso gerar alguma consequência [disciplinar] pela minha opinião e também por não me sentir à vontade mesmo para expor algum drama particular meu lá. (Sargento Anita, 10 anos de serviço).

As falas apresentadas vão ao encontro do proposto por Wallerstein (2004) ao apregoar que o esforço de resgate das mulheres policiais militares das profundezas da invisibilidade é necessário, e para que isso ocorra é imperioso que elas batalhem por uma identidade da diferença. Essa identidade talhada sobre a plataforma da diferença é possibilitada, dentre

²⁶ No presente contexto, o termo se refere à “sociedade não-militar”, às pessoas civis, ou os paisanos, conforme o vocabulário (policial) militar.

²⁷ Aplicativo de troca de mensagens instantaneamente entre smartphones.

outras formas de resistência, sobre a amplitude de acessibilidade que a internet permite, é um esforço de resposta para dar visibilidade às mulheres policiais militares, que a modernidade simplesmente as esqueceu, embora seja na tecnologia da era pós-moderna que os grupos oprimidos e em situação de desvantagem encontram respaldo à sua existência. Tal ação coletiva para acaba por se configurar como um movimento identitário de performatismo do feminino na Polícia Militar de Minas Gerais e representam assim, o enfrentamento à uma política cultural do esquecimento do feminino na Corporação. Desse modo, enquanto aos agentes do sexo masculino são reservadas funções que remetem à força, coragem, honra, entre outros, as policiais militares são direcionadas para atividades que exigem pouca capacidade de ação e que reforçam a ideia de passividade, domesticidade e maior sensibilidade como atributos mais valorizados, em nome de uma maior liberdade de agir das unidades operacionais e da concepção difusa de que a presença feminina enfraquece o impacto desejado das ações policiais sobre o controle dos grupos criminosos, que supostamente não respeitariam grupamentos formados por mulheres. Concomitantemente, o direcionamento do público feminino para os setores internos da polícia, ao lado da definição de uma identidade profissional tipicamente de classe média, atenderia os interesses de distinção social do trabalho feminino na corporação e assim contribuiria para diferenciá-lo de outras funções desempenhadas por mulheres das classes trabalhadoras, evitando acusações de que o trabalho das policiais, particularmente aquelas com filhos, representaria desestruturação familiar e degeneração moral.

Outro elemento importante para se analisar “a exposição pública em busca de reconhecimento e valorização social quando se é mulher policial militar” diz respeito ao caráter político dessa atitude de resistência. Dugin (2012) pondera que, por essa ótica, há que se distinguir “o gênero” como gênero sociológico e gênero como fenômeno social. Diferentemente do sexo anatômico inerente a um animal, o gênero é uma convenção social que pode mudar de sociedade para outra. Ao mesmo tempo, o gênero político, ou seja, a norma social é socialmente aceita como um imperativo na base do poder político. Assim, nas sociedades arcaicas, somente aquele que passou pela iniciação pode ser considerado um homem, caso contrário não possui sexo social, ou seja, um gênero e é despossuído das funções sociais masculinas (casamento, participação em caças e rituais). A depender dos requisitos da sociedade os princípios de gênero mudam. Portanto, gênero – é um fenômeno tanto social como político. Político, porque estamos lidando com a gestão das normas sociais regulada por uma sociedade: comunidade, polícia, e o recuo a partir da qual conduz a uma variedade de sanções.

Na perspectiva de se resgatar as mulheres do limbo da invisibilidade e do apagamento em um ambiente no qual elas são minoria e por essa razão deveriam estar em outro patamar de reconhecimento, é necessário que as mulheres batalhem por uma identidade da diferença, uma que lhes dê visibilidade, que na modernidade foram simplesmente esquecidas, e a batalha torna-se ainda mais árdua ao concentrar dois objetivos: fugir do estereótipo que lhes relega ao espaço privado, e ter que lutar contra a reprodução do espaço privado na esfera social sob o peso ultrajante da hierarquia militar. Neste sentido, esses movimentos identitários e de resistência para (e dentro do) feminismo se situam num combate incessante a uma política do esquecimento do feminino.

Cabe ainda uma reflexão sobre o aspecto da exposição midiática para sublimação da diferença e estabelecimento da igualdade que é se pensar no que difere a exposição em fotos nas mídias sociais da mulher policial militar em atividade de policiamento e do homem nas mesmas circunstâncias. Enquanto a ostentação masculina do poder é tida (intramuros) como sinônimo de glamorização da força, a ostentação feminina é ainda vista como não-natural, como estranha, como performatismo forçado, como necessário a se provar algo a alguém.

Os homens não precisam e não tem isso de empoderamento porque a PM é [naturalmente] deles, sabe? Quando um homem posta foto trabalhando, pode ter certeza que é pelo fetiche do poder masculino. A gente não. A gente posta é pela valorização social de a agente não [na PM]. E não tem mesmo. Por isso a ajuda mútua entre nós [mulheres] para enfrentar todo dia essa luta que é ser mulher na PM (Sargento Anita, 10 anos de serviço).

Com o impacto das redes sociais reverberando nos movimentos políticos hoje em dia, percebe-se que divergências sobre o que é “empoderamento”, “lugar de fala”, “protagonismo”, “vivência”, “experiência” e afins estão povoando o debate público. É algo, inclusive, natural ao debate político, afinal os próprios coletivos que compõem os movimentos identitários apresentam divergências entre suas pautas reivindicatórias e não são necessariamente harmônicas, e eventuais pontos de inflexão tendem a ser superados com o tempo. Faz-se oportuno também a reflexão por parte dos sujeitos componentes dos movimentos e grupos políticos acerca do sucesso (ou não) de suas estratégias, para, caso necessário, revê-las, e reformulá-las.

Visto como pensamento da diferença, o feminismo aparece como um grande revisor da história. As relações entre feminismo e história são ricas, múltiplas e cheias de caminhos. O feminismo tem mostrado como a história, seguindo alguns interesses, apagou a mulher de suas páginas, fazendo que ela aparecesse apenas como um outro do homem. Imagens onde a

mulher aparece “produtivamente” são simplesmente esquecidas. Mas uma das coisas que o feminismo nos mostra é que a história não é o destino, assim como o corpo também não o é (WALLERSTEIN, 2004).

Uma importante contribuição para os estudos dos processos identitários é fornecida por Blumer (1977), ao ressaltar a relevância tanto do histórico, quanto das correntes entre os atores sociais e interações do passado e do presente. Geralmente as forças exteriores encontram-se situadas no seio da própria sociedade, como ocorre no caso dos “valores”, da “situação social”, da “representação coletiva”, da “estrutura social”, da “cultura”, da “posição social”, da “instituição”, etc. Nessa perspectiva, o comportamento dos indivíduos como membros de uma sociedade não é senão a resultante de todos aqueles fatores ou forças. Essa explicação nega, ou pelo menos ignora, que os seres humanos têm personalidades e que agem depois de se haverem informado. Fatores psicológicos têm o mesmo papel que os fatores sociais atrás mencionados: são considerados como fatores atuantes sobre o indivíduo, quando ele age (BLUMER, 1977).

Embora o “empoderamento” e o intuito de obter uma visibilidade que a Corporação não endossa estejam presentes no pensamento da maioria das mulheres policiais que recorrem à esse expediente e terem um motivo a mais para se satisfazerem com a profissão, uma das entrevistadas expõe, através de sua decisão de “autoexcluir” de qualquer tentativa de micro-organização que recorra a um objetivo de entrosamento maior entre elas, como no relato a seguir:

Eu não participo mais de nenhum grupo de polícia. Sabe por quê? Porque por qualquer coisa você pode ser punida. Até mesmo por um simples comentário. Isso pode ser interpretado de uma forma tal só pra prejudicar. Esse nosso é muito melindroso sistema [o Código Penal Militar]. Por isso fico calada. Se me adicionarem eu saio e se me convidarem eu não aceito [ingressar nos grupos de mensagem]. Eu já postei foto algumas vezes em redes sociais, Instagram... Mas devido a uma orientação da instituição eu parei de postar. Houve repercussão de postagens de algumas PFems, então achei melhor evitar. Já participei de grupos [de troca de mensagens] policiais, inclusive de PFems, mas saí de todos. Por dois motivos: primeiro porque grupo de *WhatsApp* enche o saco, e segundo porque nossa profissão é muito melindrosa. Pode surgir alguma polêmica e discussão e algum comentário mal colocado pode gerar desconforto e até mesmo procedimento [procedimento interno disciplinar]. Eu não consigo ler comentários ou notícias e não me posicionar. E expor nossa opinião é muito complicado, ainda mais na nossa profissão que qualquer coisa pode vir a gerar procedimento e punição. Aí não posto nada de foto, nada alusivo à minha profissão e à minha vida pessoal também para ter paz de espírito e poder chegar à tão sonhada aposentadoria. Resumindo: não posto nada nem participo de nada para evitar dor de cabeça! Sem contar que tem determinação da Corporação para não expor fotos, etc. (Cabo Isabel, 11 anos de serviço).

Depreende-se então que a atitude daquela policial militar está eivada de um reacionarismo produto do próprio regime militar que lhe investigou, lhe julgou e lhe puniu justamente por manifestar-se em grupos de discussão de aplicativos de mensagens. E para ela, qualquer tentativa de “sororidade”²⁸ não é mais válida dentro desta lógica opressora e onde tudo pode ser interpretado em seu desfavor (talvez pelo caso de ser mulher, ou talvez ainda por ser uma mulher policial militar de baixa hierarquia, ou ambos os motivos). Mesmo assim, seu posicionamento apático frente ao entrosamento com as demais mulheres policiais militares – e mesmo suas relações sociais com homens, conforme relatou – não deixa de ter uma forte conotação política e de resistência diante da experiência desagradável pela qual passou, e dessa forma, sua opção em se afastar de tudo aquilo que represente o “ser militar” é uma escolha política, ou seja, é um resistir às ações que o ambiente lhe oprime.

Portanto, um ponto político inicial é inegociável: a opressão contra as mulheres (e demais grupos que destoam dos grupos hegemônicos) deve ser combatida. Isso não é uma mera afirmação ou um simples fato: isso é “um postulado político, um ponto de partida de uma ação, um pressuposto que é originado da experiência de sofrimento, dor e morte que as mulheres vêm sofrendo na história ocidental” (WALLERSTEIN, 2014, p.88).

Esse comportamento de expor sua rotina de trabalho em redes sociais é para nada mais que dar visibilidade ao nosso serviço, ué. Porque se a PM não nos enxerga [como deveria], a sociedade nos vê. Nossos familiares, nossos amigos... isso é muito importante, mesmo que a PM oriente no sentido oposto, de não nos expor dessa forma e tal [mesmo homens e mulheres]... isso vem crescendo tanto pela exposição em redes sociais, blogs, vlogs, canais de vídeo, Instagram, e a quantidade de likes, como pela evidência que a profissão nossa vem tendo, principalmente no âmbito da política federal, onde o atual governo que dá muito destaque ao militarismo. E isso estimula a participação não maciça, mas mais incisiva das mulheres em redes sociais, com fotos fardadas, etc. eu não sei se tem grupo [de troca de mensagens instantâneas] só de Oficiais [mulheres]. Eu mesma faço parte de um grupo de PFems da nossa Região e outro de nossa Companhia [de policiamento]. E lá não tem aquele formalismo da hierarquia, sabe? Seja Praça, seja Oficial, isso não importa tanto, o mais importante é o respeito mútuo que nutrimos lá. Não que não tenha hierarquia, não é isso, mas não tem tanta formalidade, tanto melindre. E lá se fala absolutamente de tudo! Desde promoção de fraldas descartáveis até valores de verduras, sabe? Coisas que a mulher realmente está por dentro porque ela é que compra as coisas pra casa, né? Lá se fala de tudo muito informalmente. Coisas de bebê, curso de automaquiagem. Acho que entre as mulheres o pareamento da hierarquia parece maior. Não digo falta de disciplina, mas a aproximação, pelo respeito, pelo trato feminino, isso é mais tranquilo. Então o [a] Praça conversa com o [a] Oficial com um pouco mais de igualdade, eu diria. Sem perder o respeito e a disciplina, mas com um pouquinho menos de hierarquia. Principalmente com as tenentes mais novas,

²⁸ Sentimento de solidariedade e identificação entre as mulheres de determinado grupo social, sobretudo quando as mulheres encontram-se sob forte situação de opressão, pautado pelo compartilhamento de dramas pessoais, mazelas sentimentais, vicissitudes sociais, laborais, e de experiências ligadas à maternidade.

as Oficiais mais novas. Elas pedem menos hierarquia, mas isso não significa que não existe o respeito, entendeu? (Cabo Isabel, 10 anos de serviço).

Sobre a relação entre exposição e visibilidade social instrumentalizada através dos diversos tipos de mídia que estão ao alcance do sujeito e as mazelas das quais as mulheres policiais militares se sentem vítimas, Melucci (1996) aduz acerca da função dos meios de comunicação que os atores anuem atualmente: as mídias virtuais têm a capacidade de expor à sociedade quais são os problemas que enfrentam, apresentando-os de maneira que sejam vistos como elementos inerentes à sua própria realidade, para que sejam tomados como reais. Isto é, as mídias virtuais, ao disseminarem imagens dos sujeitos militantes de reconhecimento, no caso das mulheres policiais militares, possibilitam uma nova leitura da realidade. Somente diante dessa ressignificação é que algo pode ser visto como de fato importante. Subestimar isso em prol de uma exigência de “ações concretas” é ignorar e deslegitimar o que de mais preponderante os movimentos sociais contemporâneos podem trazer.

Numa sociedade onde dependemos não apenas das técnicas de produção, mas também das técnicas de consumo e de comunicação, nós procuramos salvar nossa existência individual, singular. Desdobramento criador, porque faz nascer ao lado do ser empírico um ser de direitos, que procura se constituir como ator livre através da luta por seus direitos. Nós sempre tivemos uma imagem de nossa criatividade, mas esta imagem foi há muito tempo projetada para além de nossa experiência própria. Ela assumiu figuras sucessivas: Deus, a nação, o progresso, a sociedade de classes. Ora, hoje, é diretamente diferente, sem discurso intermediário, que damos uma importância central à procura de nós mesmos. Esta vontade do indivíduo de ser o ator de sua própria existência é o que chama de sujeito (TOURAINÉ, 1999, p.238).

Sob a ótica de Bourdieu (1991), os conceitos são construções históricas e por essa razão, a história da mudança dos recursos intelectuais que usamos em nossas análises do mundo social é um dos principais instrumentos através do qual a crítica inseparavelmente epistemológica e sociológica à qual os sujeitos devem submeter suas categorias de pensamento e suas formas de expressão.

De fato, há pelo discurso apresentado, a impressão de que a existência de grupos de troca de mensagem representam a instrumentalização da sororidade entre as mulheres que compõem as fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais. É a instrumentalização de diálogos que, por diversas razões, não se dão ou não podem ocorrer de outra forma, seja pelo pouco contato *tête-à-tête* entre elas, seja pela amenidade dos assuntos tratados, que talvez pela urgência da realidade, acabam sendo ignorados. E ali, naquele espaço virtual de contato, onde podem estar somente as mulheres, compartilhando de suas mazelas e êxitos, surge um

microcosmo representativo de uma subcultura, apesar do peso da hierarquia e do formalismo sob o qual as relações sociais se dão, surge um espaço de resistência, de reflexão coletiva e de movimento de modificação de uma cultura. Mais do que isso, surge um instrumento político de fato para que as mulheres possam se fazer ouvir, mesmo entre elas, e se reconhecerem na diferença que o “ser mulher policial militar” apresenta. As mulheres policiais militares se encontram através da sororidade, instrumentos que lhes empoderam enquanto agentes de mudança na organização policial. Mudanças sutis, mas que nos diálogos cotidianos e na execução do policiamento, acabam por se difundirem sutil e gradualmente.

Pode-se então observar que a sororidade se encontra presente entre as mulheres policiais militares e, de certa maneira, ela apresenta laços bastante estreitos devido às peculiaridades que a profissão de policial militar lhes apresenta, a se ressaltar o quantitativo feminino ser bastante inferior ao masculino e oprimido por uma cultura que valoriza o oposto: um tipo de poder específico que é inerente à própria masculinidade em si.

Assim, a sororidade presente entre as mulheres policiais militares está distante de abalar as estruturas opressoras do militarismo. Essa sororidade é mais uma estratégia política de sobrevivência naquele meio. É um subterfúgio de exercício da feminilidade sem incorrer na pecha de “muxiba”²⁹.

A força do militarismo está tão arraigada nos imperativos das relações sociais de gênero que o discurso de algumas dessas mulheres trazem a naturalização de práticas cotidianas machistas até mesmo em seu vocabulário. Curiosamente, a prática da sororidade não exclui o sentimento de conforto em fazer parte da minoria na Polícia Militar de Minas Gerais, muito menos em se reconhecer como “oprimido”, como se pode depreender do relato a seguir:

Eu acho que ser policial feminina dentro da polícia militar é muito bom, ser mulher dentro da polícia muito bom. E de fato. Se você souber lidar com as intempéries, com as coisas que acontecem dentro da polícia, que tem envolvimento do machismo, pessoas que são mau caráter, que tipo assim, que tem em qualquer lugar. Às vezes, na polícia, você encontra com pouquinho mais de frequência, e eu digo frequência estatística porque nós somos só 10% né, 10 ou 15% né, mas a proporção de homens é muito maior né, e a proporção do machismo também aparece de uma forma também que com certeza é muito maior. Mas isso eu não falo de números, porque eu não tenho certeza de números, eu só imagino, entendeu, então não tenho certeza de números, eu só imagino. Mas se você conseguir lidar com esse tipo de situação, como já aconteceu comigo alguma poucas vezes, a polícia realmente é muito confortável para a mulher. Muito confortável. Então hoje você vê algumas mulheres sendo destacadas para alguns lugares “piorzinhos”, mas na

²⁹ Diz-se da pessoa que apresenta desempenho questionável ou insatisfatório no trabalho.

minha época não era entendeu? A mulher tinha esse benefício de estar numa cidade pouquinho melhor. Alguns tipos de serviços, vamos dizer assim, que você tem às vezes a oportunidade de poder escolher algumas coisas que os meninos não podem escolher, simplesmente, os meninos, vamos dizer assim, aconteceu, ou é você vai fazer, entendeu, e com mulher dependendo da situação dá para você contornar, dá para você ter um pouquinho de maleabilidade, por tudo, por tudo, família, pelos filhos, pelo horário né, pela situação de serviço entendeu. Então a mulher, a mulher faz o que ela quer mesmo, ela consegue pelo poder de persuasão que ela tem né; ela pode usar todos esses mecanismos para se dar bem na polícia, na profissão no geral entendeu, porque ela tem essa possibilidade, essa possibilidade ela é fato. Às vezes nem tudo que você quer você pode né, nem tudo que você quer você consegue, mas em grande parte das coisas por ser mulher, talvez, no meu ver, isso que eu falo é muito por mim, que eu sou muito adaptável e eu gosto de todos os serviços da polícia entendeu. Se eu não tiver gostando de um serviço, se eu quiser sair e etc., eu vou procurar mecanismos para sair de onde você está, de forma tranquila etc., eu sempre busco aqui, busco ali e tal. Aquele *network* que você sempre fez. Dá para você achar seu lugar, você só precisa ter um pouquinho de paciência e talvez para mulher seja um pouco mais fácil (Cabo Chica, 11 anos de serviço).

O relato pode ser compreendido sob a forma de adaptabilidade do sujeito, que usando das desvantagens que o meio lhe impõe, consegue se desvencilhar das amarras sociais através de “artifícios de sobrevivência” através dos quais atua cotidianamente. Tal prática não deixa de ser um evidenciamento de que a situação de ser mulher policial militar pode não ser tão oprimida quanto pode parecer. Essa nuance pode ser explicada pelo conceito de “experiência” de Foucault. No presente caso, as relações de poder impõem o modo de como o sujeito se beneficia delas em prol do atendimento de suas necessidades e obtenção de vantagens. E isso ocorre através de uma lógica que opera permanentemente sobre as bases de risco e benefício.

Hartsock (1990) *apud* McLaren (2016) observa que através da leitura de Foucault sobre o sujeito, pode-se questionar: Por que na hora em que muitos de nós fomos silenciados começamos a exigir o direito de nos nomear, de agir como sujeitos, em vez de objetos da história? Por que então o conceito de subjetividade se torna problemático?. O feminismo aparece então como um dos principais expoentes daquilo que se entende como pensamento da diferença, sem que por isso ele seja derivado, uma consequência do pós-modernismo. O autor levanta uma defesa do feminismo em relação a uma acusação um tanto comum: de que o feminismo seria o filho mais importante do pós-modernismo.

Para McLaren (2016), algumas feministas até adotaram a teoria pós-estruturalista moderna, de distintas formas e matizes, mas Michel Foucault foi talvez, o autor de maior reverberação na teorização feminista sobre questões de poder, identidade e representatividade no centro dos debates referentes aos movimentos feministas e suas respectivas teorizações.

O movimento feminista constitui-se assim, não como uma guerra das mulheres pelas mulheres. É possível ainda estabelecer uma análise do feminismo enquanto movimento pautado pelo pensamento da diferença em um mundo onde não faça diferença se se é mulher ou homem. E essa luta significa, no plano ideal, que isso não faz diferença. E isso não quer dizer também que o feminismo faça, ou tente fazer, mulheres e homens iguais. Ao contrário. O feminismo é a luta que se trava contra os discursos sedutoramente homogeneizantes que nos induzem a pensar que há algo de vantajoso em se ser mulher ou homem (WALLERSTEIN, 2014).

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...] As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. [...] Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de ‘diferença’. (HALL, 2003, p. 21)

D’Araújo (2003) analisa a questão do trabalho feminino a partir da percepção que as autoridades brasileiras da área de Segurança Pública têm daquele grupo, destacando que a condição de igual, embora se faça no plano ideal, não se concretiza no plano da realidade, porque embora a presença feminina se faça necessária, o tipo de necessidade que fez com que as mulheres tivessem o acesso franqueado a esse espaço de ostentação de masculinidade não se caracteriza como uma necessidade inclusiva de fato.

[...] O mundo feminino é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas, assim como as femininas. E, entre as características femininas, a que mais aparece é a fragilidade. Temos assim, um paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que por definição tem que lidar com o monopólio da força bruta? (D’ARAÚJO, 2003, p. 446).

Portanto, uma questão se faz essencial quando essa realidade é analisada sob a Fenomenologia de gênero, que pautada nos aspectos de poder, hierarquia, disciplina e dominação permeia as relações sociais estruturantes e estruturais: o papel do Estado enquanto elemento impulsionador da igualdade e mitigador das desigualdades, e não somente, cabe ao Estado também o papel de perceptor das diferenças entre grupos minoritários nos diversos contextos sociais e laborais.

Na busca de se alterar o atual cenário, é necessário destacar a relevância da ação estatal para a elaboração de políticas públicas, que busquem interferir de forma a diminuir as diferenças dos direitos entre os gêneros e outras classes menos favorecidas. O Estado, no momento que assume um discurso de democratização dos espaços públicos e uma política de imparcialidade, mas que não permite os que, em tese, tem direito ou ao menos o querer o mencionado espaço, se omite sobre o seu real papel de prover e garantir os referidos direitos e garantias (SOUZA, 2014, p. 61).

Nesse sentido, Cappelle e Mello (2010) abordam a instituição policial-militar a partir do ponto de vista de um ambiente “guetizador”, ou seja, culturalmente apropriado e estimulador da segregação sexual do trabalho, por caracterizar pela presença histórica e maciçamente masculina em suas fileiras, além da clara distinção adotada para emprego de mão de obra nas atividades meio³⁰ e fim, esta última, razão de ser da atividade policial – promoção da ordem pública e manutenção da paz social. Para as autoras, a Polícia Militar, um espaço organizacional de interação social, pode ser considerada uma espécie de “gueto masculino” no qual recentemente se admitiu o ingresso de mulheres. A inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas – tidas como atividade-meio e não atividades-fim da Polícia –, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional. Soma-se a isso o contexto em que a questão da violência urbana exige melhores resultados dos órgãos de segurança pública. Verifica-se ainda uma ação da Polícia Militar no sentido de mudar sua percepção por parte do público, passando de uma organização com a imagem marcada pela agressividade e repressão para outra que se coloca a serviço da comunidade, enfatizando uma vertente mais preventiva e educativa (CAPELLE; MELLO, 2010).

As mulheres na PM são discriminadas sim. Sofrem preconceito sim. São desprezadas sim. São vistas como um penduricalho de adorno sim. E olha que já fui soldado e agora sou capitã. Então posso sim dizer isso. Afirmo categoricamente: Ser uma policial não é tarefa fácil. Aqui na capital essa profissão é mais odiada do que admirada, sendo assim tanto homens quanto mulheres sofremos preconceitos, principalmente no âmbito acadêmico. Lembro que certa vez meus colegas da turma de mestrado se rebelaram com a minha presença em sala de aula fardada e armada. Na caserna os preconceitos também se impõem. Quantas vezes em reuniões de trabalho, ouvi frases do tipo “agradeço a presença das mulheres que vieram enfeitar o ambiente”. Eu sempre me esforcei para buscar conhecimento e

³⁰ Entende-se por atividade-meio as atividades que não sejam diretamente as de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

aprimoramento profissional para não ser tida como um bibelô inútil, mas a nossa subcultura é muito forte (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Os critérios considerados para que se faça a alocação das mulheres policiais-militares em determinadas atividades reforça o viés machista institucional. A subestimação do potencial feminino merece ser questionado. Conforme Kliksberg (2001) há necessidade de se superar todas as formas de discriminação que ainda subsistem, como as que são exercidas contra as mulheres, já que todos os seres humanos fazem jus ao pleno respeito e os mesmos direitos.

A participação feminina nas instituições policiais sempre suscitou discussões interessantes. Desde meados do século XX, quando a Polícia Militar de São Paulo admitiu pela primeira vez mulheres em seus quadros e foi a instituição policial-militar pioneira na inclusão feminina no Brasil (WOLFF, 2009), tal situação tem sido alvo de poucos, mas importantes estudos, pesquisas e questionamentos. Deste modo, percebe-se a necessidade de se esmiuçar as questões culturais e sócio-institucionais que permeiam o trabalho feminino diante de suas peculiaridades e limitações.

[...] beneficiando-se da lógica do capital, as mulheres chegaram às instituições policiais no momento de mutações, precarização, globalização e de feminização do mundo do trabalho, encontrando no interior do aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação de relações. Esses modos e meios são determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de convivência de oficiais e praças, passando a ter no gênero dos trabalhadores mais uma fonte de referência nas diversas lutas de poder. Assim, identificamos que o processo de inserção feminina nas polícias constitui um processo de características mundiais, guardadas as devidas proporções, o qual se caracteriza por um modo de inclusão-exclusão-dominação. (CALAZANS, 2003, p.110)

Cotta (2006) assevera que a presença feminina no efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais é bastante recente e ocorreu devido à necessidade de melhor atendimento a dois grupos em situação de vulnerabilidade social: menores abandonados ou em conflito com a lei e mulheres criminosas ou envolvidas em ilícitos penais.

Somente em 20 de maio de 1981, quando da entrada em vigor do Decreto 21.336, foram abertas as portas de uma instituição bicentenária para que a mão de obra feminina pudesse ali desempenhar suas atividades (MINAS GERAIS, 1981).

Naquela época, muitas questões peculiares contribuíram para que a inclusão feminina ocorresse da maneira como se deu, e de maneira gradativa, já que

A simples visualização do atual posicionamento da mulher nos quadros da PMMG não permite, no entanto, conhecer como se deu o processo que possibilitou que se chegasse a esse quadro. Isso ocorre porque, em 1981, quando da criação da Polícia Feminina na Corporação, os cenários político e social, assim como as próprias tradições que vigoravam, determinaram os procedimentos de seleção, inclusão, formação, empenho, além dos padrões de comportamento próprios para as policiais femininas.

A partir do decreto mencionado, criaram-se normas específicas para essas servidoras, tanto no que se refere aos padrões pessoais e profissionais de comportamento, quanto para o emprego e para o acesso na carreira.

O franqueamento do acesso das mulheres na Corporação deu-se, portanto, de maneira paulatina, resultado de planejamentos específicos e da sucessão de acontecimentos que determinaram o cenário que hoje se observa. (ALVES, 2011, p.17)

Na década seguinte, com a sanção da Lei 11.099, de 18 de maio de 1993 (MINAS GERAIS, 1993), houve a fixação em 5% das vagas nos certames externos para o ingresso feminino.

Nos anos 2000, o efetivo foi fixado até o ano de 2010 através da Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007, em 51.669 (cinquenta e um mil seiscentos e sessenta e nove) militares e ampliou a quantitativo definido para o ingresso feminino, estabelecendo para 10% do total de vagas ofertadas militares do sexo feminino tanto nos Quadros de Oficiais, de Oficiais Complementares como de Praças, sem limite para os demais quadros (MINAS GERAIS, 2007).

Entretanto, com uma legislação às vezes omissa, às vezes restritiva, às vezes discriminatória, a extinção na verdade gerou a possibilidade das mulheres policiais em competir de igual para igual com os policiais militares masculinos nos cursos, concursos e promoções internas, visto que a extinção levou a unificação dos quadros, masculino e feminino, em um único geral. Não se tem dúvida de que foi um passo importante para diminuir as discrepâncias de gênero no que se refere ascensão funcional, sobretudo, visto que, por tratar-se de uma função pública, não há diferenças salariais, apesar de ainda não termos alcançado a pretendida equidade (SOUZA, 2014, p. 16).

A normativa acerca do emprego feminino na PMMG traça um breve histórico de como se dava o emprego feminino. O documento mais recente que contempla a questão é a Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais - DPSSP 3.01.01/2010 – que determina:

Na ocasião em que as primeiras policiais femininas foram empregadas na Polícia Militar de Minas Gerais, no princípio dos anos 80, o seu leque de atividades era bem limitado: atuava no trato com crianças, idosos e mulheres, no policiamento ostensivo em lugares de muito movimento e grande visibilidade e na atividade-meio da Instituição, dentre algumas outras poucas possibilidades de emprego. Havia uma percepção tácita e equivocada de que a condição biológica da mulher era um impedimento ao pleno exercício da profissão. As mulheres provaram, com

o passar do tempo, ser capazes de executar as mais variadas missões, em todos os rincões do Estado de Minas Gerais.

Portanto, as policiais femininas poderão atuar até o nível de destacamento e subdestacamento PM, desde que o efetivo existente na fração seja, sob análise do comandante da UEOp, adequado ao bom desempenho das atividades nas respectivas frações.

Quanto às atividades de policiamento a serem desempenhadas, não há restrição quanto ao tipo, processo, modalidade, circunstância, lugar, desempenho e duração, desde que obedecida a legislação em vigor que trata das peculiaridades de trabalho da mulher.

Quanto à possibilidade de efetivo misto em GuPM, não há restrições com relação a quantitativo de cada gênero, devendo o Comandante, caso a caso, avaliar os aspectos que porventura interfiram, administrativa ou operacionalmente, na formação das equipes policiais de sua Fração.

Não se restringe a participação de policiais femininas em atividades relativas a diligências do serviço público. Entretanto, em face de sua compleição física natural, a escala de policial do gênero feminino como motorista, especialmente em viagens demasiadamente longas, deve ser precedida de avaliação dos riscos advindos de tal decisão.

Por fim, não há restrições quanto à designação de policiais femininas para comandamento de Frações PM, sendo obedecida avaliação de efetivo supramencionada (MINAS GERAIS, 2010).

Nota-se que o simples fato de o policiamento feminino ter normatização específica já ressalta o caráter diferenciado de sua atividade, ao passo que a própria Instituição explicitamente assegura aos Comandantes o emprego das policiais como melhor lhes convém, o que dá margem a interpretações diversas, haja vista o poder discricionário de que dispõem. Ou seja, a normatização específica, ao mesmo tempo em que ressalta, acaba por atenuar as circunstâncias em que a mão de obra feminina será empregada. Diante de tal fato, pode-se depreender que a Instituição reconhece a importância do trabalho policial feminino, o que não significa tratar as PFems com igualdade. O viés de dúvida interpretação da norma compõe e contribui para a construção e solidificação da imagem e do papel sócio-institucional que o trabalho policial feminino adquire.

Tal fato é analisado por Soares e Musumeci (2005) como um certo pudor institucional, já que a questão do emprego feminino é rodeada por sentimentos e pré-noções dúbios ao se confundir a contradição dos julgamentos com as supostas propriedades morais e psicológicas das mulheres e seus atributos físicos.

Para Alves (2011), uma análise preliminar sobre o atual posicionamento feminino nas fileiras da PMMG é insuficiente para que conheça como o processo que resultou no atual panorama porque a situação sociopolítica e as tradições vigentes quando do ingresso feminino ocorrido em 1981 definiram a forma como de fato se deram a seleção, inclusão, formação, alocação do trabalho feminino, além do padrão de comportamento inerente às policiais.

Na concepção de Soares e Musumeci (2005), o ingresso feminino nas forças policiais, de modo geral, não foi acompanhado por alguma mudança fundamental quer seja no conceito de policiamento, quer seja na função determinante da polícia na garantia da segurança pública.

É justamente a manutenção desse modelo o fator responsável por impedir a efetiva incorporação feminina das policiais militares e aos benefícios que sua presença traria à modernização dos serviços de policiamento, por legitimar os valores machistas intrínsecos à cultura profissional.

2.5 A dominação segundo Pierre Bourdieu³¹: aspectos da violência simbólica e do poder simbólico

A elaboração teórica de Bourdieu (2001) acerca da dominação masculina perpassa as relações sociais onde as interações entre os sujeitos são afetadas tanto pela violência simbólica, como pelo poder simbólico. Para o autor, o sentido objeto do mundo se pauta pela convergência das subjetividades estruturantes. Isso quer dizer que, dentro de um espectro amplo de análise, o senso constitui-se como um consenso. De igual modo, o julgamento perfaz-se de consentimento.

Tratando-se da esfera de uma organização policial, militar e altamente hierarquizada, respira-se poder. Seja o poder simbólico, que é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele, seja o poder legítimo, hierárquico ou disciplinar, que é aquele baseado nas normas, valores e crenças que se referem ao sentimento e percepção de que certos indivíduos possuem direito legítimo de exercer chefia ou influência sobre outros. Assim, para Weber (1991, p. 33) o poder é um fenômeno de natureza eminentemente social porque “significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

Pode-se associar a realidade institucional à tradição neo-kantiana alusiva aos universos simbólicos (já que o ambiente de análise trata-se de uma corporação policial) como

³¹ Embora para efeito deste estudo se considere a construção teórica proposta por Bourdieu (2011), não é objeto da presente pesquisa centrar-se sobre os aspectos do estruturalismo sobre o quais o autor sustenta e desenvolve sua teoria. Assim, desconsidera-se as dimensões de campo, *habitus*, etc. para que se destaque a construção teórica do autor sobre as questões simbólicas que permeiam as relações sociais, especificamente sobre a problemática da dominação masculina, do poder simbólico e da violência simbólica. Como a viés epistemológico deste estudo pauta-se pela abordagem pós-estruturalista, não seria conveniente orientar o estudo naquela direção, sob pena de a articulação conceitual teórica ser prejudicada.

instrumentos de constituição do mundo, construção de conhecimento e interação social (MOURA, 2000).

Quando então se analisa o ambiente policial militar, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante (isto é, o conhecimento do mundo sob a ótica policial militar), na medida em que são também estruturados (social e historicamente). Para tanto, a estruturação é a configuração na qual os sistemas simbólicos propiciam a integração social para um determinado consenso, que nesse caso, trata-se da dominação, em virtude do cenário de hegemonia onde o poder é exercido. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia, ou seja, de dominação (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências. Destarte, os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

De fato, foi após o advento da Primeira Guerra Mundial que nos maiores centros urbanos capitalistas (mas não em todos), as mulheres puderam aproximar-se da condição masculina em termos legais, quando passaram a ter direito ao voto, à propriedade privada, e ao trabalho formal, embora não raramente, a instituição do matrimônio ainda as colocava em situação inferior aos homens (tanto legal como moralmente).

A questão da dominação masculina sobre as mulheres como um problema social surge quando as restrições legais, em princípio naturais, passam a ser questionadas e não mais aceitas como componentes naturais da ordem social estabelecida, conferindo situação privilegiada aos homens, detentores de mais direitos que as mulheres.

Por essa ótica, a dominação de classe está presente juntamente com a dominação de gênero, compondo uma situação na qual a dupla submissão feminina a essas duas condições representa a constatação de normalidade e sujeição ao ordenamento legal e social constituídos.

Portanto, sob o jugo das ciências sociais constatou-se que tal situação de submissão continuou a persistir (abstraindo-se da questão da dominação de classes). De igual modo, a diferenciação de gênero continua existindo como uma forma de inércia na sociedade moderna. A dominação de gênero, no presente caso, é entendida aqui não como um fenômeno universal, a-histórico, mas em sua forma moderna, da forma como é encontrada em sociedades capitalistas avançadas. Na prática dessas sociedades capitalistas avançadas, ser mulher está

diretamente vinculado à situação de inferiorização social, já que ser mulher compreende um universo de amplas e consolidadas práticas sociais que aludem a um determinado padrão de comportamento em sociedade, os empregos inferiores, salários inferiores, sistema de critérios diferentes e desvantajosos para a promoção no trabalho e à submissão de uma divisão sexual do trabalho, pautada em critérios sociais arcaicos, preconceituosos e difusores de dogmas sociais. Diante de tudo isso, o comportamento feminino é socialmente tido como inferior ao masculino. Ou seja: ser mulher é automaticamente vinculado a “desvantagens”.

Portanto, a divisão sexual do trabalho se apresenta sob a forma de um grave entrave à inserção da mulher nos espaços públicos, assim como à subestimação e/ou invisibilização trabalho oriundo da força de trabalho feminina. O rompimento desse paradigma requer uma ampla compreensão de que o grupo feminino é posto em situação de desigualdade e subvalorização e é fundamental que a atuação feminina seja reconhecida como agente produtiva (e não apenas reprodutiva), e essa compreensão é fundamental para que a justiça se faça presente no desenvolvimento social (SEN, 2010).

Portanto, a questão de gênero cabe perfeitamente na análise do modelo econômico marxista, conforme Kraus (1993), ao suscitar questões pertinentes à influência que os aspectos da dominação masculina exercem sobre as mulheres, que oprimidas, tem notadamente seu espaço social relegado à inferioridade e aos serviços reprodutivos. A autora, desta forma, levanta os seguintes questionamentos: Quais mecanismos estão em ação para fazer a função de diferenciação de gênero funcionar como uma dimensão de dominação e onde na prática social pode ser observada esse tipo de dominação? Por que as mulheres são excluídas das posições inferiores na maioria dos campos sociais? Como as ações “masculinas” e “femininas”, os modos de pensar e julgar se reproduzem na prática social?

Pode-se responder parcialmente a alguns desses questionamentos ao se analisar o ambiente policial militar e o desenrolar cotidiano das interações que se dão no âmbito organizacional entre homens e mulheres. Sob esse aspecto, as interações são pautadas pelo exercício da comunicação que exterioriza todo o ordenamento responsável pelo comando em nível hierárquico. “Assim, as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes (BOURDIEU, 1989, p. 11)”.

Para Bourdieu, há nesse cenário uma relação de luta, sobretudo simbólica, na qual diferentes classes estão enredadas para imporem a definição do mundo social conforme seus interesses. No entanto, a situação é mais complexa ao se analisar essa problemática sob o

seguinte aspecto: as mulheres policiais militares³² encontram-se sob a condição de uma dupla dominação. Essa dupla dominação se baseia na condição feminina ser bastante reduzida quando comparada ao quantitativo masculino, e como consequência disso, poucas mulheres estão aptas ao exercício do poder dentro da instituição.

Essa constatação caracteriza o que Bourdieu (*ibidem*) chama de “sistema simbólico”. Os sistemas simbólicos se diferenciam de acordo com sua instância de produção e de recepção. E a autonomia de determinado campo³³ se constitui na medida em que um corpo especializado de produtores de discursos se desenvolve. O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer (...) só se exerce se for reconhecido (BOURDIEU, 1989). E por essa razão, o poder simbólico é uma forma modificada e legitimada de outras formas de poder.

No que tange à sociologia reflexiva proposta pelo autor, a construção de um objeto de pesquisa deve operar numa lógica em que atua como um indicativo do que se deve saber e fazer para o andamento da pesquisa. Ademais, os objetos de pesquisa se configuram como realidades que atraíram a atenção do pesquisador pelo fato de serem realidades sinaladas. Por essa razão, a condição na qual a realidade das mulheres policiais se encontra são por si só simbólicas de como a presença feminina naquele campo é pautada pela condição desigual que contempla peculiaridades tais que por vezes as fazem-se sentir como um estorvo no cotidiano policial masculino, conforme se depreende o relato a seguir:

[...] Muitas vezes tenho a sensação de que os colegas de trabalho querem de alguma forma nos proteger, sabe? Tanto que já ouvi assim: “sério que vou trabalhar com fulana? Ah, não! É ruim demais trabalhar com PFem, viu? A gente tem que se preocupar com a gente na ocorrência e ainda tem que preocupar com ela!” E a proteção dessa forma é uma coisa muito chata, poxa. A gente também é capaz. Não porque já trabalharam com alguma mulher muxiba³⁴, que todas são assim (Sargento Anita, treze anos nas fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais).

Nota-se então que o espaço simbólico de luta está sujeito também a outras questões que vão além da mera supremacia numérica masculina e da condição de ocupação hierarquia

³² No caso, as mulheres que compõem as fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais, *locus* do presente estudo.

³³ Na concepção teórica de Bourdieu (*ibidem*) o campo representa o espaço simbólico no qual as lutas dos sujeitos determinam, validam e legitimam representações através do poder simbólico. E é campo onde se estabelece a classificação dos signos, ou seja, uma espécie de filtro social que determina o que é adequado ou não, desejado ou não, aceitável ou não, e do que é pertencente ou não a um código de valores.

³⁴ Adjetivo depreciativo do vocabulário policial que se refere à pessoa (seja do sexo masculino ou feminino) cujo trabalho policial não corresponde ao que se espera dela. Vulgarmente, é a “pessoa ruim de serviço”.

organizacional à qual as mulheres policiais se encontram, corroborando Soares e Musumeci (2005) e conforme o relato a seguir:

[...] é claro que já me julgaram sem me conhecer. [as pessoas] Fazem uma ideia de você sem nem ao menos te conhecerem. Pode até ser que em algum momento eu já tenha me sentido subjugada por ser mulher, mas se houve faz tanto tempo que nem lembro. Deve ter sido logo quando entrei (na Polícia Militar de Minas Gerais). Mas sabe de uma? A gente (que é mulher) deve ter joga de cintura com essas coisas. Tem saber lidar com todo tipo de gente. E eu sei lidar muito bem com isso. Tanto que não tenho e nem tive problema nenhum em trabalhar com homem nenhum. Se for pra fazer, vou lá e faço. E faço de forma que não dê margem a ninguém achar que meu trabalho é diferente por ser mulher (Cabo Chica, 10 anos na Polícia Militar de Minas Gerais).

Pelo relato acima, depreende-se que há de fato a questão da percepção individual sobre como agir, sobretudo quando se é minoria e se é inferior na escala hierárquica, constituindo uma visão que extrapola a simples compreensão de onde se finda o “ser minoria”. Isto é, há a possibilidade de pensamento do sujeito de que mesmo se sendo minoria, é possível sê-lo mas sendo-se percebido como igual em alguns aspectos (como no caso, o questão de corresponder ou não ao que se espera daquela ou daquele profissional).

O estigma, assim, faz contraponto à normalidade e ambos são socialmente construídos através de relações de poder, onde o normal, o aceitável e o desejável, são sempre definidos pelo grupo dominante. Por isso, o estigma tem a capacidade de desumanizar aquela ou aquele sobre o qual recai. “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 2008, p. 15). Isso atesta como o processo identitário é composto pela radicalidade, afinal, a exclusão, a discriminação e mesmo a invisibilização do sujeito estigmatizado precisam ser pormenorizados como elementos que o constituem.

O estigma e suas consequências não é cabal e pode ser ressignificado, tanto para quem é vítima, tanto para quem o produz, pelo fato de ser produzido através de interações sociais. Exemplos são os casos da “aceitação”, por parte do estigmatizado, e de estratégias por meio das quais a vítima procura amenizar os “sinais” produtores do estigma, o auto-ocultamento, o suplício individual, a autoexclusão, dentre outros. As experiências decorrentes desse processo de estigmatização (incluindo-se a fuga dele) reverbera na experiência individual, que se apresentam como resultante das realidades onde os indivíduos encontram-se inseridos (GOFFMAN, 2008).

Pode-se ainda depreender pelo relato descrito, duas análises relevantes para a compreensão da atmosfera estigmatizante e ao mesmo tempo estigmatizadora que caracteriza

a cultura policial militar. A ideário policial militar se funda na crença de que o tipo ideal de mulher policial é aquela que seja capaz de contraditar a imagem social de que a mulher é o esteio da fragilidade e da submissão. Ao ser empenhada no atendimento de ocorrência, ao deparar-se com alguma, ou realizar algum tipo de intervenção policial, para obter uma espécie de legitimidade que fuja ao estigma, deve ser capaz de atuar desmistificando-se da ideia ainda tradicional que se tem da mulher: um ser indefeso, frágil, sensível e fraca. As mulheres policiais militares que tentam corresponder a essa expectativa fugidia de estigma é paradoxal: devem atuar contra um autorrepresentação cultural e institucional para dar vazão a uma construção individual que lhes imputem a prerrogativa de lidar diretamente com os riscos, os imprevistos, as adversidades e as imposições circunstanciais da própria atividade policial, e além disso, devem-se demonstrar, talvez mais destacadamente que os próprios pares do sexo masculino, a força, o sangue frio, e o pensamento tático.

1. O transbordo da virilidade é um elemento de avaliação alheia (a princípio tanto de homens para homens, quanto dos homens para as mulheres, conforme os excertos analisados expõem);
2. No entanto, a cultura policial militar, no que tange às questões de gênero, é alicerçada em fundamentos dúbios;
3. Um destes fundamentos aduz que a subcultura policial militar masculina não cobra virilidade das mulheres, já que pelo fato de serem mulheres, não necessitam de demonstrar virilidade, disposição para o enfrentamento direto e mais incisivo contra a violência e a criminalidade. Afinal, as mulheres policiais militares necessitam de proteção de seus pares, o que exclui a demonstração de força e disposição para o confronto direto;
4. Lado outro, para fugirem do estereótipo que recai sobre as mulheres policiais militares, elas usam a demonstração de virilidade, força e aptidão para o enfrentamento como um elemento capaz de reconhecê-las como profissionais competentes;
5. Isso quer dizer que, embora não precisem, mas para fugirem do limbo valorativo que localizam o trabalho feminino dentro daquele sistema social, as mulheres têm que demonstrar exatamente o contrário.

Tal movimento pode ser assinalado como uma construção discursiva generificadora³⁵ regionalista pautada na virilidade. Logo, no molde de corporificação do gênero masculino, a virilidade e violência são reproduções na necessidade lógica de afirmação. Segundo Bourdieu (2005, p. 63), “ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se”. Cabe ainda aqui uma reflexão que faz alusão à condição na qual as mulheres policiais militares se encontram para o desenvolvimento de suas atividades profissionais: Simone Weil (1979), em um de seus estudos sobre o poder e a dimensão da opressão na atmosfera laboral, feito com operários em fábricas da França por volta de 1936, constatou que o ambiente de trabalho não pode ser considerado um lugar capaz de se conquistar felicidade. Pelo contrário, o ambiente de trabalho se perfaz como um lugar de opressão no qual os trabalhadores deixam sua alma, uma espécie depositário em que se vai com um sentimento sobejamente doloroso, onde cada passo para a ida ao trabalho é moralmente penoso, e na volta para casa o é fisicamente. Então, nessas circunstâncias de extremo desgaste, tanto físico quanto psicológico, a tentação mais forte que um trabalhador pode se dar nesta vida de opressão e escravidão, é a de não pensar mais na situação para não sofrer e assim, aceitar as imposições do meio de trabalho como normais, tendendo a cair na naturalidade. Pode-se então, compreender dentro dos aspectos sociais que circundam a profissão policial militar, que essa “manobra” feminina para legitimar socialmente sua presença pode representar uma desestabilização (tanto do grupo feminino quanto do sujeito feminino) para buscar uma estabilização que a legitime naquele grupo social. Tamanho esforço de aceitação social pode ser excessivamente penoso, embora muitas delas possam nem mesmo ter a noção das consequências dessa manobra atitudinal em suas vidas pessoal e profissional. “Nenhuma sociedade pode ser estável quando uma categoria inteira de trabalhadores trabalha todo dia, e o dia todo, com desgosto” (WEIL, 1979, p. 145), principalmente se essa categoria é responsável pela segurança e cuidado de vidas humanas.

Pode-se ainda analisar a realização laboral estabelecendo-se relação com a teoria do trabalho defendida por Hochschild (1983). Para o autor, três dimensões compõem a realização do trabalho pelo sujeito: *labor*, *display* e *emocion*.

O *labor* é o ato do trabalho em si, a partir da observação da relação entre o trabalho executado e a relação profissional que dá na realidade inerente a cada profissão ou ocupação;

³⁵ A construção discursiva é descrita nesse caso como “generificadora” porque possui ação de coagir o indivíduo (no caso as mulheres) a incutirem sobre suas competências e sua posição hierárquica uma autocrítica que a acompanha enquanto estiver na ocupação de policial militar, impondo-lhe modos de agir que se não a destacam negativamente, a destacam positivamente. Ou seja, se imaginarmos as construções sociais de gênero masculinas e femininas em uma reta em que cada um dos extremos aponta em uma direção, quanto mais direciona aos elementos atribuídos à masculinidade estão, mais conseguem fugir da estereotipia de gênero, e, conseqüentemente, mais bem aceitas se encontrarão na cultura policial militar, e menos sofrerão.

O *display* se refere à representação (ou o imaginário simbólico) que o trabalhador assume em função da definição institucional que lhe é incorporada. É uma construção social que a instituição para a qual executa suas atividades profissionais lhe impõe, tácita e/ou explicitamente;

A *emocion* está vinculada ao fator emocional que é inerente àquelas profissões ou ocupações que para sua execução requerem contato com o público externo, sejam eles clientes ou usuários do serviço.

Cada um desses fatores são elementos que compõem uma representação social da sociedade para os profissionais da segurança pública, dos profissionais da segurança pública para com a sociedade, das instituições de segurança pública para seus colaboradores e de seus colaboradores para com a instituição de segurança pública para a qual trabalham.

No âmbito “intra-muros”, cuja cultura organizacional é legitimada e reproduzida sob a forma do “ser” e não do “estar”, ou seja, as tipificações sócio-institucionais adquirem um caráter permanente na conduta individual, a reprodução daquela cultura é intrinsecamente vinculada aos simbolismos que o construíram. O “ser policial militar” não é meramente uma fase transitória da vida. Esse simbolismo é “eternizado” sob a forma de reprodução de uma legitimação discursiva que cada sujeito da organização traz consigo. Essa reprodução ocorre de maneira consciente, e principalmente inconscientemente, dentro e fora daquele grupo. Uma possibilidade explicativa para essa análise está no fato de que a força que a hierarquia impõe a seus assujeitados se sobressai a quaisquer outros elementos. E nesse sentido, as questões de gênero se somam aos elementos decorrentes e são submetidas aos quadrantes limitadores de estereótipos, estigmas, e percepções individuais e de grupo. Assim, essa força com a qual a hierarquia atua sobre os sujeitos representa a intensidade com a qual as relações de poder são definidoras de reconhecimento, sentimento de pertencimento e de consciência individual naquele grupo. O espaço de reconhecimento no qual essa identidade social fora construída “depende da legitimidade das categorias utilizadas para identificar os indivíduos” e, conseqüentemente, se torna “indissociável dos espaços de legitimação dos saberes e competências associados às identidades” (DUBAR, 2005, p. 155).

[...] nas relações humanas há a existência de padrões comportamentais adotados como ideais e que são reproduzidos pelos indivíduos como comportamentos vinculados aos sexos que acabam por orientar a participação de cada ser humano no coletivo social. Esta padronização dos papéis sociais é permeada pelas expectativas da sociedade para com as pessoas, num circuito onde a replicação desses comportamentos se faz como garantia para a aceitação social e para a produção de status da pessoa no espaço no qual ela se insere (CRUZ, 2014, p. 33).

Acresce-se aos espaços de legitimação de gênero não somente a atividade policial militar *per se*. Há dentro da instituição policial militar a alocação cultural (e mental) das atividades inerentes à execução feminina, masculina, ou de ambos os sexos. Essa diferenciação é conhecida por “divisão sexual do trabalho”. A divisão sexual do trabalho destaca mais naqueles ambientes laborais cuja predominância de um dos sexos ocorreu de modo histórico e cultural, inculcando nos membros daquela cultura organizacional uma espécie de tipo ideal de sujeito executor de determinada função ou atividade, pautada exclusivamente no critério de gênero; no presente caso, é notória a preponderância do grupo falocrático sobre as mulheres, que não raramente, ainda são vistas como intrusas naquele campo bastante específico das atividades humanas.

As limitações e dificuldades, no entanto, não atingem apenas as mulheres que pretendem entrar para as fileiras das polícias militares brasileiras, afinal, mesmo dentro da instituição elas podem ser alocadas em outras atividades que não sejam as institucionalmente reconhecidas (mesmo tacitamente), como essencialmente masculinas. Essa compreensão machista, e indutora da divisão sexual do trabalho, atualmente ainda é muito latente. Essa segregação pode ser mais ou menos intensa, ao sabor dos fenômenos socioculturais que atuam sobre determinada sociedade. Mesmo havendo um avanço nos conceitos que caracterizam a nossa sociedade e que busca cada vez mais a inclusão de grupos minoritários ou historicamente vitimizados, a condição de igual ainda não foi plenamente alcançada, mas alterados, transformados e adequados à uma cultura que busca a não discriminação (o que não significa que isto tenha sido alcançado). Apesar dos esforços despendidos não alcançamos um estado sociocultural que garanta a equidade de gênero em qualquer circunstância, em especial nas atividades laborais, ainda mais quando se trata de uma atividade de segurança pública que tem como tradição o perfil de adjetivos onde se estabeleceu o homem como seu legítimo representante.

A divisão sexual do trabalho encontra guarida na pré-noção de que há nas relações humanas a existência de padrões comportamentais socialmente reconhecidos como ideais e que são reproduzidos pelos sujeitos como comportamentos inerentes aos sexos, e que acabam por orientar a participação de cada ser humano no coletivo social. Essa padronização dos papéis sociais é assimilada pelas expectativas da sociedade para com as pessoas, operando numa lógica que replica esses comportamentos para se garantir aceitação social e para a produção de status do sujeito no espaço no qual ela se insere (CRUZ, 2014).

Quando entrei pra PM eu ouvi histórias terríveis, sobretudo das mulheres mais antigas de casa. Eram coisas inacreditáveis para quem ingressou na instituição no final da década de 1990. Coisas surreais mesmo! E aquilo tudo tinha um peso ainda maior porque eram relatos de quem tinha sido vítima ou presenciou situações muito constrangedoras (Sargento Anita, 15 anos nas fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais).

Embora as mudanças do pensamento social sejam inerentes ao progresso da humanidade, nos processos de interação, nas possibilidades geradas pelo estabelecimento de relações entre os indivíduos, as mudanças são bastante lentas, gradativas e produto de lutas e resistências, numa lógica na qual a existência e a essência compõem os dois lados de uma mesma moeda, e, claro, os padrões construídos durante décadas ou séculos são fatores limitantes às novas mudanças. Por essa razão, o rigor que caracteriza os constructos sociais reforça a constatação de que os papéis sociais são rígidos e pouco alteráveis. Essa questão é abordada por Elias & Scotson (2000) que a classifica como reflexo de um elevado grau de coesão do grupo, já que um grupo estabelecido rejeita a participação igualitária do grupo novato, como a questão de gênero no presente caso, afinal, o grupo masculino, que é o grupo estabelecido, tende a rejeitar (de diversos modos, quando não explicitamente) a atuação (ou até mesmo a presença feminina) tampouco sua condição de iguais ou o compartilhar o mesmo espaço social que as mulheres, relegando-as a um espaço social de exclusão e subalternidade, reforçando a estigmatização daquele grupo.

Assim, ainda presente embora menos evidente, o rechaço intramuros às mulheres policiais militares pode ser explicado pelo fato de que tanto o poder que a força física quanto o poder do porte bélico se mostram, historicamente, como atributos de poder essencialmente masculinos e elementos simbólicos que caracterizam um reduto pautado pela “ode à masculinidade”, ambiente que enaltece a virilidade, e a presença feminina, comprometeria a natureza institucional. Os homens, então, tendem a não aceitar natural e igualmente a atuação feminina, o que ameaçaria seu status.

Uma das passagens mencionadas durante a realização das entrevistas evoca uma possibilidade analítica que irrompe na percepção de que a simulação de aceitação da presença feminina na atividade policial pode ocorrer quando no discurso masculino se faz presente o recurso de enaltecimento das características femininas com o intuito de reforçar sua situação de “ser alheio àquela cultura”, como no relato abaixo:

... claro que já ouvi coisas do tipo: ‘Ah, mas fulana é muito bonita para ser PFem, ah, mas será que ela vai atuar bem com os paisanos³⁶? E se um paisano for pra cima dela? E se o paisano ‘der ideia’ nela? E se isso, e se aquilo... Ouvi isso não somente a mim, de forma indireta, mas sobre outras mulheres, inclusive sobre algumas recrutas³⁷ (Sargento Maria Quitéria, 15 anos nas fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais).

Tal fato, tendo em vista ter sido relatado recentemente, é o mote do movimento feminista há tempos, que defende que as mulheres são tão capazes quanto os homens para a execução de quaisquer atividades laborais, e sua condição de intrusão naquele meio só encontra sustentação pela cultura organizacional, que embora tenha apresentado mudanças, essas são lentas, gradativas, e ocorrem ao longo das gerações que passam por aquela organização. No entanto, há que se destacar o aspecto legal que depõe contra esse raciocínio ao limitar o ingresso feminino nas corporações militares estaduais brasileiras.

E para que as demandas públicas e oficiais sejam reconhecidas, há que se fazer uma leitura social apropriada, considerando seus atributos históricos, traçando uma constituição progressiva dessas demandas a fim de que uma demanda se torne uma questão a ser pensada e a ser reconhecida. Ademais, adverte Bourdieu (1988), que todo profissional de pesquisa em ciências sociais deve atentar para não se envolver no risco do *double mind*, ou seja, de substituir a doxa do senso comum pela doxa do senso comum da ciência, que outorga em nome da ciência uma reprodução do discurso do senso comum. Esse tipo de atitude oportuniza um tipo de conservadorismo estrutural que tende à reprodução da doxa científica. Não obstante, o senso comum ou a pré-noção tem seu vigor na medida em que ele se apresenta como uma face da evidência, mas sem dúvida, a conversão do olhar deve desconfiar das noções aplicadas na construção e romper com este modo de pensamento. Para tanto, a pedagogia da pesquisa deve ser complexa ao exigir instrumentos de construção da realidade, contemplando conceitos, métodos e uma atitude crítica com tendência a trabalhar com estes instrumentos. É possível que essa pedagogia de pesquisa tenha probabilidades desiguais de ser bem-sucedida ainda que varie conforme as atitudes socialmente construídas de seus destinatários. Ainda segundo o autor, o sociólogo deve adotar uma postura de objetivação participante em um exercício de rompimento das adesões que integram o interesse sobre o objeto estudado. Há algumas determinantes importantes a serem consideradas com o esforço

³⁶ O termo se refere àquelas pessoas (tanto homens quanto mulheres) que não pertencem ao meio policial militar. Diz-se que é “o civil”.

³⁷ A pessoa recém-ingressada na Polícia Militar ou recém-formada em curso de formação. Termo comum para quaisquer gêneros.

de objetivação, dentre elas, os interesses específicos ligados ao campo, assim como as categorias construídas por ele.

Nessa lógica, a pesquisa deve retratar um corte já que frequentemente existem interpretações que concorrem para um mesmo objeto. Dessarte, através de uma análise do discurso pode-se expor o panorama e as estratégias que os sujeitos adotam para se beneficiarem na luta simbólica pela razão do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate (BOURDIEU, 1998).

A arena das interações e das lutas simbólicas opera como uma situação de mercado linguístico que tem como referências uma composição social previamente antecipada, e para que se compreenda o que pode ou não ser dito no palco é necessário definir quem é excluído. A forma mais radical de censura é a ausência. Outro critério relevante para a pedagogia da pesquisa está em se considerar as taxas de representação (tanto no sentido estatístico como no social) das diferentes categorias (idade, sexo, estudo, etc.), prontamente, as probabilidades de acesso à palavra. Assim, o espaço de interação é o lugar de atualização da intersecção entre os diferentes campos. Para imporem sua visão de força, os agentes na luta dispõem de força (capital) que dependem de seu pertencimento aos campos e da sua posição no campo. As estratégias discursivas dos diferentes atores dependerão então das relações de forças simbólicas entre os campos e dos trunfos.

3. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se caracteriza por apresentar os pressupostos sobre os quais a pesquisa se assentou. Esses pressupostos se referem à(s) tipologia(s) escolhida(s) em função dos objetivos propostos e da natureza do estudo. A metodologia se refere ao detalhamento do arranjo metodológico capaz de responder às inquietações de determinada pesquisa científica.

No presente estudo, a metodologia de pesquisa fora escolhida de forma a permitir a interpretação das nuances discursivas sob a ótica de poder, gênero e dominação a partir da análise dos contextos discursivos apresentados pelas mulheres policiais militares do Estado de Minas Gerais. Essa análise contribuiu para a composição de novos quadros teóricos para compreensão do fenômeno em pauta.

Em virtude dos desafios contemporâneos, convém que o pesquisador adote uma atitude que caminhe para além da realidade explicativa, ou seja, há a necessidade de que sua interpretação da realidade seja acrescida de uma atitude crítica e problemática em relação à teoria e à realidade, sendo capaz de construir um tipo de pensamento categórico no processo de pesquisa que lhe permita ir além da lógica da pesquisa tradicional; que lhe possibilite a leitura natural e direta da realidade à qual pesquisou, considerando-se que as teorias são construídas de acordo com diferentes conjunturas históricas, culturais e epistêmicas. É justamente essa compreensão teórica do sistema ou do conjunto articulado de conceitos, proposições, esquemas analíticos formais e relações entre eles, que lhe permitirão dar conta da realidade, sendo, portanto, produtos de uma elaboração metodológica suficiente e necessária à compreensão da realidade (JIMENÉZ; CARRILLO, 2006).

A metodologia da pesquisa tem a premissa básica de apresentar a “configuração cenográfica”, ou seja, a(s) motivação(ões) para a realização do estudo em si, sua justificativa, a exposição de sua relevância. A teoria, dessa forma, é o lugar da formulação da problemática. A metodologia da pesquisa representa o plano de organização dos fenômenos, os modos de articulação da expressão teórica objetivada da problemática da pesquisa (BRUYNE *et al*, 1982, p. 159). Os estudos sociológicos contemplam quatro quadros de análise principais realizam, cada um à sua maneira, as funções metodológicas do polo morfológico: tipologias, tipos ideais, sistemas e as estruturas-modelos. Desta forma, optou-se pelo quadro sistêmico de análise, aplicando-se a esse caso concreto, já que parte-se do reconhecimento da predominância do todo sobre as partes, e, conseqüentemente, aborda seu objeto sob a forma coerente e globalizante de uma rede de relações, o que não exclui a análise da estrutura da

organização policial pela ótica do indivíduo, ou seja, o objeto e a problemática de pesquisa situa-se no sistema em si (no caso o ambiente policial), cujos indivíduos o compõem. Se fosse o contrário, adotar-se-ia a função morfológica da estrutura-modelo.

Considerando-se a realidade do emprego da mão de obra feminina pelas forças policiais (cuja atividade se pauta, sobretudo, no enfrentamento à criminalidade e a repressão aos desobedientes legais), diversos fatores reforçam a necessidade do aprofundamento dessa discussão, tais como a análise dos aspectos correspondentes ao emprego da força de trabalho, como se dão as relações de trabalho, sociais e de gênero, preconceito institucional, discriminação, ou até mesmo a (in)visibilidade feminina perante a tropa.

No presente caso, a observação da realidade empírica acabou por apresentar motivos pelos quais o autor do estudo julgou como pertinentes de serem estudados cientificamente naquele contexto cultural-institucional, abarcado pelas teorias de gênero: a percepção de como se dão as relações de trabalho e gênero no ambiente policial. Afinal, como o grupo feminino se percebe e é influenciado por um meio predominantemente masculino? Como as relações sociais são definidas considerando-se o convívio cotidiano como um jogo simbólico e político no qual os papéis masculinos e femininos – *a priori* – são claramente definidos? Ademais, o comportamento de minoria naquele ambiente sociocultural-laboral deve por si só apresentar elementos que sejam capazes de fornecer e explicar como tal dinâmica se instrumentaliza e se reproduz historicamente.

Diante do exposto, a morfologia da pesquisa caracterizou-se como a exposição do objeto que motiva o desenvolvimento do presente estudo: a atuação feminina nas forças policiais, diante dos imperativos socioculturais que definem os papéis de homens e mulheres na sociedade. Se as forças policiais são um produto da sociedade, de que maneira essa instituição é capaz de reproduzir as realidades simbólicas?

As lutas simbólicas que se dão no campo da consciência dos sujeitos necessitam assim, de uma hermenêutica que seja capaz de captar e interpretar suas significações no âmbito da subjetividade individual, onde os elementos sexuais e hierárquicos compõem um panorama diferenciado de análise e que devem ser considerados como instrumentalizadores das relações de gênero entremeadas por dimensões de poder simbólicas e performáticas.

3.1 O método fenomenológico e a pesquisa qualitativa

A lógica científica pela qual o presente estudo se pauta é a fenomenológica. O quadro de análise fora definido dentro das possibilidades teóricas, ontológicas e epistemológicas que

a teoria pós-estruturalista abarca, no presente caso, pelas teorias de dominação e violência simbólica elaboradas pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1994). Para tanto, parte-se da premissa de que o grupo feminino, por ser inferior quantitativamente ao grupo masculino e de sua inclusão nos quadros policiais ter sido relativamente recente³⁸, convive numa situação de discriminação, ou seja, tem seu papel social subjugado diante daquele modelo de sociedade bastante peculiar, numa alusão à realidade analisada por Elias & Scotson (2000).

Assim, a liberdade questionadora e crítica da realidade é o elemento central da pós-modernidade e instrumentalizada pela Fenomenologia. A possibilidade de compreensão múltipla da realidade e dos seus fenômenos relacionados abre oportunidade para que construções teóricas e metodológicas explicativas surjam e contribuam para o progresso científico, contestando dogmas, como por exemplo, a filosofia como construtora da verdade, a crítica das certezas e a relativização das utopias. Lado outro, como a pós-modernidade é compreendida como um conceito ainda debatido, em constante construção, e por isso, perene, inerente à uma época de incertezas onde os referenciais são desconstruídos e as narrativas são substituídas pelos jogos de linguagem como elemento possibilitador de compreensão da realidade, além de enaltecer a liberdade individual em detrimento da manutenção das estruturas de poder e de coerção social captadas em sua essência pelo método difundido por Husserl (1990) ao dar voz às subjetividades individuais.

É nesta etapa do processo de construção do conhecimento científico em que ocorre de fato a crítica às teorias: opções teóricas (por que uma em detrimento de outras, aproximações ao tema, vieses teóricos, ressalvas, analogias, etc.). Neste caso optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, amparada na epistemologia fenomenológica, apoiada nas teorias simbólicas de violência e poder.

Como no presente caso trata-se de uma abordagem fenomenológica, e a Fenomenologia é essencialmente baseada na experiência do sujeito, Jurgenson (2009) postula que o empirismo defende que a experiência é a origem de todo o conhecimento que está atrelado ao uso dos sentidos. Ou seja, é através da realidade sensível, perceptível, experimentada que possibilita ao indivíduo os elementos pelos quais ele pode compreender a sua vivência.

³⁸ No caso da Polícia Militar de Minas Gerais, verifica-se atualmente a presença feminina em todos os postos e graduações da PMMG e em todas as áreas de atuação, sejam as administrativas ou as operacionais, cujo ingresso ocorrera no início dos anos de 1980, com a publicação do Decreto 21.336, de 20 de maio de 1981 (MINAS GERAIS, 1981).

Para a composição do plano epistemológico deste estudo, parte-se da abordagem de Foucault (2009) que oferece uma análise alternativa (e sensivelmente mais otimista que a de renomadas teóricas psicanalíticas francesas³⁹) sobre o ponto de vista de vista onde linguagem e poder se cruzam, ao rejeitar que o poder do discurso falocêntrico seja absoluto e abrir espaço para a plurivocalidade e a ambiguidade que se dão quando do exercício discursivo.

Neste aspecto, Sawicki (1991) destaca que a compreensão de Foucault é de que o campo discursivo se constitui em uma arena na qual contestação e conflitos ocorrem, e por isso, as mulheres podem fazer usos e adaptações da linguagem para seus próprios fins, apoiando-se assim em brechas discursivas que nem os homens e nem as próprias mulheres conseguem (e nem têm como) controlar (totalmente). Assim, a escolha, o acaso e o poder governam nossas relações com os discursos que empregamos e, para que se tenha certeza no emprego dos métodos e da análise do processo discursivo, a escolha de uma apropriação de tradições teóricas “masculinas” envolve riscos que devem ser analisados.

É justamente nesse entremeio entre as duas perspectivas de análise e do exercício do discurso que habita o viés analítico no qual Foucault amplia o leque de possibilidades, percebendo que onde, a princípio, seria um espaço unicamente de dominação e reprodução dos *habitus* bourdieunianos há espaço para que surjam resistências, atritos e conflitos capazes de se manifestar sutilmente, através de uma prática discursiva produto da interação social entre sujeitos dominadores e dominados.

No escopo das ciências humanas e sociais, quando os estudos se dão através da pesquisa de comunidades dos mais diversos tipos e recortes, há a necessidade de se apurar as vivências que buscam o entendimento do mundo natural, das relações sociais entre os sujeitos dentre outras demandas capazes de interferir no convívio humano dentre outras questões do mundo contemporâneo (CAPRA, 2006). Para tanto, o método mais adequado a produzir essas respostas está assentado sobre a base fenomenológica. A Fenomenologia é o método através do qual as subjetividades vêm à tona e resvalam a pluralidade de compreensões

³⁹ Como Luce Irigaray, Julia Kristeva e Teresa de Lauretis, por exemplo. Para essas autoras, a maioria das teorias disponíveis sobre escrita, escrita, sexualidade ou quaisquer outras produções culturais são construídas sobre narrativas masculinas de gênero que persistentemente tendem a se reproduzir em teorias feministas Sawicki (1991). Para a autora, a alienação, a exclusão e a ausência fazem parte da constituição do lugar-comum social dos discursos da cultura ocidental, mesmos os ditos “revolucionários”. Tal enunciado sugere então que os discursos amplamente apresentam um viés falocêntrico e univocadamente masculinista, privando as mulheres de se manifestarem, a menos que sejam autorizadas pelos homens a fazê-lo. Assim, as únicas alternativas de as mulheres se fazerem presentes na construção discursiva seriam: a) falar através dos homens; b) construir uma nova linguagem; ou c) ficar caladas.

personais pautadas na experiência individual que podem ou não interferir na vida cotidiana. A Fenomenologia procura a compreensão paradigmática e paradoxal que se relaciona, converge ou diverge no desenvolver vida cotidiana. São os estudos pautados nessa subjetividade que surgem os achados reveladores de que cada sujeito é historicamente constituído e evolui socialmente conforme a cultura à qual pertence e fora doutrinado (CÓRDULA, 2013; RODRIGUES, 2001). Acrescentam os autores que por esse motivo, a pesquisa pautada em metodologias quantitativas e métodos cartesianos positivistas não são capazes de responder a questões de caráter subjetivo, que se baseiam em percepções meramente individuais e de consistência mais ampla, tais como: o cognitivo do sujeito, suas origens, sua condição social, suas influências culturais, questões emocionais, sentimentais, e tudo que seja capaz de nortear sua condição humana.

Então, no esforço de apontar caminhos metodológicos que sejam possíveis de responder questões não mensuráveis pela ciência positivista, além de responder questões de cunho qualitativo e subjetivo dentro dos modelos tipológicos tradicionais, a Fenomenologia, desenvolvida por Husserl (1990) apresenta as condições mais adequadas à interpretação e elucidação da subjetividade humana, do indivíduo, e do mundo ao seu redor (GENTIL, 2011).

Abbagnano (2000), ao analisar a história da filosofia, postula que a Fenomenologia de Husserl encontra respaldo sob os seguintes aspectos: 1) É uma ciência teórica (contemplativa) e rigorosa, porque é fundamentada, isto é, apresenta fundamentos absolutos; 2) É uma ciência intuitiva, porque opera sempre diante do esforço de apreender essências que se apresentam à razão de uma forma análoga àquela em que as coisas se apresentam à percepção sensível; 3) É uma ciência não objetiva e, portanto, completamente diferente das outras ciências particulares, que são ciências dos fatos ou das realidades porque prescindem de qualquer fato ou realidade, ocupando-se somente das essências; 4) É uma ciência das origens e dos primeiros princípios porque a consciência contém o sentido de todos os possíveis modos como as coisas podem ser dadas ou constituídas; 5) É uma ciência subjetiva porque a análise da consciência se dirige para o eu como sujeito ou polo unificador de todas as intencionalidades que a constituem, e por fim; 6) É uma ciência impessoal, porque os seus colaboradores não têm necessidade de prudência, mas de capacidade teórica.

A Fenomenologia se perfaz enquanto uma interlocutora das ciências do espírito, ou seja, é capaz de dar voz para que a consciência, isto é, o espírito, se manifeste. Portanto, a consciência é sempre consciência de alguma coisa. A consciência se traduz então como a percepção individual do sujeito, expoente de suas vivências e experiências individuais, que foram capazes de produzir algum sentido em sua existência. Coloca-se assim o problema

como uma indefinição entre o mundo transcendente e o mundo imanente e esse problema é realçado com mais evidência na simplificação descartiana, de onde se desdobra o problema para o “eu”, isto é, a consciência do sujeito. Uma ideia de um “eu” puro se traduz por si só como uma aparente “redução”, e essa “redução” se traduz em dimensão intencional: uma consciência se apresenta naquilo que é consciência. Assim, se diz ter consciência de nada, isso se configura como um fenômeno da consciência. A coisa surge como o fenômeno da consciência da coisa. A variação imaginária instrumentalizada pela consciência evidencia nitidamente sua verdadeira ausência, que é ser consciência de alguma coisa (LYOTARD, 1967).

Devido à dificuldade para sua compreensão, a utilização prática da Fenomenologia como método de pesquisa é relativamente incipiente, principalmente para aqueles que não são próximos à área da Filosofia (MOREIRA, 2002). No âmbito dos estudos de gênero, porém, os estudos fenomenológicos têm sido um pouco mais difundidos, principalmente por teóricos como Segato (2015), Puppín (2001), e Foucault (1997). Tais autores abordam questões dos marcadores sociais de gênero em detrimento, e apesar, das relações de poder que caracterizam os relacionamentos pautados na função social do sexo e sua representação cultural entre os grupos e entre os sujeitos.

Outro fator que contribui para a impopularidade do método consiste na pouca sintetização de seus procedimentos metodológicos para a difusão acadêmica. Como se trata de um método no qual o “gerenciamento do obtuso” constitui-se em uma de suas características, o método pode intimidar um pesquisador menos disposto a lidar com um volume totalmente desconhecido de temáticas, experiências, observações e relatos feitos pelos sujeitos entrevistados ou fornecedores de dados qualitativos. Destaca-se, portanto, que uma das maiores contribuições da abordagem fenomenológica consiste na amplitude de possibilidades para a formulação de problemas e para a construção de hipóteses.

3.2 A pesquisa qualitativa como elemento interpretativo de uma realidade social construída através da prática discursiva

A pesquisa qualitativa tem se destacado enquanto abordagem científica. Embora tenha sido historicamente tratada com desdém por parte daqueles pesquisadores que compartilham uma visão positivista da ciência, os estudos qualitativos têm deixado de ser um método de pesquisa complementar para contextualizarem-se como método de pesquisa suplementar, alcançando protagonismo, sobretudo nas pesquisas fenomenológicas e etnográficas.

A pesquisa de abordagem qualitativa é aquele tipo de pesquisa no qual os dados numéricos são insuficientes para a compreensão de determinado fenômeno social ou não permitem uma apreensão com mais profundidade sobre determinada realidade, e ainda, quando se deseja acessar com clareza opiniões individuais sobre fatos sociais. Por ser capaz de abarcar outras metodologias e técnicas de coleta de dados, têm se difundido sobretudo naquelas abordagens nas quais a participação e atuação humanas são determinantes para a assimilação contextualizada da realidade por um prisma aproximado, embora influenciado por sentimentos dos mais diversos, desde a absoluta repulsa até a paixão extremada por parte dos sujeitos de pesquisa escolhidos.

A pesquisa qualitativa envolve fundamentalmente o questionamento aos sujeitos pesquisados sobre suas experiências acerca de fatos que acontecem em suas vidas. Esse questionamento permite aos pesquisadores obterem informações sobre o que é ser outra pessoa e entender o mundo enquanto outro o experimenta. A pesquisa qualitativa foi historicamente empregada em campos como a Sociologia, a História e a Antropologia.

Miles e Huberman (2009) complementam sobre o método empregado para esmiuçar as humanidades afirmando que os estudos qualitativos constituem-se numa fonte explícita e bem fundamentada capaz de descrever e explicar processos em contextos locais identificáveis. Através dos dados oriundos desses estudos podem-se identificar fluxos cronológicos e constatarem-se fatos e suas respectivas implicações e através dessa análise produzir conhecimento. Ademais, os estudos de natureza qualitativa estabelecem uma relação direta entre a explicação de que maneira o comportamento humano pode ser explicado e o âmbito das estruturas sociais nas quais esse comportamento ocorre.

A pesquisa qualitativa tem por ênfase viabilizar a interpretação de elementos simbólicos, subjetivos e não quantificáveis, sujeitos à percepção do pesquisador quanto aos fatos, quer seja através de informantes ou não. Nesse sentido, a lógica que permeia esse tipo de abordagem analítica segue uma dinâmica na qual os objetos do estudo proposto têm sua viabilidade respaldada por esse tipo de pesquisa, ou seja, baseiam-se no decifrar, interpretar e construir um enunciado que se dê através de fontes que sejam de natureza tácita, subjetiva, implícita ou pessoal, nas quais a leitura que se faz é sujeita às mais diversas nuances, mediante o conhecimento, à experiência e vivências de seu intérprete, o que permite, evidentemente, que a análise divirja de intérprete para intérprete e pontos de vista que divirjam de informante para informante, conforme a posição que o mesmo ocupa naquela determinada realidade, contexto, ambiente, ou condição.

Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”. O estudo desses fatos h pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam essencialmente sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte (HOLANDA, 2006, p. 363).

Na definição de Silveira e Córdova (2009), a ênfase sobre a qual os estudos qualitativos se encarregam de atribuir sentido se baseia na interpretação subjetiva de uma dada matéria de observação, sobre a qual etapas muito distintas do processo pesquisativo fornecerão pressupostos através da interlocução entre pesquisador e sujeito de pesquisa.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...] As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Os estudos qualitativos têm ganhado relevância nas últimas décadas na medida em que a percepção de que as subjetividades e as singularidades das construções sociais humanas seriam importantes para interpretar e compreender como se dão as relações e justificam comportamentos individuais e coletivos. Sobretudo a partir dos anos 1970, a subjetividade presente na abordagem qualitativa tem ressurgido no campo das ciências humanas como uma alternativa à compreensão dos fenômenos estudados por suas áreas e subáreas, além de subsidiar as discussões sobre sua eficiência enquanto modelo científico oriundo dos cétricos positivistas de alguns países do globo (BRITO; LEONARDOS, 2001).

Em consonância com esse raciocínio, Moreira (2004) endossa que em função da complexidade dos objetos de investigação, e seus objetivos inerentes, sobretudo quanto ao estudo dos elementos comportamentais dos indivíduos, há de fato que se observar a peculiaridade que os caracteriza. Por contraste, os interpretacionistas afirmam que as pessoas são diferentes dos objetos e que o estudo do comportamento humano, conseqüentemente, requer uma metodologia que leve em conta tais diferenças.

No entanto, as concepções teóricas, distantes de se constituírem como afirmações inquestionáveis, são mutáveis, perenes e polissêmicas, no sentido de estarem em constante revisão que se dá em um contínuo fluxo de contestação, em função do estabelecimento de um método que seja possível de testá-las, afirmando-as ou negando-as, reescrevendo-as ou as reinterpretando, construindo um conhecimento que legitime tal teoria, constituindo-se assim uma práxis científica, retroalimentando todo o processo descrito. A abordagem do constructo teórico se faz fundamental como elemento sintetizador e explicativo de uma dada realidade.

Tal abordagem se torna particularmente essencial para o estudo da pesquisa social. O enorme questionamento acerca da cientificidade das ciências sociais repercute em várias questões. A primeira se refere à possibilidade concreta de se tratar uma realidade da qual nós próprios somos agentes enquanto seres humanos. E deste modo, essa ordem de conhecimento não escaparia radicalmente a toda possibilidade de objetivação? Em segundo lugar, será que, em busca de uma objetivação própria das ciências naturais, não estaríamos descaracterizando o que há de fundante nos fenômenos e processos sociais, ou seja, o real sentido dado pela subjetividade? Por fim e em terceiro lugar, que método geral se poderia propor para explorar uma realidade tão marcada pela especificidade e pela diferenciação? Como garantir a possibilidade de um acordo fundado em um compartilhamento de princípios e não de procedimentos? Em síntese, as ciências sociais hoje, como no passado, continuam na pauta de plausibilidade enquanto conhecimento científico. Seu dilema seria seguir os caminhos das ciências duras e desmerecer seu próprio objeto? Ou encontrar seu núcleo mais profundo, abandonando a ideia de cientificidade? (MINAYO, 2001).

Para Pessoa (1996), o intérprete, e analista das subjetividades, deve possuir algumas competências que lhe respaldam extrair significados de elementos e fatos de natureza analítica polissêmica. É a operacionalização dessas competências que possibilitam ao pesquisador o entendimento dos símbolos e dos rituais simbólicos. São cinco essas competências:

1. A primeira é a simpatia. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe investigar. A atitude cauta, a irônica, a deslocada – todas elas provam o intérprete da primeira condição para poder interpretar.

2. A segunda é a intuição. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe, porém não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

3. A terceira é a inteligência. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutro nível o símbolo; tem, porém, que fazê-lo depois que, no fundo, é tudo o mesmo. Então a

inteligência, de discursiva que naturalmente é, se tornará analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

4. A quarta é a compreensão, entendendo por essa palavra o conhecimento de outras matérias que permitam que o símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionado com vários outros símbolos pois que no fundo é tudo o mesmo. Assim certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou no mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

5. A quinta é menos definível. São as subjetividades que são as formas pelas quais entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo.

Este posicionamento por parte do pesquisador, que requer uma maior sensibilidade para que possa desvelar as nuances da realidade e que seja capaz de captar singularidades, sobretudo nas relações pessoais entre pessoas e grupos, buscando um sentido na essência dos fatos dados, demanda o desenvolvimento de um desenho de pesquisa apropriado para tal.

A pesquisa qualitativa atualmente se impõe reconhecidamente entre as diversas possibilidades de estudo daqueles fenômenos que englobam os seres humanos e suas complexas relações sociais, que se estabelecem nos mais diversos ambientes. Ressalte-se, portanto, que a pesquisa qualitativa, por sua natureza própria, impede a generalização, aplicando-se a situações de realidade específica, cujo ambiente de análise apresenta características peculiares e condicionantes nas quais seus sujeitos encontram-se assentados. As pesquisas que utilizam o método qualitativo de análise preveem novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais pressupostos em função da identificação e a exploração do universo de significados componentes do fenômeno estudado e as interações que se estabelecem (GODOY, 1995).

Para tanto, a escolha deste tipo de pesquisa requer do pesquisador um conhecimento prévio sobre o qual delineará o escopo de seu estudo, de tal forma que os achados da pesquisa e as relações que se dão entre seus investigados ou sobre a realidade a ser apreendida sejam passíveis de uma elaboração crítica, e conseqüentemente, uma construção analítica.

Sob esse aspecto, Minayo (2010) observa que a pesquisa de viés qualitativo se propõe a responder a questões muito específicas. No âmbito das ciências sociais, a pesquisa qualitativa se ocupa de um recorte de determinada realidade que não é passível de quantificação. Isto é, a pesquisa qualitativa analisa o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de trocas simbólicas que se dá entre os sujeitos é compreendido pela autora como pertencentes à realidade social

porque os indivíduos se distinguem entre si tanto pela ação quanto pela consciência de suas ações em grupo diante da realidade onde se insere e é partilhada com os seus. Dessa forma, a diferença entre a abordagem da realidade social de viés quantitativo e a abordagem da realidade social de viés qualitativo está na natureza de pesquisa, portanto, não há que se falar em uma questão de maior ou menor mérito em as tipologias, já que o fiel da balança é o propósito ao qual o estudo se destina.

No presente caso, o estudo em xeque, quanto ao seu recorte é uma pesquisa qualitativa de estudo de caso. O estudo de caso é, assim, um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade a ser profundamente analisada: as mulheres policiais militares do Estado de Minas Gerais, Brasil. Esse recorte é determinante para as estratégias de pesquisa apontadas no desenho investigativo, já que os achados desse recorte somente aplicar-se-ão única e exclusivamente a ele, e não a outro. Logo, o estudo de caso se caracteriza por examinar detalhadamente um determinado ambiente de um sujeito, ou de um grupo particular de sujeitos que se encontram sob as mesmas condições sociais. O pressuposto fundamental do estudo de caso, dessa forma, é a análise intensiva de uma dada unidade social.

O pesquisador geralmente utiliza no estudo de caso uma variedade de dados coletados em diferentes momentos e através de diversas fontes de dados. No presente caso, as fontes são de natureza primária, como a entrevista em profundidade realizada com as mulheres policiais militares e de natureza secundária, como os dados numéricos sobre o contingente que perfaz as fileiras da Polícia Militar de Minas Gerais, associada à observação da realidade que, por fazer parte do local de fala do autor do estudo, foram essenciais à percepção de a unidade de análise pretendida seria um fértil contexto de investigação social. Portanto, a observação e a entrevista foram essenciais para o presente estudo de caso e mesmo pelo fato de um estudo de caso ser essencialmente um estudo qualitativo, ele possibilita que dados quantitativos se façam presentes para explicitar algum contexto dos achados e do próprio panorama da pesquisa. Vin (1989) observa que quando se apresentam os dados quantitativos no estudo de natureza qualitativa, não há a obrigatoriedade de haver tratamento estatístico, e caso haja, ele é bastante elementar.

No presente caso, o objetivo é a interpretação do discurso que mulheres policiais militares do Estado de Minas Gerais apresentam. Esse discurso é analisado, portanto, a partir do método de análise do discurso do tipo francesa, que se diferencia de outros tipos de análise do discurso. Não se analisa aqui, portanto, o discurso dos homens policiais militares, tampouco de homens e mulheres, não porque não se poderia, mas pelo fato de que a unidade de análise à qual o estudo se dirige é o grupo feminino.

3.3 O discurso

Um termo evidentemente tão central para os estudos culturais contemporâneos não é fácil para ser definido. Sinteticamente, o “discurso” se refere a qualquer enunciado ou trecho isolado da linguagem. É usado, sobretudo, em dois campos distintos, porém confluentes, do estudo acadêmico, ambos permeados pela leitura de que as relações de poder, de um ou outro modo, exercem influência e apresentam reflexo nos usos que os sujeitos fazem do discurso, aproveitando-se dele para exercer poder ou ainda manifestando sua condição de assujeitamento pelo discurso proferido: análise discursiva linguística e teoria do discurso pós-estruturalista. Ou seja, é o termo-chave para que se compreenda o processo de produção do sentido.

O discurso é um termo abrangente, possui vários e amplos significados. Talvez o mais amplo deles seja a referência a qualquer forma de “uso da linguagem” (BROWN; YULE, 1983). De modo mais pragmático, o discurso se configura como um ramo da linguística preocupado com a interpretação; o discurso designa a linguagem usual como oposta à linguagem enquanto um sistema abstrato.

O conceito de discurso em si, provém inicialmente da forqueadura saussuriana língua/fala. Se por um lado a língua instaurou um sistema que é independente do indivíduo e possui caráter coletivo, por outro, a fala se diferencia por ser a alteração e a realização deste conjunto de regras que, sistematizadas, migram para a esfera individual. As combinações seletivas que o sujeito falante estabelece ao utilizar o código da língua para se comunicar constituem a fala e essa fala constitui o próprio discurso. O primeiro conceito de discurso vem desse processo combinatório que caracteriza a fala. O conceito de discurso abarca um conjunto de enunciados, conceitos, teses e teorias, tanto faladas quanto escritas, que juntas formam uma concepção articulada de alguma coisa em particular (CABRAL, 2005; DAUDI, 1986; BALLALAI, 1989; SAUSSURE, 2006).

Os discursos são percebidos como uma prática social que se faz presente em contextos sociais mais amplos, a exemplo da esfera organizacional, e são compostos por coletâneas textuais que produzem significados para ações além da barreira espaço-tempo onde originalmente eles foram concebidos. Há que se estabelecer, desse modo, uma concepção discursiva baseada em um conjunto interrelacional no qual textos (entendidos aqui como trechos dialogais, falas sem uma construção intencional mais elaborada, ou textos diversos, disseminados por escrito em meios físicos, digitais, ou virtuais) que são capazes de fornecer significado a um objeto através do processo no qual o discurso é produzido, é difundido e é

utilizado pelos sujeitos falantes. Por essa ótica, os discursos são então auto-narrativas legítimas que, incorporadas à história de um indivíduo, compõem um discurso cultural maior e é facilmente reconhecível como parte de uma estrutura, ou conjunto institucional, moral, religioso, educacional, político, etc.

A definição de discurso pode ainda ser mais complexa do que a consciência de que o ato de fala, mais repleto de elementos simbólicos e subjetivos que o relacionamento entre os indivíduos, pode pressupor.

Para Schiffrin (1994), pode-se considerar, por exemplo, três diferentes definições de discurso e introduzir várias questões básicas subjacentes às descrições e comparações entre essas abordagens distintas. Essas abordagens, ainda na concepção da autora, situam-se sobre dois paradigmas linguísticos que fornecem suposições diferentes sobre a natureza geral da linguagem e os objetivos da linguística. Esses paradigmas linguísticos às vezes são rotulados de formas diferentes, à luz da compreensão que seus principais expoentes teóricos fazem. Segundo a autora, os paradigmas compõem diferentes pressupostos de fundo sobre os objetivos de uma teoria linguística, que são os métodos para estudar a linguagem e a natureza dos dados, de evidência empírica, naturalmente. Essas são as diferentes concepções de discurso conforme cada um dos paradigmas linguísticos: uma definição oriunda do paradigma formalista vê o discurso como “sentenças”; uma definição proveniente do paradigma funcionalista compreende o discurso como “uso da linguagem”; e por fim, uma terceira definição de discurso tenta atravessar a dicotomia formalista-funcionalista. Por essa ótica, o discurso é usualmente definido de duas maneiras: uma unidade particular de linguagem (sobre a sentença), e uma no foco particular (no uso da língua). Essas duas definições de discurso refletem a diferença entre os paradigmas formalista e funcionalista.

Para Hymes (1974), o discurso sob a ótica de cada um desses paradigmas (o discurso como estrutura e o discurso como função), sugerindo as seguintes características do discurso para cada um deles: o discurso enquanto elemento estrutural é composto pela estrutura da língua (código) como a gramática; faz uso de implementos, que podem ser também os limites discursivos, que podem ser correlatos com ou com o que está sendo analisado como código; análise do código em detrimento da análise de uso, função referencial totalmente padronizada enquanto norma; elementos e estruturas analiticamente arbitrárias (numa perspectiva cultural ou histórica), ou universal (em perspectiva teórica); equivalência funcional de linguagens (adaptativa); todas as linguagens essencialmente (potencialmente) iguais; código homogêneo único e comunitário (difusão da uniformidade); conceitos fundamentais, como o discurso

comunitário, ato de fala, fluência do falante, funções do discurso e linguagens tomadas como arbitrariamente postuladas.

Tanto o convívio em sociedade quanto a imersão em processos interacionais impõe aos sujeitos um imperativo e tácito questionamento acerca do verdadeiro alcance de um discurso normativo. O alcance e a reprodução do discurso são vinculados às dimensões de poder incorporadas aos agentes emissores e receptores envolvidos na prática discursiva.

Foucault (1972) define o discurso com um viés mais ideológico, de modo que os discursos produzidos são práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais se fala. Burr (1995) amplia a conceituação de Foucault ao compreender o discurso como um conjunto de significados, metáforas, representações, imagens, histórias, afirmações e assim por diante, que de alguma forma juntos produzem uma versão particular dos eventos, ou seja, uma visão particular, emitida de modo particular e compreender de modo subjetivo. Uma aproximação de qualquer objeto, evento, pessoa, etc., pode representar uma variedade de discursos diferentes, cada um com uma história diferente para contar sobre o mundo e uma maneira diferente de representá-lo. Sunderland (2004) leva a compreensão discursiva de Foucault adiante ao identificar e nomear explicitamente discursos específicos, tais como “mulheres, cuidado com as mulheres” e “impulso sexual masculino”. Embora os discursos não sejam explicitamente articulados, seus vestígios podem ser encontrados no uso da linguagem.

No entanto, os usos mais ideológicos dos discursos são aqueles que refletem o pensamento pós-moderno. Potter e Wetherell (1987) demonstraram que as pessoas frequentemente parecem expressar opiniões divergentes sobre determinado assunto e justificam que isso se deve ao fato de que elas têm acesso a uma série de discursos concorrentes em seus diálogos. Por essa ótica, os discursos são contraditórios e mutáveis, e sua identificação é necessariamente interpretativa e aberta à contestação, particularmente porque é difícil “sair do discurso” e vê-lo de modo completamente objetivo. Foucault (ibidem) então observa que não é possível descrever nosso próprio arcabouço discursivo, já que é a partir deles que falamos.

Na concepção de Cabral (2005), mais do que passar informação, o objetivo do discurso é obter a adesão através da utilização da linguagem como forma de persuadir, seja de forma mais ou menos ortodoxa. O discurso argumentativo se faz sedutor quando da análise do não dito, do tácito, do implícito. Assim como a pragmática leva em consideração o outro e o contexto (seu e do outro), o processo de argumentar estabelece o discurso com o outro com o objetivo de mudá-lo, influenciá-lo, persuadi-lo. Desse modo, além de ser um processo de comunicação, o discurso, reconhecendo a relevância crítica da destinaridade, se organiza

como um processo intencional de ação sobre o outro, e conseqüentemente, do exercício de poder (BALLALAI, 1989). Aduz o autor, que a proposta argumentativa é uma consequência da destinaridade do discurso. A argumentação é consolidada em função de um dado público-alvo, de um universo particular porque todo discurso tem o intuito de convencer aquele a quem se destina, a dimensão argumentativa é essencial à linguagem. O orador, seja ele locutor ou emissor, fica obrigado, se ele quiser agir sobre o outro, a se adaptar ao seu emissor a fim de dirigir o seu discurso a um destinatário específico, que dessa forma pode se reconhecer como tal ou não. O discurso adquire sua potencial pluralidade através do enredamento desta trama possível entre os componentes da comunicação. Para o autor, ao romper o seu invólucro dual, receptor-emissor, o discurso torna-se múltiplo e a detecção de seu sentido passa a requerer a atenção de todos os seus agentes: o autor da fala (locutor), os agentes dos atos ilocucionários (enunciadores), o ser a quem as palavras são ditas (alocutor) e aqueles que são pacientes dos atos (destinatários).

Enquanto discurso, a linguagem não se constitui como um universo de signos necessários apenas como instrumento comunicativo ou suporte de pensamento. A linguagem enquanto discurso é um modo de produção social pautado pela interação. Logo, ela não é neutra, não é natural, e não é inocente (por ser carregada de uma intencionalidade). Por essa razão, faz-se lugar privilegiado de manifestação ideológica. Ela é o “sistema-suporte” das representações ideológicas e o meio social em que se articulam e defrontam agentes coletivos que se consubstanciam em relações interindividuais. A linguagem se constitui como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade. Para tanto, como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem se constitui como lugar de conflito, de confronto ideológico, e não é passível de ser estudada fora da sociedade, já que os processos que a constituem são histórico-sociais e seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, *idem*). Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de sessenta: a análise do discurso (BRANDÃO, 1986; BRAGA, 1980).

O discurso é a composição relacional dialética uma prática social entre um evento discursivo particular e a situação, a instituição e a estrutura social que o compõe. Assim, a estrutura social sobre a qual o discurso produzido no âmbito da cultura e dos componentes da Polícia Militar de Minas Gerais é explicado por uma relação dialógica que se dá em duas direções: as situações, as instituições, e as estruturas sociais tanto configuram o evento discursivo como são configuradas por ele. Ou seja: o discurso é socialmente constitutivo e socialmente constituído. O discurso é elemento constituinte de situações, de objetos de

conhecimento, de identidades sociais e de relações estabelecidas entre pessoas e os respectivos grupos dos quais fazem parte (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997). É através dessa dinâmica que as dimensões locutivas do poder se perpetuam, produzindo e reproduzindo as construções ideológicas influenciadoras das práticas sociais, entre os grupos e entre os sujeitos que compõem esses grupos.

Foucault (1997) define o discurso como um conjunto de afirmações pertencentes a um sistema único de formação, citando como exemplos: o discurso clínico, o discurso da história natural e o discurso psiquiátrico. Já as formações discursivas se referem tanto às disciplinas acadêmicas quanto a outros corpos de conhecimento aparentemente coerentes, a exemplo da teologia ou da sexologia, que definiram seus próprios objetos de conhecimento sob o pretexto de descoberta: a sexologia inventou o sexo, a Sociologia construiu seu próprio objeto de conhecimento, a sociedade; a psicanálise descobriu o inconsciente.

Foucault rejeita a visão marxista de relação entre ideologia e sistemas sociais como uma relação superficial ou profunda, e substitui o conceito de prática discursiva na qual o conhecimento ou poder é disseminado a níveis macro e micro. Na prática, críticos têm mantido ambos os conceitos e distinção entre eles: discursos são vistos como estágios linguísticos produzidos por instituições particulares através das quais as ideologias circulam. O conceito de discurso é indispensável na teoria feminista dos anos 1990, mas historicamente o engajamento feminista com o termo tem se misturado englobando entusiasticamente termos como ‘apropriação’, ‘rejeição’, e ‘adoção cautelosa’. Este posicionamento foi exemplificado por jornais feministas americanos entre as décadas de 1970 e 1980 que abordavam a opressão das mulheres nas práticas discursivas sexuais e de gênero. A estilística feminista e a linguística feminina também deram credibilidade ao estudo das diferentes microestruturas da linguagem relacionadas ao gênero (ANDERMAHR *et al*, 1997, p. 54).

O discurso, considerando-se a lógica sob a qual Foucault (*ibidem*) desenvolve sua análise, é uma unidade de sentido através da qual a linguagem opera, sendo o instrumento necessário à comunicação entre os indivíduos. O discurso, assim, é construído e reproduzido historicamente no corpo social, através das relações que o circundam.

A abordagem foucaultiana, pós-estruturalista, portanto, não despreza as relações funcionais do contexto do qual o discurso faz parte e onde as posições de poder que os sujeitos ocupam são fundantes para a compreensão de uma cadeia elucidativa na qual o discurso é seu último componente⁴⁰, diferenciado-se assim da compreensão do discurso sob a ótica estruturalista.

⁴⁰ Segundo Kinneavy (1971), a sequência é expressa na seguinte ordem: 1. Retórica; 2. Comunicação; 3. Composição; e 4. Discurso.

Kinneavy (1971) apresenta um breve retrospecto de alguns conceitos sobre a compreensão discursiva através da História: tratamento coerente e razoável de um assunto, ou meramente um tratamento entendido de algum assunto ou conversa (embora não necessariamente racional). No campo da linguística moderna, o discurso pode ser entendido como a dimensão maior da compreensão de uma sentença, e nesse sentido, pode ou não comprometer todo o texto de uma dada situação.

A compreensão do indivíduo quer seja enquanto sujeito, quer seja enquanto objeto, na concepção de Foucault (1997), está intrinsecamente relacionada às condições históricas responsáveis por forjar o conjunto de enunciados que compõem as formações discursivas. Isso pressupõe que o sentido pode ter mais de um significado quando seus elementos históricos formadores são considerados, ou seja, a depender das condições temporais e espaciais sob as quais o discurso fora construído.

O primeiro motivo condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro a destina ser interpretação ou escuta de um já dito que seria, ao mesmo tempo um não-dito. (FOUCAULT, 1969, p. 28).

Os trabalhos de Foucault apresentam, conforme Fernandes (2012), de que modo os objetos que se apresentam no discurso encontram historicamente seu lugar, observando que os objetos não permanecem imóveis, fixos, intactos, mas em um permanente exercício de constantes formações e transformações, sendo perpassados por discontinuidades em meio ao conteúdo histórico que sustentam esse discurso.

A constatação dessas discontinuidades potencialidades é respaldada pelos teóricos Grant, Keenoy e Oswick (1998), que observam que a diversidade está presente em todas as organizações, podendo ser estudada, realçada e entendida a partir dos discursos nos quais esta constatação fora percebida. Além desses autores, Mumby e Clair (1997) defendem a relevância de haver tentativas permanentes de se conectar as abordagens discursivas e os estudos organizacionais.

E assim, os sujeitos organizacionais estabelecem e demarcam suas respectivas compreensões do mundo, seja reproduzindo os valores sociais, reproduzindo a cultura institucional, expressando sentimentos dos mais diversos e com diversos intuitos, ou ainda imprimindo resistências (considerando-se as resistências veladas em função da peculiaridade do ambiente fortemente hierarquizado).

Fernandes (2013) postula que Foucault concebe o discurso como o reflexo de uma verdade que nasce através dos olhos do próprio sujeito e constituído por enunciados materialmente existentes que podem ser escritos ou pronunciados, “são proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento”.

O discurso pode então ser compreendido sob o prisma de um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada as condições de exercício da função enunciativa (AZEVEDO, 2013).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas se caracterizam de algum modo como elo entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais dos sujeitos) e são permeadas pelas inferências, isto é as diversas possibilidades que o contexto do discurso é capaz de proporcionar aos falantes, como por exemplo, uma ordem, ameaça, elogio, queixa, etc., que são a parte contextual, que forma e compõe o discurso.

Portolés (2001) compreende assim, que o discurso abarca tanto a ação como o resultado do uso de diferentes unidades que facilitam a gramática de uma linguagem em um ato concreto de comunicação. Portanto, todo discurso é composto por duas partes: uma parte puramente gramatical e outra parte pragmática, isto é, obtida graças ao contexto no qual o falante expressa sua sentença. Isso ocorre porque os contextos em que essa sentença é enunciada são diferentes e que, conseqüentemente, a aplicação do princípio da relevância em cada caso nos leva a diferentes inferências. É no discurso que a língua, elemento essencial do sistema social, é assumida por um campo individual sem, porém, se disseminar em infinitas falas particulares. O discurso é qualificado pelas relações que se estabelecem entre indicadores de pessoa, tempo, espaço do enunciado e a instância de sua enunciação (BENVENISTE, 1991).

Diante do exposto, o discurso se perfaz enquanto instrumento pelo qual a linguagem é praticada, imprimindo em sua forma elementos subjetivos que, carregados de significado, podem ser interpretados no intuito de esclarecer elementos subjetivos expressos e reproduzidos pelos sujeitos falantes.

3.4 Entrevista em profundidade

As ciências sociais aplicadas aos estudos organizacionais exortam debates e embates entre pesquisadores acerca dos métodos mais adequados para que se possa compreender um determinado fenômeno social. Para tanto, faz-se necessário adotar métodos de pesquisa que sejam ao mesmo tempo flexíveis e que possibilitem uma ampla compreensão da riqueza dos fenômenos sociais que permeiam os contextos organizacionais, capazes de proporcionar uma perspectiva plural do fenômeno organizacional, viabilizado através do conhecimento nesse campo de investigação (Silva e Neto, 2010).

Uma ferramenta utilizada na pesquisa qualitativa que envolve o pesquisador fazendo perguntas aos participantes sobre o tema pesquisado. A entrevista é uma das mais prosaicas e poderosas ferramentas que utilizamos para tentar entender nossa condição humana, dizem Fontana & Frey (1994).

Se já fora usada principalmente a serviço do jornalismo, da etnografia, da psicologia e para subsidiar pesquisas de mercado e de opinião, seu advento como objeto metodológico pode ser constatado a partir da década de 1930, sobretudo para a divulgação de publicações de assistência social norte-americanas, tendo como um dos principais expoentes científicos, os estudos de Cari Rogers sobre psicoterapia orientada para o paciente, na década de 1940 (SCHEUCH, 1973). As entrevistas então passaram a possuir orientações metodológicas próprias a partir da Segunda Guerra Mundial.

A entrevista cobre os níveis de fato e significado da experiência do entrevistado e é útil para obter um relato detalhado da experiência de vida do participante da pesquisa, bem como dos significados construídos por ele (KVALE, 1996). Também ajuda a esclarecer as respostas a um questionário. Há muitos tipos de entrevistas, que geralmente são categorizadas de acordo com a liberdade que o pesquisador recebe para se desviar de um procedimento padrão.

Por exemplo, uma entrevista conversacional ou não estruturada não segue um padrão definido, e não há respostas pré-definidas para o entrevistado escolher. Tais entrevistas seguem o padrão de conversação natural e as perguntas podem ser adaptadas às próprias necessidades e prioridades do entrevistado. Embora essas entrevistas geralmente forneçam dados interessantes e detalhados, elas podem não ter foco e levar tempo para serem administradas. Uma entrevista geral guiada é projetada para obter informações de tópicos ou áreas específicas, e todos os entrevistados devem falar sobre as mesmas áreas, embora as perguntas não sejam estritamente as mesmas. Tem mais foco do que a entrevista não

estruturada (MATTOS, 2005). Semelhante a esta é uma entrevista semi-estruturada, onde novamente o entrevistador tem um quadro de temas para explorar, mas pode adaptar as perguntas conforme necessário. Entrevistas estruturadas, no entanto, têm um conjunto de perguntas mais fixo e limitado. Por exemplo, uma entrevista aberta padrão é projetada para obter respostas rápidas de entrevistados, e as mesmas perguntas são feitas a todos os entrevistados. Finalmente, o tipo de entrevista mais estruturado é uma entrevista de resposta fixa fechada, que consiste em perguntas com um conjunto de possíveis respostas e todos os entrevistados fazem as mesmas perguntas. Esse tipo de entrevista é rápido e fácil de administrar, embora possa não fornecer dados ricos específicos para análise.

Como o intuito do presente estudo se pauta pela obtenção de respostas subsidiadas pelas subjetividades discursivas das mulheres policiais, o instrumento de pesquisa tem que ser adequado à problemática levantada. Para tanto a opção pela entrevista em profundidade mostrou-se como a ideal por ser capaz, dentre outros aspectos, de captar as sutilezas presentes no discurso dos sujeitos inquiridos.

Duarte (2006) observa que através da entrevista em profundidade é possível, por exemplo, saber por que e de que forma as coisas acontecem. A entrevista em profundidade é, frequentemente, o instrumento mais útil para o pesquisador obter precisão sobre uma determinada questão. Essa técnica é dinâmica e flexível, profícua para se apreender uma realidade, seja para a abordagem de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para a descrição de complexos processos nos quais o entrevistado está ou esteve envolvido. Para o autor, a entrevista em profundidade é bastante eficiente no objetivo de buscar informações pessoais e diretas por meio de uma conversa orientada, pautando-se pelo zelo, rigor e objetivo de compreensão e na noção de que há, claramente, um participante interessado na apreensão do que o outro tem para oferecer sobre o assunto. A entrevista como técnica de pesquisa, todavia, requer procedimentos metodológicos específicos: a referência conceitual na qual se origina, os critérios adotados para a seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações que são essenciais para validarem e estabelecerem as limitações que os resultados possuirão.

As entrevistas em profundidade se configuram pela possibilidade de flexibilização e pela exploração subjetiva e hermenêutica do tema em questão, requerendo uma subordinação dinâmica da fonte ao entrevistado. Ander-Egg (1978) e Selltiz *et al* (1987) apontam ainda um tipo específico de entrevista em profundidade: é a entrevista em profundidade clínica, que é vinculada às motivações, atitudes, crenças específicas do entrevistado, baseadas em sua experiência de vida.

A entrevista em profundidade, além de se caracterizar como uma entrevista semi-estruturada, é uma conversa entre duas pessoas, feita por iniciativa do entrevistador, imbuída do objetivo de fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa (MINAYO, 1993). A entrevista em profundidade é uma técnica normalmente usada para se desvendar percepções, emoções e motivações dos entrevistados.

Dentre os princípios gerais que devem ser adotados durante a condução de uma entrevista em profundidade, Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012) enumeram:

- a) Obtenção da colaboração do entrevistado apontando os objetivos e importância da pesquisa;
- b) Deixar o entrevistado à vontade através de elementos de construção de *rapport* (preliminares, falar de si-entrevistador);
- c) Conseguir a confiança do entrevistado;
- d) Conduzir a entrevista de forma a levar o entrevistado a tomar a iniciativa do relato e a envolver-se no jogo que se dá entre as respostas que ele fornece e as indagações feitas pelo entrevistador.

A entrevista em profundidade pode ser aberta ou semi-estruturada. A opção pela entrevista em profundidade aberta se utiliza apenas de uma questão central como elemento norteador da entrevista. Nesse caso, as respostas fornecidas pelo entrevistado ganham uma amplitude maior já que fluem mais livremente, conforme o bel prazer do respondente, requerendo as intervenções pontuais do entrevistador em forma de questionamento, ampliando o escopo de análise da pesquisa e as dimensões das respostas podem fluir para além do esperado pelo entrevistador.

Já a entrevista em profundidade semi-estruturada se apoia na utilização de um roteiro pré-definido como elemento norteador da entrevista. Esse roteiro é geralmente composto por um número limitado de questões, que varia entre seis a onze questões, amplas o bastante para serem capazes de deixar o entrevistado dar vazão às suas percepções, mas não o bastante para fazerem com que o entrevistado fuja do que se quer saber dele, nem lhe permita inferir para além daquilo que se deseja como resposta. Para arbitrar esse jogo que ocorre entre entrevistador e entrevistado é que se usa das questões mediadoras. Elas são necessárias justamente pela percepção de que o que há de mais revelador nesse processo de interação se encontra nas entrelinhas do discurso do entrevistado. É justamente aquilo que ele não vê relevância, e que pode surgir repentina e despreziosamente, que fornecerá os elementos mais interessantes e valiosos a serem explorados quando da fase de análise dos dados.

O processo de operacionalização de uma entrevista em profundidade é ancorado no utilização fundamentada das entrevistas em virtude da consistência das respostas obtidas. Para tanto, Duarte (2006) destaca que a confiabilidade e a validade dos dados oriundos de entrevistas em profundidade devem atentar aos seguintes aspectos:

- a) A seleção de informantes capazes de responder à questão de pesquisa;
- b) A adoção de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis;
- c) A descrição dos resultados que possibilite uma articulação consistente entre as informações obtidas e o conhecimento teórico disponível.

O autor pontua ainda sobre a relevância de se obter através da seleção dos entrevistados informações capazes de apresentar visões e relatos diversificados acerca dos mesmos fatos, isto é, diferentes pontos de vista sobre as mesmas questões-chave: pessoas que desempenhem papéis sociais diferentes, pessoas recém-chegadas, ou ainda aquelas que tenham deixado ou mudado de função recentemente, a fim de contribuírem com suas perspectivas e informações tendem a ser bastante úteis.

No tocante à formulação das questões, o pesquisador deve atentar para não elaborar perguntas absurdas, contraditórias, ambíguas, tendenciosas ou desfocadas de seu objetivo. As questões devem ser feitas considerando-se o pensamento do pesquisado de forma sequencial, isto é, com a intenção de dar continuidade à conversação, conduzindo a entrevista por meio de um sentido lógico para o entrevistado. Uma observação que por vezes passa despercebidamente é fazer com que o pesquisado lembre parte de sua vida, com isso se pode se obter uma narrativa natural. Assim, o pesquisador pode conduzir a entrevista suscitando a memória do pesquisado (BOURDIEU, 1999).

Kandel (1981) observa que a entrevista na prática da pesquisa não é um meramente trabalho de coleta de informações, mas além disso, a entrevista é uma situação interacional, ou até mesmo de influência que se dá entre duas pessoas na qual as informações fornecidas pelo entrevistado (e o material por ele fornecido) podem ser plenamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. Por essa razão, o pesquisador imbuído pelo espírito de entrevistador pode também produzir distorções, seja em razão do contexto, seja em razão da fonte, e a minimização dos riscos de se produzir tais distorções é uma função inerente ao entrevistador.

É justamente pelo risco de o entrevistador criar esses vieses de questionamento ou interpretativos que Duarte (2006) advoga pela postura de um “modelo neutro” que o entrevistador deve adotar no ato da entrevista. Para o autor, esse modelo neutro torna o

entrevistador um transmissor de estímulos positivos, que pauta um contato impessoal e equilibrado com o entrevistado.

Tão importante quanto a realização da entrevista é a sua preparação. Para Lakatos (1996), o planejamento da entrevista é uma das etapas mais relevantes da pesquisa. Sua preparação requer tempo e exige alguns cuidados, entre os quais: o planejamento da entrevista, que deve sempre se pautar pelo objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha o mínimo de intimidade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade por parte do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser agendada com a devida antecedência para que o pesquisador tenha a confirmação de que será recebido; as condições favoráveis que possibilitem a garantia ao entrevistado do segredo de seus relatos e de sua confidencialidade e, por fim, uma elaboração específica do roteiro de pesquisa, que consiste na sua organização, contemplando as questões que sejam de fato relevantes ao estudo.

A entrevista é então uma arte, que em última instância, manifesta-se pela obtenção de respostas válidas (ANDER-EGG, 1978). Normal, no entanto, que após a realização de algumas entrevistas, a repetição de informações seja frequente, e a ocorrência de novidades a serem exploradas pareça escassear. Duarte (2006) observa que quando isso ocorre é porque já há uma coerência interpretativa nas respostas obtidas, e como a variabilidade diminui, faz-se interessante que o pesquisador aproveite para se deter a outros detalhes, explorar exemplos, e esclarecer melhor afirmações que auxiliem na sustentação e articulação de informações, além de se antecipar na redação do seu relatório final.

Por outro lado, Rummel (1977) enumera erros comuns quando da realização de entrevistas em profundidade, observando que o entrevistador deve se cercar de maneiras de minorá-los ao máximo. O autor cita, dentre outras falhas, o reconhecimento por parte do pesquisador de quando minimiza ou sonega informações importantes, deixando-as passarem despercebidas, ou quando omite, ignora, acrescenta, ou exagera nas observações do entrevistado, não sendo piamente fiel àquilo que ele expõe durante o diálogo. Há ainda que se atentar para a substituição de termos ou sentidos quando se apresenta uma conotação divergente daquela proferida pela fonte, além do caso em que há a transposição errônea entre a sequência e a relação entre os fatos relatados.

No presente caso, as entrevistas em profundidade contemplaram as questões necessárias à elucidação do problema de pesquisa e suas problemáticas decorrentes, de forma a atender aos objetivos específicos propostos.

A entrevista em profundidade segue um roteiro de poucas perguntas, e que são essenciais para a exploração, tanto teórica quanto pragmática, das respostas apresentadas. Há que se atentar que é ideal que haja uma relação amistosa entre entrevistado e entrevistado. A amistosidade favorece a fluidez das questões de entremeio, que são aquelas questões que embora não constem do roteiro, que é bastante enxuto, são essenciais à compreensão da analítica do entrevistado. É através dessas questões que o entrevistador pode direcionar suas indagações para o alcance de seus objetivos específicos. A relação amistosa se converte em confiança e espontaneidade do entrevistado, elementos sem os quais o trabalho do entrevistador se torna bem mais complicado. É nesse momento que o entrevistado tem a possibilidade de fazer elucubrações sobre o tema proposto. Embora saiba previamente a tônica da pesquisa, essas questões intermediárias podem representar indagações sobre as quais o entrevistado pode nunca ter se atentado. São detalhes que, embora sutis, são extremamente reveladores.

Boni e Quaresma (2005) observam que o pesquisador deve seguir aquele conjunto de questões previamente definidas, embora deva fazê-lo em um contexto bastante semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve atentar para conduzir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não foram esclarecidas o suficiente, ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha se desviado do tema, ou tenha dificuldades para divagar sobre. A entrevista em profundidade é muito utilizada também quando se deseja delimitar o volume das informações e aprofundar a análise de outras que são pontuais e essenciais, possibilitando um maior direcionamento para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A principal vantagem da entrevista em profundidade realizada através de um roteiro semi-estruturado se deve ao fato de que as duas técnicas combinadas geralmente produzem uma melhor representatividade da população de interesse. Diferentemente dos questionários aplicados aos respondentes, a entrevista tem um índice de respostas bem mais amplo, já que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos quando numa situação de entrevista (SELLTIZ *et al*, 1987).

A entrevista é a ferramenta pela qual o pesquisador pode compreender a vida social. E as ciências sociais necessitam de pessoas que as ouçam, compreendendo suas visões de mundo e, a depender do objetivo da pesquisa, porque as pessoas pensam de determinado modo ou nutrem determinada opinião sobre tal assunto. Essas pessoas, os entrevistados, expressam seus sentimentos respondendo a questões específicas em suas próprias palavras.

Embora as pesquisas possam ser feitas em diferentes aspectos, todas adotam um formato padronizado, onde o entrevistador tem as perguntas, e o sujeito de pesquisa tem as respostas. Na maioria das entrevistas estruturadas, pergunta-se igualmente a cada um dos informantes e o entrevistador envolve seu entrevistado de forma a fazê-lo com que relaxe o suficiente para responder completamente à série predefinida de perguntas, logo, a entrevista qualitativa é flexível e dinâmica. A entrevista em profundidade também pode ser entendida como entrevista não-diretiva, entrevista não-estruturada, entrevista não-padronizada, ou entrevista aberta. As entrevistas qualitativas em profundidade podem requerer sucessivos encontros presenciais entre o pesquisador e os informantes para a compreensão das perspectivas dos informantes sobre suas vidas, experiências ou situações expressas, em suas próprias palavras. A entrevista em profundidade é modelada após uma conversa entre iguais, já que uma conclusão formal é questionável. O entrevistador serve-se então a esse jogo. O entrevistador é instado todo o tempo a tentar estabelecer relação com seus informantes, fazendo perguntas não-diretivas e os cenários e situações que a pesquisa conduz.

Na entrevista em profundidade, o entrevistador conduz seu entrevistado em situações específicas, que variam conforme os objetivos da pesquisa. O entrevistador confia em relatos de segunda mão, cuja fonte são seus entrevistados. Nesse tipo de entrevista, as pessoas entrevistadas são informantes da palavra mais verdadeira. Os entrevistados agem como observadores do pesquisador, seus olhos no campo. Como informantes, o papel deles não é simplesmente revelar visões, mas descrever o que aconteceu e como os outros enxergaram as realidades às quais são inquiridos. Para tanto, o entrevistador estabelece uma conexão com seus informantes, através de contatos repetidos ao longo de determinado tempo, e desenvolve uma compreensão detalhada de suas experiências e perspectivas. A abordagem de pesquisa tem seus pontos fortes e desvantagens. Ou seja, nenhum outro método pode fornecer a compreensão detalhada sem que as pessoas sejam observadas e ouvidas *in loco*.

Para Taylor e Bogdan (1984), a entrevista em profundidade parece ser especialmente adequada nas seguintes situações:

a) Os interesses de pesquisa são relativamente claros e bem definidos: embora os interesses de pesquisa sejam necessariamente amplos e abertos na pesquisa qualitativa, o pesquisador varia de acordo à clareza e especificidade do que está interessado em saber. Por exemplo, um pesquisador pode estar interessado em saber sobre a atuação repressiva à criminalidade, outro pode se interessar em saber como mulheres e homens policiais atuam em situações que requeiram uso da força física. As experiências diretas anteriores e a leitura de outros estudos qualitativos podem ajudar a limitar os interesses de pesquisa;

b) Situações ou pessoas que não podem ser acessadas de outra forma: é por isso que as entrevistas em profundidade andam de mãos dadas com as configurações de observação dos participantes, caso contrário as pessoas não são acessíveis de outra forma. Como observado anteriormente, a entrevista em profundidade é exigida quando se deseja estudar eventos passados, culturais, ou históricos, ou não se pode obter acesso a um tipo particular de ambiente ou de pessoas;

c) O pesquisador tem restrições de tempo: o pesquisador às vezes “patina” durante semanas, até meses, no início da pesquisa. Isso porque leva tempo para localizar as configurações do grupo a ser entrevistado, negociar acesso, organizar e conhecer seus informantes. Embora o pesquisador possa enfrentar problemas semelhantes, estudos baseados em entrevistas geralmente podem ser concluídos em um período de tempo mais curto (que a observação participante, por exemplo). A pressão para produzir resultados em dissertações financiadas pode restringir seriamente o tempo para conclusão do estudo e a técnica de entrevistar torna o tempo limitado mais eficiente;

d) A pesquisa depende de uma ampla gama de configurações ou pessoas: na pesquisa qualitativa, um “N de Um” pode ser justamente o achado de uma grande amostra (isso é sempre frequente de ocorrer). No entanto, há casos em que o desejo de sacrificar a profundidade do entendimento que usa intensamente um único cenário ou pessoa para a generalização que caracteriza o estudo de uma variedade de lugares;

e) O pesquisador quer iluminar a experiência humana subjetiva: nesse caso, quando as histórias de vida se baseiam em entrevistas em profundidade, mais do que qualquer outra abordagem das ciências sociais, a história de vida permite que se conheçam intimamente as pessoas, vendo o mundo através de seus olhos e entrando em suas experiências indiretamente (SHAW, 1931). As histórias de vida são uma rica fonte de compreensão em si mesmas. Como Becker (1966) observa, as histórias de vida fornecem uma pedra de toque para avaliar as teorias da vida social.

Destaca-se também que como uma forma de conversa, as entrevistas estão sujeitas às mesmas invenções, enganos, exageros e desvirtuamentos, assim como uma conversa com qualquer pessoa. Embora os relatos verbais das pessoas tenham um *insight* a respeito de como elas pensam (sobre) o mundo e como eles agem, isso pode ser uma interpretação bastante discrepante.

A entrevista em profundidade também apresenta a vantagem de sua flexibilidade quanto ao tempo que leva para ser realizada. Isso possibilita maior profundidade sobre determinados assuntos. Ademais, a interação entre entrevistador e entrevistado favorece a

espontaneidade das respostas. Essa espontaneidade viabiliza maior abertura e proximidade entre entrevistador e entrevistado, permitindo que o entrevistador toque em assuntos mais complexos e delicados. Por isso esse tipo de entrevista colabora bastante na investigação dos aspectos simbólicos e afetivos dos informantes, que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas e a maior liberdade do entrevistado podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande valia para a pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

Como a entrevista é sempre uma discussão subjetiva, Duarte (2006) acentua que é importante que se separe informação objetiva da interpretação e análise dos dados coletados. Faz-se interessante então utilizar trechos das entrevistas destacando-se os trechos literais que reforcem, realcem, enfatizem o tema ou assunto em questão. Nas entrevistas em profundidade, é na heterogeneidade dos relatos que se encontram os elementos que subsidiarão a riqueza da análise dos dados, portanto, essa heterogeneidade é desejável. Afinal, cada entrevistado apresenta sua visão que pode ponderar interpretações e versões das mais diversas. É função do pesquisador ordená-las coerentemente de forma articulada e compreensível. O resultado, destarte, é mais descritivo, hermenêutico, analítico, indicativo, do que conclusivo de fato. Naturalmente, não se admite o uso de percentuais em descrições baseadas em entrevistas qualitativas. É possível utilizar palavras como “todos os entrevistados”, “nenhum”, “a maioria”, “alguns”, se for o caso, apenas para deixar claro a relatividade das informações analisadas. De igual modo, as limitações constatadas devem ser enfatizadas: “Com base nas entrevistas é possível afirmar/deduzir/inferir...”; “A partir da análise dos depoimentos, é possível constatar...”; “A maioria dos entrevistados sugere que...”; “Problema apontado por alguns dos entrevistados aponta...”.

O pesquisador pode, depois da transcrição do relato, mostrar o resultado ao entrevistado. Geralmente nestas oportunidades é possível obter uma correção, detalhes adicionais, outros exemplos, tirar dúvidas. Também não deve se inibir e apresentar um esboço do relatório a pessoas conhecedoras do assunto. Deve ter certeza, entretanto, de que haverá *apenas* leitura crítica e não tentativa de influenciar o resultado. Para concluir, pesquisas desenvolvidas com o uso da técnica de entrevista em profundidade permitem ao analista gerar sugestões e críticas sobre o tema de estudo. Nestes casos, é útil que o autor apresente, ao final, um capítulo, trecho, talvez anexo, com um conjunto de recomendações definidas com base no conhecimento teórico disponível, na pesquisa de campo e em suas reflexões. É uma oportunidade para não apenas descrever e refletir sobre os resultados obtidos, mas também propor avanços e soluções. As recomendações serão contribuição na aplicação dos resultados

e um prêmio ao esforço e colaboração dos entrevistados. Mais do que uma técnica de coleta de informações interativa baseada na consulta direta a informantes, a entrevista em profundidade pode ser um rico processo de aprendizagem, em que a experiência, visão de mundo e perspicácia do entrevistador afloram e se colocam à disposição das reflexões, conhecimento e percepções do entrevistado. E, como propõe Thiollent (1981), o uso de entrevistas pode ser imaginativo e crítico, sem que se perca o rigor metodológico.

3.5 A técnica de análise de dados: Análise do discurso francesa

Para que se possa transformar as práticas e as relações sociais cotidianas no âmbito de uma organização cuja constituição é tão peculiar, é necessário que se compreenda o que se passa nas sutilezas e na profundidade dos discursos presentes na fala dos sujeitos. A realidade presente nos discursos é mais reveladora do que pode parecer. Com a compreensão do que passa nos meandros discursivos se pode delinear as estratégias que poderiam se converter em esforços transformadores para uma nova realidade, fazendo-se então modificar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria “mulher” é construída numa maneira que implica subordinação.

Para Saussure (2006), o conceito de discurso provém da distinção que o mesmo faz entre língua e fala, sendo a língua a representação do aspecto estrutural da linguagem, e a fala representa o modo particular como ela - a fala - se articula em relação à língua. O discurso, então, seria a apropriação pelo indivíduo falante do universo da língua (MACHADO, 2011). O discurso pode também ser definido como qualquer atividade comunicativa que se dá entre interlocutores, isto é, uma atividade produtora de sentidos que ocorre quando da interação entre falantes.

Outra consideração relevante para a compreensão da teoria do discurso de Saussure é apontada por Arrivé (2010), acerca da centralidade do signo nos desenvolvimentos ao autor: sutilmente se apresenta o vínculo indissolúvel entre a noção de signo e a de sistema. Na teoria de Saussure não há signos fora dos sistemas que os constituem. A língua é, portanto, um desses sistemas e ela está integrada à linguagem, já que é sua parte essencial.

Enquanto a língua é a parte essencial da linguagem, do outro lado da oposição está a fala, como sua parte acessória. Essa uma das grandes dicotomias apresentadas por Saussure em seu Curso de Linguística Geral: a língua *versus* a fala. Assim, a relação hierárquica parece clara: a língua seria preferida por ser mais importante para a análise linguística.

O que Saussure (2006) compreenderia como a língua em ato na fala, para efeito de Análise de Discurso, prestigiam-se as formas concretas nas quais a língua aparece na história, ou simplesmente, a língua se inscreve na história. Imediatamente deduz-se que na perspectiva da Linguística, a expressão “língua em ato” corresponde à língua a priori e fora da análise histórica. Lado outro, pela perspectiva discursiva, a língua que transborda da fala é o acontecimento discursivo, isto é, está ligada ao tempo e à oscilação descontínua da história (SOUZA, 2011). E por isso, destaca Orlandi (2003) que o discurso é assim palavra em movimento.

Como para Foucault (1995) o poder é discursivo e simbólico, logo se apresenta entranhado nas formações discursivas dos sujeitos. Isso quer dizer que não há discurso desprovido de interesse. Interesse nesse caso como uma construção simbólica de exercício e reprodução do poder através dos discursos dos sujeitos. Em *A Ordem do Discurso* (1996), a perspectiva tomada por Foucault para seu ponto de partida e seu objeto da Análise de Discurso é o homem tomado em sua fala, porque é através do diálogo entre os homens é que há a ação do sujeito e a realização dos sentidos.

Nas palavras do autor, “Deve-se considerar o poder como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (op. cit., p. 08). Por esse viés é que as produções formadoras de sentido, que transitam discursivamente na sociedade e que regulam os comportamentos, identificam e alocam os papéis sociais a partir de relações hierárquicas assujeitadas no cerne dos cotidianos ritualizados. O imaginário coletivo é, conseqüentemente, legitimador das relações de poder, implicando o sujeito, suas concepções e relações nessa ritualística socialmente engendrada.

Do mesmo modo como o discurso possui múltiplos conceitos, as concepções de análise do discurso também são variadas e variaram ao longo do tempo. A análise do discurso se refere à análise de como as pessoas usam a linguagem para se comunicar (BROWN; YULE, 1983). A análise do discurso pode ainda ser conceituada como as tentativas de se estudar a organização da linguagem acima da sentença ou acima do enunciado; e, portanto, para estudar grandes unidades linguísticas, como trocas de conversação ou textos escritos (STUBBS, 1983). Mais tarde, a análise do discurso viria a se referir ao estudo da linguagem corriqueira.

Enquanto alguns analistas do discurso se concentram em como o significado e a estrutura são sinalizados nos textos, outros, especialmente desde o início dos anos 1990, utilizaram a análise do discurso de forma mais crítica para examinar questões relacionadas ao poder, à desigualdade e à ideologia. Todas as formas de análise do discurso, no entanto,

tendem a enfatizar a importância de se examinar pormenorizadamente os textos correntes, mesmo se os métodos de análise e os objetivos diferirem (BAKER; ELLECE, 2011).

Quando não é praticada por um especialista, a Análise de Discurso é uma prosaica atividade inseparável do exercício da linguagem. Afinal, todo indivíduo “analisa” seu jornal, sua revista, uma entrevista exibida na televisão, um e-mail que acaba de receber, a conversa à mesa vizinha, etc. Essa análise, que geralmente é feita inconscientemente, pode demandar um esforço mais considerável, às vezes percebido como tal, no momento em que palavras e textos parecem ocultar um sentido não imediatamente acessível e são dirigidos a pessoas difíceis de identificar. Portanto, toda leitura e toda escuta é uma análise de discurso (BAYLON; MIGNOT, 1993).

Para Burr (1995), pode-se fazer uma analogia da análise do discurso como um guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de práticas de pesquisa reais com objetivos e contextos teóricos bastante diferentes cujo foco de interesse é a linguagem. Dentre as formas mais conhecidas de análise de discurso, pode-se citar a análise de conversação e análise crítica do discurso.

A análise do discurso se configura, sobretudo, como uma forma qualitativa de análise. Consagra-se por envolver uma “leitura muito atenta” de uma pequena quantidade de texto detalhadamente transcrito de uma conversa, entrevista, ou artigo de revista, embora recentemente os analistas do discurso tenham passado a adotar métodos quantitativos ou assistidos por um conjunto maior de dados (BAKER; ELLECE, 2011). Concentrando-se mais na forma “crítica” da análise do discurso, adotada sobretudo pela pesquisa psicossocial, Burr (*ibidem*) ressalta que seus princípios centrais incluem a visualização da pesquisa como uma coprodução entre os pesquisadores e aqueles que estão sendo pesquisados, com um reconhecimento de que a objetividade é uma impossibilidade. É justamente essa percepção de que é a subjetividade que revela a profundidade das percepções individuais e a dimensão que as interações e relações sociais que justificam seu uso como um instrumento balizador das estruturas de poder na qual os sujeitos se fazem existir e se fazem perceber.

O interesse da análise de discurso é pela fala dos sujeitos (ORLANDI, 2003). As pessoas estão a todo instante dialogando. Palavras estão sendo ditas, seja oralmente, seja por escrito, seja através de formas não verbais de linguagem. O discurso ocorre em todas essas práticas de linguagem, isto é, há o efeito de sentido entre interlocutores. O que se interpõe, dessa forma, é o exercício de um regime simbólico em que uma simples manifestação de menção é capaz de produzir sentido e demandar interpretação.

A análise do discurso toma como objeto o discurso. O discurso é a unidade de análise que tem a ideia de estabelecer sentido entre os interlocutores. No entanto, o estabelecimento dialógico que se dá entre os falantes, que são elementos detentores do sentido que ocorre entre significante e significado, é expresso através de alguns elementos referenciais:

- a) Os dados coletados e passíveis de serem analisados: os dados são considerados tais como se apresentam ao analista;
- b) O contexto dos dados: o contexto a ser considerado expressa a dimensão situacional na qual a análise se assentará, localizando a análise do tempo e no espaço no qual eles se apresentam e cujo pano de fundo é elemento diferenciador de enunciado, de sentido, e conseqüentemente, de interpretação;
- c) O conhecimento do pesquisador: é outro elemento sem o qual a análise do discurso fica prejudicada porque a técnica baseia nas vertentes social e histórica;
- d) Objetivo da análise do discurso: ter claro o objetivo diante do universo de dados coletados e analisados dá ao pesquisador clareza sobre as informações que são de fato necessárias à sua interpretação e podem lançar luz sobre os achados da pesquisa;
- e) Inferência: a capacidade de inferência é pautada como tarefa intelectual básica do analista do discurso. É a inferência que permite que o analista estabeleça conexões entre o discurso, o significante e o significado, além de permitir que a interpretação do sentido seja possível;
- f) Validade como critério de sucesso: os dados devem se apresentar válidos e dessa forma serem considerados como passíveis de análise, obedecendo criteriosamente aos ditames estipulados pelo analista.

Para Orlandi (2003), no procedimento de análise do discurso considera-se o sujeito falante. A análise do discurso se configura como disciplina da interpretação em que analisam as condições de produção de um determinado discurso no seu contexto sociológico, histórico e ideológico.

Dentre os conceitos básicos em análise do discurso estão:

- a) Formação discursiva: Pêcheux (1993, p. 77) afirma que toda formação discursiva é oriunda de condições de produção específicas: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas.” Pode-se então depreender que há a delimitação do lugar social e da presença das formações imaginárias como elementos vinculados às condições de produção do discurso e necessários para que o movimento discursivo ocorra. Dessa forma, o

que é dito por determinado sujeito pode tanto modificar as condições de produção, possibilitar novas interrupções com o objetivo de antecipar o discurso, ou pode ainda permitir a “continuação” do discurso. Outra observação importante para Pêcheux é a consideração de que é no interior de uma formação discursiva que ocorre o assujeitamento. Já para Foucault (2012), a formação discursiva é quando se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, se puder definir uma frequência ou uma lógica.

b) **Sujeito:** Nota-se que não existe em Foucault um sujeito pré-estabelecido por meio do qual as relações de poder seriam emanadas. O sujeito é então produzido dentro de uma combinação de estratégias de poder. O sujeito é produto das relações de poder, portanto, não seu produtor. Não há um sujeito essencial alienado por ideologias ou por relações de poder que possam tolher sua visão da realidade (PEZ, 2008).

c) **Interdiscurso:** Pode ser compreendido em sua forma micro e em sua forma macro. Em sentido micro, se caracteriza por um conjunto de discursos que, compondo o mesmo campo, mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. De forma macro, se caracteriza como um conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002). Para Pêcheux (1975), o interdiscurso se caracteriza como o complexo das formações ideológicas.

d) **Memória:** A memória discursiva corresponderia aos elementos que se fazem implícitos no discurso, e que através do exercício discursivo são compreensíveis por se fazerem veladamente presentes (PÊCHEUX, 1995).

e) **Paráfrase:** É o elemento discursivo que marca a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásicos, dados historicamente em uma formação discursiva (PÊCHEUX, 1995). A paráfrase é uma das formas pela qual o discurso ocorre materialmente e conforme dadas condições de produção.

f) **Polissemia:** Para Orlandi (1988), a polissemia é a possibilidade de produção do mesmo sentido sob várias de suas formas e o processo polissêmico é o responsável por permitir que esses múltiplos sentidos sejam compreendidos pelos interlocutores.

g) **Metáfora:** a metáfora é um artifício linguístico que estabelece uma relação implícita entre dois termos figurados.

[...] chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos

sistemas linguísticos naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, em que o sentido é fixado de antemão (Pêcheux, 1990, p. 96).

Foucault (1995) contribuiu imensamente para a constituição da análise do discurso enquanto técnica de análise. Suas contribuições teóricas sobre o mecanismo no qual se estabelecem as relações entre poder e saber entre os sujeitos basearam-se nos seguintes conceitos:

a) Mecanismo de poder / saber: para Foucault (2010) não é o poder, mas as relações de poder que atuam através de seus mecanismos para sobrepujar os sujeitos, coagindo-os e disciplinando-os.

O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2010, p.30)

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2013, p.220).

b) Subjetivação: a subjetivação, sobretudo dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, é uma crítica ao conceito de identidade que a modernidade forjou. Associado ao conceito de “lugar de fala”, representa o processo pelo qual o indivíduo torna-se sujeito. Para Hennigen e Guareschi (2006), a subjetivação está relacionada à ideia de soberania do sujeito e faz alusão à uma identidade essencial, que até poderia sofrer modificações, mas que tinha um sentido de permanência do sujeito, que não tem mais a natureza absoluta, fixa, imutável, mas está sempre por se fazer. O sujeito é compreendido como um derivado das práticas sociais, econômicas, culturais, políticas. Por ser construído pela história, ele é portanto, um reflexo das práticas de significação. Foucault abandona, na perspectiva de Veiga-Neto (2003), a noção de “sujeito estático”, buscando as formas pelas quais o indivíduo se subjetiva.

A análise do discurso se ocupa da interpretação das condições do discurso para verificar “como o discurso é dito”, e não “o que é dito”, a partir da tomada de posição ou posições ocupadas pelos sujeitos do discurso. Por essa razão o conceito de ideologia é tão

importante para a análise do discurso. Segundo Pêcheux (1986), as palavras mudam de sentido de acordo com as formações discursivas às quais se inscrevem.

A análise entra na análise do jogo político e simbólico que se dá nos discursos e na sociedade e é perpassado por uma memória discursiva.

Para a compreensão dos efeitos de sentido, há que se considerar o interdiscurso, que para Maingueneau (1997), é ele que expressa as identidades que se estruturam na relação com as outras identidades. Para o autor, o discurso nasce da rede interdiscursiva.

A existência e o êxito de uma análise do discurso, ou, mais especificamente, daquela que por vezes é chamada de “escola francesa de análise do discurso” não são coisas evidentes por si só. Ademais, uma disciplina desta natureza não estava previamente inscrita no campo do saber, logo, não tinha seu lugar entre as ciências. Portanto, é preferível que a interprete como um elemento analítico no seio de uma determinada tradição, como o encontro de uma conjuntura intelectual e de uma prática escolar. No entanto, não é pretensão da análise do discurso se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; ela apenas pretende abrigar os procedimentos que possibilitem a exposição do “olhar-leitor” a níveis compreensíveis à ação estratégica de um sujeito. Assim, o desafio crucial é o de construir interpretações, sem nunca neutralizá-las, seja através de um detalhe qualquer de um discurso sobre o discurso, seja na lacuna lógica associada a uma pretensão universal. Em outras palavras, a análise do discurso é dependente das ciências sociais e sua instrumentalidade está vinculada à dialética da evolução científica que domina esse campo (idem).

Diante de todas essas razões está o fato de que a concepção de discurso que o pesquisador adota é determinante para a análise do discurso que será realizada. É necessário que se tenha clareza acerca das diferentes perspectivas discursivas possíveis e qual é mais adequada ao estudo realizado; qual conceito de discurso será adotado enquanto unidade de análise. Diante das perspectivas discursivas possíveis, deve-se ter claramente qual permeará a pesquisa realizada.

A análise de discurso é adotada para se analisar o discurso presente nas entrevistas transcritas, na análise de respostas abertas presentes em questionários, para uma compreensão mais aprofundada de conversas ou textos que ocorrem de maneira não-estruturada (naturalística), ou ainda para a análise de textos de jornais, revistas, sites, blogs, etc. Logo, deduz-se que todo texto é passível de análise, estando, claro, dentro de determinado contexto social, histórico, temporal e espacial. Portanto, a análise do discurso requer uma amplitude de

conhecimento, ou, um mínimo de sensibilidade (geralmente cotidiana) para que o analista discursivo perceba os relevos situacionais que compõem o quadro analítico.

Outro elemento desejável à elaboração da análise do discurso se refere à noção de “lugar de fala”. É o lugar de fala que propicia ao analista a percepção mais aguda das subjetividades que compõem o panorama discursivo. O termo possui diversas origens e seu uso já perpassou diversos contextos. Seus principais expoentes no uso da análise do discurso francesa são Bourdieu (1989), Foucault (2012) e Orlandi (1999). Os autores trabalham em seus estudos sobre a análise do discurso, de que modo a posição ocupada pelos interlocutores em função das relações de poder presentes nos diferentes tipos de discurso às quais estão sujeitos.

No Brasil, o termo foi difundido por sua aplicação na Sociologia. Embora perpassasse o plano individual, o lugar de fala enfatiza o lugar social ocupado pelos sujeitos sobre um modelo pautado em dominação e opressão forjado no esteio das relações de poder, isto é, as condições sociais (ou *locus social*) que legitimam ou deslegitimam o acesso de determinados coletivos minoritários a espaços de cidadania. Trata-se, portanto, do reconhecimento do caráter coletivo que rege as oportunidades e constrangimentos que atravessam os sujeitos pertencentes a determinado grupo social e que sobrepõe o aspecto individualizado das experiências (RIBEIRO, 2017).

Sobre os mesmos fatos, diferentes discursos podem ser obtidos. Afinal, o discurso é constituído de vocabulários, que são termos usados para descrever determinada situação nos mais diversos estilos de comunicação. Para Pêcheux (1986), os atos de fala não estão descrevendo coisas, mas sim as construindo. Para o autor, o discurso é o elemento passível de compreensão e interpretação da realidade, já que ele é por si só uma ampla e profunda dimensão explicativa, através da qual os interlocutores constroem, dialeticamente, suas verdades individuais.

Os sujeitos podem, sobre os mesmos fatos, elaborar diferentes discursos com intuito de atingir determinados fins, afinal, os discursos são mutáveis e influenciados por diversos fatores. O discurso é constituído de vocabulários, que são os termos usados para a descrição tanto de determinada situação como dos estilos de comunicação.

O código se refere à frequência de uma palavra ou frase curta que associa simbolicamente um atributo ou vocativo para uma porção de dados textuais ou visuais. Da mesma forma que um título representa e captura a essência de um livro, filme ou poema, um código representa e captura o conteúdo e essência dos dados.

A codificação pode ser de dois tipos:

- a) Emergente: quando os códigos são identificados a partir da leitura dos textos.
- b) A priori: quando os códigos são definidos previamente, antes da análise dos discursos e o exercício de análise dos códigos presentes no texto é feito posteriormente.

Como a análise do discurso é uma ciência da linguagem, ela se ocupa da produção de sentidos que ocorre na relação expressa entre três elementos essenciais: a língua, o sujeito, e a história. Um de seus principais objetivos é a compreensão das ideologias que se fazem presentes no interior dos discursos. Para fazer essa tarefa é necessário ter em mente o conceito do discurso. É aí que a análise do discurso se alia à teoria do discurso. É necessário conceituar o fenômeno discursivo: o discurso é o efeito de sentido que ocorre entre interlocutores, ou seja, entre sujeitos que se comunicam. No entanto, há que se explicitar que os conceitos de discurso e texto são completamente diversos:

- a) O texto é a manifestação da língua;
- b) O discurso são os princípios, valores e significados que estão por trás do texto. O discurso é um dos níveis de sentido de um texto e é um espaço onde podemos identificar as relações entre o texto e o contexto que o produziu;
- c) A análise do discurso se apoia em outras ciências para cumprir seu objetivo e é um processo de sentido que ocorre entre a notícia, o veículo de comunicação, os leitores, e o contexto social de produção. A análise do discurso é geralmente empregada para se analisar a concentração do processo de sentido nos contextos político, organizacional e de gênero.

Para Maingueneau (1997), os discursos nascem da rede interdiscursiva. O discurso segue convenções naturais (às quais parecem naturais à primeira vista, porém são normatizadas por convenções ideológicas).

Essa colonização ideológica pode ser oriunda de uma determinada mentalidade, como por exemplo, a mentalidade filosófica do discurso político. Por essa ótica, o discurso é sempre controlado por um posicionamento ideológico.

Em outra concepção, o discurso é amplamente influenciado por diversas trocas que ocorrem entre produtores e intérpretes do discurso. Nesse caso, as condições do discurso não são impostas, mas negociadas entre quem recebe e quem profere o discurso.

Para a análise do discurso francesa, os discursos são constituídos por ideologias dominantes. Por isso ela se alia à história no sentido de fazer uma contextualização. Ela busca mostrar que as memórias discursivas são formadas por hegemonias. O discurso é responsável por estabelecer as relações entre linguagem, sociedade e história.

Enquanto as relações semânticas se ocupam em demonstrar os sentidos que ocorrem entre as relações discursivas, as relações intencionais são as relações que estão por trás de alguns discursos.

Orlandi (1999) enumera as etapas necessárias à realização de uma análise do discurso:

- a) Coleta de dados: nessa etapa se estabelece o *corpus* da pesquisa, isto é, o conjunto de sequências discursivas que estão alinhadas com o objetivo de pesquisa. O analista precisa construir o objeto discursivo porque ele não vem pronto. É construído a partir da conversão do *corpus* bruto em objeto teórico de análise, ou seja, enxergando as vozes não ditas, mas presentes no discurso;
- b) Análise dos dados propriamente dita: analisar as diferentes relações entre as formações discursivas no interior do objeto discursivo. Isso vai depender da fundamentação teórica escolhida;
- c) Resultados da análise: ponderando sobre os efeitos das relações discursivas e dos efeitos de sentido na sociedade.

O estudo do discurso na perspectiva dos estudos de gênero é um esforço interdisciplinar compartilhado por estudiosos de várias áreas do saber, como a linguística, a antropologia, a comunicação através da fala, a psicologia social, a educação, a literatura, dentre outras. Muitos pesquisadores se ocupam principalmente em documentar padrões de uso da linguagem relacionados ao gênero, mas o campo também incluiu muitas outras abordagens para os quais o estudo da linguagem é uma lente através da qual é possível visualizar aspectos sociais e políticos das relações de gênero. As tensões entre essas duas perspectivas surgiram nas primeiras pesquisas e continuam até hoje, como testemunha. Independentemente do ponto de vista para o qual a pesquisa se orienta, o estudo do gênero e do discurso não fornece apenas uma descrição descritiva do discurso masculino/feminino, mas também revela como a linguagem funciona como um recurso simbólico para criar e gerenciar significados e identidades pessoais, sociais e culturais.

O discurso, no seu mais amplo sentido amplo, seja em palavras, seja através de ações, é profundamente político. Nossos significados moldam e são moldados por nossas relações sociais, tanto como indivíduos e como membros de grupos sociais. Essas relações sociais nos unem em comunidades, culturas e subculturas. Os significados que fazemos definem não apenas “eus”, eles também definem nossas comunidades, nossos grupos etários, nossos gêneros, e nossa história. Ainda mais, eles definem as relações entre comunidades, grupos etários, gêneros, classes sociais, culturas e subculturas - e todas elas são essencialmente

relações políticas. O político, no sentido amplo de todas as relações sociais dentro e entre comunidades e indivíduos que são moldados por nossos poderes para proteger e para atacar, é por sua vez também profundamente textual. O poder em si é material e simbólico; sua força sobre indivíduos surge da nossa vulnerabilidade à dor e da nossa necessidade de apoio dos outros, mas seus maiores efeitos sociais são multiplicados por nossas esperanças e medos, nossas crenças e expectativas, nossas sensibilidades e valores. O poder das ações e eventos está fundamentado tanto em seus efeitos materiais sobre nós e em seus significados culturais para nós (LEMKE, 1995).

No âmbito da análise do discurso aplicada aos estudos de gênero, diante de uma perspectiva feminista vislumbra acessar as formações discursivas através da composição de um jogo ideológico que tende a examinar melhor a reprodução do sexismo e das influências do patriarcado.

Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 1981, p. 47).

Se, hoje em dias, a “análise do discurso” pode designar praticamente qualquer coisa (toda produção de linguagem pode considerada “discurso”), isso provém da própria organização do campo da linguística. A linguística, muito esquematicamente, opõe de forma constante um núcleo tido por muitos “rígido” a uma periferia cujos contornos instáveis que estão em contato com disciplinas próximas (Sociologia, Psicologia, História, Filosofia, etc.). A primeira dedica-se ao estudo da “língua”, no sentido saussuriano, a uma rede de propriedades formais, enquanto a segunda se refere à linguagem apenas na medida em que essa faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. O termo “discurso”, assim como seu correlato “análise do discurso” remetem exatamente a este último modo de apreensão da linguagem (MAINGUENEAU, 1997).

Com base nessa relação da linguagem com a exterioridade, a Análise do Discurso recusa as concepções de linguagem que a reduzem ora como expressão do pensamento, ora como instrumento de comunicação. A linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas

implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, etc.” (ORLANDI, 1998, p. 17).

Esse assentamento do discurso acarreta consequências teóricas: a forma material do discurso é linguístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a forma sujeito do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na ordem do discurso há o sujeito na língua e na História (GREGOLIN, 2001).

Maingueneau (1997) e Pêcheux (1986) ponderam que há duas formas de ler a oposição entre as zonas do campo linguístico: a primeira revela uma hierarquia entre o que depende plenamente da linguística e aquilo que seria somente um conjunto de margens, de reincidências pouco científicas do núcleo rígido; a outra, aquela que Orlandi (1999) defende, afirma uma dualidade radical da linguagem ao mesmo tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais. É a percepção dessa dualidade incapaz de dirimir o caráter conflituoso desta situação. O limiar das duas zonas não é explícito, e por isso, alimenta o objeto de um debate incessante. Além disso, aqueles que trabalham sobre a vertente “discursiva” da linguagem, oscilam entre duas atitudes; alguns aceitam a partilha do campo, outros sonham com uma “linguística do discurso” que desestabilizasse totalmente o núcleo central. Este extremismo parece, na visão da autora, tão insensato quanto o radicalismo dos que sonham com uma língua libertada de todos os seus enunciadores e de todo peso social.

Para que a análise do discurso alcance seu objetivo é necessário que analistas do discurso usem da reflexividade. O uso da reflexividade parte da premissa de que os pesquisadores estão refletindo sobre sua própria posição e como isso impactou o processo de pesquisa e os resultados. Ela se refere a um processo de refletir sobre o processo de pesquisa enquanto ele está sendo realizado e geralmente é parte integrante da Análise do Discurso. Por exemplo, o pesquisador pode tentar considerar como aspectos de sua identidade e da sociedade em que foi criado podem impactar na maneira como a pesquisa prossegue, como escolha do tópico, questões de pesquisa e métodos de coleta de dados e análise. A reflexividade é, portanto, a adoção do princípio metodológico de usar a autoconsciência para lidar com o possível viés inerente ao pesquisador e suas experiências de vida. Todo esse processo é eminentemente subjetivo.

Todavia interpretar, levando em conta o processo discursivo que se interpõe entre o intérprete e o objeto a ser interpretado, não é atribuir sentido a tudo que se lê, se vê ou se escuta. Muito ao contrário, diante do que acontece no cotidiano como enunciável, legível, visível ou audível, enfim, como fato simbólico, observam-se

sentidos sendo produzidos. Tem-se aqui o ponto de partida que apresenta uma atividade de interpretação em que o discurso, e não o sentido é o seu objeto primeiro. Em outros termos, a Análise de Discurso interessa-se somente por processos em que o sentido é abordado como efeito de linguagem, e nunca como propriedade literal das coisas expressas em palavras. Dessa perspectiva, decorre que a linguagem é condição material do discurso (SOUZA, 2011, p. 11).

A análise do discurso forjou-se então diante de certa tradição intelectual europeia (e sobretudo francesa) habituada a unir a história à reflexão de um texto (MAINGUENEAU, 1987). Nos anos 1960, sob influência do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou a articulação entre linguística, marxismo e psicanálise. A análise de discurso nasceu, portanto, tendo como base a interdisciplinaridade.

Brandão (2012) observa que, estabelecendo-se em um plano articulado sobre as vertentes linguística e social, a análise do discurso amplia seu campo para outras áreas do conhecimento, proliferando-se assim os usos da expressão “análise do discurso”. A polissemia da qual o termo “discurso” fora investido nos mais diferentes esforços analíticos pretendidos fez com que a análise do discurso se estabelecesse em um campo mais ou menos fluido. A análise de discurso define seu campo de atuação analisando, sobretudo, os discursos e os textos impressos. A autora defende a necessidade de critérios mais precisos para a delimitação do campo da análise do discurso a fim de se chegar ao seu cerne.

Definida inicialmente como “estudo linguístico” das condições de produção de um enunciado, a análise do discurso se apoia sobre os conceitos e métodos da Linguística (ORLANDI, 1986). Se por um lado, esse pressuposto teórico e metodológico da Linguística distingue a AD das outras áreas das ciências humanas com as quais confina (História, Sociologia, Psicologia, etc.), por outro lado, entretanto, não será suficiente para, por si só, marcar a sua especificidade no interior dos estudos da linguagem sob o risco de permanecer numa linguística imanente. Será necessário considerar outras dimensões como as que aponta Maingueneau (1987):

- a) o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- b) os embates históricos, sociais, etc. que se cristalizam no discurso;
- c) o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística, além de exigir de seus usuários

uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica.

Uma prática discursiva não pode se explicar senão em função de uma dupla competência:

1) Uma competência específica, sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas - o indivíduo utilizando essas regras de maneira específica (performance);

2) Uma competência ideológica ou geral que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das significações novas (SBKTA, 1971).

Preconizando, assim, um quadro teórico que alie o linguístico ao sócio-histórico, na AD, dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as ideias de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir do seu trabalho sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da Arqueologia do Saber que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva” da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.

Ao transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria “mulher” é construída numa maneira que implica subordinação, corremos o risco de ignorá-lo devido à incapacidade de uma percepção mais acurada da realidade, seja por desconhecimento da realidade factível enquanto uma prática discursiva eivada de relações de poder construída em função das interações sociais, seja pelo lugar de fala dos sujeitos não se fazerem notar. Por essa razão, a prática cotidiana insiste em questionar: qual é de fato o alcance do discurso normativo institucional? Mais precisamente, quem são esses sujeitos concretos que têm a capacidade de transformar o discurso em fatos? A razão pode até ser pouco perceptiva, afinal, fatores políticos encontram-se engendrados no processo discursivo: aqueles que têm poder não têm interesse na mudança (apesar de dizer o contrário) e aqueles que querem mudar não têm meios de impor isso.

4. RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DAS MULHERES POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A compreensão das construções subjetivas é um dos principais elementos responsáveis por vincular as discussões de gênero ao pensamento pós-moderno. A constituição do sujeito e a conseqüente compreensão das lutas simbólicas estabelecidas em virtude de um movimento de pertencimento denotam a dimensão contemporânea e a complexidade que a discussão suscita.

Algumas décadas após a incorporação das discussões sobre a categoria do gênero e a presença dos estudos feministas nos debates acadêmicos e nas disputas políticas é possível a referência ao atual momento caracterizado por múltiplas lutas e reivindicações feministas, como “pós-feminismo”, entendendo o conceito não como um marco temporal que indicaria um tempo depois, implicando um momento pré e um pós, mas sim a instauração de novas configurações nas problematizações e nas relações que se ocorrem no interior desse movimento, à medida que um determinado patamar de reconhecimento social das questões femininas foi atingido (RAGO, 2004).

Diante da percepção de que as categorias de análise se encontram cada vez mais instáveis (no presente caso, o gênero, o sujeito feminino e o grupo de mulheres pesquisadas numa circunstância bastante peculiar), por força da própria dinâmica pós-moderna, torna-se possível se aventar possibilidades explicativas críticas às dicotomias elementares das sociedades modernas: a cultura e natureza. Na verdade, esse exercício crítico oriundo de uma abordagem fenomenológica, qualitativa e hermenêutica, pressupõe que se analisem os significantes e significados presentes nos discursos cotidianos desses sujeitos e como que através da prática discursiva os sujeitos são constituídos. Revela-se assim a interdependência de temas que, aparentemente dicotômicos, têm seu significado relacionado à uma história particular. Mostram-se como as oposições de gênero não são naturais, mas sim construídas; e construídas através de objetivos particulares em contextos particulares (SCOTT, 1990).

Faz-se necessária a desconstrução do paradigma que reproduz a substancialidade do que é a mulher e do que é inerente ao feminino, do que é o homem e do que é inerente ao masculino, como searas impenetráveis e definidoras de uma lógica que, desafiada pelos reflexos sociais, não é mais capaz de responder aos fluxos de mudança que atingem sujeitos e a sociedade como um todo porque o evidenciamento do pós-modernismo tornou possível destacar questionamentos críticos desveladores de tensões sociais outrora ignorados

justamente porque se faziam irrelevantes de explicação social. Um exemplo que ilustra esse raciocínio se refere à determinação do caráter biológico sobre a condição sexual. A realidade demonstra que a complexidade das dinâmicas sociais necessita de mais possibilidades explicativas que sejam capazes de incluir mais do que segregar. Consequentemente, as sociedades pós-modernas carecem de políticas públicas que, surgidas a partir da desintegração de seus dogmas reivindiquem, radicalmente, o caráter simbólico das relações de gênero que aponta tanto para uma diferenciação quanto para uma indiferenciação para um número qualquer de gêneros e para a instabilidade de quaisquer caracterizações (MACHADO, 1998) a despeito de uma pretensa igualdade.

A elucidação das dinâmicas de gênero presentes no exercício discursivo serve de instrumento dialógico capaz de expressar práticas oriundas de um sistema social, que se devidamente orientadas, apresentam potencial de intervirem na governança e na gestão políticas públicas de reconhecimento de diferenças, valorização de competências, garantia de direitos, além de equidade e igualdade de gênero. As assimetrias de gênero constam assim das práticas discursivas, afinal, os discursos expressam as práticas sociais através de uma lógica na qual a objetividade do mundo passa a ser interpretada e calcada em uma subjetividade estruturante, de modo que o poder simbólico é a estrutura que dá sentido à existência e à compreensão da vida e das estruturas sociais. Os símbolos são entendidos como elementos que, no sentido antropológico, produzem sentidos e significados no campo social, de modo que criam “integração social”, tornando possível o “consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição de integração moral” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Na busca de se alterar o atual cenário, é necessário destacar a relevância da ação estatal para a elaboração de políticas públicas, que busquem interferir de forma a diminuir as diferenças dos direitos entre os gêneros e outras classes menos favorecidas. O Estado, no momento que assume um discurso de democratização dos espaços públicos e uma política de imparcialidade, mas que não permite os que, em tese, tem direito ou ao menos o querer o mencionado espaço, se omite sobre o seu real papel de prover e garantir os referidos direitos e garantias (SOUZA, 2016, p. 17).

A crítica ao sujeito tradicional do feminismo começou a se efetivar com mais vigor a partir da década de 1990, quando a percepção das assimetrias de gênero (seja pela vertente teórica, seja pela vertente política do feminismo) começou por desestabilizar padrões sociais construídos sobre os pilares da natureza e da cultura. Essa percepção, carregada de crítica ao modelo patriarcal tradicional, começou a dar relevância às situações de opressão, sujeição,

subordinação, vitimização e invisibilização femininas, outrora imperceptíveis por fazerem parte do imaginário social e das relações de poder vigentes nas sociedades ocidentais.

Diante dos escritos e dos pensamentos desconstrutivistas (que foram possíveis através de uma compreensão pós-moderna, na qual o descentramento do sujeito se faz esclarecedor das relações de poder vigentes e à relevância do sujeito enquanto motivador de um processo de mudança social), as teóricas feministas, apoiando-se sobretudo nas produções teóricas de Foucault e Derrida, começaram a questionar a estabilidade, a essencialidade e a universalidade do sujeito que, até então, era vigente na seara dos estudos de gênero (SARUP, 1993; SEGNINI; HIRATA, 2007).

Na realidade, o próprio questionamento do sujeito universal presente na modernidade, e por sua vez, instado pelo movimento feminista reivindicador de identidades, já havia desmobilizado essa categoria. Tal compreensão fora possível diante do impulso dado pela crítica de gênero, onde o sujeito de fato já começava a ruir, fragmentando-se por completo diante da multiplicidade de olhares questionadores do papel de gênero e de sua efetivação enquanto produto de um processo massificador de estereótipos e componente de uma estrutura de poder arcaica e agora transitória. Esse exercício crítico-questionador é denominado de crítica feminista porque se perfaz enquanto um tipo diferenciado de discurso político. É uma crítica política proveniente de uma prática teórica e uma crítica comprometidas mutuamente contra o patriarcalismo e o sexismo (MOI, 1999). Em complemento, Fetterley (1978) destaca que na melhor das hipóteses, a crítica tende a transformar a consciência daqueles que leem e sua relação com o que leem. A crítica feminista possui a função precípua de desacreditar em papéis e práticas sociais de cunho totalizante ou estereotipados pelo senso comum ao questionar as doxas que se fazem presentes no universo e no campo das lutas simbólicas.

Scott (1990) assinala que é essencial o frequente questionamento por parte dos sujeitos acerca de como os fatos e a história socialmente construída ocorreram para que seja possível descobrir porque eles aconteceram. Segundo a formulação de Rosaldo *apud* Scott (1990), os sujeitos não devem priorizar a busca por uma causalidade geral e universal, mas deve primar por uma explicação significativa. Para a autora, o lugar das mulheres na vida social e humana não está diretamente relacionado ao produto de suas ações, mas sim ao sentido que as atividades sociais e humanas adquirem através da interação social concreta. Numa crítica à teoria foucaultiana de poder, a autora aduz que para que o sentido das relações interacionais de gênero se façam compreender, o sujeito individual e a organização social estão mutuamente articulados. Essa articulação se faz notar na natureza das suas inter-relações

porque ambos têm uma importância crucial para a compreensão do funcionamento do gênero e como se dá a mudança. O entendimento de como esse processo social está oferecendo a possibilidade de mudança social ao substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa próxima do conceito foucaultiano de poder, que o compreende como constelações distintas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”.

Na acepção de Brasil (1999), o pensamento pós-modernista ataca qualquer noção de que a realidade social possa ser explicada ou representada como generalizações em uma metalinguagem, numa metanarrativa e numa metateoria. Portanto, não há mais como especificar verdades eternas e universais. Para o autor, Foucault é uma das fontes mais fecundas da argumentação pós-moderna porque analisa a relação entre poder e conhecimento, rompendo com a noção de que o poder esteja situado somente no Estado, propondo que se observe o poder começando por seus mecanismos infinitesimais, onde cada um desses mecanismos possui uma história própria, um trajetória própria, técnicas e táticas próprias. Diante disso torna-se possível notar como esses mecanismos de poder são imbuídos, investidos, colonizados, utilizados, envolvidos, involuídos, modificados, movidos, tensionados, etc., por formas de domínio cada vez mais gerais e mecanismos cada vez mais globais.

Foucault (1996) descreve três instrumentos disciplinares principais: vigilância hierárquica, sanção e exame de padronização. Esses são apenas instrumentos que tendem a resolver problemas tradicionais de poder: ordenar multiplicidades, articular o todo e suas partes, relacionar esses últimos entre si. A normativa propõe uma solução específica para esse velho problema. Primeiramente, essa composição é feita de acordo com um princípio de produção (e não repressão): produzir, melhorar, intensificar ao invés de coerção, proibir, impedir. Mas esse arranjo também é realizado de acordo com uma lógica da individualização. Foucault volta a esse ponto incessantemente: a disciplina “fabrica” indivíduos. É a técnica específica de um poder que leva os indivíduos ao mesmo tempo em que compõe objetos e instrumentos de seu exercício; mas esse eixo de individualização não é o único, não pode ser o único: a norma é ao mesmo tempo o elo, o princípio da unidade - da comunicação - desses indivíduos. A norma é a referência instituída quando o grupo é objetivado na forma do indivíduo. A norma está no início de uma comunicação sem origem e sem sujeito.

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.

Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios. Como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 1996, p. 6).

O esquema regulatório é apoiado por toda uma economia de visibilidade e a prática da disciplina redonda em um dispositivo que obriga a se proceder ao jogo do olhar, um aparato onde as técnicas que nos permitem ver causam reflexos sobre o poder e no qual, por outro lado, os meios de coerção causam sofrimento nos sujeitos (idem). As disciplinas regulatórias mobilizam principalmente o espaço e as arquiteturas. Deve-se tentar entender por que a norma implica tal uso de arquiteturas, de pedras, de paredes. A importância das arquiteturas está no fato de elas virem a substituir o rei. No espaço normativo, a arquitetura não é mais (ou não apenas) um símbolo, um sinal de poder, a expressão da força. A arquitetura ocupa esse lugar. Ocupa seu centro, é o próprio poder.

A arquitetura é o instrumento, a técnica, o dispositivo graças ao qual, na ausência de um soberano, haverá a possibilidade de uma objetividade do julgamento de si mesmo, graças à qual essa objetividade - princípio da comunicação, valores, senso de significado - podem ser constituídos pelo trabalho de um mecanismo de auto-referência. A arquitetura permite que a objetividade de um julgamento de si mesmo nunca seja um julgamento sem exterior (FOUCAULT, 2005). A elaboração teórica de Foucault é pautada pela demonstração e definição dos princípios que orientam a atuação do falante em dada ordem discursiva, para então converter-se nela de mero falante a sujeito de discurso. A descrição de tais princípios já constitui a Análise de Discurso porque os mesmos princípios podem compor ordens discursivas distintas, como o saber, a religião, o político, etc. (SOUZA, 2011).

Essa análise da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos levou Foucault a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (discursos) que codificam técnicas e práticas para o exercício de controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares. Dessa maneira, em certos lugares como a prisão, o hospital, a universidade, a escola e o consultório do psiquiatra, uma organização dispersa e não integrada é constituída independentemente de qualquer estratégia de classe (BRASIL, 1999, p. 91).

Machado (1998) pondera que quaisquer noções de feminino e masculino passaram a ser objeto de contestação e, portanto, o único consenso existente desde então era o de que não havia mais consenso sobre o que seria o masculino e o feminino. O rompimento com os

estudos da essencialidade do que é o feminino e do que é o masculino em detrimento do essencialismo biológico fez por se estabelecer um novo paradigma radicalmente reivindicatório do caráter simbólico que as relações de gênero podem indicar.

Dessa maneira, o pós-moderno representa um momento histórico no qual a sociedade se caracteriza por outra vertente, onde os fatos ocorrem de modo efêmero e circunstancial, afinal, outras possibilidades de existência, de identidade e pertencimento permeiam o universo feminino pós-moderno (ÁVILA, 2015). Para a autora, isso se deve ao estabelecimento de um novo conceito coletivo responsável por acelerar psicológica e existencialmente as relações humanas, no que tange às suas vontades e verdades, e a lógica que opera essa dinâmica social agora reconfigurada, se pauta por mudanças rápidas, esporádicas, de acordo com as novas demandas do sujeito, constantemente substituídas em detrimento de um novo valor insurgente.

Para Rist (2002), o discurso normativo se encontra tão imbricado nas práticas sociais que se não frequentemente contestados, corre-se o risco de esquecê-lo, sobretudo devido às decepções ou desânimos inerentes à condição humana. Para o autor, é imperativo que o realismo que caracteriza o campo das lutas simbólicas questione qual é o verdadeiro escopo de um discurso normativo. Mais claramente, quem são os atores concretos que têm a capacidade de transformar a crítica às práticas discursivas em mudança social. O autor aventa ainda a possibilidade de se ignorar o fato de que todos os sujeitos encadeados no fluxo social, independentemente das boas intenções que não param de proclamar, podem estar blefando. A razão para isso, portanto, pode ser frágil, já que o autor aponta que a questão é política porque aqueles que têm poder não têm interesse na mudança (apesar de dizer o contrário) e aqueles que querem a mudança não têm meios de impor isso. Certamente, há que se notar os fenômenos globalmente, entendendo inclusive, suas as inter-relações, identificando os múltiplos elementos componentes do sistema. Em outras palavras, é o que apregoa Piscitelli (2002) ao afirmar que há que se transformar os discursos, as práticas e as relações sociais nas quais a categoria “mulher” fora construída, porque a forma como fora forjada socialmente implica na subordinação feminina, e configura portanto, uma categoria historicamente enfraquecida diante da força do poder masculino.

Diante desse panorama elucidativo da nova realidade social capaz de trazer em seu bojo demandas que além de sociais, são plurais, caracterizadas pelo seu teor reivindicatório e representativo de uma nova história de mudança e suas respectivas demandas, Rago (2004) pontua que o feminismo, constituído de teoria e prática, possui função política, cujo potencial crítico e social demanda uma luta por um mundo mais livre e humanizado, e, portanto,

igualitário de condições e reconhecedor de diferenças. Tal cenário e suas respectivas demandas contemporâneas fazem por surgir uma nova configuração do feminismo enquanto movimento, auxiliado pelo uso frenético das redes sociais e dos meios de comunicação, aos quais facilitam o contato e a formulação de coletivos com pautas das mais diversas.

Sobre esse aspecto de constituição subjetiva dos sujeitos, Scott (1994) afirma que a história não mais diz respeito ao que aconteceu às mulheres e homens e como esses coletivos reagiram a isso, mas se refere como categoria de identidade foi construída, no que tange aos significados subjetivos e coletivos de ambos os grupos sociais. Essa construção social expõe a contenda no centro de sua análise, aceitando que hierarquia e poder são inerentes aos processos linguísticos por ela analisados.

A possibilidade explicativa que a compreensão das subjetividades traz à tona evidencia que a “experiência das mulheres” se configura como um fato histórico fundamental, passível de ser descoberto e descrito, que viabiliza a identificação da atuação feminina como sujeito da História. Essa nova forma de reconstituição da “história das mulheres” contra-argumenta com Scott, fazendo severas críticas à sua forma de usar a categoria da desconstrução como método universal, pois identifica um método que abre novas perspectivas para a nossa compreensão da produção cultural do passado, mas minimiza ou rejeita os métodos e as questões decisivas que transformaram profundamente a prática histórica e a história (Tilly *apud* Menezes, 2002). Esse evidenciamento se configura como mais um dos elementos capazes de expor mazelas que a história se encarregou de evidenciar ao silenciar sujeitos.

Como o discurso se perfaz enquanto toda atividade produtora de sentidos que ocorre quando da interação entre falantes, ou seja, toda atividade comunicativa entre interlocutores que são sujeitos de sua própria existência, e por essa razão, travadores de batalhas em diversos campos simbólicos com o intuito de se fazerem diferenciar em uma realidade social pautada pela naturalização dos discursos hegemônicos.

Aduz Souza (2011), que Foucault , ao analisar a ordem do discurso, adotou como prática inerente ao procedimento analítico, isto é, distancia-se da posição do falante que teme para então se apropriar da palavra e definir o que ele chamou de ordem de discurso, por meio a expressão “princípio de controle e exclusão”. O autor argumenta que o discurso não se reduz às palavras proferidas, mas fundamentalmente aos princípios e às regras institucionais aos quais, atravessando o falante e sua fala constitui o sentido e o sujeito do discurso. Essa leitura nos leva a concluir que se trata então mais de explicitar o caráter institucional da ordem discursiva e menos de apresentar sua forma de estruturação ou formulação linguística (SOUZA, 2011).

Nós procuramos salvar nossa existência individual, singular porque vivemos numa sociedade onde dependemos não apenas das técnicas de produção, mas também das técnicas de consumo e de comunicação. Isso é um desdobramento criador porque faz surgir ao lado do ser empírico, um ser de direitos. Esse ser procura se constituir como ator livre através da luta por seus próprios direitos. Nós sempre tivemos uma imagem de nossa criatividade, porém essa imagem foi há muito tempo projetada para além de nossa experiência humana própria. Essa imagem assumiu figuras sucessivas: ora Deus, ora nação, ora progresso, ora sociedade de classes. Atualmente, contudo, o cenário é diferente, no qual inexistem discursos intermediários, que damos uma importância central à busca de nós mesmos. Esta vontade do indivíduo de ser o ator de sua própria existência é o que chamamos de sujeito (TOURAINÉ, 2006).

Observa Chartier (apud Aguiar, 1997) que o peso do aspecto simbólico no que se refere à dominação masculina, pressupõe a adesão dos sujeitos dominados às categorias sociais e simbólicas que embasam sua dominação. Assim, segundo o autor, o estudo dos discursos e das práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos consiste no objeto maior da história das mulheres. Dimensionar a submissão imposta às mulheres sob a ótica de uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação (que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída) fora sempre afirmada como uma diferença de natureza radical, irredutível, universal, absolutamente normal.

O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural” e biológica a divisão social dos papéis e das funções. Outrossim, alerta Chartier, uma tal incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. A aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta — aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra seu próprio dominador. A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres (AGUIAR, 2002, p. 106-107)

A crítica feminista então, por meio do diálogo e de decisões negociadas com instâncias sociais e governamentais, possibilita a intervenção tanto no desenho como na gestão de políticas públicas, incluindo a disputa por garantia de direitos e pela equidade de gênero. Dessa forma, a questão de gênero se configura como objeto de estudos a demandar maior atenção dos estudiosos não somente da Sociologia, mas também da política, uma vez que ao se dar relevância à trajetória das mulheres e às mudanças promovidas por elas, é possível desenvolver futuros estudos acerca de diversas questões como as da cidadania, do empoderamento, dos direitos humanos, da participação política, do capital social e das políticas públicas, além de orientar ações e estratégias que visam maior igualdade de direitos (LAGE; NASCIMENTO, 2014).

Para Pêcheux (1993, p. 8) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse [...]. Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]”. Portanto, como endossa Pêcheux, a análise do discurso tem por pressuposto que “todo dizer é ideologicamente marcado” (ORLANDI, 1999, p. 38).

Neste contexto, Caregnatto e Mutti (2006) constatarem que o sujeito não é individual. O sujeito é assujeitado ao coletivo, isto é, esse assujeitamento⁴¹ ocorre no plano do inconsciente, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido quando o sujeito se filia ou interioriza o conhecimento da construção coletiva.

Perfaz intuito do presente estudo a compreensão da dimensão subjetiva das mulheres policiais militares de Minas Gerais enquanto sujeitos; uma das mais importantes contribuições está em trazer à baila aquilo que fica oculto na subjetividade, ou recluso entre as quatro paredes da vida policial-militar, possibilitando servir de esteio à exposição da dimensão constitutiva desses sujeitos, não tão somente como uma perspectiva individual, mas também como projeto coletivo, explicativo dessa realidade que tende a macular a imagem feminina à invisibilidade e à ausência de lugar social.

⁴¹ Conforme Ferreira (2001, p. 12), no âmbito da AD, o assujeitamento se caracteriza pelo “[...] movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia”.

Por essa razão, Orlandi (1999) observa que no processo de interpretação do discurso é importante frisar que o analista é um intérprete, e portanto, ao realizar uma leitura discursiva, o intérprete é influenciado por seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e suas vivências; a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido, influenciada ainda pelo lugar de fala que o analista ocupa. A autora pondera ainda que não se pode olvidar que a interpretação sempre é passível de equívoco, mesmo quando o processo de interpretação parece claro. Na verdade existem muitas e diferentes definições porque os sentidos não são tão evidentes como parecem ser.

O discurso, e sua conseqüente análise, se configuram sob a ótica de uma leitura interpretativa, e não exclusivamente indicativa de determinada realidade. Embora a análise do discurso pareça ser mais relevante para as ciências da linguagem, ela se faz presente no exercício das ciências humanas como um todo e “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (Pêcheux, 1993, p. 77). Por essa razão aduzem Caregnato e Mutti (2006) que ao analisar o discurso o analista faz uma leitura do texto realçando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentidos.

No presente caso, o ambiente de estudo se caracteriza como uma área profissional considerada masculina, e por esse motivo, associada em grande parte às características que, por definição, são inerentes ao exercício da masculinidade (assertividade, capacidade técnica, a capacidade de raciocinar e força física). Há portanto, que se desconstruir, através de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, o argumento naturalista que ainda carrega o peso das relações de gênero e as relações sociais que envolvem o sexo.

A literatura acadêmica identificou uma variedade de mecanismos transversais que limitam as tentativas, a permanência e a promoção das mulheres ocupações “masculinas”, mas identificou também estratégias de transgressão que possibilitaram que algumas mulheres rompessem, mesmo que parcialmente, tanto o “teto de vidro”, quanto o “*think manager - think male*”, associando essa noção a um lugar socialmente delimitado.

Pêcheux (ibdem) salienta sob esse aspecto, a relevância das formações imaginárias para a compreensão do discurso. O autor destaca o conceito das formações discursivas que também fazendo parte das condições de produção do discurso. Afinal, o que é dito por A modifica as condições de produção, possibilita novas antecipações e viabiliza “continuação” do discurso e a condição de assujeitamento é inerente à formação discursiva, podendo ser compreendida como uma “variável subjetiva”. Ou seja, a resultância das relações de lugar nas quais o sujeito está inserido e a “situação” no sentido concreto do termo, sendo necessário

reconhecer que há uma desproporção entre o imaginário e o real. Isso implicaria na retirada das condições de produção a carga subjetiva pela qual seria possível justificar um processo discursivo pelo imaginário e pela situação empírica e imediata vivenciada pelo sujeito. Assim, Pêcheux amplia não só o conceito de condições de produção, mas consequentemente o de formação discursiva, visto que é ela que determina o que pode e deve ser dito, e não mais só o imaginário ou o contexto imediato. Assim, “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrásica destas sequências constitui o que se poderia chamar ‘matriz do sentido’” (PÊUCHEUX, 1993, p. 169).

Pode-se então entender por formação discursiva todo o aparato discursivo presente dentro de uma dada formação ideológica e definida através dos interdiscursos que lhe conferem possibilidade de existência. A formação discursiva constitui-se, então, na relação com o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso está vinculado aos saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; os saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva. Já o intradiscurso é a materialidade (fala), a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso (ORLANDI, 1999).

Dessa maneira, passa-se de fato, à análise dos discursos das mulheres policiais militares. O desenvolvimento dessa etapa correspondente ao gerenciamento conceitual-empírico da pesquisa se deu através da objetificação instrumentalizada por entrevistas em profundidade. O princípio que preceitua essa instrumentalização é assinalado por Casimilas (2002) ao ressaltar a necessidade de contato direto com os sujeitos da pesquisa e com o ambiente em que ocorre a produção de significados sociais, culturais e pessoais para descobrir ou reconhecer conflitos e fraturas, as divergências e consensos, as regularidades e irregularidades, as diferenças e homogeneidades que caracterizam a dinâmica subjacente na construção de qualquer realidade humana que seja objeto de investigação.

As abordagens acima são consistentes com uma maneira dinâmica e plural de conceber, a realidade humana e formas de entender as diferentes possibilidades de conhecer a referida realidade, assumindo os propósitos de tal conhecimento. A tarefa, então, de entender que a realidade parte da aceitação da multidimensionalidade do ser humano, bem como da natureza aproximada e provisória do referido conhecimento. [...] O estudo do humano, então, é apresentado como um espaço de múltiplos conhecimentos, onde a racionalidade e o discurso da causalidade e da linguagem formalizada através das equações das ciências naturais são adequados para o plano físico-material, mas deve dar lugar à reflexão, para atender às ordens do plano ético, político, cultural e significativo nos planos experienciais socioculturais e pessoais. É nesses dois últimos planos que o subjetivo e o intersubjetivo habitam e são constituídos, como objetos e veículos de

conhecimento do humano; da mesma forma, são os casos em que faz sentido falar de “ciências da discussão”, pois preferem, ao mesmo tempo, nomear alguns autores para as ciências sociais e humanas (CASIMILAS, 2002, p. 37).

Passa-se então a análise do discurso das policiais militares partindo-se do princípio de que a realidade é socialmente constituída, não havendo portanto uma realidade única e total. No entanto, sua existência é uma construção dialética e holística em sua natureza ao demandar a condição de assujeitamento dos membros dos grupos sociais. Por essa razão, perfaz-se como uma alternativa interpretativa e compreensiva dos fenômenos caracterizadores dos discursos, concentrando-se basicamente nas intenções, motivos e razões dos sujeitos envolvidos, destacando a compreensão, o significado e a ação, produtos esses no estabelecimento de um conhecimento ideográfico expresso na forma de teoria e padrões contextualmente condicionados pela história e pelas condições de exercício do poder em suas diversas relações sob a égide da hierarquia organizacional militar.

4. 1 Assédio, lugar social feminino e a imposição do feminino: entre a indiferença e sentimento de pertença

Dentre os relatos colhidos, se destacam passagens sobre o assédio sexual, os elementos simbólicos da natureza feminina e a forma como conciliar esses elementos dentro de um campo onde a presença feminina paira entre a representação e a irrelevância.

A menção ao assédio sexual, por exemplo, é constatação bastante relevante, sobretudo quando ocorrida em circunstâncias de trabalho específicas como o ambiente militar, ganha destaque por algumas razões: a dificuldade em se obter relatos dessa natureza, seja pelo rigor da hierarquia militar, que possui por natureza um viés repressivo e reacionário, seja pelo receio de as informantes não terem seu anonimato preservado e, serem posteriormente punidas (dentro do devido processo legal), seja ainda por eufemizarem o assédio, descaracterizando-o, compreendendo o fenômeno do assédio (na esfera policial militar) como uma mera manifestação da cultura policial machista.

Os índices de violência contra as mulheres no Brasil são preocupantes e as políticas públicas de prevenção poucas ou inexistentes porque os serviços disponíveis são insuficientes e há carência de profissionais capacitados e/ou sensibilizados para atuarem junto a esse problema. O assédio sexual é uma das mais frequentes manifestações de violência contra a mulher e a ocorrência de crimes dessa natureza têm sido uma situação de ameaça permanente.

No Brasil, dados da Fundação Perseu Abramo (2010) estimam que a cada quinze segundos uma mulher sofra algum tipo de violência.

Ressalta-se, portanto, que a ocorrência do assédio escancara as fronteiras da igualdade ao expor as assimetrias de gênero vinculadas às desigualdades de poder. Essa particularidade destaca a “virtude soberana” da igualdade como um conceito ao mesmo tempo controverso e volátil ao impedir que as pessoas que o exaltam ou o depreciam saibam exatamente o que estão enaltecendo ou censurando (DWORKIN, 2000).

Dessa forma, o preceito axiológico constitucional promotor de uma sociedade livre, justa e solidária – Constituição Federal, art. 3º, I (BRASIL, 1988) – é utópico porque não transpõe os limites da superficialidade, já que a partir do momento em que os instrumentos específicos de concretização do preceito constitucional são debatidos, as divergências vêm à tona. Assim, fica evidente que as relações de gênero condicionam a ideia de masculino e feminino percorridas no mundo do trabalho, como destaca Lobo (1991):

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem, às vezes, por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força; mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência de tarefas, são as regras de dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social (1991, p.152).

Indiscutivelmente, tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas de assédio sexual, contudo, se a hierarquia funcional possui alguma relevância na ocorrência do fenômeno, os relatos do Observatório Social baseados em levantamento do Instituto Ethos/Ibope, demonstram que no Brasil, de cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas 1 é ocupado por mulheres; no nível de gerência, 2 cargos são das mulheres e 8 dos homens; nas chefias, as mulheres são 3 e os homens, 7; as mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos: 3,5 contra 6,5 (SOUZA DIAS; CASARA; WERLE, 2004, p. 7).

O cenário de composição masculina das fileiras policiais-militares, aliada à segregação horizontal (DRAPEAU, 1991) – designação de atribuições de acordo com o sexo, relegando mulheres às funções em que se confundem tarefas profissionais com favores pessoais –, fornecem elementos que evidenciam que o assédio tem nas mulheres o grande público-alvo, superando os homens tanto em frequência quanto em gravidade (BELMONTE, 2013). Por essa razão que os dados apontam o seguinte no que tange à incidência em relação ao gênero:

a) homens assediando mulheres: 90% dos registros; b) homens assediando homens: 9% dos registros; c) mulheres assediando homens: 1% dos registros (KAY; WEST, 2002).

Para que se possa compreender de que modo a prática do assédio se encontra vinculada ao exercício do poder masculino, aduz-se à perspectiva de construção de gênero elaborada por Barreda (1992). Para a autora, tanto a desigualdade social quanto as desigualdades de gênero que se apresentam sob a forma de relações de poder (onde um sujeito domina o outro) pode ser explicado da seguinte forma:

[...] o gênero pode ser definido como uma construção social e histórica de caráter relacional, configurada a partir das significações e da simbolização cultural de diferenças anatômicas entre homens e mulheres. [...] Implica o estabelecimento de relações, papéis e identidades ativamente construídas por sujeitos ao longo de suas vidas, em nossas sociedades, historicamente produzindo e reproduzindo relações de desigualdade social e de dominação/subordinação (BARREDA, 1992, p. 20).

As relações de poder compõem um dos elementos mais importantes para a configuração das assimetrias de gênero, sobretudo, porque é o poder que assinala o assédio sexual. Diante disso, na seara militar, quando a vítima assediada é em geral subordinada hierarquicamente ao seu assediador, ela se submete por temer represálias.

Um dos relatos colhidos demonstra que a entrevistada ascendeu na carreira policial-militar pelo nível mais baixo, que é de Soldado de 2ª Classe, e ainda durante o curso de formação de Soldados foi aprovada no concurso para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), passando, portanto de uma classe menos privilegiada, para outra, que a possibilitaria galgar postos do Oficialato (que se iniciam em Cadete e vão até o posto de Coronel). Essa vivência em duas classes opostas dentro da hierarquia militar a possibilitou experienciar situações de assujeitamento bastante peculiares, conforme relato abaixo:

Quando eu entrei na polícia, eu entrei na graduação de soldados de 2ª Classe e aí era bem diferente. Como eu era recruta, tinha toda a instituição acima de mim era bem mais difícil [não ser assediada]. Essa questão do assédio, ela era muito presente, mas eu fiquei muito pouco tempo soldado da 2ª Classe, depois de 11 meses que eu ingressei no Oficialato... passei no CFO, aí as coisas mudaram de forma muito evidente e passou a ser tudo bem mais fácil inclusive, porque aí eu passei da base para a posição intermediária, e aí a gente percebe mais respeito inclusive, por parte das pessoas. Quando que eu estava na base da instituição eu julgava o desrespeito, muito, muito evidente, então era muito difícil, eu preferia ter sempre a companhia das colegas, das PFems... Hoje em dia eu vejo com muito natural. Os militares respeitam, os militares masculinos respeitam, principalmente o posto. Esse que é o problema: eu vejo que eles respeitam o posto, eu não vejo que eles respeitam a pessoa, a mulher. Por isso que era tão difícil, que verificava tanto desrespeito enquanto soldado de segunda classe (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

O assédio sexual no local de trabalho se caracteriza como forma de discriminação baseada no sexo que envolve comportamentos indesejados pelas pessoas que deles são alvo e, conseqüentemente, ofensivos à sua dignidade e liberdade, constituindo ainda violência social sobre as mulheres, ao assujeitá-las sempre na perspectiva de vulnerabilidade travestida de natureza cultural das organizações e da sociedade.

A entrevistada pode assim notar a diferença quando ascendeu de uma “casta” militar para outra. O que antes poderia ser considerado por muitas mulheres em situação semelhante como natural, para a entrevistada não mais o era, porque se outrora ela fazia parte de um grupo majoritário (classe de Praças), ao ascender naquele grupo social, a própria circunstância de fazer parte do grupo restrito aos “comandantes” (classe dos Oficiais) já lhe servia de proteção contra o assédio. Pode-se constatar pelo relato, portanto, que a mulher quando imbuída da prerrogativa do poder está bastante imune às mazelas que a cultura machista policial lhe impõe. Se antes havia um todo um universo corporativo apto a lhe assediar, a ascensão lhe servira de filtro, já que a quantidade de potenciais assediadores foi drasticamente reduzida.

Com assédio, se eles continuam depois de eu ter ingressado no oficialato, não cessou, mas ele diminuiu muito. Porque por parte das praças ele deixou de existir, porque como eu te disse as pessoas respeitam o posto, então as praças não tiveram coragem de [me] assediar, os oficiais eram os únicos potenciais violadores desse direito, do respeito. Eles, pelo que percebi eles passaram a ter um certo receio, porque a polícia tem muito preconceito para com as praças, eu percebia muito isso quando era soldado, a pessoas interpretam que a você é praça, você não raciocina, você não pensa. E aí quando eu passei no CFO eu percebi um receio... assim, um aumento desse respeito. “Ah se ela teve capacidade para passar no CFO então é perigoso assedia-la, então ela pode tomar providências”... eu percebi algo desse tipo. O percentual dos que assediaram e depois os que passaram a assediar diminuiu muito... eu até costume dizer que o maior benefício que auferi tendo passado no CFO foi esse aumento do respeito, porque antes praticamente não existia, quando eu era recruta todo mundo se achava no direito de meter a cara, como diz o bom português (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Do relato da entrevistada, cabe ainda destacar que a mulher que não detém prerrogativa de poder na Corporação tende a ser assediada numa relação inversamente proporcional entre poder e assédio. Se maior o poder, menor chance de assédio e vice-versa. A feminização das corporações militares é indubitavelmente um avanço no processo de emancipação, valorização e empoderamento femininos. No entanto, a atuação feminina naquela seara ainda ocorre de forma subalternizada e precarizada, ao demandar das mulheres em posições inferiores uma situação de assujeitamento constante.

Assediada, sim, várias vezes, justamente por ser mulher feminina. Quando eu trabalhava na formação, eu percebia que os outros militares do sexo masculino, eles ficavam competindo, que ia ficar com as meninas. Aí eu contei isso pra elas, eu reuni elas (sic) lá é falei pra elas a questão, o que acontecia por trás, nos bastidores, aquilo que elas não ouviam, aí [depois disso] quando eles iam assediá-las elas davam umas tesouradas. “A Tenente Hipárquia contou que vocês ficam disputando quem vai ficar com a gente”. Aí um deles veio brigar comigo, achou ruim comigo que nenhuma das meninas queria ficar com eles porque eu falei isso. “Olha só o ponto que a coisa chega”. Mas enfim, o assédio ocorre muito sim. (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

A entrevistada relata ainda que em sua trajetória profissional teve a oportunidade de trabalhar nos cursos de formação da PMMG, ocasião na qual pode verificar como a questão do assédio é inerente ao papel social masculino e desde o ingressar na Corporação os homens agem de modo a naturalizarem a prática do assédio e, de certa forma, contam com a conveniência da cultura organizacional para tal, como que se a investidura na prática de assédio fosse um elemento de socialização necessário ao exercício da masculinidade naquele meio. Conforme assinala Torrão Filho (2005, p. 139), que: “não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade”. O assédio portanto, antes de ser uma prática ultrajante que atenta contra a condição feminina, violando um de seus mais básicos direitos, passa a ser visto pela classe masculina naquele meio, como uma demonstração corriqueira de masculinidade e, de certa forma, até uma forma de sedução.

Por outro lado, uma militar posicionada na base da hierarquia policial-militar admitiu ter sido vítima de assédio sexual, embora relativize sua prática à índole do autor e não como uma prática corriqueira inerente à cultura organizacional.

Nunca dei ciência a ninguém. [Não tomei] nenhuma providência. [...] Isso acontece em todos os lugares, não acho que tenha a ver somente com a questão da Instituição. Isso tem a ver com a índole de cada um [...]. Nossa sociedade é muito machista. Isso não vai mudar, independentemente do quanto nós mulheres fizermos para mudar isso (Cabo Chica, 11 anos de serviço).

Diferentemente da situação de assédio sofrida pela Capitã e pela Cabo, uma Sargento relata que embora tenha sido vítima, preferiu usar de meios informais para impedir a reincidência do assédio do qual fora vítima, sobretudo pelo fato de o autor ser um figurão do alto-escalão policial-militar. Nesse contexto, Castells (1998) assevera que se insere uma

antiga lei da evolução social, conforme a qual a resistência é um enfrentamento à dominação, a delegação de poderes é uma reação contra a falta de poder e projetos alternativos são a contestação de uma lógica inerente à nova ordem global, embora no caso, a ordem à qual o autor se refere possa ser entendida como uma prerrogativa de uma cultura organizacional masculina que tende a ver a presença feminina como um elemento subjugado e, portanto, sempre disposto à ceder pacificamente às investidas masculinas porque elas são frágeis e irrelevantes, e por essa razão, não têm motivos para a prática da resistência.

Mas em um dos casos eu falei. Não formalizei, mas ele era... É porque a pessoa era um Subcomandante da unidade que eu trabalhava. Isso tava assim... numa situação que eu já estava ficando constrangida de ir trabalhar, e isso estava me fazendo mal psicologicamente, aí eu tive que falar com ele: “Se o senhor não parar com isso, eu vou tomar minhas providências”. Aí ele achou que eu pudesse fazer qualquer coisa e parou (2º Sargento Anita, 13 anos de serviço).

O trecho em destaque evidencia de que forma o exercício do poder é capaz de coagir as mulheres policiais em condição subalterna. Isso porque além do poder formal, legitimado pelos imperativos normativos organizacionais, há ainda outro elemento que atua concomitantemente às relações de poder: o poder simbólico. Para Bourdieu (1989) o poder simbólico compõe uma “estrutura estruturada” da sociedade ocidental, de maneira que está tacitamente incorporado no plano das relações socioculturais. É uma forma de poder que contribui demasiado para a manutenção do *status quo*, operando sutilmente a partir do controle ideológico de massas, possível a partir da comunicação e do discurso – que se transformam em performatividades. Ademais, o fato de um policial militar, sobretudo ocupante de uma posição de comando, ao ser denunciado, teria sua reputação destruída. Mesmo sendo homem, há tacitamente um imperativo de que certas coisas são naturais, até virem à tona. A exposição de um fato tão desabonador, imbuído ou não da função de Comando, é um fato claramente condenável. Sobre esse fato, aduz Elias (2011):

[...] Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status [...] (ELIAS, 2001, p. 86).

Apesar de o ingresso feminino na PMMG ter ocorrido há quase quatro décadas, as policiais ainda persistem em busca do rompimento de barreiras que impedem seu progresso ao se estabelecerem em uma profissão dominada por homens. As primeiras reformistas do

movimento de mulheres fizeram lobby para a alocação de matronas em delegacias e pelotões, ao mesmo tempo em que pressionavam por temperança, igualdade de tratamento sob a lei e direito de voto. À medida que as pioneiras policiais se fixavam no sistema de aplicação da lei, seus deveres se expandiram para incluir a supervisão de mulheres e crianças em suas comunidades. As primeiras policiais juramentadas logo se tornaram Oficiais do sexo feminino com o poder de prender criminosos. Ao longo dos anos - através da discriminação, assédio, mudança de costumes sexuais e aumento das taxas de crime - a autoridade e as responsabilidades da policial aumentaram gradualmente ao ponto de se tornarem uma parte reconhecida da vida cotidiana de todos os estados brasileiros.

O artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher conceitua discriminação:

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (ZYLBERSZTAJN, 2009, p. 54).

Embora existam tratados universais de garantia da igualdade entre mulheres e homens, na realidade da caserna coexistem elementos aparentemente opostos conforme o trecho a seguir destaca. Há elementos na passagem que evidenciam tanto o preconceito como de discriminação, embora um não possa ser tomado como sinônimo do outro, pois este é produto daquela, isto é, a discriminação pode ser provocada e motivada por preconceito, e por isso, é um conceito mais amplo: a discriminação pode ser provocada por indivíduos e por instituições e o preconceito, só pelo indivíduo. Muito embora os termos ‘discriminação’ e ‘preconceito’ sejam usados como sinônimos, um é decorrente da prática do outro. Assim, o preconceito é o resultado das frustrações das pessoas, que em determinadas circunstâncias pode se transformar em raiva e hostilidade. As pessoas que se sentem exploradas e oprimidas frequentemente não podem manifestar raiva contra um alvo identificável ou adequado; assim, deslocam sua hostilidade para aqueles “abaixo” na escala social. O resultado é o preconceito e a discriminação (ALLPORT, 1954). A entrevista expõe a seguir ambas as situações no mesmo relato:

Bom essa diferenciação [entre mulheres e homens], ela é institucional quando determina cargos para homens e mulheres de forma diferente. E eu considero totalmente legítima. Já ouvi militares do sexo masculino protestando com

relação a isso, considerando que o TAF⁴² tinha que ser igual, o que é absolutamente ridículo, por isso que eu te falo da questão da competitividade. Eu ouvi isso dos meus colegas. Então a polícia, quando estabelece tabelas diferentes [para o TAF de mulheres e homens], ela oferece um tratamento diferenciado. No caso dos coletes [balísticos] também que eram especificamente para as militares do sexo feminino. Não sei você sabe, mas no BI⁴³, o lado que abotoa no uniforme da PFem é diferente do lado que abotoa no masculino. Eu não sei de forma prática porque fizeram isso não, mas é diferente, às vezes até mesmo o uniforme, a modelagem da farda feminina é diferente da farda masculina. Às vezes eu percebo que alguns colegas, alguns militares eles têm preferência de, “ah deixa essa pessoa passar na frente”, essa questão de cavalheirismo, que é algo mais para o lado social. Eu acho interessante também que não se perca isso na instituição. E outras vezes tratam [as mulheres] de forma diferente mesmo. Eu conheço uma militar que o sonho dela é servir no Batalhão ROTAM⁴⁴, e aí eu falo pra ela “tira o cavalo da chuva, nunca vão deixar você servir no ROTAM. ROTAM não é para Fem.” “Ah, por quê?” E ela fica revoltada. Bem magrelinha ela. “cê não vai mesmo!” “eles nunca vão deixar”. E isso eu acho que não vai mudar. E isso é legal? Não! Eu acho que é ruim. Qual que é o problema da PFem servir no ROTAM? E aí a gente vê o preconceito bem latente, bem evidente. E qual é o problema de uma Fem ROTAM Comando? Essa menina hoje ela é capitã, mas ela sonhava em ser tenente, aí a gente percebe sim a diferenciação. O último Comando [Geral] que teve mesmo, não havia nem uma Oficial no último posto. Consideraram que nenhuma mulher era suficiente para tal e não promoveram. Com muito custo no finalzinho promoveram uma QOS, que eu acho que foi pra mostrar que as de fileira não tinham capacidade para ser Coronel e aí não promoveram nenhuma. A gente vê tudo isso, percebe um preconceito na forma diferenciada de tratar (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Na seara em pauta, pode-se notar que há uma espécie de “reformulação” do status do sujeito feminino, afinal, embora as preocupações teóricas não façam parte da realidade social dos assujeitados, as políticas da experiência de gênero são entendidas como uma relação de poder e princípio hierárquico (VARIKAS, 2005). Ademais, o discurso da entrevistada faz alusão à “modelagem do corpo” instrumentalizada pelos tabus, costumes, leis e normas onde há um vínculo entre poder e corpo social que, por meio de um processo de reificação tornam-se imbricados e atrelados entre si, manifestando assim a lógica da cultura e a condição de assujeitamento relegada às mulheres (BEAUVOIR, 1980). Complementam Groppi e Bonacchi (1995) que esse quadro configura uma situação onde o desejável seria haver uma

[...] co-presença no terreno político [...] que vai na direção de uma complementaridade não mais entendida como justificação de uma relação desigual entre ambos, mas como possibilidade de uma relação igualitária mesmo que não necessariamente simétrica, baseada no fato de que a diferença de sexo não pode

⁴² Teste de Aptidão Física.

⁴³ O uniforme usado na atividade de policiamento ostensivo.

⁴⁴ Rondas Táticas Metropolitanas.

justificar a exclusão das mulheres do poder político e da cidadania social (GROPPI; BONACCHI, 1995, P. 14).

O grupo feminino tende a ser percebido como um elemento ameaçador de uma ordem masculina, pois, com menor tempo na corporação o público feminino representa um aceno para a modernização de suas fileiras enquanto estratégia de atendimento à uma tendência global de atuação feminina nos mais diversos campos, incluindo-se as searas tidas como culturalmente masculinas. Por outro lado, a atuação do masculino estaria empenhada na manutenção da tradição, que preservaria a polícia de perder os seus valores e a sua autoridade, impedindo assim a maculação da imagem organização enquanto reduto da força física e da virilidade, tão características do masculino. Além disso, se a morte é parte da imagem masculina, as mulheres são associadas em diferentes discursos à vida, a partir do culto à maternidade, à família e do desenvolvimento de funções relacionadas à organização e ao cuidado, necessárias à promoção da imagem social da polícia (SOUZA, 2014).

Nessa sociedade altamente hierarquizada e masculina, embora sejam sujeitas fazendo-se assujeitadas, a constituição das mulheres da PMMG em sujeitos da História ainda é um porvir. Tal como escancaram os relatos, ainda há muito que se avançar no que tange à descrição e à interpretação de suas realidades na Corporação. Tome-se como ilustração a seguinte resposta de uma Sargento quando questionada se ao ingressar na PM imaginaria passar por situações de violência de gênero e a descaracterização de sua pessoa como sujeito e agente de sua realidade:

Não. Foi pior. Eu achei que foi pior. Só que como eu entrei na polícia muito nova, então eu achei por causa disso, porque eu ainda não tinha experiência de vida, então não soube lidar com essas situações, principalmente com relação ao assédio, né?! Por parte do Superior e foi logo no início, foi a pior parte, ainda logo no início. Foi quando eu pensei em dar baixa da polícia. Parecia ser natural para a pessoa e para mim era uma falta de respeito, era como se a pessoa tivesse me violando de alguma forma, e a pessoa ria, como se fosse natural. Isso para mim era uma coisa absurda. Como que pode agir dessa forma, casado e tudo? E era natural para a pessoa, aí nisso eu até pensei em dar baixa da polícia, eu não gostava das situações, não gostava dos comentários. Infelizmente. Infelizmente acontece. É comum. Infelizmente é. Isso é uma das coisas que contribui também para desistência da gente quando quer igualar aos outros em outros serviços (Sargento Anita, 13 anos de serviço).

Elias (2011) aduz, no entanto que o controle das pulsões internas, especialmente no que se refere à agressividade, à sexualidade e à produção de hábitos corporais capazes de criar

o sentimento de constrangimento ou vergonha na interação entre os indivíduos caracterizam o ideal civilizador. A resistência crítica nesses casos envolve o uso dos próprios mecanismos de poder para descongestionar e subverter a dominação. Foucault (2005) não entra em muitos detalhes sobre esses casos, mas os exemplos a seguir podem ajudar a esclarecer sua análise da resistência efetiva. Os dois relatos a seguir foram narrados por uma Cabo e por uma Capitã, respectivamente.

Então tudo realmente depende muito de quem comanda, sabe? Como é que vai, então você já sabe onde é que você pisa. Você tem que ter essa leitura de ambiente e tem que se proteger também (Cabo Chica, 11 anos de serviço).

Existe mesmo [o assédio]. Só que a partir do momento que você vai melhorar um pouquinho na graduação do seu serviço as pessoas parecem te respeitar mais porque veem que você não está ali para brincar, você vê que te encaram de uma forma mais profissional. Mas no início é muito difícil, em todas as partes, às vezes muito intenso, coisa assim descabida, que você olha assim e pensa: “que cara sem noção!”. Então você vê que realmente é pela cultura [organizacional] e isso para mim foi a pior coisa da polícia, coisa que até me ofendia, da forma como as pessoas pensam [que você deve se submeter a esse tipo de coisa] (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Uma análise se faz essencial sobre os relatos que tratam de um mesmo assunto, mas por mulheres que ocupam posições hierárquicas bastante distintas. Enquanto a primeira ocupa uma posição subalterna, a segunda ocupa uma posição de comando. Apesar de ambas serem abordagens críticas, ressaltam-se os aspectos que vincula as relações de poder aos aspectos simbólicos do corpo, da farda e do exercício do sigilo que nutre as culturas militarizadas. Souza (2014) compreende que esses três elementos marcaram o ingresso feminino nas guerras, fornecendo alguns indícios de como o gênero atua e é notado em cenários de predominância masculina como as polícias. Nessas situações, destaca o autor, se resalta não apenas o poder de quem exclui, mas o receio e com ele a percepção em relação ao excluído e ao poder que ele detém. Reflexo do sentimento masculino de poder em função do efetivo controle sobre o feminino, Strathern esclarece (2006, p. 159): “recolher-se às atividades exclusivamente masculinas, supõe-se, mostra, pela negação, o poder do sexo excluído”.

As expectativas da Corporação acerca do ideal de mulher policial-militar se configuram como um devir do arquétipo feminino, onde as mulheres flutuam entre sua essência individual, trazendo consigo todo o aparato constitutivo de sua subjetividade, e tentando-se equilibrar entre os imperativos sociais e tácitos que oriundos de uma cultura bélico-machista abriam brechas que ainda são tidas como rupturas em um tecido social frágil e hostil a elas.

Souza (2014) descreve essa atmosfera, que ainda insiste em se fazer das mulheres “o outro”, tal como explicitado por Beauvoir (1980), como uma indução rigorosa do feminino para um ideário socialmente construído sobre o que representa o ideal de mulher e policial militar. Essa indução - mesmo vinculada ao discurso de “inclusão” de um grupo cujo peso de sua presença é inferior ao masculino tanto em número quanto em relevância social e “democratização” - é maquiada pelos atributos que associam a natureza feminina à graça, beleza e simpatia, embora os aspectos pelos quais a Corporação (e portanto seus membros) lhes cobra, são justamente aqueles que não são tidos como femininos, e que seriam um campo essencialmente masculino. Por essa razão, o sentimento de pertença dessas mulheres à PMMG dificilmente alcançará a plenitude porque elas tendem a serem tidas como sobressalentes, desnecessárias e supérfluas. Por trás da cortina que insiste em ostentar os ares modernos oriundos de um processo democrático, moderno e necessário, há um campo simbólico no qual as mulheres atuam em um jogo de assimetrias de gênero que sempre lhes põe em desvantagem. Não porque elas fazem por onde, nem tão somente porque a inclusão feminina tem quatro décadas contra vinte décadas de exclusividade masculina em seus quadros, ou porque a força de trabalho feminina seria inferior. Não somente esses fatores. A explicação para esse terreno pantanoso para a participação feminina na PMMG ocorrer da forma como se apresenta nos discursos é porque a dominação masculina é um fato sobre o qual as dimensões do poder feminino tentam a todo instante romper. Esses atritos que fazem as tentativas de ruptura de uma estrutura de poder fundamentalmente masculina são estratégias de resistência sobre as quais as mulheres tentam constituir uma identidade não somente própria a elas, mas também necessária para a modernização da Corporação.

Dos relatos apresentados e cujas apreensões de poder diferem conforme o lugar social ocupado pelas entrevistadas no escalão hierárquico militar, Castells (2000) sustenta que isso se deve às múltiplas identidades femininas, que são redefinidoras dos modos de ser com base nas experiências, vividas ou fantasiadas, das mulheres. Além disso, as lutas femininas pela sobrevivência e pela dignidade as capacitam ao subverterem a construção social da mulher patriarcalizada, que recebeu esta definição precisamente por causa da sua submissão. O feminismo, portanto, dilui a dicotomia patriarcal homem/mulher ampla e solidamente difundida na maneira como se manifesta de formas diferentes e por caminhos diversos, nas práticas sociais e nas instituições. Agindo assim, o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas em suas existências autônomas se apodera de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida.

Diante dos relatos apresentados, pode-se notar que as mulheres policiais militares são vítimas de assédio sexual porque elas são tidas como inferiores, como uma força de trabalho acessória, imperceptível, por vezes até desnecessária, e essa irrelevância as faz mais vulneráveis ao assédio porque não são dignas de crédito (por parte da Corporação nem dos homens que dela fazem parte, sendo portanto desacreditadas) e, se ousarem denunciar, correm sério risco de serem estigmatizadas, tendo sua imagem maculada pela força que a hierarquia militar exerce sobre seus membros, destinando-as ao repudiado limbo valorativo que é o destino dos infames.

Foucault (2005) observa que à luz de sua teoria, a liberdade e a agência individual não estão descartadas. Ao contrário, o autor sustenta que não há que falar em poder sem que o elemento da liberdade seja observado porque onde há concentração de poder (que de alguma forma o exercício da resistência, sobretudo porque para que as relações de poder se façam presentes), deve haver pelo menos um certo grau de liberdade entre as partes em conflito. Isso significa que no que tange às relações de poder, é necessário que haja resistência. Caso contrário, sem que haja possibilidade de resistência (em suas mais diversas formas: resistência violenta, fuga, decepção, estratégias capazes de reverter a situação), não haveria nenhuma relação de poder. O autor pondera ainda que a resistência atua dessa forma, não coadjuvadamente, mas somente em resposta ao poder. Lado outro, a resistência se faz presente em toda ontologia social. Sem uma estrutura de poder, não haveria que se falar em resistência ou dominação. Ademais, padrões de resistência e dominação são indícios de que há uma rede de exercício de poder. O poder está vinculado à resistência e não se instrumentalizaria sem ela. O poder depende de vetores de resistência para se instrumentalizar consistentemente através das redes interacionais. Como no presente caso analisado, há um aparente paradoxo no qual a resistência nem sempre acaba com o poder. Nota-se, portanto, que em determinadas circunstâncias, a resistência serve aos fins da dominação mais do que os inibe, caracterizando assim, uma cultura cuja estampa é o exercício do poder e uma das faces mais perceptíveis do exercício da resistência está na posição amorfa, instável e vulnerável que a força de trabalho feminina insiste em se assentar.

4.2 Atuação das PFems

A atuação das mulheres policiais militares tende a ser analisada segundo a ótica masculina ou sobre a frieza dos números que expõem categorias objetivas de avaliação baseadas em sexo, produtividade e desempenho, desconsiderando todo o universo simbólico sob o qual as interações sociais entre mulheres e homens ocorrem e onde os sexos guerreiam, com os mais diversos intuitos, geralmente em situações de poder diametralmente opostas. Com vistas a verificar a percepção das mulheres policiais sobre sua atuação, fez-se compreender tanto o histórico institucional quanto o de ingresso feminino, como elementos constitutivos das lutas simbólicas ocorridas nesse cenário.

Na perspectiva das entrevistadas, as mulheres policiais militares são muito visadas. Numa relação inversamente proporcional entre a relevância do trabalho feminino e a percepção da presença feminina no espaço simbólico masculino, a força de trabalho feminina é tão irrelevante, e por essa razão, torna-se tão notada. Curiosamente, é uma força de trabalho tão notada porque se revela como a oposição à força de trabalho masculina, seja uma oposição numérica, seja por representar o contrário do que o arcabouço de uma cultura organizacional masculina tem por normalidade, força e disposição para o combate.

Alguém comentou esses dias que ser policial feminina dentro da polícia militar é muito bom, que ser mulher dentro da polícia é muito bom... E de fato. Se você souber lidar com as intempéries, com as coisas que acontecem dentro da polícia, que tem envolvimento do machismo, pessoas que são mau caráter, que tipo assim, que tem qualquer lugar... Às vezes na polícia você encontra com pouquinho mais de frequência, e eu digo frequência estatística porque nós somos só 10% né, 10 ou 15% né, mas a proporção de homens é muito maior né, e a proporção do machismo também aparece de uma forma também que com certeza é muito maior. Mas isso eu não falo de números, porque eu não tenho certeza de números, eu só imagino, entendeu, então não tenho certeza de números, eu só imagino. Mas se você conseguir lidar com esse tipo de situação, como já aconteceu comigo alguma poucas vezes, a polícia realmente é muito confortável para a mulher. Muito confortável (Cabo Isabel, 10 anos de serviço).

Na perspectiva da entrevistada, foi justamente dentro de um ambiente repleto de hostilidade à presença feminina que ela conseguiu se estabelecer com uma relativa tranquilidade. Tal fato pode ser explicado pela compreensão do sujeito ingressante como detentor de uma “leitura de ambiente” capaz de lhe proporcionar a percepção de elementos sutis embora facilitadores de sua convivência naquele determinado grupo social. A opinião da entrevistada acerca da adaptação dos atores sociais excluídos encontra respaldo em Castells

(2000) ao afirmar que se configura então uma espécie de reação a tendências sociais predominantes, como a vulnerabilidade feminina ao assédio e ao subjugamento e invisibilidade, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Atitudes dessa natureza se constituem identidades defensivas que desde o início servem de refúgio e são fontes de solidariedade como forma de proteção contra um mundo externo hostil.

Complementa a entrevistada quando questionada se pelo fato de considerar a PMMG confortável para as mulheres, se ela considerava a instituição complacente, benevolente ou amistosa para o grupo feminino, ela endossa características inerentes ao que o imaginário coletivo associa como competências femininas. E é pelo fato de ter essas competências que a mulher se diferencia do homem, e por essa razão, as mulheres é que são benevolentes com a organização, e não o contrário. Na ótica da entrevistada, as mulheres é que são benevolentes com a instituição porque elas têm a prerrogativa de beneficiar a organização com base em suas competências, que são mais necessárias ao trabalho policial-militar do que a racionalidade masculina.

Eu não diria benevolente, eu não diria benevolente. A PM. Que tudo depende do comando, depende de quem tá te comandando. E você tem que ler, fazer leitura de ambiente, a mulher faz isso com muita facilidade, a mulher tem uma leitura de ambiente fantástica, como poucos homens. Os caras geralmente eles enxergam, né, com aquele freio de burro você está entendendo, o cara só faz sabe, a mulher não, a mulher tem uma visão mais ampla isso. É de fato [coisa] do universo feminino, entendeu? Ela tem uma leitura de ambiente muito mais apurada, ela tem um tato maior para sugerir as coisas, para fazer. Então a mulher, ela consegue. Na verdade, a mulher que é benevolente com a polícia, sabe? Então é o contrário. Ela consegue fazer a leitura de ambiente um pouquinho mais de facilidade do que o homem entendeu, está em qualquer lugar, está em qualquer lugar da polícia, ela pode fazer qualquer serviço, desde que ela tenha ambição, a qualificação para isso, deixe que ela tem vontade para isso, ela consegue encaixar em qualquer lugar. Pela leitura de ambiente que ela tem ela consegue identificar os fatores, até pelo grupo nosso de mulheres, entendeu? Então você tem uma leitura de ambiente um pouco mais ampla. A mulher é um pouco mais persuasiva, a mulher tem um jeitinho mais meigo, mais clássico de dobrar homem mesmo. Isso é fato, então essa situação de convencer e até de comandar é de uma forma mais tranquila, então eu acho que é mais ou menos por aí (Cabo Chica, 11 anos de serviço).

Sobre o que a entrevistada chama de “leitura de ambiente”, “tato”, ou sensibilidade para colher informações nas agruras cotidianas, Zaluar (1980) entende como a obtenção do conhecimento através das oportunidades para compreender a cultura sob a ótica do sujeito que existe por sua fala, sua atuação e seu pensamento. Essa transformação da expertise em

conhecimento se perfaz enquanto um processo que se refere à conciliação de um saber vinculado com a necessidade. Para Maffesoli (2007, p. 41), de “[...] ‘saber ouvir o mato crescer’, isto é, estar atento a coisas simples e pequenas”. A entrevistada no entanto subverte uma ordem explicitada por Castells (2000) ao identificar no cotidiano de interações sociais e simbólicas três tipos de identidade: 1) as identidades legitimadoras, que se originam a partir das instituições de poder; 2) as identidades de resistência, que surgem junto aos indivíduos sociais que se encontram excluídos ou à margem desse processo; e 3) as identidades de projeto, que apoiadas na cultura, buscam uma revolução dos seus papéis e de suas posições na sociedade contemporânea. Pelo raciocínio do autor e pela análise da opinião da entrevistada, pode-se aduzir que há um processo em que as identidades de resistência passam a se constituir como uma identidade de projeto, ao se considerar que as mulheres policiais militares, sob a ótica da entrevistada, que apesar de apoiarem-se em uma cultura organizacional machista, conseguem se estabelecer de forma tal que auferem uma subversão de papéis sociais que vão do coadjuvantismo acessório ao protagonismo de uma classe subjugada e reposicionada no campo das lutas simbólicas. Há que se considerar também que curiosamente, essa leitura de exercício do poder advém de uma mulher do baixo escalão hierárquico militar e por essa razão, detentora de menos poder (legítimo, no caso). Essa percepção desigual de poder e de ocupação de seu papel social e seu sentimento de pertencimento aquele determinado grupo houve de fundamentar espaço através de percepções e atitudes em um campo no qual forças desiguais de presença e participação social estabelecem sua identidade numa lógica na qual as relações de poder operam conflitantemente. O espaço de reconhecimento dessa identidade social “depende da legitimidade das categorias utilizadas para identificar os indivíduos” e se torna “indissociável dos espaços de legitimação dos saberes e competências associados às identidades” (DUBAR, 2005, p. 155).

A entrevistada evidencia dessa forma que a versatilidade, a sensibilidade e a persuasão femininas são elementos exclusivos à condição feminina, diferenciadores da atuação masculina, mas também essenciais para o desenvolvimento das atividades de policiamento. Outra entrevistada de igual modo destaca os “elementos da personalidade feminina” que as fazem necessárias em quaisquer atividades laborais e que deter esses elementos também representam desafios para sua rotina de trabalho por contrariarem valores femininos e inerentes à maternidade:

Conflitos como conciliar o trabalho e a maternidade e trabalhos domésticos; é isso na maioria das vezes é um grande empecilho no que se refere à

progressão na carreira (pela realidade oferecida pela Instituição). E valores referentes ao mundo feminino, de proteção, cuidado, empatia, familiar... Que tantas vezes o ambiente militar acaba diminuindo ou ignorando (Cabo Isabel, 10 anos de serviço).

Curiosamente, embora as militares pertençam ao mesmo nível hierárquico e tenham tempo de serviço na Instituição aproximado, elas apresentam pontos de vista divergentes sobre a capacidade feminina e sobre como as competências são vistas pela PMMG. Enquanto a primeira transforma esses atributos em componentes diferenciadores e exclusivos das mulheres, a segunda entende que apesar de necessários, esses atributos são inerentes às mulheres e, pelo fato de lhes serem inerentes, são desvalorizados. Aduz Perrot (1988):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos [...]. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história... (PERROT, 1988, p. 212).

Até o presente momento da história, esses espaços se apresentam como ambientes de solidificação de mentalidades ao privilegiar a condição de dominação masculina (ELIAS, 2002). Por essa razão, o controle dos mecanismos responsáveis pela fixação dos padrões de comportamentos sociais gera a coesão e a busca pela manutenção desses modelos a fim de garantir e perpetuar o domínio masculino que, no Brasil, se deu nos moldes do patriarcado. Sob essa lógica, os homens trabalharam para a reprodução de uma ordenação social que lhes possibilita o exercício da dominação.

Para uma das entrevistadas, detentora de uma função de Comando e do posto de Major, sua fala evidencia mais uma vez os atributos que o senso comum atribui à feminilidade. Curiosamente, pode-se perceber que quanto mais elevado o posto da entrevistada, maior a relação entre o feminino e os atributos simbólicos que culturalmente estão atrelados a esse modelo de feminilidade. Tal fato pode ser explicado pelo fato de que a entrevistada é a que detém mais tempo de serviço na Corporação, e assim sendo, ingressou numa época tal que esses atributos culturais lhe foram transmitidos de maneira mais intensa, numa relação que se expressa pelo seguinte raciocínio: quanto maior a antiguidade da militar, maior contato com os atributos simbólicos de dominação masculina ela foi exposta. Esse posicionamento que diverge dos demais é relevante por dois aspectos principais: por expressar a opinião de uma mulher que faz parte do círculo mais alto de poder dentro da hierarquia policial-militar, e apesar disso, diverge do ponto de vista expresso pelas demais

entrevistadas. Seu posicionamento divergente, considerando-se sua opinião como expressão da verdade, é bastante emblemático porque nas entrevistas em profundidade, a riqueza, a heterogeneidade das respostas é não somente desejável como também esperada. Cada um dos entrevistados ou entrevistadas apresenta sua visão de mundo que pode expor nuances diversas, interpretações e versões diferentes. É papel do pesquisador expô-las coerentemente em formato compreensível e articulado. Em geral, o resultado é mais descritivo, analítico, reflexivo do que conclusivo (DUARTE, 2010).

Eu penso que a mulher veio para humanizar os ambientes, humanizar as relações, colocar um pouco de leveza a uma profissão que é tão rude, que é tão perigosa, sabe? Eu penso que a mulher tem esse condão. Eu penso que onde a mulher está as coisas acontecem, fluem de uma maneira mais suave, mais sutil. A própria abordagem policial, quando realizada pela mulher é diferenciada, até mesmo pelo fato de haver uma mulher junto. Então eu penso que o papel que a gente [as mulheres] desempenha aqui é muito importante (Major Joana D’Arc, 24 anos de serviço).

A esse respeito, Maluf e Mott (1998) afirmam que fora atribuído a cada representante da sociedade matrimonial um atributo essencial. Se ao marido cabia o provimento da manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a responsabilidade doméstica. À figura masculina atribuíram-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher. Delineava-se com maior nitidez a oposição entre esferas pública e privada, base necessária para que a mulher se torne mulher e o homem se torne homem, ao mesmo tempo em que fornece os elementos de identificação do lugar do homem e da mulher em todos os aspectos da vida humana. Trata-se, dessa forma, de um processo marcado por contradições, adaptações, reproduções e constituição de diferentes identidades de gênero, além de ser permeado por relações de poder entre as masculinidades, entre as feminilidades e também entre o masculino e o feminino (SOUZA, 2016).

O padrão masculino no qual o estereótipo de gênero se assenta, é essencialmente dominador porque à medida que as mulheres usam suas habilidades femininas, inclusive para tornar as situações menos tensas, eles agem como homens, seguros e assertivos. Pesquisas sociais apontam que a maioria das pessoas acredita que mulheres e homens têm personalidades diferentes. Enquanto homens são mais assertivos e decisivos, as mulheres são mais complacentes e atenciosas com os outros (BEM, 1974). Logo se pensa que mesmo as mulheres que trabalham em ocupações altamente masculinas, como a área de segurança,

metalurgia, dentre outras, tenham qualidades “femininas” únicas, como a empatia e a preocupação com bem-estar alheio. Na visão da entrevistada, a essência feminina é o elemento que a define, e de tal maneira, essa essência caracteriza uma manifestação histórica do próprio existir. O homem é, pois, um ser histórico. Vinculado concretamente à realidade e, a partir desse vínculo com o mundo, a sua essência vai sendo construída (LUCKESI; PASSOS, 1996). Na perspectiva foucaultiana, a dominação no presente caso ocorre quando as mulheres se encontram em situação de assujeitamento diante das restrições que as relações de poder assimétricas lhes impõe, tolhendo-lhes de sua condição de agentes e as impedindo de vislumbrar quaisquer espaços de ação individual. Como observa Foucault (2005), toda dominação expressa uma relação de poder, porém nem toda relação de poder caracteriza uma dominação.

Eu vejo que hoje após 11 anos de serviço me sinto mais a vontade para responder o que é ser PFem, primeiro porque quando entrei na PM, eu entendia que quanto mais próximo das características de um policial masculino eu chegasse, exemplo força, vibração etc. mais policial eu seria. Na época eu não entendia que existia uma diferença entre o policial masculino e uma policial feminina, hoje eu tenho certeza que essa diferença é necessária e maravilhosa. Então, pra mim, ser policial feminina é ser o que se espera de qualquer policial militar no que se refere as suas habilidades e competências adquiridas ao longo da carreira, mas acrescidas de características que as pessoas dotadas de feminilidade possuem, como instinto materno, um carinho maior, uma atenção mais difusa em um atendimento de ocorrências indo além do prático, mas observando sem deixar de lado o profissionalismo é claro, as emoções que ocorrem naquele momento. Sei que pode parecer clichê essa questão da maior sensibilidade feminina para diversas questões, mas eu ainda vejo que essa é uma das principais características de uma policial feminina e que nos define (Sargento Maria Quitéria, 11 anos de serviço).

Em relação à atuação das mulheres na PM e ainda vejo que estamos como coadjuvantes, pois muitas não exercem efetivamente o papel de policial militar, algumas ainda estão escondidas atrás de mesas e em salas de operações, como se por algum motivo não estivessem prontas para a rotina policial como os demais colegas. Não tiro o mérito daquelas que são boas em determinada atividade e por isso ali se encontram. Falo isso pois em algumas unidades por onde passei no último ano encontrei policiais femininas que não passaram da sala de operações, mesmo estando o início de suas carreiras. E é comum me perguntarem se eu trabalho na rua, alguns colegas que vêm de outras cidades para algum apoio etc., quando falo que sim alguns até se espantam (Sargento Anita, 13 anos de serviço).

Em nossa sociedade, portanto, quando um homem e uma mulher trabalham juntos, o homem de status superior assume um papel mais diretivo e se comporta de maneira assertiva. Por outro lado, a mulher de status inferior desempenha um papel de apoio e se comporta de modo acomodado porque afinal, há um homem tomando as decisões.

Os homens teriam, assim, mais habilidades instrumentais enquanto as mulheres teriam mais habilidades expressivas (McCAULEY *et al*, 1980). O sexo é simplesmente uma das muitas variáveis, como experiência de trabalho ou antiguidade, usada pelos membros das interações para negar status, conforme os relatos apresentados destacam (RIDGEWAY; SMITH-LOVIN, 1999). Por exemplo, quando um homem e uma mulher trabalham juntos, a categoria sexo seria altamente destacada para designar seu status relativo. Como resultado, o homem teria um status mais alto que a mulher. Porém, quando dois homens trabalham juntos, a experiência de trabalho seria destacada e seria usada para designar status; o homem com mais experiência teria status mais alto e pareceria ter mais qualidades instrumentais, e o homem com menos experiência teria status mais baixo e pareceria ter qualidades mais expressivas.

Eu vejo que PFem, ela não tem o direito de ser destacar, ela não tem mesmo. O papel dela é de subserviência, de bibelô mesmo. Tanto que, como eu comentei que as mulheres que quando chegam nas reuniões e fazem esses comentários “obrigado por abrilhantar a reunião”, “por enfeitar a reunião”. Eu sempre faço uma cara feia e aí a pessoa pede desculpa, “ah! Não é isso que eu quis dizer”. As pessoas fazem até sem perceber, que eu acho pior. O preconceito tá tão arraigado que a pessoa não percebe que está sendo preconceituosa. É um pouco triste pra mim a realidade, que vai demorar pra mim (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Eu tenho uma visão assim: a todo minuto eu preciso provar que sou uma pessoa que dá conta de fazer as coisas, sabe? Preciso demonstrar a todo instante que sou capaz de fazer de fazer as coisas assim como os homens fazem. Mas eu acho que para a mulher a si, não para a instituição, mas para a sociedade mesmo, às vezes a mulher é rotulada pela questão da fragilidade, como incapaz, como por exemplo no trânsito, quando frequentemente se ouve que “tinha que ser mesmo uma mulher”. Eu não gosto de escutar isso, assim, trazendo para dentro da instituição. “tomou uma decisão assim ou assado é porque tinha que ser uma mulher”. Eu não escuto isso. Eu não sei é porque não tem ou se por algum motivo falou sem que eu tivesse tomado conhecimento, embora eu penso que chegaria ao meu conhecimento. Nunca sofri esse tipo de coisa. Mas já ouvi comentário depreciativo sobre outras mulheres policiais militares, não por elas serem mulheres, mas pelo comportamento delas. Por exemplo, uma pessoa que é “muxiba”, será rotulada disso independente de ser homem ou mulher. Então já ouvi comentários nesse sentido. “Não vou mandar Fulana fazer isso porque ela não vai dar conta de fazer isso”. Mulheres encontram dificuldades, sim. Principalmente por causa de sua compleição física, a exemplo dos locais onde vamos trabalhar, às vezes não nos permitem uma situação melhor de conforto, diferentemente dos homens que não tem disso para satisfazerem alguma necessidade [física]. Então realmente essas coisas existem, porém tudo é adaptável e não é uma situação de impeça a mulher de trabalhar ou executar determinada tarefa, talvez tenha um pouco mais de dificuldade que um homem, porém isso é perfeitamente adaptável (Major Joana D’Arc, 24 anos de serviço).

Os trechos analisados evidenciam uma espécie de “jogo corporativo” imbuído, conforme Cruz (2014), de uma estratégia de simulação de aceitação da presença feminina, que em seu fim ressalta as características femininas por meio de elogios, expressões sarcásticas ou irônicas com o objetivo de reforçar sua condição de intrusa nas ocupações ditas masculinas. Observa ainda o autor que, diante desse panorama de flagrantes assimetrias de gênero cabe ao poder público o investimento nas potencialidades das mulheres como fomentador de agentes produtivas, concomitantemente, é fundamental que se rompa com o preconceito sexista que caracteriza a divisão sexual do trabalho na conjuntura patriarcal capitalista.

Em contrapartida, o posicionamento feminino diante dessa realidade, mostrou-se reativo, desconsiderando-se que mesmo de forma incipiente ou inversamente proporcional à investida da estrutura de poder sobre suas ações individuais, o movimento de resistência de fato existe e está presente em todas as ações que envolvam o exercício de poder atrelado à operacionalização de uma estratégia de gênero para o enfrentamento, que conforme analisado, ocorre ainda que sutilmente.

A presença feminina na PMMG é tão necessária que após quatro décadas de seu ingresso, é impossível pensar a organização sem a participação delas. No entanto, na visão das próprias mulheres, o tempo ainda não foi suficiente para aplacar as assimetrias de gênero, tampouco por as mulheres em situação de reconhecimento de sua importância e de suas capacidades, no âmbito da própria Corporação, por mais anacrônico que possa parecer. Afinal, as mulheres já ocupam e ocuparam todos os postos do escalão policial-militar nesse meio-tempo. Fica evidente pelos relatos apresentados que os homens policiais-militares pensam que as mulheres são incapazes de fazer o trabalho tal qual o “saber fazer masculino” determina e elas absolutamente podem, embora nem todas compreendam aquela realidade social dessa maneira, considerando que mais relevante que a expertise exclusiva dos homens, a expertise feminina caracteriza o diferencial que justifica, qualifica e legitima a força de trabalho feminina naquela instituição armada.

Esse *modus operandi* das assimetrias de gênero na PMMG são a representação dos conceitos normativos responsáveis por evidenciar interpretações simbólicas de sentido que além de limitar, contém as suas possibilidades metafóricas.

Tais conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. De fato essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e às vezes têm confrontações abertas ao seu respeito quando e em que circunstâncias [...] (SCOTT, 1990. p. 86-87).

Percebe-se pelos relatos que a velha noção de que as mulheres são essencialmente emocionais, superficiais, e receosas de fazer o trabalho policial não corresponde mais à realidade que elas enfrentam no seu cotidiano policial e laboral como um todo. Guardadas situações pontuais, elas poderiam prestar um serviço à Corporação tal qual elas acreditam que os homens fazem. As gerações mais novas de policiais militares tendem a encarar a participação e a atuação femininas como necessárias ao exercício do policiamento, apesar do machismo que caracteriza a cultura organizacional militar (machismo estrutural). Apesar de ainda existir, a discriminação sexual no trabalho tornou-se menos evidente e não há mais porque acreditar que ela seja intencional, mas seja uma questão de circunstância. Outro fator dificultador é o seu quantitativo, que conforme demonstrado, é uma fração do efetivo masculino.

Saint-Martin (1984) já observava que o limiar da constituição feminina sobre os papéis sociais de gênero. Consequentemente haveria uma espécie de ocultamento das mulheres quando submetidas a esferas de poder essencialmente masculinas. Por essa razão as mulheres estariam sempre vulneráveis à dominação masculina e a superproteção ao longo da carreira policial-militar; e isso é um fato sobre o qual as mulheres ainda seguem resistindo (seja ativa, seja passivamente, compreendendo uma forma de resistência política e por vezes diplomática). Da mesma forma, a discriminação e o assédio devem ser direta e imediatamente combatidos:

Ensinar-nos a ler com olhos de homem (...) a nos esquecer de nós mesmos em proveito desta universalidade que nunca foi outra coisa senão a voz dos homens erigida em instituição (...); para ler enquanto mulher, com olhos de mulher, é preciso desaprender a reverência e a obediência (SAINT-MARTIN, 1984, p. 26-27).

Nas ruas, o público se tornou mais receptivo às policiais do sexo feminino e se tornaram uma parte reconhecida da vida cotidiana da maioria das cidades brasileiras. Por outro lado, alguns hábitos antigos são difíceis de romper como a crença socialmente difundida de que as mulheres são mais empáticas que os homens, e por essa razão, naturalmente inclinadas às tarefas de zelo e cuidado ganham eco na Corporação mesmo entre as próprias mulheres. Scott (1990) já refletia acerca do motivo de uma teoria associar persistentemente a masculinidade ao poder e, por conseguinte, valores socialmente mais destacados estarem investidos mais na virilidade do que na feminilidade, sendo essa, portanto, a realidade das organizações e visto na resposta de algumas das entrevistadas como naturais, mesmo que de

modo controverso, sejam instadas a provarem-se tão competentes quanto os homens justamente por não serem tidas como competentes.

Para a autora, a história do pensamento feminista baseia-se justamente nessa recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, e seus contextos específicos simbolizam uma tentativa de reversão ou deslocamento de sua lógica de funcionamento enquanto constructo social. Afinal, o gênero se perfaz enquanto uma categoria essencialmente relacional, na qual são considerados os gêneros em presença, além das relações de poder envolvidas, a relevância da experiência, da subjetividade, e do saber concreto (ARRUDA, 2002).

[...] as mulheres em muitos momentos elas são bem mais competentes, são bem mais competentes, então com algumas que a gente estabelece, que eu trabalhei com PFem, trabalhar com PFem é muito mais fácil, isso não quer dizer que trabalhar com homens seja ruim, não é ruim entendeu? mas as mulheres na polícia geralmente são mais competentes que os homens, elas têm mais competências são mais dinâmicas, são mais resolutas. Os homens que tem uma afirmação, um orgulho né, uma ambição, mostrar mais serviço que o outro sabe, (esqueci a palavra). Vaidade, os homens são muito, muito mais vaidosos, dentro da Polícia Militar, dentro da Polícia Militar. Mulher tem uma variedade de imagem né? De cabelo, de perfume, etc. O homem, da Polícia Militar ele é extremamente vaidoso com o serviço dele. A mulher não, a mulher é mais prática é mais resoluta. Talvez eu floreei um pouquinho mais, mas é porque é dela. É característico da mulher entregar o negócio mais bonitinho, mas ajeitadinho. Mas o homem e a vaidade, no serviço burocratiza serviço dele. Igual eu to falando, você tem vários processos estabelecidos, que burocratizam serviço. Então a vaidade ela ao meu ver, ela acaba atrapalhando o desenvolver do serviço. A competição entre os homens é muito maior (Cabo Isabel, 10 anos de serviço).

As mulheres trazem uma contribuição diferenciada à atividade de policiamento em relação aos homens. Por exemplo, elas lidam com a violência com um estilo mais sensível e gerencial e respondem às vítimas de agressão sexual de uma maneira melhor. De modo geral, conforme relatado pela entrevistada e endossado por Soares e Musumeci (2005), as mulheres policiais são mais compassivas no modo como executam seu trabalho. No entanto, observam as autoras, isso acontece apenas se elas não forem cooptadas a serem mulheres policiais em vez de policiais mulheres. Isso quer dizer que os desafios inerentes à condição feminina na atividade policial persistem e devem ser superados. Dado que a presença do elemento de resistência nem sempre subverte a dominação, mas, pelo contrário, é frequentemente dominada e explorada de maneira a aumentar a dominação, como distinguir a resistência emancipatória da cooptação e conformidade? A cooptação é o fenômeno em que a dominação desativa a resistência, não tentando suprimi-la, mas, pelo contrário, parecendo permitir que essa resistência se expresse. A atividade crítica que parece ter como objetivo minimizar a

dominação pode ser apenas uma ilusão. Na medida em que o poder funciona de maneira mais eficaz, menos visível é, a atividade crítica pode estar servindo em vez de subverter o poder se o que parece resistência é realmente apenas uma aparência que esconde a disseminação capciosa dos processos de normalização.

Acho que a primeira coisa é quebrar o paradigma dos colegas né? Isso é cultural. Eu digo, e vem uma PFem vamos dizer assim e ela geralmente ela tem que responder, “pode ser assim”, eles esperam muito que a PFem resolva o problema, entende? Seus colegas, eles esperam... “ah, a PFem...”, geralmente ela é lembrada entre 50, a tropa de 300, tiver uma PFem, por exemplo você não esquece essa PFem. Dentro da escolinha [curso de formação], você esquece os PM tudo (sic), mas as PFem (sic), você lembra certinho, você lembra quem era a PFem de sua escolinha. Então elas são muito lembradas, e tem os estigmas, os estigmas da mulher, estigmas sexuais, os estigmas que os caras “viajam na maionese”... Normal das diferenças sexuais, né? Vamos dizer assim... entendeu? Então primeiro é quebrar o paradigma daquela fragilidade que a mulher talvez não tenha, e que eles acham que têm entendeu? E que talvez ela não tenha. Então quando a gente chega para trabalhar você vai armar e desarmar igual todo mundo, onde os caras forem você vai também, é pra correr atrás de bandido? Você também corre. Você também resolve o problema igual eles fazem. Vamos dizer assim, às vezes até melhor, do que muitos homens. Então é quebrar o paradigma é falar assim: “Eu resolvo o problema!”, e vamos dizer assim, você não precisa me calar com dois PM. Acontece demais comigo, eu estou com um PM, e o pessoal (que toma as decisões) sempre que tem um militar a mais eles colocam na minha Guarnição, então fico com dois PM, porque eu sou PFem, eles entendem que eu vou precisar em algum momento, eu preciso de ajuda ou não, eles entendem que é por proteção mesmo, vamos proteger aquela PFem. O machismo se mistura com cavalheirismo. E você tem que saber respeitar essa situação e às vezes rejeitar algumas coisas, vamos dizer assim isso é uma linha muito tênue, muito tênue. O paternalismo... ele pode se confundir com o machismo, às vezes não é intenção do cara, e a PFem... ela tem que aceitar esse tipo de coisa. A gente tem que obviamente trabalhar com três militares numa guarnição. Muito melhor, você desenvolve muito o serviço muito melhor. Você fica muito mais seguro, então eu não reclamo quando coloca um PM na minha guarnição, de jeito nenhum, dou graças a Deus, dá um serviço excelente. Eu não reclamo e não vou reclamar nunca, ótimo que puseram um adicional. Tenho um patrulheiro a mais, são dois olhos a mais, são duas mãos mais, [principalmente] no serviço que é atípico como o nosso. Em alguns momentos, que ele [o serviço] é surpresa, uma caixinha de surpresa, ele parece igual, mas nunca é igual, então é muito melhor que eles coloquem um PM na minha guarnição eu falo nada, ótimo pode mandar. Acho maravilhoso, acho fantástico. Os caras estão querendo me proteger. “Chica PFem, vamos colocar lá que é melhor entendeu?” Ou então não, ou talvez ela não dê conta, tô nem aí, tô nem aí, com o que eles estão pensando, se é não é não, o importante é não deixar de trabalhar entendeu? Eles não podem me remanejar do meu turno ou do meu tipo de serviço por que acham que eu não dou conta, aí eu vou ficar chateada [se fizerem isso], mas enquanto eles estão trabalhando dessa maneira, pra mim está excelente. Certa vez, um Comandante veio me perguntar se eu não gostaria de ir trabalhar no batalhão que ele comandava. Eu falei que até iria, mas somente se ele me escalasse para trabalhar no mesmo horário onde trabalho hoje, ou seja, escala de doze horas, de 18 às 06 da manhã porque minha faculdade é em horário integral. Ele me respondeu pondo uma série de ponderações. Agradei e disse que então eu não poderia trabalhar lá. Sabe o que eu percebi? Certos comandantes são resistentes em colocar a PFem para trabalhar nesse horário. É um

pensamento machista, sabe? Como se o homem e a mulher fossem irracionais como dois animais que não poderiam trabalhar à noite toda juntos. (Cabo Chica, 11 anos de serviço).

A história das mulheres no policiamento ainda não chegou à sua completude, como o relato acima evidenciou. Enquanto houver restrições à ascensão e à participação feminina e o ingresso das mulheres em condições desiguais e em todas as vertentes da estrutura policial militar, não haverá pleno reconhecimento das potencialidades que a força de trabalho feminina poderá oferecer. Há uma visão, dentre os próprios Comandantes, de intolerância quanto ao policiamento realizado por mulheres. Quando não tem sua competência profissional questionada através da presença de um policial a mais em sua atividade de policiamento, elas são “poupadas” do trabalho noturno, justamente por estarem na companhia masculina durante as doze horas de seu turno. A exposição da policial externa um cenário de resistência à política de gênero assimétrica, que operacionalizada pela estrutura de poder altamente hierarquizada, relega o trabalho feminino à invisibilização porque a atuação feminina, quando acompanhado de um militar somente durante o patrulhamento ostensivo rotineiro ainda não é de todo encarado com naturalidade dentro da Corporação. O viés machista que julga como mais adequado um PM sobressalente quando dentre a dupla de policiais é composta um homem e uma mulher ainda é uma prática bastante recorrente e externa o sectarismo organizacional que subestima a atuação feminina em força, em competência e em quantidade. Relato semelhante consta da entrevista de uma Sargento, conforme abaixo:

Já me senti subestimada diversas vezes [na PM], em relação à minha capacidade, sim. Ao informar a algum superior sobre algum empenho específico, eles perguntam sobre a quantidade de pessoas envolvidas, se tem armas [de fogo na ocorrência] etc. Pode até parecer normal, mas como trabalho com outras equipes, eu consigo notar que é como se eu e o outro policial que está comigo não fossemos dar conta da ocorrência. Como se eu não soubesse levantar as informações da situação para pedir reforço, ou até mesmo não deslocar até o local se não fosse seguro. Eu não consigo ver como uma real subestimação, mas sim como uma proteção que me faz com que eu me sinta subestimada. Um exemplo prático, por algumas vezes, o meu comandante já mandou um homem ir no meu lugar em ocorrência. E detalhe, eu sou comandante da guarnição, e era simplesmente por questão de força mesmo. [Sendo o outro par, subordinado ou superior?] Sendo subornado mesmo, só pelo falta de em tese ter uma compleição física maior, etc. E na maior parte do tempo no meu trabalho, como é pelotão destacado, eu tenho que ir só com outro PM nas ocorrências, ou seja resolvo problema e vou a todo tido de ocorrência o tempo todo (3º Sargento Anita, 10 anos de serviço).

Mais uma vez resta evidenciado, conforme Soares e Musumeci (2005) asseveram, que a igualdade do emprego da força de trabalho policial-militar feminina ainda é uma quimera,

uma realidade ainda distante do plano ideal, sobretudo ao se considerar que a inserção feminina ocorreria com o pretexto de estimular a igualdade social naquele determinado contexto e que aquele espaço que deveria ser um espaço social ocupado também por mulheres. É justamente essa análise que o discurso das policiais apresenta, que expõe a relevância das conflitos sociais presentes no cotidiano das quartéis militares e ambientes policiais como um todo. A análise de relatos reveladores como o apresentado representam a relevância de estudos como o presente, ao se prestar a externalização de questões que aviltam a compreensão das funções sociais de gênero, enquanto construções de caráter social.

Ao desnudar, de forma interacional, sentimentos como a intolerância social, criação de estereótipos, preconceito, discriminação, dentre outros, se verificam elementos que servem de propulsores para o estabelecimento de movimentos, discussões e conceituações relativos às relações de gênero, no âmbito social (CRUZ, 2014).

Uma alusão pode ser feita à teoria de Foucault (2005) no tocante à docilização dos corpos. Para autor, fora a partir do século XVIII que o poder disciplinar se transformou em formas de dominação e passou a exercer um minucioso controle das operações do corpo visando à sujeição constante, à utilidade e à obediência. Por essa razão a disciplina cria “corpos dóceis” aptos a se submeterem à rotina de escritórios, hospitais, escolas, e organizações altamente hierarquizadas como as religiosas e as militares. Uma distribuição espacial bem definida é o primeiro passo à formação dos corpos disciplinados, expostos constantemente a sistemas de vigilância, mesmo que seja a vigilância por pares. O autor faz alusão ao esquema fabril onde a fábrica é um espaço organizado conforme os princípios do poder disciplinar: os vigilantes monitoram o ingresso dos trabalhadores e as sirenes são utilizadas para indicar o início do trabalho. O poder disciplinar, portanto, dificulta as ações coletivas ao impor aos sujeitos espaços de atuação específicos e, por essa razão, impede a formação de grupos. A lógica que opera o poder disciplinar é o controle individualizado por meio da vigilância individual e essa produção de corpos disciplinados requer o exercício da vigilância hierárquica, que torna os subordinados visíveis para os superiores.

As próprias policiais militares destacam a forte impressão que o contato com o público deixa. “Muitas vezes interagimos com as pessoas e nunca sabemos o impacto que temos em suas vidas”. As oficiais do sexo feminino há muito reconhecem a coragem das mulheres que tornaram possível o uso do uniforme. Além das célebres pioneiras brasileiras, a exemplo de Maria Quitéria e Anita Garibaldi, mulheres cujos nomes são destacados sempre que a história das mulheres envolvidas em atividades e organizações armadas é discutida - houve dezenas ou até mesmo centenas de heroínas brasileiras desconhecidas que, apesar de nunca terem

refletido sobre elas, ajudaram a promover a causa, quer elas soubessem ou não. Camaradagem, uma parte da vida de quem serve o público todos os dias, pode ajudar os policiais a se guiarem até nos piores dias de trabalho. Às vezes, a sensação de que o ambiente militar se aproximaria de uma atmosfera familiar serviu de inspiração para muitas mulheres considerarem ingressar na PMMG. “Conheço muitas pessoas - algumas até como eu. Sinto que posso causar impacto todos os dias” (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

Lamas (2002) assevera que o gênero e a simbolização cultural construída a partir da diferença sexual governam a origem humana e se manifestam na vida social, política e econômica. A compreensão do que é gênero e como ele funciona é relevante porque nos ajuda a vislumbrar como a ordem cultural produz percepções específicas sobre mulheres e homens. Essas percepções são instituídas conforme prescrições sociais com as quais os sujeitos regulam sua coexistência. Os regulamentos sociais moldam as pessoas e frequentemente as contradizem com seus desejos e, às vezes, até com seus talentos e potencialidades. Nesse sentido, o gênero é, ao mesmo tempo, um filtro através do qual olhamos e interpretamos o mundo, e uma armadura que restringe nossos desejos e estabelece limites ao desenvolvimento de nossas vidas.

Ao longo de sua história, as mulheres responsáveis pela aplicação da lei reconheceram seus papéis exclusivos, não apenas no serviço às comunidades, mas também no que diz respeito ao seu impacto na sociedade como um todo.

Pra mim um dos principais dificultadores [para o trabalho das mulheres na polícia] é essa questão da proteção por parte dos colegas, pois se deixarmos transparecer fragilidade essa proteção só cresce, e podemos acabar acreditando que precisamos mesmo ser protegidas. Outro ponto é a questão da feminilidade, de não deixarmos ela de lado para parecermos mais capazes, porque o policial tem aquele estereótipo de fortão, cara fechada, etc. E buscar a capacitação técnica que precisamos para desenvolver o trabalho que estamos nele, se estamos no trabalho fim, é necessário como qualquer policial, masculino ou feminino estar com bom preparo físico, algumas noções de defesa pessoal, mas isso eu vejo como um desafio de todos, não só das mulheres (Capitã Hipárquia, 21 anos de serviço).

O maior desafio é o mesmo de qualquer mulher trabalhadora, desdobra-se para cuidar de casa, da família e do trabalho. No âmbito estritamente profissional essas circunstâncias inerentes ao sexo feminino que eu relatei são coadjuvantes (Cabo Isabel, 10 anos de serviço).

Em sua maioria se conhece a presença das mulheres, porém, não se reconhece nelas a capacidade necessária para o desempenho integral das atividades inerentes a função, e mesmo quando se comprova a existência dessa capacidade, há a “necessidade” de uma testagem constante, exigindo-se que elas demonstrem um “saber fazer” eficiente e eficaz, “um saber fazer masculino”. Não há, dessa forma, como negar que somos todos frutos de uma construção social – inclusive a polícia

– arraigada em valores androcêntricos que norteiam todos os campos da vida humana, já que, as próprias mulheres policiais reconhecem por vezes esses valores como dogmas (SOUZA, 2014, p. 115).

Nesse contexto, é válida a concepção de Butler (1975) de que o dogma sob o qual se assentou o binarismo “homem/mulher” se constitui como uma prática violenta, que silencia as mulheres e as impõe extremo sofrimento e tal compreensão denota que as mulheres ainda não são plenamente bem-vindas porque não dispõem de um tipo de expertise que seria inerente somente ao sexo masculino. Através dessa compreensão podem ser viabilizadas estratégias políticas de sejam capazes de mitigar as opressões e de promover a igualdade. Dos trechos destacados, analisa-se sob o prisma das relações sociais de gênero e da compreensão de seus respectivos papéis sociais, que o gênero é um fenômeno social e político. “Político, porque estamos lidando com a gestão das normas sociais, regulada por uma sociedade: comunidade, polícia, o recuo a partir da qual conduz a uma variedade de sanções (DUGIN, 2012, p. 206)”.

Para Pereira (2017) essas relações entre os sexos, e suas respectivas assimetrias na seara do gênero, seguem padrões distintos dependendo de cada sociedade, no entanto o *status quo* tende a ser reproduzido nas mais diversas sociedades, principalmente nas sociedades capitalistas burguesas; o patriarcado ainda exerce forte influência e com ele toda a tradição sexista, onde vigora o pensamento que mulheres não podem exercer os mesmos trabalhos que homens e que seu trabalho é de menor valor, hierarquicamente inferior. Esse raciocínio permite visualizar e reconhecer a existência de relações de hierarquia e desigualdade entre homens e mulheres, expressas em opressão, injustiça, subordinação, discriminação contra as mulheres na organização genérica das sociedades. Isso é especificado nas condições de vida mais baixas das mulheres em relação às dos homens. Então, pode-se afirmar que o problema está nas diferenças que são construídas sobre as desigualdades, isso inevitavelmente nos leva a outro pressuposto teórico que o gênero possui: a subjetividade como produto e como processo reprodutivo de gênero (BRIZUELA, 2010).

De acordo com essa formulação, os estereótipos sobre as personalidades de homens e mulheres são determinados por suposições implícitas a respeito da relação de poder entre os sexos. Nesse caso, deve ser possível substituir essas suposições implícitas por informações específicas envolvendo poder. Como a pesquisa mostrou, as pessoas usam estereótipos na ausência de outras informações. De acordo com essa formulação, os estereótipos sobre as personalidades de homens e mulheres são determinados por suposições implícitas a respeito da relação de poder entre os sexos. Nesse caso, deve ser possível substituir essas suposições implícitas por informações específicas envolvendo poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço desta tese em explorar a constituição subjetiva das policiais militares de Minas Gerais buscou lançar luzes sobre uma realidade ainda pouco explorada, e, portanto, desconhecida em sua dimensão mais ampla, seja de natureza metodológica, epistemológica, ou ontológica. Fato é que a constituição subjetiva desse grupo social expressa através da análise de seus discursos, neste estudo de natureza essencialmente qualitativa, apresentou-se ainda controversa na maior parte dos discursos analisados.

Como a PMMG é uma organização militar, e como tal, histórica e majoritariamente masculina, isso pode em muito explicar o caráter ambíguo que se fez presente em aspectos importantes para a elucidação das questões de pesquisa apresentadas.

Primeiramente, a força de trabalho feminina atualmente ocupa todos os postos e graduações da Corporação, embora isso ainda esteja muito longe refletir uma condição de igualdade, haja visto que a presença feminina ainda ocupa uma posição meramente simbólica porque seu acesso é limitado a 10% das vagas.

Em segundo lugar, a maior parte dos relatos analisados evidencia uma situação de inferiorização, desvalorização, subjugamento e invisibilização da atuação feminina nos mais diversos portfólios de serviço daquela Corporação. As mulheres policiais-militares entrevistadas relataram por diversas vezes situações nas quais o poder masculino, tanto hierárquico quanto de gênero, atuou para deslegitimá-las enquanto mulheres e enquanto profissionais. As entrevistadas expressaram em seus relatos situações onde a atuação feminina seria por vezes desnecessária, e conseqüentemente, irrelevante em comparação à presença masculina na mesma patrulha ou viatura. Tal constatação evidencia claramente a desigualdade presente nas relações de poder entre homens e mulheres e é também produto de uma dominação masculina que reforça, dessa forma, a necessidade de modificá-las para o alcance de um desenvolvimento justo e equitativo para ambos os sexos. A teoria social que se ocupa da opressão das mulheres pode ser vista como elementar para a compreensão teórica por atentar para o fato de que os modos de dominação desempenham um importante papel para que isso ocorra. A dominação masculina vem acompanhada, complementarmente, da violência simbólica.

Um terceiro aspecto observado se refere à elaboração teórica de Bourdieu (2005) acerca dos elementos simbólicos explicativos de uma dinâmica social que lida explicitamente com construções culturais que possibilitam uma melhor compreensão das questões de gênero como chave para o problema e não como uma mera ilusão para representar a estrutura social.

Um exemplo, portanto, diz respeito à mulher que imbuída da posição de Sargento, e, portanto de comando, tem uma dimensão valorativa inferior do que se na mesma situação um homem atuasse. Fica claro como nesse caso, a posição hierárquica é irrelevante frente à dimensão simbólica que enaltece o sexo do sujeito e não sua posição hierárquica. O policiamento é uma ocupação extremamente masculina e, dessa forma, quando um homem e uma mulher trabalham juntos, espera-se que o homem supere a mulher independentemente do nível hierárquico que ele ocupe. Assim, em uma parceria policial entre homens e mulheres, a característica de status mais destacada seria a categoria sexo, e o homem teria o status superior.

Um quarto aspecto que se fez presente nos achados deste estudo se refere à condição de assujeitamento que atua para descaracterizar as policiais militares como legítimas vítimas de assédio, preconceito e discriminações de toda ordem. A realidade analisada soa como “natural” e legítima tal conduta por parte dos detentores do poder: os homens. E por essa razão, tais condutas são tão naturais quanto à cultura machista que as produziu.

Um quinto elemento observado se refere à “validação da verdade” que o inconsciente coletivo é capaz de produzir, já que por diversas vezes, as narrativas apresentadas têm o poder de produzir um fascínio horrorizado de que essa descrição pode despertar, e concomitantemente, não elimina, ao contrário, ressalta o fato de que a discriminação contra as mulheres é contínua, e as tarefas femininas tornam-se invisíveis na hierarquia social.

Um sexto aspecto observado se refere à delimitação social, no contexto pesquisado, do espaço no qual se baseia a construção do que seria “natural”, “desejável”, ou “inerente” aos papéis sociais que representam o feminino e o masculino. Logo, faz-se fortemente presente as condicionantes que permitem que a divisão sexual do trabalho seja amplamente exercida. Como mulheres e homens, em tese, ocupam as mesmas posições hierárquicas, embora as mulheres ocupem cerca de 10% dos postos, a discriminação sexual do trabalho se dá de maneira menos evidente: quando há a presença de uma mulher na equipe de patrulhamento, usa-se o artifício de empenhar-se uma força de trabalho sobressalente, no caso, masculina, para suprir a inferioridade que representa a presença de uma mulher naquela equipe. Por essa razão, apesar de poucas, ainda existem no âmbito da PMMG células impenetráveis à presença feminina, e justamente aquelas que se caracterizam pelo policiamento (altamente) especializado, de caráter essencialmente repressivo e de último esforço de atuação policial.

A representação que aquele coletivo social possui da divisão do trabalho entre os sexos não consiste apenas em um sistema de dicotomias, por mais diferenciado que seja. Na

divisão do trabalho de natureza sexual, assim como em outros casos da divisão do trabalho, o contrário não é apenas separado, mas é relacionado e complementar. Essa consideração pelos limites e pela transgressão legada aos limites, e da análise dos ritos, constitui pelo menos um ponto em que a ação é uma das características mais produtivas da prática social de Bourdieu (2005). É particularmente convincente quando o trabalho sob a ótica de gênero é analisado como uma transgressão que impera na fronteira instalada pela lógica que não perturbaria se os contrários a serem unidos não fossem a vida dissociada por elementos sexistas.

Um sétimo aspecto notado se refere ao fenômeno conhecido como “teto de vidro”. A promoção de uma mulher ao posto de Coronel ocorre sob circunstâncias muito peculiares. O relato que descreve tal fato destaca que “como no serviço operacional não havia nenhuma mulher digna de ser Coronel, optou-se pela promoção de uma mulher que fosse do Quadro de Saúde, para que não soasse sexista de todo”.

Outra questão relevante diz respeito ao fenômeno conhecido como “*think manager-think male*”. Tal conceito se refere à inferiorização da força de trabalho feminina justamente por não ser detentora de um “saber fazer masculino”, e exclusivamente masculino. As mulheres jamais seriam tidas em situação de igualdade aos homens porque jamais serão detentoras dessa “expertise”.

Destaca-se também o caráter de performatividade que as policiais militares usam como estratégia de sobrevivência, tanto para serem aceitas, quanto para serem vistas como dignas de pertencerem àquele espaço social (BUTLER, 1979) e simbólico de pertencimento e exercício de identidades (BOURDIEU, 2005). Ademais, o exercício do ser mulher na PMMG se objetifica muito fundamentalmente à medida que se torna corporificada: o corpo, os hábitos do corpo, a percepção do próprio corpo e dos corpos dos outros, etc. O corpo não pode ser pensado senão como “masculino” ou “feminino”. Com esse ponto de referência corporal e com sua incorporação (no sentido real da palavra), a divisão do trabalho entre os gêneros não é apenas tão profundamente enraizada no agente social quanto possível, cultuando sua própria “natureza”, não somente a dominação de gênero.

Outro aspecto notado se refere à resiliência feminina para com sua condição de assujeitamento que caracteriza sua presença na PMMG. A maior parte das entrevistadas ainda não tinha consciência de sua condição de vítimas de um sistema simbólico de assujeitamento feminino até serem apresentadas a questionamentos presentes no roteiro de entrevista desta pesquisa que lhes possibilitasse um despertar crítico de seu papel social na Corporação.

Como este estudo é de natureza qualitativa, não há a pretensão de generalização, tampouco de esgotamento da temática pretendida. Dessa forma, sugerem-se estudos que

abranjam uma dimensão analítica mais ampla e de natureza quantitativa ou mista de modo a proporcionar outras possibilidades analíticas, inclusive em perspectiva comparada, incluindo mulheres e homens.

Cabe destacar que no âmbito de um estudo hermenêutico e subjetivo, o estudo alcançou seu objetivo proposto uma vez que os objetos do conhecimento entendem que o princípio dessa construção é prático e voltado para funções práticas. No entanto, o praticar constante de uma operação, sobretudo quando se trata de uma operação prática de construção que remete a funções e sistemas práticos de classificação, constitui-se num trabalho orientado para a atividade construtiva e para o trabalho, sem o qual a prática da organização da percepção e de sua estrutura não ocorreriam.

Outro contributo do presente estudo observa que para o planejamento de análise e de gênero são necessários novos conceitos de natureza relacional, sensíveis à questão do poder e também ao fomento de processos de mudança, tendo em vista a posição de subordinação das mulheres. Sobre esse aspecto, Nussbaum (2002) afirma que as desigualdades de conjunturas políticas e sociais dão às mulheres capacidades humanas desiguais, as quais necessitam de um auxílio especial para que possam levar uma vida plenamente humana. Dão-se de exemplo os relatos que expõem que as mulheres são todo o tempo desafiadas a se mostrarem tão capazes quanto os homens tanto na execução das atividades de policiamento quanto em fazer parte da PMMG. Ser mulher diante de desafio tamanho de fato não é fácil.

Diante disso, estratégias de natureza política e estatal devem ser organizadas para mitigar as assimetrias de gênero verificadas no escopo do presente trabalho. Por isso, os relatos apresentados por vezes mencionaram tacitamente a análise da diferença. Essa análise pondera que o ordenamento social é construído através da taxonomia feminino *versus* masculino ao mesmo tempo em que é transgressora. Isto posto, resta evidente que as mulheres ainda não têm seu espaço social definido no âmbito da PMMG. Elas ocupam postos, atuam conforme os preceitos culturais e regimento interno, embora isso não represente necessariamente um sentimento de pertencimento pleno em função de sua competência ou qualificação. O “ser mulher” ainda representa uma luta cotidiana contra a opressão, o machismo e o questionamento de sua capacidade em fazer jus àquele grupo que respira ares de exclusividade que a expertise masculina ainda denota. O ser mulher nessas circunstâncias foi, é e ainda será por muito tempo uma luta bastante árdua entre ser policial-militar e o exercício do feminino.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi, revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Beneditti. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil.; GONÇALVES, Josiane Peres. **Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas**. Revista Conhecimento Online, n. 9, v. 1, p. 36-44, jan./jun. 2017.

ALLPORT, Gordon Willard. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo, 1954. Disponível em: <http://www.espacomulher.com.br/ead/aula/preconceito.pdf>. Acessado em 13/03/2015.

ALVES, Livia Neide de Azevedo. **A polícia feminina na Polícia Militar de Minas Gerais: percurso histórico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. 159p.

ANDERMAHR, Sonya; LOVELL, Terry; WOLKOWITZ, Carol. **A Concise Glossary of Feminist Theories**. New York: Arnold, 1997.

ANDRADE, Gabriel. **El posmodernismo, ¡Vaya timo!** Laetoli: Pamplona, 2012.

APFELBAUM, Érica. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652005000200004>.

ARCHBOLD, Carol A.; SCHULZ, Dorothy Moses. Research on Women in Policing: A Look at the Past, Present and Future. In: **Sociology Compass** 6/9, 2012, pp. 694–706.

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 117, p. 127-147, Nov. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>.

ARTILES, Leopoldo. **Análisis del discurso: introducción a su teoría y práctica**. Santo Domingo, Editora Búho, 1990.

AUSTIN, Zubin; SUTTON, Jane. **Qualitative Research: Getting Started**. Canadian Journal of Hospital Pharmacy 67.6 (2014): 436-440. Web. 10 Mar. 2016.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. In: **Revistas Eletrônicas Filogenese**. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BELLE, Françoise. Executivas: quais as diferenças na diferença. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1993.

BELMONTE, Alexandre Agra. **A tutela das liberdades nas relações de trabalho: limites e reparação das ofensas às liberdades de consciência, crença, comunicação, manifestação do pensamento, expressão, locomoção, circulação, informação, sindical e sexual do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2013.

BEM, S. **Androgyny and gender schema theory in Sonderegger**, T.B. (ed.), Psychology and gender. Nebraska: University of Nebraske Press, 1984, pp. 179-226.

BENHABIB, Seyla. **Critic, Norm and Utopia: A study of the foundations of critical theory**. New York. Columbia University Press. 1986.

BENVENISTE, E. **Estrutura das relações de pessoa no verbo. Problemas de Linguística Geral I**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991a. [1. ed.: 1946].

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. 4ª Ed., 247 pp.

BORGATTA, Edgar F.; MONTGOMERY, Rhonda J. V. **Encyclopedia of Sociology** (2nd ed.). New York: Macmillan, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Educação e Realidade, v. 20, nº 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, pp. 133-184.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRAGA, Élide Damasceno. **Trajетórias identitárias e trabalho feminino nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe**. In: XI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011. Salvador: UFBA, 2011.p.06.

- BRAGA, M. L. S. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1980.
- BRAIDOTTI, Rosi. L'Usure des langues. **Les Cahiers du GRIF**, n° 39. Paris: Automne, 1988. p. 73-82.
- BRANDÃO, A. R. P. **A Postura do Positivismo com Relação às Ciências Humanas**. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*, Pouso Alegre-MG, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/edicao0611/a_postura_do_positivismo.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 96 p.
- BRASIL, José Anselmo Nunes. Gênero e pós-modernidade. In: **Revista Caderno de Campo**, n.5. Araraquara: Unesp, 1999.
- Brasil. Lei 11.340/2006. **Lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm, Acesso em: 20 jun. 2017.
- Brasil. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL, **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-41.
- BRIONES, Guillermo. **Epistemología de las ciencias sociales**. Colômbia: ICFES, 2002.
- BRITO, Ângela Xavier de; LEONARDOS, Ana Cristina. **A Identidade das Pesquisas Qualitativas: construção de um quadro analítico**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, jul. 2001, p. 7-38.
- BROWNE, Kingsley R. **Sex Segregation and Inequality in the Modern Labour Market**. Bristol: Policy Press; 2006.
- BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BRUYNE, P. *et al.* **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-167.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2003.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **Polícia e gênero no contexto das reformas policiais**. La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 10, n. 2, 2005.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva. In: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1949.

CAMPBELL, Tom. **Siete teorías de la sociedad**. 4ª.ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes . **Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 11, p. 1-25, 2010.

CAPRA. F. **Alfabetização Ecológica**. A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo. Cultrix. 2006.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; n.15, v.4, p. 679-684.

CASTRO, Mary G; LAVINAS, Lena. Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro de. Efeito da mudança demográfica sobre a taxa de homicídios no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42, 2014, Natal (RN). Anais... Niterói (RJ): **Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia** (ANPEC), 2014. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2016.

CEZAR, T. **Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico**. Anos 90, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 129-151, 1995.

CHADUD, Reycilane Carvalho. **O Serviço de Bombeiras Militares: uma análise da subalternidade de gênero**. II Encontro SBS Centro Oeste, 2016.

CHARLES, Maria.; GRUSKY, David B. **Occupational ghettos: the worldwide segregation of women and men**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2004.

Connell, R.W.; Messerschmidt, J.W. **Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept**. Gender & Society, 19, 2005, p. 829-859.

CÓRDULA, Eduardo Brandão. **A Natureza Sistêmica da Realidade: em busca de uma percepção sustentável para a humanidade**. Revista Educação Ambiental em Ação, Novo Hamburgo/RS, n. 36, Ano X, jun.-ago. 2011. Disponível em:<<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1049&class=02>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CORRÊA, Sonia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, Leila (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília:

ONU Mulheres, 2011. pp. 339-345. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

COSER, Lewis A. **Masters of sociological thought**. New York: Hartcourt Brave Jovanovich, 1997.

COSTA, Albertina de O. **É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação**. Cadernos de Pesquisa 66 (1988) 66-69.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Vagner de Oliveira. **Mulher e Trabalho: Relações de Gênero na Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo (1983-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

CURADO, Isabela. Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta metodológica. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 25, 2001, Campinas. Anais... Campinas: ANPAD, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas**. Security and Defense Studies Review, vol.3, n.º.1, 2003. Disponível em: <http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm> Acesso em: 10 de novembro de 2013.

DAVIDSON, Marilyn J.; COOPER, Cary. L. **Shattering the glass ceiling: the woman manager**. London: Paul Chapman Publishing Ltda, 1992.

DAVIS, Natalie Zemon e FARGE, Arlette. **História das mulheres no Ocidente**. Volume 3: Do Renascimento à Idade Moderna. Trad. Alda Maria Durães, Egito Gonçalves, João Barrote, José S. Ribeiro, Maria Carvalho Torres e Maria Clarinda Moreira. Porto: Afrontamento, 1991.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DI MARE, Lesley. Rethoric and Women: The Private and the Public Spheres, in Perry et al (orgs.). **Constructing and Reconstructing Gender: The Links Among Communication, Language and Gender**. Albany: State of New York Press, 1992.

DÍAZ NARVÁEZ, Víctor Patricio D. **Metodología de la investigación científica y bioestadística: para médicos, odontólogos y estudiantes de ciencias de la salud**. Santiago: RIL Editores, 2009.

DRAPEAU, Maurice. **Le Harcèlement Sexuel au Travail**. Québec: Les Éditions Yvon Blais, 1991.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUBAR, Claude. **A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUCROT, Oswald. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

DUFFIN, Allan T. **History in Blue: 160 Years of Women Police, Sheriffs, Detectives, and State Troopers**. New York: Kaplan, 2010.

DUGIN, Alexander. **A Quarta Teoria Política**. Traduzido por Fernando Fidalgo; Gustavo Bodaneze; Raphael Machado. Curitiba: Editora Austral, 2012.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DWORKIN, Ronald. **Sovereign virtue: the theory and practice of equality**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ECO, Umberto. **A Biblioteca**. Lisboa: Difel, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994. 1v.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3.ed. São Paulo: Global editora, 1986. 57p.

FERGUSON, Kathy. **The Feminist Case Against Bureaucracy**. Phyladelphia: Temple University Press, 1984

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDO A.; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Apresentação. In: **Glossário de termos do discurso**. Ferreira MCL, coordenadora. Porto Alegre (RS): UFRGS; 2001. p.5-7.

FERREIRA, Maria da Luz A. **Trabalho Informal e Cidadania: Heterogeneidade social e relações de gênero**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (Sociologia e Política), da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**. Recife: Fundaj, Inpso, 2001. 14f.

HIGA, Flávio da Costa. **Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?** Revista Direito GV, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 485-515, mai-ago, 2016.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas IN: **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.47.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 27.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FRANZONI, Gleidsmara Cardozo. Teoria Feminista: **O feminismo e a construção do conceito de gênero**. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaisteoriafeminista.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2019.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. **Social Criticism without Philosophy: An Encounter between Feminism and Postmodernism**. Social Text, no. 21 (1989): 83-104. doi:10.2307/827810.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIEDL, Ernestine. **The Position of Women: Appearance and Reality**. Anthropological Quarterly, vol. 40, no. 3, 1967, pp. 97–108. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/3316943.

FROSH, Stephen. **The Politics of Psychoanalysis: An Introduction to Freudian and Post-Freudian Theory -Second Edition**. London: Macmillan, 1999.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010**. [S. l.]: SESC, 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>> Acesso em: 17 set. 2012.

GENTIL, H. S. **Pesquisa Educacional: quantidade - qualidade**. Revista da Faculdade de Educação, Cáceres/MT, UFMT, ano IX, n° 15, jan.-jun./2011, p.177-183.

GIDDENS, Anthony. **Novas Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

GIMENÉZ, Gilberto. **Estudios sobre la cultura y las identidades sociales**. Cidade do México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2007

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRANT, D., KEENOY, T. & OSWICK, C. **Discourse and organization**. London: Sage Publications, 1998.

GUESPIN, Louis. **Problématique des travaux sur le discours politique**. Langages, Paris: Didier/Larousse, 1971.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Presença feminina no mundo do trabalho: história e atualidade**. Revista Rede de Estudos do Trabalho, a. I, n. 1, 2007. Disponível em: <[HTTP://:www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)>. Acesso em: 01 fev. 2013.

GUSFIELD, Joseph R. **The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudos da policia civil do Estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBCCRIM, 2006 (Monografias/IBCCRIM; 39).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html>>. Acesso em: 8 maio 2007.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais: análise do efeito-professor no curso técnico de segurança pública**. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2008.

HARTSOCK, Nancy. Foucault on Power: A Theory for Women? In: NICOLSON, Linda. **Feminism/ Postmodernism**. New York: Routledge, 1990.

HARTSOCK, Nancy. Postmodernism and Political Change: Issues for Feminist Theory. In: **Cultural Critique**, No. 14, The Construction of Gender and Modes of Social Division II (Winter, 1989-1990), pp. 15-33, (<http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/03/Nancy-Hartsock-Postmodernism-and-Political-Change-Issues-for-Feminist-Theory-Copie.pdf>) (acessado em 31-05-2017)

HEIDENSOHN, Frances; BROWN, Jennifer. **Global Networks and Women In Policing**. Paper delivered at the Second Australasian Conference on Women and Police. Brisbane, July 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.

HESS, B.; FERREE, M. (Orgs.). **Analyzing gender: A handbook of social science research**. Newbury Park: Sage, 1987.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: BRUSCHINI, ET AL. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOCHSCHILD, A. R. **Commercialization of intimate life. Notes from home and work**. Berkley: University of California, 2003.

HOLANDA, Adriano. **Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica**. Revista Análise Psicológica, n. 3, Ano XXIV, 2006, p. 363-372. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v24n3/v24n3a10.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

JACKSON, Louise A. **Women Police. Gender, Welfare and Surveillance in the Twentieth Century**. Manchester, University of Manchester Press, 2006.

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

JAMESON, Frederic. **El postmodernismo revisado**, Madrid, Abada, 2012.

JENKINS, Richard. **Social identity**. London: Routledge, 1996.

JIMÉNEZ BECERRA, Absalón; TORRES CAMILLO, Alfonso (comp.). **La práctica investigativa en ciencias sociales**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2006.

JONES, K.; JONASDOTTIR A. Introduction: gender as an analytic category in political theory. In: Jones and Jonasdottir (eds) **The Political Interests of Gender: Developing Theory and Research with a Feminist Face** London: Londres: Sage, 1988.

JURGENSON, Juan Luís Álvarez-Gayou. **Cómo hacer investigación cualitativa: fundamentos y metodología**. Ed. Paidós. Buenos Aires, 2009.

KANDEL, Ester. **División sexual del trabajo ayer y hoy: Una aproximación al tema**. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2006.

KATAYAMA, Roberto Juan Omura. **Introducción a la investigación cualitativa: Fundamentos, métodos, estrategias y técnicas**. Lima: Textos Universitarios; 2014.

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: Jacques Kergoat et al. **Le monde du travail**, Paris, La Découverte, 1998, p.319–29.

KERLINGER, Fred. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Editora Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 175p.

KRECKEL, Reinhard. **Klasse und Geschlecht**. Berlin: Leviathan, 1989.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAGE, F. C.; NASCIMENTO, G. A. F. O Feminismo pós-moderno, a equidade de gênero e a condição de agente da mulher. In: NERI, Eveline Lucena; MARCHIONI, Alessandra (Org.). **Direito, gênero e movimentos sociais I**. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 254-273.

LAMAS Marta. **Cuerpo: diferencia sexual y género**. Ciudad del Mexico: Taurus, 2002.

LEPARGNEUR, H. **Introdução aos estruturalismos**. São Paulo: Herder, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958.

LINCOLN, Yvonna; GUBA, Egon. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills: Sage, 1985.

LINDSEY, Linda L. **Gender Roles: A Sociological Perspective**. Sixth Edition. New York: Routledge, 2014.

LOBO, Elizabete de Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

LONGINO, H. Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia**. Tradutores Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. (9ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin**. Tradução: Myriam Vera Baptista e Magdalena Pizante Baptista. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 213 p.

LYOTARD, Jean François. **A Fenomenologia**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Goiânia, 2003.

MACHADO, Bruno Focas Vieira. **Saussure, o discurso e o real da língua: entre linguística e psicanálise**. Alfa: Revista de Linguística, v. 55, n. 1, 2011, p. 271-286.

MACHADO, Lia Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; Machado, Lia Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. São Paulo: Editora Graal, 1981.

MAFFESOLI, Michel. **O Ritmo da Vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAINARDI, Diva Maria de Oliveira. **A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado) – UFMT, Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de Analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, MARCELLO, Fabiana de Amorim. **O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos**. Revista Educação e Sociedade. 2004.

MARCO FILHO, Luiz de. **História Militar da PMMG**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação. PMMG, 2005.

MARIANO, Silvana A. **O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3 n. 13, p. 483-505, set./dez. 2005.

MARIANO, Silvana Aparecida. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483, jan. 2005. ISSN 1806-9584. Disponível

em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300002>>. Acesso em: 06 dez. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>.

MARTIN, Susan; JURIK Nancy. **Doing Justice, Doing Gender: Women in Legal and Criminal Justice Occupations**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc., 2007. SAGE Knowledge. Web. 14 Apr. 2019.

McCauley, C, Stitt, CL e Segal, M. **Estereótipos: do preconceito à previsão**. Boletim Psicológico, 1980, 87, 195-215.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 39-43.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge: University Press, 1996.

MENDES, C. **Pós-estruturalismo e a crítica como repetição**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Brasília DF, v. 30, n. 88, p. 45-60, 2015.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MENEZES, Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de. **Mulher, poder e subjetividade**. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 59-85, set. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 dez. 2019.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. 1ª ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michel. **Qualitative data analysis**. Thousand Oaks (CA): Sage Publications Ltd; 2009.

MILL, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Tradução de Benedita Bettencourt. Almedina, Coimbra, 2006.

MILLER, G. F. **Evolution of the human brain through runaway sexual selection: The mind as a protean courtship device**. Ph.D. thesis, Stanford University Psychology Department. A Review of Sexual Selection and Human Evolution: How Mate Choice shaped Human Nature. Available from: https://www.researchgate.net/publication/5013152_A_Review_of_Sexual_Selection_and_Human_Evolution_How_Mate_Choice_shaped_Human_Nature [accessed Oct 01 2018], 1993.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual 21.336, de 27 de maio de 1981: Cria a Companhia de Polícia Feminina da PMMG e da outras providências**. Diário Oficial do Estado de 30/05/1981. pág. 4.

MINAS GERAIS. **Lei 11.099, de 18 de maio de 1993: Fixa o efetivo da PMMG e dá outras providências.** Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado nº 92, de 19/05/1993. Transcrito no BGPM 092, de 19/05/1992. pp. 002-009.

MINAS GERAIS. **Lei 16.678, de 10 de janeiro de 2007: fixa o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais.** Minas Gerais, de 11/01/2007.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual 5.301, de 16 de Outubro de 1969. Estatuto do Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais (EPPM).** Belo Horizonte, ALEMGO. Disponível em <www.almg.gov.br/legislacao>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2010.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução Geral 004/86: Regula a inscrição, seleção e matrícula para o CFSd Fem 1986.** Belo Horizonte: Comando-Geral. BGPM 016, de 23/01/1986. p. 2167-2183.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Resolução 1420, de 12 de julho de 1985: Modifica a Resolução 1409/85, que trata das vagas para cursos em 1986.** Belo Horizonte: Comando-Geral. BGPM 130, de 15/07/1985. p. 1940.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MONTGOMERY, R.J.V.; BORGATTA, E.F., & BORGATTA, M.L. Societal and family change in the burden of care. In: W.T. Liu & H. Kendig (Eds.), **Who Should Care for the Elderly? An East-West Divide** (pp. 27-54). Singapore: The National University of Singapore Press, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORSE, J. M. **Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation.** Nursing Research, 40(1), 120-132, 1991. doi: 10.1097/00006199-199103000-00014

MOURA, Marinaide Ramos. **O simbólico em Cassirer.** Ideação, Feira de Santana, n. 5, p. 75 - 85, 2000. Disponível em www.uefs.br/nef/marinaide5.pdf Acesso em 09/01/2019.

MUMBY, D. K.; CLAIR, R. P. Organizational discourse. In: VAN DIJK (Org.). **Discourse as social interaction.** London: Sage. 1997. p. 181-205.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Psicol. estud. [online]. 2006, vol.11, n.3, pp.647-654. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>.

NARVAZ, Martha; NARDI, Henrique Caetano. **Problematizações feministas à obra de Michel Foucault.** Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, mar. 2007.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 dez. 2019.

NEWSTROM, J. W. **Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho**. 12a ed. Porto Alegre, McGraw-Hill, 2008.

NICHOLSON, Linda J. **Feminism/Postmodernism**. New York/London: Routledge, 1990.

NIELSEN, Joyce McCarl. **Sex and Gender in Society: Perspectives on Stratification**. Prospect Hills: Waveland Press, Inc. 1990.

OAKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. London: Routledge, 1991.

OLIVEIRA, Francisco Malta de. **Armadas e delicadas? O trabalho feminino na polícia militar de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 1999.

PALACIOS, Simón Pedro Izcara. **Manual de Investigación Cualitativa**. Ciudad de México: Fontamara, 2014.

PALMER, Donald D. **Structuralism and poststructuralism for beginners**. New York: Writers and readers, 2007.

PAUTASSI, Laura. **¡Quanto trabajo mujer! El gênero y las relaciones laborales**. Buenos Aires: Capital Inlectual, 2007.

PAVÃO, Y. M. P.; SEHNEM, S.; GODOI, C. K. A Postura Hermenêutica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 6, 2010. Florianópolis. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD ROM.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet F, Hak T, organizadores. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2a ed. Campinas (SP): Ed Unicamp; 1993. p.61-105.

PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução brasileira de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. .

PEREIRA, Amanda Gonçalves. **Divisão sexual do trabalho: limitação à igualdade de gênero e ao desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/375/211>. Acesso em: Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica 28 mai 2017;

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, T. V. **As contribuições do paradigma pós-estruturalista para analisar as políticas curriculares.** Espaço do Currículo. v. 3, n. 1, 2010, p. 419-430.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERRY, Linda A. M.; TURNER, Lynn H.; STERK, H. M. **Constructing and Reconstructing Gender.** Albany: State University of New York Press, 1992.

PESSOA, Fernando. **Tabacaria e outros poemas.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e Filosofia da diferença.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. Pequena análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível. In: **Anais do VII Sepech – Seminário de Pesquisas em Ciências Humanas da Universidade de Londrina,** 2008.

PHILLIPS, N.; LAWRENCE, T. B.; HARDY, C. **Discourse and institutions.** Academy of Management Review, 29(4), 2004, p. 635-652.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean; et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 43-94

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PLASSARD, Jean Michel. **Discrimination sur le marché du travail et information imparfaite.** Paris: Ed. CNRS, 1987.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Histórico.** Belo Horizonte. 2013. Disponível: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/bpgd/conteudo.action?conteudo=501&tipoConteudo=itemMenu>> Acesso em: 21 fev.2013.

PORTOLÉS, José. **Marcadores del discurso.** Barcelona: Ariel, 2001.

POSTER, Mark. Critical Theory and Poststructuralism. In: **Search of a Context.** Nova York: Cornell University Press, 1989.

POULAIN DE LA BARRE, François. **De L'Égalité des Deux Sexes.** Paris: Fayard, 1984.

PUPPIN, Andréa B. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar: um estudo das relações de gênero na empresa.** Niterói: EDUFF, 2001.

RAGO, Margareth. “Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos” In: Cláudia Costa Lima e Simone Pereira Schmidt (org). **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

RIDGEWAY, C. L.; SMITH-LOVIN, L. **The gender system in interaction**. Annual Review of Sociology, 25, 191-216, 1999. doi:10.1146/annurev.soc.25.1.191

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

RODRIGUES, Leonardo. **A construção do acontecimento pós-estruturalismo**. s/d

RODRIGUES, N. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. Educação & Sociedade, Campinas-SP, ano XXII, n.76, Out. 2001, p. 232-257.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. Coleção Pensadores, São Paulo, 1973.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In Rayna R. Reiter (ed.), **Toward an Anthropology of Women**. Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Estudos Sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas**. São Roque. SP: Fundação Carlos Chagas. V.1, Nov/1990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAINT-MARTIN, Lori. **Critique littéraire et féminisme: par où commencer?** Québec Français, n. 56, déc. 1984.

SALES, Léa Silveira. “Estruturalismo – história, definições, problemas”. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 33, abril de 2003.

SARUP, Madan. **An Introductory Guide to Post-Structuralism and Postmodernism**. Atlanta: University of Georgia Press, 1993

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SAUTU, Ruth. **Todo és Teoría. Objetivos y métodos de investigación**. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

SAWICKI, Jana. **Disciplining Foucault: Feminism, Power, and the Body**. Routledge, 1991

SCHEIN, Virginia E. The relationship between sex stereotypes and requisite management characteristics. In: **Journal of Applied Psychology**, 57, 1973.

SCHEMAN, Though This be Method, Yet There is Madness in It. In: ANTONY, L.; WITT, C. (Ed). **A Mind of One’s Own**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v.16, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antopología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SEGNINI, Liliana (Org.); HIRATA, Helena (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 360 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA NETO, Severo Augusto da. **Ideologia e Cultura Organizacional da Polícia Militar: diagnóstico e viabilidade**. Monografia apresentada para aprovação do Curso Superior de Polícia (CSP) da PMMG. 1995. 227 p.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SIQUEIRA, Tatiana. Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. In: **Revista Ártemis**, Bahia. v.8, p. 112, 2008.

SOARES, Bárbara Musumeci e MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOMMERLAD, Hilary; SANDERSON, Peter. **Gender, Choice and Commitment**. London: Routledge, 1998.

SOUZA DIAS, Eleonora de Paula; CASARA, Marques; WERLE, Sandra. Condenada por ser mulher. **Observatório Social em Revista**, ano 2, n. 5, mar. 2004.

SOUZA, Marcos Aparecido Santana de. **Valores e Atitudes Sobre os Papéis de Gênero na Polícia Militar do Paraná**. 2014. Dissertação (Mestrado, Programa de PósGraduação em Políticas Públicas: Mestrado Profissional) Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SOUZA, Marcos Aparecido Santana de. **Farda e Gênero: Valores e Atitudes na Polícia Militar do Paraná**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 3 - 18, ago. / dez. 2016.

SOUZA, Marcos Aparecido Santana de. **“Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SOUZA, Pedro de. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

STEIL, Andrea V. **Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro.** Revista de Administração da USP, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

STOLLER, Robert. **Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity.** New York City: Science House, 1968.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SUÁREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, 1(2), 177-201, 2003.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO-FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: **XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Anais eletrônicos... Fortaleza: ENEGEP, 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 10 setembro 2016.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: A Família no mundo: 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, Feb. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.

STUART HALL; Kathryn Woodward. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. EDITORA VOZES. Petrópolis, 2000.

TOURAINÉ, Alain. El sujeto. **Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

VARIKAS, Eleni. Lo que no somos. Historicidad del género y estrategias de desidentificación. **Revista Internacional de Filosofía Política** (25), México DF, 2005, pp.77-88.

VIANELLO, Mino; CARAMAZZA, Elena. **Gênero, Papeis Sociais, Espaço e Poder : Um novo paradigma para as Ciências Sociais.** Tradução de Ecleia Fernandes Araújo da Silva. São Paulo: Roca, 2011.

VIET, Jean. **Los métodos estructuralistas en las ciencias sociales.** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

VIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p. 23.

WALLERSTEIN, Valeska. **Feminismo como pensamento da diferença**. Labrys (estudos feministas) janeiro/julho, 2004, consultado em 25.01.2019, em <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAMS, James. **Understanding Poststructuralism**. Chesham: Acumen, 2005.

WITTIG, Monique. **The Category of Sex: The Straight Mind and Other Essays**. Ed. Monique Wittig. Boston: Beacon Press, 1992. 5-8. Print.

WOLFF, Cristina Scheibe. **A ditadura militar e a face maternal da repressão**. Espaço Plural (Unioeste) v. X, p. 56-65, 2009.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Malcolm. **An inside job: policing and police culture in Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

ZYLBERSZTAJN, Joana. Direito Internacional dos Direitos Humanos: proteção às Mulheres no STF. In: AMARAL JUNIOR, Alberto; JUBILUT, Liliana Lyra. (Org.). **O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 416.